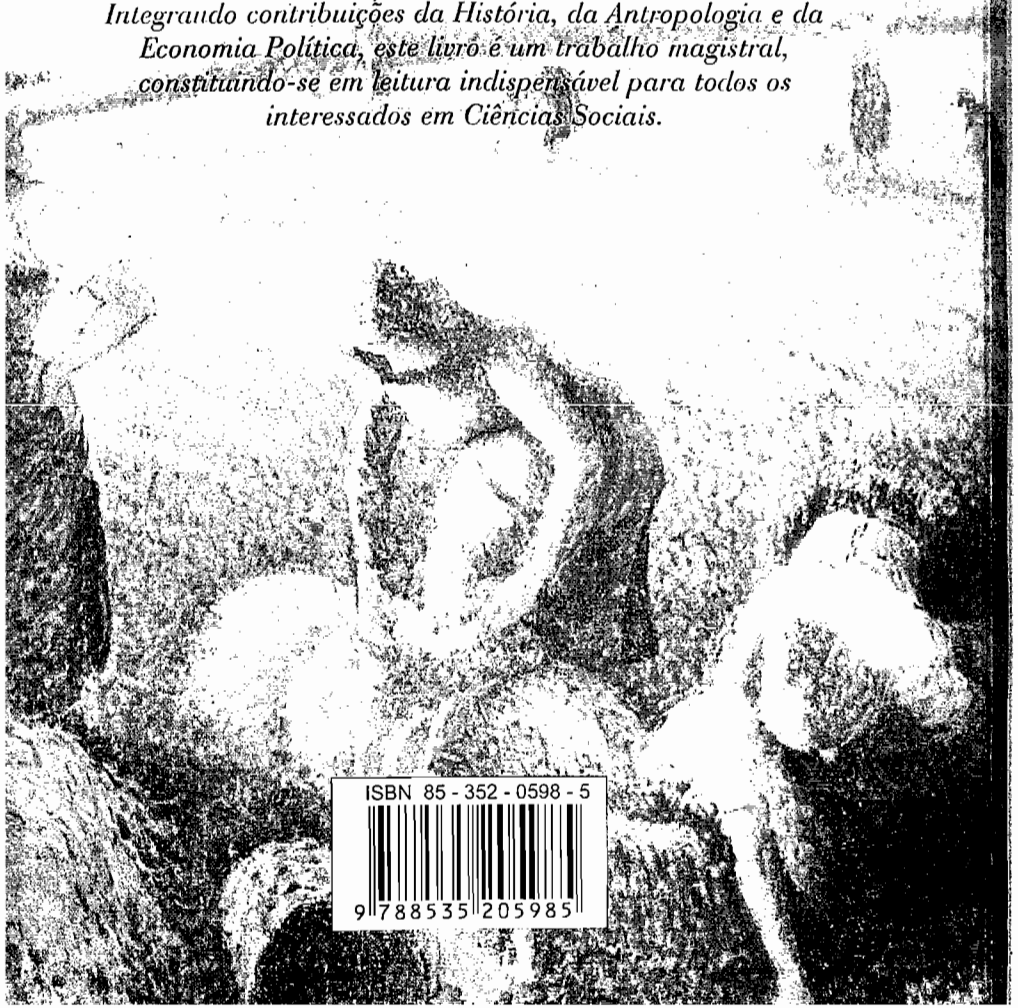
A Grande TRANSFORMAÇÃO

analisa, minuciosa e criativamente, a formação da economia capitalista de mercado.

Desvenda os processos através dos quais o mercado separou-se das demais instituições sociais, até se tornar uma esfera autônoma, "auto-regulável", que pretende dominar o resto da sociedade pela transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadoria.

Polanyi baseia as suas conclusões em um estudo da Inglaterra na época da Revolução Industrial, contrastando-a com sociedades "primitivas" e "arcaicas", em uma análise comparativa que enfatiza o caráter singular e destrutivo da moderna economia de mercado.

Integrando contribuições da História, da Antropologia e da Economia Política, este livro é um trabalho magistral, constituindo-se em leitura indispensável para todos os interessados em Ciências Sociais.



ISBN 85 - 352 - 0598 - 5

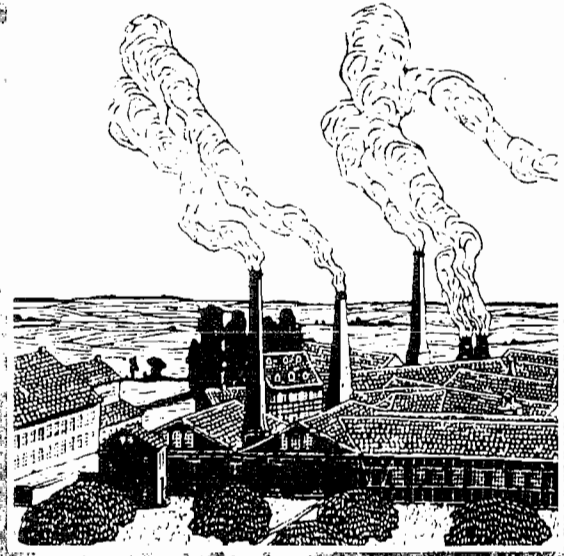
Polanyi *A Grande* TRANSFORMAÇÃO

CAMPUS

A Grande TRANSFORMAÇÃO

As origens da nossa época

Karl Polanyi



Um dos 100 livros mais importantes do século

FOLHA DE S. PAULO

EDITORA CAMPUS

Tradução
Fanny Wrobel

Revisão Técnica
Ricardo Benzaquen de Araújo
CPDOC/FGV e PUC/RJ

ABPDEA
Associação Brasileira para a Proteção dos Direitos Editoriais e Autorais
RESPEITE O AUTOR
NÃO FAÇA CÓPIA

Preencha a **ficha de cadastro** no final deste livro e receba gratuitamente informações sobre os lançamentos e as promoções da Editora Campus.

Consulte também nosso catálogo completo e últimos lançamentos em
www.campus.com.br

A Grande TRANSFORMAÇÃO

As origens da nossa época

Karl Polanyi

7ª Edição

EDITORA CAMPUS

Do original
The Great Transformation
Karl Polanyi
Tradução autorizada do idioma inglês da edição publicada por Rinehort & Company
Copyright © 1944 Karl Polanyi,
Copyrigh © 1972 Marie Polanyi

© 2000, Editora Campus Ltda. - uma empresa Elsevier Science

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5.988 de 14/12/73.
Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora,
poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregadas:
eletrônicos, mecânicos, fotográficas, gravação ou quaisquer outros.

Capa
Luciana Mello e Monika Mayer sobre trecho do quadro
"The Gleaners, 1889" de Camille Pissaro

Editoração Eletrônica
Futura

Revisão Gráfica
Ana Paula Lessa
Sandra Pássaro

Projeto Gráfico
Editora Campus Ltda.
A Qualidade da Informação
Rua Sete de Setembro, 111 – 16º andar
20050-002 Ria de Janeiro RJ Brasil
Telefone: (21) 3970-9300 FAX (21) 2507-1991
E-mail: info@campus.cam.br
ISBN 85-352-0598-5
(Edição original: ISBN 0-374-96513-7

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

P816g 2. ed.
Polanyi, Karl, 1886-1964
A grande transformação: as origens de nossa época/
Karl Polanyi; tradução de Fanny Wrobel. – 2. ed. –
Rio de Janeiro: Campus, 2000

Tradução de: The great transformation
ISBN 85-352-0598-5

1. História econômica – 1750-1918. 2. História social.
3. Economia – História. I. Título.

00-0425
CDD 330.9
CDU 338 (091)

03 04 05 06
12 11 10 9 8 7

À minha esposa muito amada Ilona Duezynska dedico este livro que só foi possível graças à sua ajuda e à sua crítica.

AGRADECIMENTOS

Este livro foi escrito na América do Norte durante a Segunda Guerra Mundial. Na verdade, porém, ele começou e terminou na Inglaterra, onde o autor foi Professor-Conferencista da Extramural Delegacy da Universidade de Oxford e das instituições correspondentes da Universidade de Londres. Sua tese principal foi desenvolvida durante o ano acadêmico 1939-1940, em conjunto com seu trabalho nos Cursos Tutoriais organizados pela Associação Educacional dos Trabalhadores, no Morley College, Londres, em Canterbury e em Bexhill.

A história deste livro é a história de amizades generosas. É grande a dívida para com os amigos ingleses do autor, principalmente Irene Grant, a cujo grupo esteve associado. Estudos em comum ligaram-no a Felix Schafer, de Viena, um economista atualmente em Wellington, Nova Zelândia. Na América do Norte, John A. Kouwenhoven ajudou-o como verdadeiro amigo, através da leitura e edição do original; muitas das suas sugestões foram incorporadas ao texto. Entre outros amigos que ajudaram contam-se os colegas do autor em Bennington, Horst Mendershausen e Peter F. Drucker. Este último e sua mulher foram uma fonte constante de encorajamento, não obstante seu completo desacordo com as conclusões do autor. A simpatia total do primeiro muito acrescentou a seus úteis conselhos. O autor também deve agradecimentos a Hans Zeisel, da Rutgers University, por uma leitura cuidadosa. A edição deste livro ficou inteiramente a cargo de Kouwenhoven, com a ajuda de Drucker e Mendershausen, e o autor se sente profundamente grato por este fato de amizade.

Tem também uma dívida de gratidão com a Fundação Rockefeller pela bolsa de doi anos, 1941-1943, que lhe foi concedida e que lhe permitiu complementar o livro no Bennington College, Vermont, em seguida a um convite que lhe foi feito por Robert D. Leigh, então presidente daquele colégio. Os planos para esta obra foram feitos numa série de conferências públicas e num seminário ocorrido durante o ano acadêmico 1940-1941. As facilidades de pesquisa foram gentilmente cedidas pela Biblioteca do Congresso em Washington, D. C., assim como pela Biblioteca da Universidade de Colúmbia, Nova York. A todos eles devemos os nossos agradecimentos.

K. P.
Shorenham, Sevenoaks, Kent

O Sr. Polanyi não teve a oportunidade de dar os retoques finais no seu manuscrito antes de voltar à Inglaterra; em época de guerra dispõe-se de muito pouco tempo em relação às datas de viagem e, quando essa data é fixada, não se pode adiá-la a bel-prazer. Também não foi possível ao editor, ou aos amigos do autor que supervisionaram a edição do livro, consultá-lo devidamente através de correspondência ou telegrama, pelos mesmos motivos de demoras e extravios em tempo de guerra. Tivemos, portanto, que fazer um certo número de modificações e supressões nas anotações, e algumas no texto, sem a orientação ou a permissão do autor. Apesar de a maioria delas terem sido feitas com a convicção racional da sua necessidade, lamentamos dizer que algumas o foram à base da intuição.

J. A. K.

APRESENTAÇÃO

Este é um livro que torna todos os outros já editados sobre o assunto parecerem obsoletos ou desgastados. Um acontecimento tão raro é um prodígio dos tempos. Aqui, numa hora crucial, está uma nova compreensão da forma e do significado dos assuntos humanos. O Sr. Polanyi não se propõe a escrever a História – ele a está reescrevendo. Ele não acende uma vela para iluminar um dos seus cantos escuros e nem se dispõe, possivelmente, a torná-la a escritura pública da sua fé pessoal. Ao contrário, com uma visão apurada e com conhecimento, apresenta um novo enfoque sobre os processos e as revoluções de toda uma era de mudança jamais vista

O objetivo imediato do Sr. Polanyi é ressaltar, o que faz com notável discernimento, as implicações sociais de um sistema econômico particular, a economia de mercado que atingiu a sua plenitude no século XIX. Chegou a hora em que a sabedoria retrospectiva pode avaliá-la inteiramente pois, como disse Aristóteles, só podemos compreender a natureza de qualquer coisa quando ela alcança – e supera – a sua maturação. Acontecimentos e processos, teorias e ações surgem sob uma nova perspectiva. Muito do que parece meramente episódico ao escritor comum da História se investe de um significado mais profundo; muito do que parece apenas bizarro merece uma avaliação mais justa. A redução do homem à mão-de-obra e da natureza à terra, sob o impulso da economia de mercado, transforma a História em um drama profundo no qual a sociedade, a protagonista acorrentada, finalmente, rompe seus grilhões.

Esta nova orientação, sugerida em outras obras mas ainda não desenvolvida, dá novas proporções a homens e idéias. Tomemos, por exemplo, o Movimento Cartista e o espírito profético de Robert Owen. Ou tomemos a famosa recomendação de Speenhamland – como o Sr. Polanyi mergulha muito mais profundamente no seu significado histórico! Quão inteligível se torna o quadro dos juízes senhoriais

ditando princípios de gabinete a uma força que nem eles, nem os mais esclarecidos da sua época podiam ainda compreender. Testemunhamos, com uma nova compreensão, a batalha das ideologias em torno da economia que crescia inexoravelmente, alguns se opondo cegamente, outros procurando retardar seus golpes mais impiedosos contra o tecido social; outros, ainda, aplaudindo cada um dos seus avanços sinceramente – ou simploriamente. Vemos a atuação de retaguarda dos defensores da antiga ordem, o desconforto impotente dos mantenedores do Cristianismo tradicional, o fácil triunfo dos economistas ortodoxos que conseguiam explicar tudo. Entretanto, a frente de batalha avança e deixa ruínas no seu caminho, e as defesas apressadamente levantadas ruem perante ela. Vemos como de uma nova libertação surge uma nova servidão, e podemos medir o desafio que enfrenta a nossa própria época.

O Sr. Polanyi deixa muito atrás tanto os dogmáticos de Karl Marx como os apólogos da reação. Ele se preocupa com o processo econômico na civilização moderna mas não oferece qualquer doutrina de determinismo econômico. Ao contrário, ele nos oferece a análise penetrante de uma transformação histórica particular, na qual a supressão de um sistema econômico por outro desempenha um papel decisivo. Isto aconteceu não porque a relação econômica é sempre básica mas porque, neste caso e apenas neste caso, o "sistema ideal" na nova economia exigia uma abnegação impiedosa do status social do ser humano. Habilmente, ele menciona a situação colonial e as sociedades de povos primitivos invadidas industrialmente a fim de mostrar, não o que esse "sistema ideal" significava para elas mas, principalmente, o que ele também importava para nós. Os "moinhos satânicos" descartavam todas as necessidades humanas, menos uma: inexoravelmente, eles começaram a triturar a própria sociedade em seus átomos. Assim, os homens tiveram que descobrir a sociedade. Para o Sr. Polanyi, a última palavra é a sociedade. O principal espectador da tragédia da Revolução Industrial foi convocado não pela insensibilidade e ganância dos capitalistas em busca de lucro – embora isto registrasse uma grande desumanidade – mas pela devastação social de um *sistema* incontrolado, a economia de mercado. Os homens não puderam compreender o que significava a coesão da sociedade. O sacrário mais íntimo da vida humana foi despojado e violado. Não se apreciou em todo o seu potencial o problema do controle social de uma mudança revolucionária; filosofias otimistas o obscureceram, filantropos sem visão conspiraram com interesses poderosos para escondê-lo e a sabedoria da época ainda não havia nascido.

Entretanto, ao apresentar este argumento, o Sr. Polanyi não está lançando olhares saudosos a algum passado mais feliz; ele não está defendendo a causa da reação. Não há um caminho de volta e nenhuma solução poderá surgir na busca de tal caminho. O que a nossa época precisa é a reafirmação, pelas suas próprias condições e pela suas próprias necessidades, dos valores essenciais da vida humana. A tradição nos faltará e não trairá se confiarmos nela. Não podemos abandonar o princípio da liberdade individual, porém devemos recriá-lo. Não podemos restaurar uma sociedade passada, mesmo que a cortina da História esconda de nós os seus males; temos que reconstruir a sociedade para nós mesmos, aprendendo com o passado todas as lições e advertências que formos capazes de aprender. Fazendo isto, talvez possamos ter em mente, também, que a causa de todos os assuntos humanos está profundamente envolvida para ser totalmente desenrolada pelas mentes mais sábias. Há sempre um ponto no qual temos que confiar em nossos valores atuantes, de forma que as forças iminentes do mundo atual possam se libertar em novas direções, para novos objetivos.

Um livro tão estimulante e tão profundo deve excitar controvérsias e ser questionado em vários pontos. Alguns podem duvidar se o papel da economia de mercado foi tão absoluto, se a lógica do sistema foi tão rigorosa e constrangedora por si mesma. Eles podem não desejar ir tão longe quanto o autor quando, num determinado ponto, ele observa que "as nações e os povos eram apenas bonecos numa exibição inteiramente além do seu controle". Alguns poderão querer atribuir valorações diferentes às diferentes formas de "proteção" contra o mercado auto-regulável e podem se sentir contrafeitos quando o ordenador das tarifas e o legislador social parecem surgir como irmãos em armas. E assim por diante. Todavia, todos terão que reconhecer, seguramente, a clara irrefutabilidade do argumento total. Estamos agora num novo ponto vantajoso, olhando para baixo, após o terremoto, para os templos arruinados dos nossos deuses queridos. Vemos a fraqueza das fundações expostas – talvez possamos aprender agora, e de que maneira, a reconstruir o tecido institucional de forma que ele possa suportar melhor os choques da mudança.

É de primordial importância, hoje, a lição que ele transmite àqueles que elaborarão a próxima organização internacional. Pelo menos ele mostra que fórmulas liberais, tais como "paz mundial por meio do comércio mundial", não são suficientes. Se nos contentamos com tais fórmulas, somos as vítimas de uma simplificação perigosa e ilusória.

Nenhum sistema nacional ou internacional pode depender de reguladores automáticos. Orçamentos equilibrados, livre empresa, comércio mundial, câmaras internacionais de compensação e moedas ao par não garantirão uma ordem internacional. Só a sociedade poderá garanti-la; uma sociedade internacional também tem que ser descoberta. E aqui também o tecido institucional deverá manter e controlar o esquema econômico das coisas.

Assim, a mensagem deste livro não é apenas para o economista, embora lhe transmita uma mensagem poderosa, nem apenas para o historiador, embora abra novas perspectivas; nem apenas para o sociólogo, embora lhe transmita um sentido mais profundo do que significa a sociedade; nem apenas para o cientista político, embora o ajude a reexpor antigas questões e avaliar antigas doutrinas – ela se destina a cada homem inteligente que se preocupa em se aprimorar além do seu estágio atual de educação social, a cada homem que se preocupa em conhecer a sociedade em que vive, a crise por que passou e as crises que ora se avolumam. Aqui ele poderá adquirir novos lampejos de uma fé mais profunda. Aqui ele poderá aprender a olhar além das alternativas inadequadas que lhe são oferecidas, habitualmente, a do liberalismo que só vai até o ponto atual, a do coletivismo, total ou nenhum, a da simples negação do individualismo, pois todas elas tendem a fazer de algum sistema econômico *desideratum* básico, e somente quando descobrimos o primado da sociedade, a unidade coerente inclusive da interdependência humana, é que podemos esperar transcender as perplexidades e as contradições de nossos tempos.

R. M. MacIver

SUMÁRIO

Primeira Parte – O sistema internacional 15

Capítulo 1 Cem anos de paz 17
Capítulo 2 A década de 1920 conservadora
A década de 1930 revolucionária 36

Segunda Parte – Ascensão e queda da economia de mercado 49

I. O moinho satânico 49

Capítulo 3 "Habitação *versus* progresso" 51
Capítulo 4 Sociedades e sistemas econômicos 62
Capítulo 5 Evolução do padrão de mercado 76
Capítulo 6 O mercado auto-regulável e as mercadorias fictícias: trabalho, terra e dinheiro 89
Capítulo 7 Speenhamland, 1795 99
Capítulo 8 Antecedentes e conseqüências 109
Capítulo 9 Pauperismo e utopia 128
Capítulo 10 A economia política e a descoberta da sociedade 137

II. Autoproteção da sociedade 159

Capítulo 11 Homem, natureza e organização produtiva 161
Capítulo 12 O nascimento do credo liberal 166
Capítulo 13 O nascimento do credo liberal (continuação): O interesse de classe e a mudança social 184
Capítulo 14 Mercado e homem 198
Capítulo 15 Mercado e natureza 214
Capítulo 16 Mercado e organização produtiva 228
Capítulo 17 Auto-regulação imperfeita 237
Capítulo 18 Forças de ruptura 246

Terceira Parte – Transformação em progresso 259

Capítulo 19 Governo popular e economia de mercado 261
Capítulo 20 A história na engrenagem da mudança social 276
Capítulo 21 A liberdade numa sociedade complexa 289

Apêndice Notas sobre as fontes 302

1. O equilíbrio de poder como política, lei histórica, princípio e sistema 302
2. Cem anos de paz 306
3. Parte-se o fio dourado 307
4. Os balanços do pêndulo após a Primeira Guerra Mundial 308
5. Finanças e paz 308
6. Referências selecionadas a "sociedades e sistemas econômicos" 309
7. Referências selecionadas à "evolução do padrão mercado" 313
8. Literatura sobre Speenhamland 317
9. Speenhamland e Viena 322
10. Por que não o Whitbread's Bill? 323
11. As "duas nações" de Disraeli e o problema das raças de cor 324
12. Nota adicional: Poor Law e a organização do trabalho 327

O Autor 337

Índice 339

PRIMEIRA PARTE

O SISTEMA INTERNACIONAL

1

CEM ANOS DE PAZ

A civilização do século XIX ruiu. Este livro se preocupa com as origens política e econômica desse acontecimento, bem como com a grande transformação que daí decorreu.

A civilização do século XIX se firmava em quatro instituições. A primeira era o sistema de equilíbrio de poder que, durante um século, impediu a ocorrência de qualquer guerra prolongada e devastadora entre as Grandes Potências. A segunda era o padrão internacional do ouro que simbolizava uma organização única na economia mundial. A terceira era o mercado auto-regulável, que produziu um bem-estar material sem precedentes. A quarta era o estado liberal. Classificadas de um certo modo, duas dessas instituições eram econômicas, duas, políticas. Classificadas de outra maneira, duas delas eram nacionais, duas, internacionais. Entre si elas determinavam os contornos característicos da história de nossa civilização.

Dentre essas instituições o padrão-ouro provou ser crucial: sua queda revelou-se a causa mais aproximada da catástrofe. Por ocasião da sua derrocada, a maior parte das outras instituições tinham sido sacrificadas, num vão esforço para salvá-la.

Todavia, a fonte e matriz do sistema foi o mercado auto-regulável. Foi essa inovação que deu origem a uma civilização específica. O padrão-ouro foi apenas uma tentativa de ampliar o sistema doméstico de mercado no campo internacional; o sistema de equilíbrio de poder foi uma superestrutura erigida sobre o padrão-ouro e parcialmente nele fundamentada; o estado liberal foi, ele mesmo, uma criação do mercado auto-regulável. A chave para o sistema institucional do século XIX está nas leis que governam a economia de mercado.

Nossa tese é que a idéia de um mercado auto-regulável implicava uma rematada utopia. Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto. Inevitavelmente, a sociedade teria que tomar medidas para se proteger, mas, quaisquer que tenham sido essas medidas elas prejudicariam a auto-regulação do mercado, desorganizariam a vida industrial e, assim, ameaçariam a sociedade em mais de uma maneira. Foi esse dilema que forçou o desenvolvimento do sistema de mercado numa trilha definida e, finalmente, rompeu a organização social que nela se baseava.

Uma tal explicação de uma das crises mais profundas na história do homem pode parecer demasiado simples. Nada pareceria mais inepto do que tentar reduzir uma civilização, sua substância e *ethos*, a um número rígido de instituições, selecionar uma delas como fundamental e passar a argumentar sobre a inevitável autodestruição da civilização em conseqüência de alguma qualidade técnica de sua organização econômica. As civilizações, como a própria vida, resultam da interação de um grande número de fatores independentes, os quais, como regra, não se reduzem a instituições circunscritas. Na verdade, procurar traçar o mecanismo institucional da queda de uma civilização pode parecer uma tarefa irrealizável.

Todavia, é isto o que estamos nos propondo. Ao fazê-lo, estamos conscientemente ajustando nosso objetivo à extrema singularidade do assunto. A civilização do século XIX foi única, de fato, precisamente porque ela se centralizou num mecanismo institucional definido.

Nenhuma explicação poderá satisfazer se não levar em conta a rapidez do cataclisma. Como se as forças da mudança estivessem sendo contidas durante um século, uma torrente de acontecimentos se precipita sobre a humanidade. Uma transformação social de alcance planetário é coroada por guerras de um tipo sem precedente, nas quais uma série de estados entra em colapso e os contornos de novos impérios se delineiam num mar de sangue. Entretanto, esse fato de violência demoníaca é apenas sobreposto numa corrente rápida e silenciosa de mudança que engole o passado muitas vezes sem sequer uma marola na superfície! Uma análise racional da catástrofe deve levar em conta tanto a ação tempestuosa como a tranqüila dissolução.

Este não é um trabalho histórico; o que estamos buscando não é uma seqüência convincente de acontecimentos importantes, mas uma explicação da sua orientação em termos de instituições humanas. Sentimo-nos, pois, à vontade em lidar com as cenas do passado com o único objetivo de lançar luz sobre assuntos do presente; faremos análises detalhadas de períodos críticos e abandonaremos quase que por completo os períodos de tempo que os ligaram; invadiremos o campo de diversas disciplinas perseguindo este simples objetivo.

Trataremos, primeiro, do colapso do sistema internacional. Tentaremos mostrar que o sistema de equilíbrio de poder não poderia assegurar a paz, uma vez fracassada a economia mundial sobre a qual repousava. Isto responde pela forma abrupta com que a ruptura ocorreu, a inconcebível rapidez da dissolução.

Entretanto, se a queda da nossa civilização foi regulada pelo fracasso da economia mundial, ela certamente não foi causada por ela. Suas origens estão há mais de cem anos atrás, na convulsão social e tecnológica a partir da qual surgiu na Europa Ocidental a idéia de um mercado auto-regulável. O fim dessa aventura ocorreu em nossa época – ela encerra um estágio na história da civilização industrial.

Na parte final do livro trataremos do mecanismo que governou a mudança social e nacional em nossa época. De um modo mais amplo, acreditamos que a condição atual do homem pode ser definida em termos das origens institucionais da crise.

O século XIX produziu um fenômeno sem precedentes nos anais da civilização ocidental, a saber, uma paz que durou cem anos – 1815-1914. Além da Guerra da Criméia – um acontecimento mais ou menos colonial – a Inglaterra, a França, a Prússia, a Áustria, a Itália e a Rússia estiveram em guerra uns com os outros apenas durante dezoito meses. Computando as cifras comparativas dos dois séculos anteriores, temos uma média de sessenta a setenta anos de grandes guerras para cada um. Entretanto, mesmo a mais violenta dentre as conflagrações do século XIX, a Guerra Franco-Prussiana, de 1870-1871, terminou em menos de um ano, e a nação derrotada teve condições de pagar uma soma sem precedentes como indenização de guerra, sem que isto incidisse em qualquer perturbação para as moedas existentes.

Esse triunfo de um pacifismo pragmático certamente não foi o resultado de uma ausência de causas graves do conflito. Alterações quase que contínuas nas condições internas e externas de nações poderosas e grandes impérios acompanharam esse cortejo conciliador. Durante a primeira parte do século, guerras civis, intervenções revolucionárias e anti-revolucionárias estavam na ordem do dia. Na Espanha, milhares de tropas sob a direção do Duque d'Angoulème invadiram Cádiz; na Hungria, a revolução magiar ameaçou derrotar o próprio

imperador numa batalha regular e só foi vencida finalmente por um exército russo que lutou em solo húngaro. Intervenções armadas nas regiões germânicas, na Bélgica, Polônia, Suíça, Dinamarca e Veneza marcaram a onipresença da Santa Aliança.

Durante a segunda metade do século, foi instaurada a dinâmica do progresso; o império otomano, o egípcio e o xerifado ruíram ou foram desmembrados; a China foi forçada a abrir suas portas ao estrangeiro por exércitos invasores e, num assalto gigantesco, o continente da África foi partilhado. Simultaneamente, duas potências assumem importância mundial: os Estados Unidos e a Rússia. A unidade nacional foi alcançada na Alemanha e na Itália; Bélgica, Grécia, Rumânia, Bulgária, Sérvia e Hungria assumiram, ou reassumiram, seus lugares de estados soberanos no mapa da Europa. Uma série quase incessante de guerras abertas acompanharam o trajeto da civilização industrial nos domínios das culturas ultrapassadas ou dos povos primitivos. As conquistas militares da Rússia na Ásia Central, as inúmeras guerras da Inglaterra na Índia e na África, as explorações da França no Egito, Argélia, Túnis, Síria, Madagáscar, Indochina e Sião levantaram entre as Potências questões que, normalmente, só seriam arbitradas pela força. Entretanto, cada um desses conflitos em particular foi circunscrito e numerosas outras situações de mudança violenta foram resolvidas pela ação conjunta ou amortecidas num compromisso tácito entre as Grandes Potências. O resultado era o mesmo, independendo da mudança dos métodos. Enquanto na primeira parte do século o constitucionalismo foi banido e a Santa Aliança suprimiu a liberdade em nome da paz, durante a outra metade – e novamente em nome da paz – as constituições foram impingidas a déspotas turbulentos por banqueiros de visão comercial. Assim, sob as formas variadas e ideologias mutáveis – às vezes em nome do progresso e da liberdade, às vezes pela autoridade do trono e do altar, às vezes graças às bolsas de valores e aos livros de cheque, às vezes por corrupção e suborno, às vezes por argumentos morais e apelos iluministas, às vezes à custa de bordoadas e de baionetas – o resultado conseguido era sempre o mesmo, e a paz foi preservada.

Esse acontecimento quase miraculoso foi conseqüência do equilíbrio do poder que, aqui, atingiu um resultado normalmente estranho a ele. Pela sua natureza, esse equilíbrio geralmente resulta em algo inteiramente diferente, isto é, sobrevivência das unidades de poder envolvidas. De fato, ele apenas postula que três ou mais unidades capazes de exercer poder atuarão sempre de forma a combinar o poder das unidades mais fracas contra qualquer incremento de poder do mais forte. Na

esfera da história universal, o equilíbrio de poder se preocupava com os estados cuja independência lhe convinha manter. Entretanto, esse objetivo só era atingido por guerras contínuas entre sócios mutáveis. A prática dos antigos gregos ou das cidades-estado da Itália do norte constituem um bom exemplo; foram as guerras entre grupos mutáveis de combatentes que mantiveram a independência desses estados durante longos períodos. O mesmo princípio resguardou por mais de duzentos anos a soberania dos estados que formaram a Europa à época do Tratado de Münster, e de Westphalia (1648). Quando, setenta e cinco anos mais tarde, pelo Tratado de Utrecht, os signatários declararam sua adesão formal a esse princípio, eles o incorporaram a um *sistema*, estabelecendo, assim, garantias mútuas de sobrevivência, tanto para o forte como para o fraco, por meio de guerra. O fato de que, no século XIX, o mesmo mecanismo tenha resultado em paz, ao invés de guerra, é um problema que desafia o historiador.

O fator inteiramente novo, calculamos, foi a emergência de um forte interesse pela paz. Tradicionalmente, tal interesse era visto como externo ao escopo do sistema estatal. A paz, com os seus corolários de artes e engenhos, fazia parte dos simples adornos da vida. A Igreja podia orar tanto pela paz como por uma colheita abundante mas, na esfera de atuação do estado, ela iria defender uma intervenção armada. Os governos subordinavam a paz à segurança e soberania, isto é, a intentos que não podiam ser alcançados a não ser recorrendo-se a meios drásticos. Poucas coisas eram vistas como mais prejudiciais a uma comunidade do que a existência, em seu meio, de um interesse organizado pela paz. Ainda na segunda metade do século XVIII, J. J. Rousseau denunciava as corporações de ofício por falta de patriotismo, sob suspeita de que elas preferiam a paz à liberdade.

Após 1815, a mudança é súbita e completa. A repercussão da Revolução Francesa reforçou a maré montante da Revolução Industrial, estabelecendo os negócios pacíficos como um interesse universal. Metternich proclamava que o que os povos da Europa desejavam não era a liberdade mas a paz. Gentz chamava os patriotas de novos bárbaros. A Igreja e o trono iniciaram a desnacionalização da Europa. Seus argumentos encontravam apoio tanto na ferocidade das recentes formas populares de revolta como no realce tremendo do valor da paz sob a economia nascente.

Os que apoiavam o novo "interesse pela paz" eram, como de hábito, aqueles que mais se beneficiavam com ela, isto é, aquele cartel de dinastias e feudalistas cujas posições patrimoniais eram ameaçadas pela

onda revolucionária de patriotismo que avassala o continente. Desta forma, por um período aproximado de um terço de século, a Santa Aliança forneceu a força coerciva e o ímpeto ideológico necessário a uma política de paz atuante; seus exércitos percorriam a Europa em todas as direções, esmagando minorias e reprimindo maiorias. De 1846 até cerca de 1871 – "um dos quartos de século mais confusos e atravancados da história européia"[1] – a paz foi estabelecida com menos segurança, enquanto a força declinante da reação enfrentava a crescente força da industrialização. No quarto de século que se segue à Guerra Franco-Prussiana, encontramos redivivo o interesse pela paz representado por aquela nova e poderosa entidade, o Concerto da Europa.

Entretanto, os interesses, como as intenções, permanecem necessariamente platônicos a menos que sejam transladados para a política por meio de algum instrumental social. Aparentemente faltava um tal veículo de realização; tanto a Santa Aliança como o Concerto da Europa eram, na verdade, meros agrupamentos de estados soberanos independentes e, portanto, sujeitos ao equilíbrio-de-poder e seu mecanismo de guerra. Como foi mantida a paz então?

É verdade que qualquer sistema de equilíbrio-de-poder procurará impedir guerras como as que ocorrem quando uma nação deixa de prever o realinhamento de poderes que resultará da sua tentativa de alterar o *status quo*. Foram exemplos famosos a tentativa de dissuasão de Bismarck na campanha da imprensa contra a França, em 1875, quanto à intervenção russa e britânica (o auxílio da Áustria à França era contado como certo). Nesta ocasião o Concerto da Europa agiu contra a Alemanha, que se viu isolada. Em 1877-1878 a Alemanha foi incapaz de impedir a Guerra Russo-Turca, mas teve sucesso em circunscrevê-la apoiando o ciúme da Inglaterra quanto à movimentação russa em direção aos Dardanelos; a Alemanha e a Inglaterra apoiaram a Turquia contra a Rússia – e assim salvaram a paz. No Congresso de Berlim foi elaborado um plano, a longo prazo, para a liquidação das possessões européias do Império Otomano; isto resultou no impedimento de guerras entre as Grandes Potências, a despeito de todas as mudanças subseqüentes no *status quo,* uma vez que todas as partes envolvidas podiam estar certas, antecipadamente, das forças com as quais iriam se defrontar numa batalha. Nestes exemplos, a paz era um subproduto bem-vindo do sistema de equilíbrio-de-poder.

[1] Sontag, R. J., *European Diplomatic History, 1871-1932,* 1933.

Algumas vezes evitavam-se as guerras removendo deliberadamente as suas causas, se isto envolvia apenas o destino de potências pequenas. Controlavam-se as pequenas nações e impedia-se que perturbassem o *status quo* de qualquer forma que pudesse precipitar uma guerra. A invasão holandesa da Bélgica, em 1831, levou à neutralização daquele país na ocasião. Em 1855 a Noruega também foi neutralizada. Em 1867 o Luxemburgo foi vendido à França pela Holanda; a Alemanha protestou e o Luxemburgo foi neutralizado. Em 1856, a integridade do Império Otomano foi declarada essencial para o equilíbrio da Europa e o Concerto da Europa procurou sustentar aquele império; após 1878, quando sua desintegração foi considerada essencial para aquele equilíbrio, promoveu-se o seu desmembramento da mesma maneira ordenada, embora em ambos os casos a decisão significasse vida e morte para inúmeros pequenos povos. Entre 1852 e 1863 foi a Dinamarca, e entre 1851 e 1856 foram as Alemanhas que ameaçaram perturbar o equilíbrio, e em cada um dos casos os pequenos estados foram forçados a se conformar pelas Grandes Potências. Nesses exemplos, a liberdade de ação a elas oferecida pelo sistema foi usada pelas Potências para alcançar um interesse conjunto – que aconteceu ser a paz.

Mas existe uma diferença muito grande entre evitar ocasionalmente as guerras, quer pelo esclarecimento oportuno da situação de poder, quer pela coação aos pequenos estados, e o fato concreto da Paz dos Cem Anos. O desequilíbrio internacional pode ocorrer por inúmeras razões – desde um romance dinástico até o aterro de um estuário, desde uma controvérsia teológica a uma invenção tecnológica. O simples crescimento da riqueza e da população, ou, eventualmente, o seu decréscimo, pode pôr as forças políticas em movimento e o equilíbrio externo refletirá o interno, invariavelmente. Mesmo um sistema organizado de equilíbrio-de-poder só pode assegurar a paz, sem a ameaça permanente da guerra, se puder atuar diretamente sobre esses fatores internos e impedir o desequilíbrio *in status nascendi.* Uma vez que esse desequilíbrio tome impulso, só a força poderá endireitá-lo. É apenas senso comum afirmar que para se garantir a paz deve-se eliminar as causas da guerra; entretanto, nem sempre se compreende que, para fazê-lo, o fluxo da vida tem que ser controlado na sua fonte.

A Santa Aliança conseguir realizar isto com a ajuda de instrumentos peculiares a ela. Os reis e as aristocracias da Europa formaram uma internacional de parentesco, e a Igreja Católica forneceu-lhes um serviço civil voluntário que ia do nível mais alto até o mais baixo na escala social da

Europa do Sul e Central. As hierarquias de sangue e de direito divino se fundiram num instrumento de governo localmente efetivo, que precisava apenas ser suplementado pela força para garantir a paz continental.

Entretanto, o Concerto da Europa, que a substituiu, não dispunha dos tentáculos feudais e clericais; quando muito, chegava a ser uma federação frouxa que não se comparava, em coerência, à obra-prima de Metternich. Uma reunião das Potências só podia ser organizada em raras ocasiões, e seus ciúmes davam grande margem a intrigas, a contradições e à sabotagem diplomática; uma atuação militar conjunta passou a ser rara. E, no entanto, o que a Santa Aliança, como toda a sua unidade de pensamento e propósitos, só conseguiu alcançar na Europa com a ajuda de freqüentes intervenções armadas, foi alcançado aqui em escala mundial por uma entidade difusa chamada Concerto da Europa, com a ajuda muito menos freqüente e opressiva do uso da força. Para tentar explicar este feito surpreendente, temos que procurar algum poderoso instrumental social ainda não descoberto, atuante nesse novo ambiente, e que podia desempenhar o papel anterior das dinastias e dos episcopados e tornar efetivo o interesse pela paz. Esse fator anônimo foi a *haute finance*.

Ainda não foi levada a efeito qualquer pesquisa mais ampla sobre a natureza do banco* internacional no século XIX; essa instituição misteriosa emergiu pouco no *chiaroscuro* da mitologia político-econômica.[2] Alguns alegaram que ela era apenas a ferramenta dos governos; outros, que os governos eram os instrumentos da sua inesgotável sede de lucros; outros, ainda, que se tratava da semente da discórdia internacional; outros, que era o veículo de um cosmopolitismo efeminado que minava a força das nações viris. Nenhum desses argumentos é totalmente errado. A *haute finance*, uma instituição *sui generis*, peculiar ao último terço do século XIX e ao primeiro terço do século XX, funcionou nesse período como o elo principal entre a organização política e a econômica do mundo. Ela forneceu os instrumentos para um sistema internacional de paz, que foi elaborado com a ajuda das Potências, mas que essas mesmas potências não poderiam ter estabelecido ou mantido. Enquanto o Concerto da Europa atuava apenas durante intervalos, a *haute finance* funcionava como agência permanente, do tipo mais elástico. Independente de governos particulares, mesmo os mais poderosos, estava em contato com todos; independente dos bancos centrais, mesmo do Banco da Inglaterra, estava estreitamente ligada a eles. Havia um contato íntimo entre a finança e a diplomacia; nenhuma delas levava em consideração planos a longo prazo, tanto de paz como de guerra, sem ter a certeza da boa vontade do outro. Todavia, o segredo do sucesso na manutenção de uma paz geral repousava, sem dúvida, na posição, organização e técnicas de finança internacional.

Tanto o pessoal como as motivações desse organismo singular investiam-no de um status cujas raízes estavam seguramente cravadas na esfera privada do interesse estritamente comercial. Os Rothschilds não estavam submetidos a *nenhum* governo; como família, eles incorporavam o princípio abstrato do internacionalismo; sua lealdade era para com uma firma, cujo crédito se tornara o único elo supranacional entre o governo político e o esforço industrial numa economia mundial em rápido crescimento. Em última instância, sua independência se originava das necessidades da época, que exigia um agente soberano, digno da confiança tanto dos estadistas nacionais como do investidor internacional. Para esta necessidade vital, a extraterritorialidade metafísica de uma dinastia de banqueiros judeus domiciliada nas capitais da Europa oferecia uma solução quase perfeita. Eles não eram realmente pacifistas; haviam feito sua fortuna financiando guerras; eram impermeáveis a qualquer consideração moral; não faziam objeção a qualquer número de guerras, pequenas, breves ou localizadas. Entretanto, seu negócio seria prejudicado se uma guerra generalizada entre as Grandes Potências interferisse com as fundações monetárias do sistema. Pela lógica dos fatos, coube a eles manter os requisitos da paz geral em meio à transformação revolucionária a que foram submetidos os povos do planeta.

Organizacionalmente, a *haute finance* foi o núcleo de uma das mais complexas instituições que a história do homem já produziu. Apesar de transitória, ela só é comparável, em universalidade e pela profusão de formas e instrumentos, com o montante das atividades humanas na indústria e no comércio do qual se tornou, de alguma forma, o espelho e o reverso. Além do centro internacional, a *haute finance* propriamente dita, havia uma meia dúzia de centros nacionais gravitando em torno dos seus bancos de emissões e bolsas de valores. Os banqueiros internacionais não se limitavam a financiar governos, suas aventuras de guerra e paz; faziam investimentos externos na indústria, nos serviços públicos e bancos, bem como empréstimos a longo prazo a corporações públicas

* Em inglês, "banking", com o sentido de "negócios bancários". (N. do R.)

[2] Feis, H., *Europe, the World's Banker, 1870-1914*, 1930, uma obra que seguimos textualmente muitas vezes.

e particulares fora do país. A finança nacional, por sua vez, era um microcosmo. Só a Inglaterra contava com meia centena de tipos diferentes de bancos; a organização bancária da França e da Alemanha também era específica. Em cada um desses países, as práticas do seu Tesouro e suas relações com a finança particular variavam nas forças mais marcantes e, muitas vezes, as mais sutis no que se referia aos detalhes. O mercado de dinheiro lidava com uma quantidade de contas comerciais, aceites estrangeiros, documentos financeiros propriamente ditos, bem como títulos nominais e outras facilidades nas bolsas de valores. O padrão era controlado por uma variedade infinita de grupos nacionais e personalidades, cada um deles com seu tipo peculiar de prestígio e destaque, autoridade e lealdade, sua capacidade de dinheiro e contato, de patronato e de aura social.

A *haute finance* não foi instituída como instrumento de paz; essa função lhe foi atribuída por acidente, como diriam os historiadores, enquanto os sociólogos talvez preferissem chamá-la lei da disponibilidade. O objetivo da *haute finance* era o lucro; para atingi-lo era necessário um bom relacionamento com os governos cujo objetivo era o poder e a conquista. Podemos deixar de lado, neste estágio e com bastante segurança, a distinção entre poder político e econômico, entre objetivos econômicos e políticos por parte dos governos. Com efeito, era uma característica dos estados-nação desse período que havia muito pouca realidade numa tal distinção pois, quaisquer que fossem os seus objetivos, os governos procuravam atingi-los através da utilização e do incremento do poder nacional. A organização da *haute finance*, por sua vez, era internacional, entretanto, não podia se considerar inteiramente independente da organização nacional. A *haute finance,* como centro atuante de participação bancária nos sindicatos e consórcios, nos grupos de investimento, de empréstimos estrangeiros ou outras transações de escopo ambicioso, tinha que procurar a cooperação dos bancos nacionais, do capital nacional, da finança nacional. Embora a finança nacional, como regra, fosse menos subserviente ao governo do que a indústria nacional, ela o era o suficiente para fazer com que a finança internacional tivesse interesse em manter contato com os próprios governos. Todavia, na medida em que – em virtude da sua posição e dos seus membros, da sua fortuna particular e de suas filiações – ela era realmente independente de qualquer governo particular, podia servir a um novo interesse que não possuía qualquer órgão específico próprio, a cujo serviço não havia qualquer outra instituição e que, no entanto, era de vital importância para a comunidade – a paz.

Não uma paz a qualquer preço, nem sequer uma paz ao preço de qualquer ingrediente da independência, soberania, glória adquirida ou aspirações futuras dos poderes envolvidos, mas simplesmente a paz, se fosse possível atingi-la sem um tal sacrifício.

E não podia ser de outra maneira. O poder tinha precedência sobre o lucro. Por mais estreitamente que seus domínios se interpenetrassem, era sempre a guerra que estabelecia as leis dos negócios. Desde 1870, por exemplo, a França e a Alemanha eram inimigas. Isto não impedia transações sem compromisso entre elas. Ocasionalmente, formavam-se sindicatos bancários para fins de transação; havia uma participação privada de bancos de investimento alemães em empresas além-fronteira, que não apareciam nas folhas de balanço; no mercado financeiro de empréstimos a curto prazo ocorria o desconto de letras de câmbio e a garantia de empréstimos a curto prazo sobre papéis colaterais e comerciais por parte de bancos franceses. Havia o investimento direto, como no caso da união entre o ferro e o coque, ou da fábrica Thyssen na Normandia, porém tais investimentos se restringiam a áreas definidas na França e estavam sob o fogo permanente da crítica tanto de nacionalistas como de socialistas. O investimento direto era mais freqüente nas colônias, como se exemplifica pelos esforços tenazes dos alemães em garantir minérios de teor elevado na Argélia, ou pela estória complicada das participações no Marrocos. Todavia, permanece, ainda, como fato concreto que, depois de 1870, em nenhum momento foi levantada a interdição oficial, embora tácita, sobre os títulos alemães na Bolsa de Paris. A França simplesmente "escolheu não correr o risco de ter a força do capital emprestado"[3] voltada contra ela. A Áustria também era suspeita; na crise do Marrocos de 1905-1906, a interdição foi estendida à Hungria. Os círculos financeiros de Paris pediram a admissão dos títulos húngaros, mas os círculos industriais apoiaram o governo na sua sólida oposição a qualquer concessão a um possível antagonista militar. A rivalidade político-diplomática continuava inquebrantável. Qualquer atuação que pudesse aumentar o presumível potencial inimigo era vetada pelos governos. Superficialmente, mais de uma vez pareceu que o conflito foi dominado, porém os círculos internos estavam convictos de que ele havia sido apenas empurrado para lugares mais profundos sob a superfície de amabilidade.

[3] Feis, H., *op. cit.*, p. 201.

Tomemos, por exemplo, as ambições da Alemanha quanto ao Leste. Aqui também a política e a finança se misturavam, no entanto a política prevaleceu. Após um quarto de século de disputas perigosas, a Alemanha e a Inglaterra assinaram um acordo razoável sobre a ferrovia de Bagdá, em junho de 1914 – tarde demais para impedir a grande Guerra, dizem muitas vezes. Outros argumentaram, pelo contrário, que a assinatura do acordo provou, de forma concreta, que a guerra entre Inglaterra e Alemanha *não* foi causada por um confronto de expansionismo econômico. Nenhuma dessas opiniões se baseia em fatos. Na verdade, o acordo deixou sem resolução o tema mais relevante. A ferrovia alemã não podia prosseguir além de Basra sem o consentimento do governo britânico, e as zonas econômicas do tratado cedo ou tarde levariam a uma colisão frontal. Enquanto isto, as Potências continuavam a preparar-se para o Dia D, que estava mais próximo do que elas mesmas imaginavam.[4]

A finança internacional tinha que enfrentar as ambições conflitantes e as intrigas das grandes e pequenas potências. Seus planos eram subvertidos pelas manobras diplomáticas, seus investimentos a longo prazo eram comprometidos e seus esforços construtivos prejudicados pela sabotagem política e as obstruções em surdina. As organizações bancárias nacionais, sem as quais ela era impotente, agiam muitas vezes como cúmplices de seus respectivos governos e não se considerava seguro qualquer plano que não levasse em conta, antecipadamente, os despojos de cada participante. Entretanto, o *poder financeiro* muitas vezes não era vítima mas o beneficiário da *diplomacia do dólar*, a qual fornecia o aguilhão de aço para a luva de veludo da finança. O sucesso nos negócios sempre envolvia o uso impiedoso da força contra os países mais fracos, a corrupção desenfreada nos escalões administrativos e o uso de quaisquer meios para atingir os fins familiares à selva colonial e semicolonial. E no entanto, por determinação funcional, coube à *haute finance* impedir as guerras mais generalizadas. A grande maioria dos portadores de títulos governamentais, assim como outros investidores e negociantes, seriam os primeiros perdedores com tais guerras, principalmente se as moedas fossem afetadas. A influência que a *haute finance* exercia sobre as Potências era sempre favorável a uma paz européia. Essa influência foi atuante na medida em que os próprios

[4] Cf. Notas sobre as Fontes.

governos dependiam da sua cooperação em mais de um sentido. Em conseqüência, nunca houve época em que o interesse pela paz não estivesse representado nos conselhos do Concerto da Europa. Se a isto acrescentamos o crescente interesse pela paz dentro de cada nação onde o hábito do investimento havia deitado raízes, começaremos a ver por que pode ocorrer a surpreendente inovação de uma paz armada de dúzias de estados praticamente mobilizados na Europa de 1871 até 1914, sem chegarem ao ponto de uma conflagração esmagadora.

A finança – um dos seus canais de influência – agia como poderoso moderador nos conselhos e na política de uma série de pequenos estados soberanos. Os empréstimos e a renovação dos empréstimos se articulavam com o crédito e este dependia do bom comportamento. Uma vez que, sob um governo constitucional (e os governos inconstitucionais não eram vistos com bons olhos), o comportamento se reflete no orçamento e o valor externo da moeda não pode ser isolado da apreciação do orçamento, os governos em débito eram aconselhados a vigiar cuidadosamente seu câmbio e evitar políticas que pudessem se refletir na solidez da posição orçamentária. Essa máxima bastante útil tornava-se uma regra de conduta convincente, uma vez que o país adotasse o padrão-ouro que limitava ao mínimo as flutuações permitidas. O padrão-ouro e o constitucionalismo eram os instrumentos que tornaram conhecida a voz da City de Londres em muitos dos países menores que adotaram esses símbolos de adesão à nova ordem internacional. Às vezes a Pax Britannica mantinha esse equilíbrio através dos canhões dos seus navios, entretanto, mais freqüentemente, ela prevalecia puxando os cordéis da rede monetária internacional.

A *haute finance* assegurava a sua influência, ainda, através da administração não-oficial das finanças de vastas regiões semicoloniais do mundo, inclusive os impérios decadentes do Islã na zona altamente inflamável do Oriente Próximo e do Norte da África. Era justamente aqui que o dia de trabalho dos financistas tocava os fatores sutis dos subterrâneos da ordem internacional, e fornecia uma administração *de facto* para essas regiões conflituosas onde a paz era mais vulnerável. Foi assim que se pôde garantir os numerosos pré-requisitos de investimentos de capital a longo prazo nessas áreas, a despeito de obstáculos quase intransponíveis. A épica história da construção de ferrovias nos Bálcãs, Anatólia, Síria, Pérsia, Egito, Marrocos e China é a história da persistência e de reviravoltas absurdas que lembram um feito semelhante ao do continente norte-americano. O maior perigo que ameaçava os capitalistas da Europa, porém, não era o fracasso tecnológico ou financeiro e sim a

guerra – não uma guerra entre pequenos países (que podia ser facilmente circunscrita), nem a guerra de uma Grande Potência contra um pequeno país (uma ocorrência bastante comum, e freqüentemente conveniente) mas uma guerra generalizada entre as próprias Grandes Potências. A Europa não era um continente vazio e sim o lar de milhões de povos, velhos e novos; cada nova ferrovia tinha que abrir seu caminho através de fronteira de solidez variável, e que podiam ser fatalmente enfraquecidas ou vitalmente reforçadas com o contato. Somente o punho de aço da finança sobre os fracos governos das regiões atrasadas podia impedir a catástrofe. Quando a Turquia fugiu às suas obrigações financeiras, em 1875, imediatamente romperam conflagrações militares que duraram de 1876 até 1878, quando da assinatura do Tratado de Berlim. A paz foi mantida durante trinta e seis anos, a partir daí. Essa paz assombrosa foi implementada pelo Decreto de Muharrem, de 1881, que estabeleceu a "Dette Ottomane" em Constantinopla. Os representantes da *haute finance* se encarregaram da administração do grosso das finanças turcas. Em numerosos casos eles arquitetaram compromissos entre as Potências; em outros, eles impediram a Turquia de criar dificuldades por sua própria conta; em outros, ainda, eles atuaram simplesmente como agentes políticos das Potências – de um modo geral, serviram aos interesses monetários dos credores e, se assim se pode dizer, dos capitalistas que tentavam auferir lucros naquele país. Essa tarefa se complicou muito com o fato de a Comissão de dívida não ser um organismo representativo dos credores privados, mas um órgão da lei pública européia, no qual a *haute finance* só tinha representação não-oficial. Mas foi justamente nessa capacidade ambígua que ela se tornou capaz de estreitar o abismo existente entre as organizações política e econômica da época.

O comércio se unira definitivamente à paz. No passado, a organização do comércio fora militar e guerreira; era um conjunto de piratas e bucaneiros, era a caravana armada, o caçador e o que colocava armadilhas, o mercador com a espada, a burguesia armada das cidades, os aventureiros e os exploradores, os plantadores e os conquistadores, os caçadores de homens e os comerciantes de escravos, os exércitos coloniais e os navios fretados. Tudo isto já havia sido esquecido. O comércio dependia agora de um sistema monetário internacional que não podia funcionar numa guerra generalizada. Ele exigia a paz e as Grandes Potências se esforçavam por mantê-la. Todavia, o sistema de equilíbrio-de-poder, como vimos, não podia garantir a paz por si mesmo. Isto foi conseguido pela finança internacional, cuja própria existência incorporava o princípio de uma nova dependência do comércio à paz.

Acostumamo-nos demasiado a pensar na difusão do capitalismo como um processo que pode ser tudo menos pacífico, e no capital financeiro como o principal instigador de inumeráveis crimes coloniais e agressões expansionistas. A associação desse capital com as indústrias pesadas levou Lenin a afirmar que o capital financeiro era responsável pelo imperialismo, principalmente na luta por esferas de influência, concessões, direitos extraterritoriais e as inumeráveis formas de que se valeram as Potências Ocidentais nas regiões atrasadas, a fim de investir em ferrovias, serviços públicos, portos e outros setores permanentes nos quais as suas indústrias pesadas poderiam auferir lucros. É verdade que os negócios e as finanças foram responsáveis por muitas guerras coloniais, mas eles também foram responsáveis pelo fato de ter sido evitada uma grande conflagração. A sua associação com a indústria pesada, embora muito estreita apenas na Alemanha, é responsável por ambas, a guerra e a paz. O capital financeiro, como organização-chave da indústria pesada, associava-se aos vários ramos da indústria de forma muito entrelaçada para permitir que um único grupo determinasse a sua política. A cada interesse favorecido pela guerra correspondiam dezenas de outros que poderiam ser afetados de forma adversa. O capital internacional seria certamente o perdedor, em caso de guerra, porém mesmo a finança nacional só poderia lucrar excepcionalmente, embora auferisse o suficiente, freqüentemente, para financiar as dezenas de guerras coloniais enquanto permanecessem circunscritas. Quase todas as guerras foram organizadas pelos financistas, mas eles também organizaram a paz.

A natureza precisa desse sistema estritamente pragmático, que se resguardava com extremo rigor contra uma guerra generalizada enquanto oferecia negócios pacíficos em meio a uma seqüência interminável de pequenas guerras, fica mais bem demonstrada pelas modificações que ele introduziu na lei internacional. Enquanto o nacionalismo e a indústria tendiam a tornar as guerras mais ferozes e totais, foram criadas salvaguardas efetivas para a continuidade do comércio pacífico em tempo de guerra. Frederico o Grande, se notabilizou por ter recusado, "em represália", em 1752, honrar o empréstimo silesiano devido aos súditos britânicos.[5] "Não foi feita qualquer outra tentativa dessa espécie desde então", disse Hershey. "As guerras da Revolução Francesa nos fornecem os últimos exemplos importantes de confisco de proprie-

[5] Hershey, A. S., *Essentials of International Public Law and Organization*, 1927, pp. 565-69.

dade privada de súditos inimigos encontrados em território beligerante quando do rompimento das hostilidades." Quando irrompeu a Guerra da Criméia, permitiu-se aos comerciantes inimigos abandonar o porto, uma prática à qual aderiram Prússia, França, Rússia, Turquia, Espanha, Japão e os Estados Unidos durante os cinqüenta anos seguintes. Desde o início dessa guerra usou-se de grande indulgência no comércio entre os beligerantes. Assim, na Guerra Hispano-Americana, navios neutros com carregamentos de propriedade americana, e que não eram contrabando de guerra, destinavam-se a portos espanhóis. A opinião de que as guerras do século XVIII foram menos destrutivas do que as do século XIX em *todos* os aspectos é um simples preconceito. No que diz respeito ao status de estrangeiros inimigos, o serviço de empréstimos mantidos por cidadãos inimigos, a propriedade inimiga ou o direito de comerciantes inimigos deixarem os portos, o século XIX revelou uma mudança decisiva em favor de medidas para salvaguardar o sistema econômico em tempo de guerra. Foi no século XX que se reverteu essa tendência.

Assim, a nova organização da vida econômica forneceu o pano de fundo para a Paz dos Cem Anos. No primeiro período, as classes médias nascentes eram principalmente uma força revolucionária que ameaçava a paz, como testemunhamos no levante napoleônico. Foi justamente contra este novo fato de perturbação nacional que a Santa Aliança organizou a sua paz reacionária. No segundo período, a nova economia estava vitoriosa. As classes médias eram agora, elas mesmas, o sustentáculo do interesse na paz, muito mais poderoso do que o de seus predecessores reacionários, e alimentado pelo caráter nacional-internacional da nova economia. Entretanto, em ambos os casos o interesse pela paz só se tornou efetivo porque foi capaz de fazer o sistema de equilíbrio-de-poder servir à sua causa, fornecendo àquele sistema os órgãos sociais capazes de lidarem diretamente com as forças internas ativas na área da paz. Sob a Santa Aliança esses órgãos eram o feudalismo e as casas reinantes, apoiados pelo poder espiritual e material da Igreja; sob o Concerto da Europa, eles foram a finança internacional e o sistema bancário nacional a ela aliados. Não há necessidade de exagerar esta distinção. Durante a Paz dos Trinta Anos, 1816-1846, a Grã-Bretanha já pressionava pela paz e pelos negócios, e mesmo a Santa Aliança não desdenhava a ajuda dos Rothschilds. Sob o Concerto da Europa, por sua vez, a finança internacional teve que recorrer, muitas vezes, a seus associados dinásticos e aristocráticos. Todavia, tais fatos apenas servem para fortalecer nosso argumento de que em cada um

dos casos a paz se manteve não apenas através das chancelarias das Grandes Potências mas com a ajuda de agências concretamente organizadas, que agiam a serviço de interesses generalizados. Em outras palavras, o sistema de equilíbrio-de-poder só pôde evitar uma conflagração generalizada com o pano de fundo de uma nova economia. Mas a façanha do Concerto da Europa foi incomparavelmente maior do que a da Santa Aliança. Esta última só manteve a paz numa região limitada, num continente imutável, enquanto a primeira realizou a mesma tarefa em escala mundial enquanto o progresso social e econômico revolucionava o mapa do globo. Esse grande feito político resultou da emergência de uma entidade específica, a *haute finance,* que foi o elo entre a organização política e a econômica da vida internacional.

Neste ponto, deve ficar claro que a organização da paz repousava sobre a organização econômica. Todavia, as duas eram de consistência muito diferente. Só se pode falar de uma organização de paz política mundial no sentido mais amplo do termo, pois o Concerto da Europa, em sua essência, não era um sistema de paz, mas apenas de soberanias independentes protegidas pelo mecanismo da guerra. O oposto é verdadeiro em relação à organização econômica do mundo. A menos que nos submetamos à prática não-crítica de restringir o termo "organização"a organismos dirigidos de forma centralizada, que atuam através de funcionários próprios, temos que concordar que nada poderia ser mais definido do que os princípios universalmente aceitos sobre os quais essa organização repousa, e nada mais concreto do que seus elementos factuais. Orçamentos e armamentos, comércio exterior e matérias-primas, independência nacional e soberania eram, agora, funções da moeda e do crédito. Já no último quarto do século XIX, os preços mundiais das mercadorias constituíam a realidade principal das vidas de milhões de camponeses continentais; as flutuações do mercado monetário de Londres eram anotadas diariamente pelos negociantes de todo o mundo, e os governos discutiam os planos para o futuro à luz da situação dos mercados de capitais mundiais. Só um louco duvidaria de que o sistema econômico internacional era o eixo da existência material da raça humana. Como o sistema precisava de paz para funcionar, o equilíbrio-de-poder era organizado para servi-lo. Se se retirasse esse sistema econômico, o interesse pela paz desapareceria da política. Além disso, não havia causa suficiente para esse interesse nem a possibilidade de salvaguardá-lo, mesmo que existisse. O sucesso do Concerto da Europa surgiu da necessidade da nova organização internacional da economia e terminaria, inevitavelmente, com a sua dissolução.

A era de Bismarck (1861-1890) viu o Concerto da Europa na sua melhor forma. Nas duas décadas que se seguiram imediatamente à ascensão da Alemanha à categoria de Grande Potência, ela foi a principal beneficiária do interesse pela paz. Ela forçara seu caminho até as primeira fileiras à custa da Áustria e da França; era vantajoso para ela manter o *status quo* e evitar a guerra, que poderia ser apenas uma guerra de retaliação contra ela mesma. Bismarck patrocinou deliberadamente a noção de paz como elaboração conjunta das Potências e evitava compromissos que pudessem forçar a Alemanha para fora da sua posição de poder de paz. Ele se opôs a ambições expansionistas nos Bálcãs e no além-mar; utilizou, de modo consistente, a arma do livre comércio contra a Áustria, e até mesmo contra a França; frustrou as ambições da Rússia e da Áustria nos Bálcãs com o auxílio do jogo de equilíbrio-de-poder, mantendo a harmonia com aliados em potencial e evitando situações que poderiam envolver a Alemanha numa guerra. O agressor astuto de 1863-1870 transformou-se no correto honesto de 1878 e no depreciador das aventuras coloniais. Conscienciosamente, ele passou a liderar o que considerava ser a tendência pacífica da época, a fim de servir os interesses nacionais da Alemanha.

Entretanto, no final da década de 1870, o episódio do livre comércio (1846-79) estava no final; a utilização do padrão-ouro pela Alemanha marcou o início de uma era de protecionismo e expansão colonial.[6] A Alemanha passava agora a reforçar sua posição através de uma aliança precipitada com a Áustria-Hungria e a Itália; um pouco mais tarde Bismarck perdeu o controle da política do Reich. A partir daí, a Grã-Bretanha passou a ser o líder do interesse pela paz numa Europa que ainda permanecia um grupo de estados soberanos independentes e, portanto, sujeitos ao equilíbrio-de-poder. Na década de 1890, a *haute finance* estava no seu apogeu e a paz parecia mais segura do que nunca. Os interesses britânicos e franceses diferiam na África; os britânicos e os russos competiam uns com os outros na Ásia, o Concerto, embora capengando, continuava a funcionar. A despeito da Tríplice Aliança, ainda havia mais de duas potências independentes para vigiar uma a outra ciumentamente. Mas isto não durou muito tempo. Em 1904, a Grã-Bretanha fez um acordo espetacular com a França sobre Marrocos e o Egito; alguns anos mais tarde entrou em acordo com a Rússia sobre

[6] Eulenburg, F. "Aussenhandel und Aussenhandelspolitik, em *Grundriss der Sozialökonomik*, vol. VIII, 1929, p. 209.

a Pérsia, e estava formada a contra-aliança. O Concerto da Europa, essa federação frouxa de potências independentes, foi finalmente substituído por dois agrupamentos de poder hostis; o equilíbrio-de-poder, como sistema, chegara a seu final. Com apenas dois grupos de poder em competição, seu mecanismo deixara de funcionar. Não havia mais um terceiro grupo que se unisse a um ou outro para frear aquele que buscasse aumentar o seu poder. Praticamente na mesma época, os sintomas de dissolução das formas existentes de economia mundial – rivalidade colonial e competição por mercados exóticos – tornaram-se agudos. A habilidade da *haute finance* em contornar a disseminação das guerras diminuía rapidamente. A paz ainda se arrastou durante os sete anos seguintes, mas era apenas uma questão de tempo para que a dissolução da organização econômica do século XIX terminasse com a Paz dos Cem Anos.

À luz desse reconhecimento, a verdadeira natureza da organização econômica altamente artificial sobre a qual repousava a paz assume um significado maior para o historiador.

2

A DÉCADA DE 1920 CONSERVADORA
A DÉCADA DE 1930 REVOLUCIONÁRIA

O colapso do padrão-ouro internacional foi o elo invisível entre a desintegração da economia mundial na virada do século e a transformação de toda uma civilização na década de 1930. Enquanto não se avaliar devidamente a importância vital deste fator, não é possível apreciar corretamente tanto o mecanismo que conduziu a Europa ao seu destino como as circunstâncias responsáveis pelo fato estarrecedor das formas e conteúdos de uma civilização repousarem sobre alicerces tão precários.

Não se percebeu a verdadeira natureza do sistema internacional sob o qual vivíamos senão quando ele entrou em colapso. Quase ninguém compreendeu a função política do sistema monetário internacional, e a terrível rapidez da transformação tomou o mundo completamente de surpresa. E, no entanto, o padrão-ouro era o único pilar remanescente da economia mundial tradicional; quando ele ruiu, o resultado teria que ser imediato. Para os economistas liberais, o padrão-ouro era uma instituição puramente econômica; eles se recusavam a vê-lo, sequer, como parte do mecanismo social. Os países democráticos foram, assim, os últimos a compreender a verdadeira natureza da catástrofe, e os mais demorados no combate ao seus efeitos. O cataclisma já desabava sobre eles e seus líderes ainda não conseguiam entender que, por trás do colapso do sistema internacional, existia um longo desenvolvimento no interior dos países mais avançados que tornava anacrônico um tal sistema. Em outras palavras, a falência da própria economia de mercado ainda lhes escapava.

A transformação chegou ainda mais abruptamente do que se poderia imaginar. A Primeira Guerra Mundial e as revoluções de pós-guerra ainda faziam parte do século XIX. O conflito de 1914-1918 apenas precipitou e agravou desmesuradamente uma crise que ele não havia criado. Mas o cerne do dilema ainda não havia sido descoberto nessa época, e os horrores e as devastações da guerra pareceram aos sobreviventes a fonte óbvia dos obstáculos a uma organização internacional que havia emergido tão inesperadamente. De repente, nem o sistema econômico, nem o sistema político mundial pareciam funcionar, e a explicação parecia estar nos terríveis sofrimentos infligidos à substância da raça humana pela Primeira Guerra Mundial. Na realidade, os obstáculos à paz e à estabilidade no pós-guerra derivavam das mesmas fontes da qual brotara a própria guerra. A dissolução do sistema econômico mundial que se processava desde 1900, foi responsável pela tensão política que explodiu em 1914; a guerra e os tratados posteriores diminuíram superficialmente a tensão eliminando a competição alemã, embora agravassem as causas da tensão e aumentassem, ainda mais acentuadamente, os obstáculos políticos e econômicos para a paz.

Do ponto de vista político, os tratados incluíam uma contradição fatal. Com o desarmamento unilateral das nações derrotadas, eles impediam qualquer reconstrução do sistema de equilíbrio-de-poder, uma vez que o poder é requisito indispensável para um tal sistema. Genebra procurou em vão a restauração de um tal sistema nesse Concerto da Europa mais amplo e aperfeiçoado que se chamou a Liga da Nações. Foram vãs as facilidades de consulta e de ação conjunta oferecidas no Pacto da Liga – faltava a precondição essencial das unidades de poder independentes. A Liga nunca chegou a ser realmente instituída; nem o Artigo 16, sobre o cumprimento dos tratados, nem o Artigo 19, sobre a sua revisão pacífica, chegaram a entrar em vigor. A única solução viável para o incandescente problema da paz – a restauração do sistema de equilíbrio-de-poder – estava, assim, completamente fora do alcance, e tanto isto é real que o verdadeiro objetivo dos estadistas mais construtivos da década de 1920 não foi sequer compreendido pelo público, que continuava num estado quase indescritível de confusão. Ante o fato estarrecedor do desarmamento de um grupo de nações, enquanto o outro continuava armado – uma situação que impossibilitava qualquer passo construtivo para a organização da paz – prevaleceu a atitude emocional de ser a Liga, de alguma forma misteriosa, a precursora de uma era de paz que necessitava apenas de freqüentes encorajamentos verbais para se tornar permanente. Na América do

Norte se difundiu amplamente a idéia de que se a América tivesse feito parte da Liga as coisas seriam totalmente diferentes. Não existe melhor prova do que esta para a falta de compreensão das fraquezas orgânicas do assim chamado sistema do pós-guerra – assim chamado porque, se as palavras têm algum sentido, a Europa não tinha, então, qualquer sistema político. Um simples *status quo* como esse só pode durar enquanto dura a exaustão física das partes envolvidas; não é de admirar, portanto, que a volta ao sistema do século XIX parecesse o único caminho a seguir. Enquanto isto, o Conselho da Liga poderia ter funcionado ao menos como uma espécie de diretório europeu, semelhante ao Concerto da Europa no seu apogeu, não fosse a regra fatal da unanimidade que indicou o pequeno Estado obstinado como árbitro da paz mundial. O projeto absurdo do desarmamento permanente dos países derrotados impossibilitava qualquer solução construtiva. A única alternativa para essa situação desastrosa era estabelecer uma ordem internacional imbuída de um poder organizado que transcendesse a soberania nacional. Uma tal perspectiva, porém, estava inteiramente fora de cogitação naquela época. Nenhum país da Europa, para não mencionar os Estados Unidos, submeter-se-ia a um tal sistema.

Do ponto de vista econômico, a política de Genebra era muito mais consistente quando pressionava pela restauração da economia mundial como segunda linha de defesa da paz. Mesmo um sistema de equilíbrio-de-poder restabelecido com sucesso só trabalharia pela paz se fosse restaurado o sistema monetário internacional. Na falta de câmbios estáveis e liberdade de comércio, os governos das várias nações, como no passado, veriam a paz como um interesse menor, pelo qual lutariam apenas enquanto ela não interferisse com seus interesses maiores. Woodrow Wilson foi o primeiro, entre os estadistas da época, que parece ter compreendido a interdependência entre a paz e o comércio, não apenas como garantia do comércio, *mas também da paz*. Não admira, pois, que a Liga lutasse persistentemente para reconstruir a moeda internacional e a organização do crédito como a única salvaguarda possível da paz entre os estados soberanos, e que o mundo dependesse, como nunca antes, da *haute finance*. J. P. Morgan havia substituído N. M. Rothschild como o demiurgo do século XIX rejuvenescido.

De acordo com os padrões daquele século, a primeira década do pós-guerra surgiu como era revolucionária; à luz da nossa experiência atual ocorreu precisamente o contrário. A intenção daquela época era profundamente conservadora, e expressava a convicção quase universal

de que somente com o restabelecimento do sistema pré-1914, "agora sobre fundações sólidas", poder-se-ia restaurar a paz e a prosperidade. Na verdade, foi justamente pelo fracasso desse esforço de volta ao passado que surgiu a transformação da década de 1930. Embora as revoluções e contra-revoluções dos pós-guerra fossem espetaculares, elas apenas representavam reações mecânicas à derrota militar ou, no máximo, uma reencenação do usual drama liberal e constitucionalista de civilização ocidental no cenário da Europa Central e Oriental. Foi somente na década de 1930 que elementos inteiramente novos penetraram no padrão da história ocidental.

Os levantes e os contralevantes da Europa Central e Oriental na década de 1917 a 1920, a despeito do seu cenário, foram apenas caminhos oblíquos para reerguer regimes que haviam sucumbido nos campos de batalha. Quando se dissolveu a fumaça da contra-revolução, os sistema políticos de Budapeste, Viena e Berlim não eram muito diferentes do que tinham sido antes da guerra. O mesmo ocorreu com a Finlândia, os Estados Bálticos, Polônia, Áustria, Hungria, Bulgária e até mesmo a Itália e a Alemanha até meados da década de 1920. Em alguns países ocorreu um grande progresso em relação à liberdade nacional e à reforma agrária – realizações bastante comuns já na Europa Ocidental desde 1789. Nesse sentido, a Rússia não constitui exceção. A tendência da época era simplesmente estabelecer (ou restabelecer) o sistema comumente associado com os ideais das revoluções inglesa, americana e francesa. Não apenas Hindenburg e Wilson, mas também Lenin e Trotski estavam, nesse sentido amplo, na linha da tradição ocidental.

No início da década de 1930, a mudança surgiu abrupta. Seus marcos foram o abandono do padrão-ouro pela Grã-Bretanha, os Planos Qüinqüenais na Rússia, o lançamento do New Deal, a Revolução Nacional-Socialista na Alemanha, o colapso da Liga em favor de impérios autárquicos. Enquanto no final da guerra os ideais do século XIX eram predominantes e sua influência dominou a década seguinte, já em 1940 havia desaparecido qualquer vestígio do sistema internacional e, à parte enclaves, as nações viviam uma conjuntura internacional inteiramente nova.

A causa primordial da crise, calculamos, foi o trágico colapso do sistema econômico internacional. Desde a virada do século ele vinha funcionando precariamente, e a guerra e os Tratados finalmente destruíram-no. Isto tornou-se aparente na década de 1920, quando dificilmente uma crise interna na Europa não alcançava seu clímax em termos de economia externa. Os estudantes de política agrupavam, então,

os vários países não em termos de continentes, mas de acordo com o grau de aderência deles a uma moeda estável. A Rússia havia assombrado o mundo com a destruição do rublo, cujo valor havia sido reduzido a zero através, simplesmente, da inflação. A Alemanha repetira esse gesto desesperado de enganar o Tratado; a expropriação da classe dos arrendatários, que ocorreu na sua esteira, colocou as fundações para a revolução nazista. O prestígio de Genebra deveu-se ao seu sucesso em ajudar a Áustria e a Hungria a restaurarem suas moedas, e Viena tornou-se a Meca dos economistas liberais em virtude de uma operação brilhantemente bem-sucedida no *Krone* austríaco, à qual o paciente, infelizmente, não sobreviveu. Na Bulgária, Grécia, Finlândia, Letônia, Lituânia, Estônia, Polônia e Rumânia, a restauração da moeda deu condições à contra-revolução de exigir uma participação no poder. Na Bélgica, França e Inglaterra, a esquerda foi alijada em nome dos padrões de segurança da moeda. Uma seqüência quase ininterrupta de crises monetárias ligava os indigentes Bálcãs aos afluentes Estados Unidos, através da conexão elástica de um sistema internacional de crédito que transmitiu a tensão de moedas imperfeitamente restauradas primeiro da Europa Oriental para a Europa Ocidental, depois da Europa Ocidental para os Estados Unidos. Finalmente, os próprios Estados Unidos foram engolfados pelos efeitos de uma estabilização prematura das moedas européias. Começara o colapso final.

O primeiro choque ocorreu dentro de esferas nacionais. Algumas moedas, como a russa, a alemã, a austríaca, a húngara, desapareceram no espaço de um ano. À parte uma taxa sem precedente de câmbio no valor das moedas, ocorreu a circunstância de que esse câmbio tinha lugar numa economia completamente monetarizada. Havia sido introduzido um processo celular na sociedade humana cujos efeitos estavam fora do alcance da experiência. Tanto interna como externamente, moedas de valor minguante significavam uma ruptura. As nações se viam separadas de seus vizinhos, como por um abismo, enquanto, ao mesmo tempo, os vários estratos da população eram afetados de modos inteiramente diferentes e muitas vezes opostos. A classe média intelectual foi literalmente pauperizada; os tubarões financeiros acumulavam fortunas chocantes. Entrara em cena um fator de uma força incalculável, simultaneamente integradora e desintegradora.

A "fuga do capital" era um *novum*. Nem em 1848, nem em 1866, e nem mesmo em 1871, registrou-se um tal acontecimento. No entanto, ficou patente o papel vital que ele desempenhou na queda dos governos

liberais na França, em 1925 e novamente em 1938, bem como no desenvolvimento do movimento fascista na Alemanha em 1930.

A moeda tornou-se o pivô da política nacional. Sob uma economia monetária moderna, ninguém podia deixar de experimentar, diariamente, o encolhimento ou a expansão do bastão financeiro; as populações tornaram-se conscientes de que significava o dinheiro; o efeito da inflação na renda real era descontado adiantadamente pela massas; em todos os lugares, homens e mulheres pareciam ver o dinheiro estável como a necessidade suprema da sociedade humana. Todavia, essa conscientização era inseparável do reconhecimento de que os alicerces da moeda podiam depender de fatores políticos fora das fronteiras nacionais. Assim, o *bouleversement* social, que abalou a confiança na estabilidade inerente ao meio monetário, abalou também o conceito ingênuo da soberania financeira numa economia interdependente. Daí em diante, as crises internas associadas à moeda tenderiam a levantar graves problemas externos.

A crença no padrão-ouro tornou-se a religião daquele tempo. Para alguns ela representava um credo ingênuo, para outros, uma crença crítica, para outros, ainda, um credo satânico que implicava a aceitação da carne e na rejeição do espírito. E no entanto, a crença em si era a mesma, isto é, de que as notas bancárias tinham valor porque elas representavam o ouro. Não fazia diferença, então, se o próprio ouro tinha valor pelo fato de incorporar trabalho, como diziam os socialistas, ou pelo fato de ser útil e escasso, como afirmava a doutrina ortodoxa. A guerra entre o céu e o inferno ignorava o tema dinheiro, deixando milagrosamente unidos capitalistas e socialistas. Onde Ricardo e Marx tinham a mesma opinião, o século XIX não conheceu a dúvida. Bismarck e Lassalle, John Stuart Mill e Henry George, Philip Snowden e Calvin Coolidge, Mises e Trotski aceitaram igualmente essa fé. Karl Marx usou de grande empenho para demonstrar que os talões de trabalho utópicos de Proudhon (que deveriam substituir a moeda) eram baseados numa auto-ilusão, e o *Das Kapital* apresentou a teoria da mercadoria-dinheiro na sua forma ricardiana. O russo bolchevista Sokolnikoff foi o primeiro estadista pós-guerra a restaurar o valor da moeda do seu país em termos de ouro; o social-democrata alemão Hilferding pôs seu partido em perigo ao defender ardorosamente os princípios da moeda estável; o social-democrata austríaco Otto Bauer apoiou os princípios monetários subjacentes à restauração do *Krone* tentada pelo seu implacável adversário Seipel; o socialista inglês Philip Snowden voltou-se contra o trabalhismo acreditando que a libra ester-

lina não estava a salvo nas suas mãos; e o Duce manteve o valor-ouro da lira em 90 gravado em pedra e afirmou que morreria em sua defesa. Seria difícil encontrar qualquer divergência a esse respeito entre os pronunciamentos de Hoover e Lenin, Churchill e Mussolini. Na verdade, a essencialidade do padrão-ouro para o funcionamento do sistema econômico internacional da época era o dogma primeiro e único comum aos homens de todas as nações, de todas as classes, de todas as religiões e filosofias sociais. Era a única realidade invisível à qual podia se apegar a vontade de viver, quando a humanidade se encontrava a braços, ela mesma, com a tarefa de restaurar sua existência em frangalhos.

O esforço, que fracassou, foi o mais compreensivo a que o mundo já assistiu. A estabilização de moedas praticamente arrasadas na Áustria, Hungria, Bulgária, Finlândia, Rumânia ou Grécia não foi apenas um ato de fé por parte desses países pequenos e fracos, que literalmente passaram fome para alcançar as margens do ouro, mas foi também uma aprovação severa para seus poderosos e ricos patrocinadores – os vitoriosos da Europa Ocidental. Enquanto as moedas dos vitoriosos flutuavam, a pressão não se tornou aparente; eles continuavam a fazer empréstimo externos como antes da guerra e, assim, ajudavam a manter as economias das nações derrotadas. Entretanto, quando a Grã-Bretanha e a França reverteram ao ouro, a carga dos seus câmbios estabilizados passou a contar. Eventualmente, uma preocupação silenciosa quanto à segurança da libra passou a ser marcante no principal país do ouro, os Estados Unidos. Essa preocupação, que atravessou o Atlântico, acabou trazendo a América, inesperadamente, para a zona de perigo. O ponto parece apenas técnico, porém deve ser entendido claramente. O apoio americano à libra esterlina em 1927 significava baixas taxas de juros em Nova York, a fim de impedir grandes movimentos de capital de Londres para Nova York. O Federal Reserve Board assumiu um compromisso com o Banco da Inglaterra para manter baixos os seus juros. Mas chegou o momento em que a própria América precisou de juros altos, pois o seu próprio sistema de preços começou a ser perigosamente inflacionado (esse fato foi obscurecido pela existência de um nível de preços estável, mantido a despeito de custos tremendamente diminuídos). Quando o balanço habitual do pêndulo, após sete anos de prosperidade, resultou no *crack* de 1929, já longamente retardado, as coisas se agravaram intensamente pelo estado vigente de criptoinflação. Os devedores, extenuados pela deflação, puderam ver o colapso do credor inflado. Foi um portento. A América, num gesto instintivo de libertação, abandonou

o padrão-ouro em 1933, desaparecendo, assim, o último vestígio da economia mundial tradicional. Embora muito pouca gente pudesse discernir naquela época o significado mais profundo do acontecimento, a história imediatamente reverteu a sua tendência.

Durante mais de uma década, a restauração do padrão-ouro havia sido o símbolo da solidariedade mundial. Realizaram-se inúmeras reuniões, de Bruxelas a Spa e Genebra, de Londres a Locarno e Lausanne, para atingir as precondições políticas necessárias a moedas estáveis. A própria Liga da Nações foi acrescida da uma Organização Internacional do Trabalho, em parte para uniformizar as condições de competição entre as nações de tal forma que o comércio pudesse ser liberado sem perigo para os padrões de vida. A moeda estava no cerne das campanhas lançadas por Wall Street para superar o problema das transferências e para, primeiro, comercializar e, depois, mobilizar as reparações. Genebra atuou como o patrocinador de um processo de reabilitação no qual a pressão conjunta da City de Londres e dos puristas monetários neoclássicos de Viena foi posta a serviço do padrão-ouro. Todo o esforço internacional foi dirigido a esse objetivo, finalmente, enquanto os governos nacionais, como regra, acomodavam suas políticas à necessidade de salvaguardar a moeda, particularmente aquelas políticas que se preocupavam com o comércio exterior, empréstimos, assuntos bancários e câmbio. Embora todos concordassem que as moedas estáveis dependiam, em última instância, do comércio exterior, todos, a não ser os adeptos dogmáticos do livre comércio, sabiam também que deveriam ser tomadas medidas imediatas, as quais iriam restringir, inevitavelmente, o comércio exterior e os pagamentos externos na maioria dos países. Desenvolveram-se cotas de importação, moratórias e acordos imobilizados, sistemas de compensação e tratados comerciais bilaterais, acordos de permuta, embargos de exportações de capital, controles do comércio exterior e equalizações dos fundos cambiais para fazer face ao mesmo conjunto de circunstâncias. O *incubus* da auto-suficiência, no entanto, perseguia as medidas tomadas para a proteção da moeda. Embora a intenção fosse a liberdade de comércio, o resultado foi seu estrangulamento. Ao invés de ganhar acesso aos mercados do mundo, os governos, por seus próprios atos, estavam barrando seus países de qualquer nexo internacional, e sacrifícios cada vez maiores passaram a ser exigidos para manter pelo menos um fluxo mínimo de comércio. Os esforços frenéticos para proteger o valor externo da moeda como meio de comércio exterior levaram os povos, mesmo contra a sua vontade, a uma economia autárquica. Todo o arse-

nal de medidas restritivas, que se constituía num afastamento radical da economia tradicional, foi na verdade o resultado dos propósitos conservadores do livre comércio.

Essa tendência reverteu abruptamente com a queda final do padrão-ouro. Os sacrifícios feitos para restaurá-lo tinham que ser feitos novamente para que pudéssemos viver sem ele. As mesmas instituições que haviam sido destinadas a reprimir a vida e o comércio para manter um sistema de moedas estáveis eram agora utilizadas para ajustar a vida industrial à ausência permanente de um tal sistema. Talvez seja por isto que a estrutura mecânica e tecnológica da indústria moderna tenha sobrevivido ao impacto do colapso do padrão-ouro. Assim, na luta para preservá-lo, o mundo vinha se preparando inconscientemente para o tipo de esforço e o tipo de organização necessários para se adaptar à sua perda. Entretanto, a intenção agora era inteiramente oposta; nos países que mais sofreram durante a prolongada luta pelo inatingível, forças titânicas se desprenderam como reação. Nem a Liga das Nações, nem a *haute finance* internacional sobreviveram ao padrão-ouro; com o seu desaparecimento, tanto o interesse organizado pela paz, representado pela Liga, como os seus instrumentos principais de atuação – os Rothschilds e os Morgans – desapareceram da política. A ruptura do fio de ouro foi o sinal de uma revolução mundial.

Entretanto, a quebra do padrão-ouro nada mais fez do que estabelecer a data de um acontecimento demasiado grande para ser causado por ele. Nada menos do que uma destruição completa das instituições da sociedade do século XIX acompanhou a crise em grande parte do mundo, e em todos os lugares essas instituições foram modificadas e reformuladas além de todo o reconhecimento. Em muitos países o estado liberal foi substituído por ditaduras totalitárias e a instituição central do século – produção baseada em mercados livres – foi substituída por novas formas de economia. Enquanto grandes nações reconstruíram o próprio molde do seu pensamento e se lançavam à guerra para escravizar o mundo em nome de concepções até então desconhecidas sobre a natureza do universo, nações ainda maiores corriam em defesa da liberdade, que passou a adquirir em suas mãos um significado igualmente ainda não-conhecido. O fracasso do sistema internacional, embora tivesse acionado a transformação, certamente não poderia ter sido responsável pela sua profundidade e conteúdo. Embora possamos compreender por que tudo aconteceu subitamente, ainda estamos no escuro quanto ao que motivou tudo isto.

Não foi por acidente que a transformação se fez acompanhar de guerras numa escala sem precedentes. A história estava acionada para uma mudança social; o destino das nações estava ligado a seu papel numa transformação institucional. Uma tal simbiose não é excepcional na história; embora os grupos nacionais e as instituições sociais tenham origens próprias, eles tendem a se acoplarem uns aos outros na sua luta pela sobrevivência. Um exemplo famoso de uma tal simbiose uniu o capitalismo e as nações marítimas do Atlântico. A Revolução Comercial, tão estreitamente ligada à ascensão do capitalismo, tornou-se o veículo-de-poder para Portugal, Espanha, Holanda, França, Inglaterra e Estados Unidos, e cada uma delas se beneficiou das oportunidades oferecidas por aquele movimento amplo e bem arraigado enquanto, de outro lado, o próprio capitalismo se expandia pelo planeta através da instrumentalidade dessas Potências ascendentes.

A lei se aplica também ao seu reverso. Uma nação pode ser prejudicada na sua luta pela sobrevivência pelo fato de suas instituições, ou algumas delas, pertencerem a um tipo que pode estar em declínio – o padrão-ouro na Segunda Guerra Mundial foi um exemplo de um tal organismo antiquado. Por outro lado, países que, por razões próprias, se opõem ao *status quo*, podem descobrir rapidamente as fraquezas da ordem institucional vigente e antecipar a criação de instituições mais bem adaptadas a seus interesses. Tais grupos estariam empurrando aquilo que está caindo e se apoiando naquilo que vem chegando com as suas próprias forças. Poderia parecer, então, que eles teriam dado origem ao processo de mudança social quando, na verdade, eles foram apenas os seus beneficiários, e poderiam até estar desviando a tendência para servir a seus próprios objetivos.

Assim a Alemanha, uma vez derrotada, estava em posição de reconhecer as falhas ocultas na ordem do século XIX, e empregar esse conhecimento para apressar a destruição de tal ordem. Pode-se atribuir até uma espécie de superioridade intelectual sinistra àqueles dentre os seus estadistas da década de 1930 que se voltaram para essa tarefa de destruição, e essa tarefa algumas vezes abrangeu o desenvolvimento de novos métodos de finanças, comércio, guerra e organização social, no decurso da sua tentativa de forçar as coisas a ingressarem no caminho da sua política. Todavia, esses problemas definitivamente não foram criados pelos governos que os encamparam como vantagens; eles eram reais – dados objetivamente – e permanecerão conosco qualquer que seja o destino dos países individuais. Mais uma vez, torna-se aparente a distinção entre as Primeira e Segunda Guerras Mundiais: a primeira

ainda era fiel ao tipo do século XIX – um simples conflito de poderes, acionado pelo colapso do sistema de equilíbrio-de-poder. A última já faz parte do levante mundial.

Isto permitir-nos-á destacar as pungentes histórias nacionais do período da transformação social então em progresso. Será fácil ver de que maneira a Alemanha e a Rússia, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, como unidades de poder, foram ajudados ou estorvados pela sua relação com o processo social subjacente. O mesmo é verdadeiro também quanto ao próprio processo social: o fascismo e o socialismo encontraram um veículo na ascensão de Potências individuais que ajudaram a difundir o seu credo. A Alemanha e a Rússia, respectivamente, tornaram-se os verdadeiros representantes do fascismo e do socialismo no mundo. O escopo real desses movimentos sociais só pode ser avaliado se o seu caráter transcendental, para o bem ou para o mal, é reconhecido e visto como desligado dos interesses nacionais alistados a seu serviço.

Os papéis que a Alemanha ou a Rússia, a Itália ou o Japão, a Grã-Bretanha ou os Estados Unidos estão desempenhando na Segunda Guerra Mundial, embora formem parte da história universal, não são a preocupação direta deste livro. O fascismo e o socialismo, porém, foram forças vivas na transformação institucional que é o seu tema principal. O *élan vital* que produziu o ímpeto inescrutável dos povos alemão e russo em reclamar uma parcela maior no registro da raça humana deve ser considerado como documento factual das condições sob as quais nossa história se desenrola, enquanto que o teor do fascismo e do socialismo, ou do New Deal, é a parte da própria história.

Isto nos leva à nossa tese que ainda precisa ser provada: que as origens do cataclisma repousam na tentativa utópica do liberalismo de estabelecer um sistema de mercado auto-regulável. Uma tese como esta parece investir esse sistema de poderes quase místicos; implica, nem mais nem menos, que o equilíbrio-de-poder, o padrão-ouro e o estado liberal, esses elementos fundamentais da civilização do século XIX, em última análise, foram todos eles modelados por uma matriz comum, o mercado auto-regulável.

A afirmativa parece extrema, ou pelo menos chocante em seu materialismo crasso. Todavia, a peculiaridade da civilização cujo colapso testemunhamos foi, precisamente, o fato dela se basear em fundamentos econômicos. Sem dúvida, outras sociedades e outras civilizações também foram limitadas pelas condições materiais da sua existência – este é um traço comum a toda vida humana, na verdade a toda a vida, quer religiosa ou não-religiosa, materialista ou espiritualista.

Todos os tipos de sociedades são limitados por fatores econômicos. Somente a civilização do século XIX foi econômica em um sentido diferente e distinto, pois ela escolheu basear-se num motivo muito raramente reconhecido como válido na história das sociedades humanas e, certamente, nunca antes elevado ao nível de uma justificativa de ação e comportamento na vida cotidiana, a saber, o lucro. O sistema de mercado auto-regulável derivou unicamente desse princípio.

O mecanismo posto em movimento com a motivação do lucro foi comparável, em eficiência, apenas à mais violenta irrupção de fervor religioso na história. No prazo de uma geração, toda a humanidade estava sujeita à sua influência integral. Como é do conhecimento de todos, ele adquiriu a sua maturidade na Inglaterra, na esteira da Revolução Industrial, durante a primeira metade do século XIX. Alcançou o continente e a América do Norte cerca de cinqüenta anos mais tarde. Na Inglaterra, no continente e até mesmo na América do Norte, posteriormente, alternativas similares modelaram os acontecimentos diários em um padrão cujos traços principais eram idênticos em todos os países de civilização ocidental. Para determinar as origens do cataclisma, temos que nos voltar para a ascensão e queda da economia de cercado.

A sociedade de mercados nasceu na Inglaterra – porém foi no continente que a sua fraqueza engendrou as mais trágicas complicações. Para podermos compreender o fascismo alemão, temos que reverter à Inglaterra ricardiana. Nunca é demais enfatizar que o século dezenove foi o século da Inglaterra: a Revolução Industrial foi um acontecimento inglês. A economia de mercado, o livre comércio e o padrão-ouro foram inventos ingleses. Essas instituições irromperam em todos os lugares durante a década de 1920 na Alemanha, na Itália ou na Áustria o acontecimento foi simplesmente mais político e mais dramático. Entretanto, qualquer que seja o cenário e a temperatura dos episódios finais, os fatores que, em última análise, destruíram essa civilização devem ser estudados no berço da Revolução Industrial, a Inglaterra.

SEGUNDA PARTE

ASCENSÃO E QUEDA DA ECONOMIA DE MERCADO

I. O MOINHO SATÂNICO

3

"HABITAÇÃO *VERSUS* PROGRESSO"

No coração da Revolução Industrial do século XVIII ocorreu um progresso miraculoso nos instrumentos de produção, o qual se fez acompanhar de uma catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas comuns.

Tentaremos desenredar os fatores que determinam as formas dessa desarticulação, que teve a sua pior fase na Inglaterra há cerca de um século. Que "moinho satânico" foi esse que triturou os homens transformando-os em massa? Quanto pode se atribuir, como causa, às novas condições físicas? E quanto se pode atribuir às dependências econômicas, que funcionavam sob novas condições? Qual foi o mecanismo por cujo intermédio foi destruído o antigo tecido social e tentada, sem sucesso, uma nova integração homem-natureza?

A filosofia liberal jamais falhou tão redondamente como na compreensão do problema da mudança. Animada por uma fé emocional na espontaneidade, a atitude de senso comum em relação à mudança foi substituída por uma pronta aceitação mística das conseqüências sociais do progresso econômico, quaisquer que elas fossem. As verdades elementares da ciência política e da arte de governar foram primeiro desacreditadas, e depois esquecidas. Não é preciso entrar em minúcias para compreender que um processo de mudança não-dirigida, cujo ritmo é considerado muito apressado, deveria ser contido, se possível, para salvaguardar o bem-estar da comunidade. Essas verdades elementares da arte de governar tradicional, que muitas vezes refletiam os ensinamentos de uma filosofia social herdada dos antepassados, foram apagadas do pensamento dos mestres do século XIX pela ação corrosiva de um utilitarismo cru, aliada a uma confiança não-crítica nas alegadas propriedades autocurativas de um crescimento inconsciente.

O liberalismo econômico interpretou mal a história da Revolução Industrial porque insistiu em julgar os acontecimentos sociais a partir de um ponto de vista econômico. Para ilustrar este ponto, voltaremos a um assunto que poderá parecer remoto, a uma primeira vista: os cercamentos dos campos abertos (*enclosures*) e as conversões da terra arável em pastagem durante o primeiro período Tudor na Inglaterra, quando os campos e as áreas comuns foram cercados pelo senhores, e condados inteiros se viram ameaçados de despovoamento. Ao evocar a desgraça do povo provocada pelos cercamentos e conversões, nosso propósito será, de um lado, demonstrar o paralelo existente entre as devastações causadas pelos cercamentos, finalmente benéficos, e as que resultaram na Revolução Industrial e, de outro lado – de uma forma mais ampla –, esclarecer as alternativas enfrentadas por uma comunidade no paroxismo de um progresso econômico não-regulado.

Os cercamentos seriam um progresso óbvio *se* não ocorresse a conversão às pastagens. A terra cercada valia duas ou três vezes a não-cercada. Nos lugares onde se continuou a cultivar a terra, não diminuiu o emprego e o suprimento de alimentos aumentou de forma marcante. O rendimento da terra elevou-se consideravelmente, principalmente onde a terra era alugada.

Mesmo a conversão de terras aráveis em pastagens de carneiros não foi inteiramente prejudicial à circunvizinhança, a despeito da destruição de habitações e da restrição de empregos que ela acarretou. A indústria caseira já se difundia na segunda metade do século XV, e um século mais tarde ela já era um aspecto marcante no campo. A lã produzida na fazenda de carneiros dava empregos a pequenos posseiros e agricultores sem terra, e os novos centros de indústria de lã garantiam a renda a uma quantidade de artesãos.

Entretanto – e este é o ponto – é somente numa economia de mercado que tais efeitos compensadores podem ser tomados como certos. Na falta de uma tal economia, a ocupação altamente lucrativa de criar carneiros e vender sua lã poderia arruinar o país. Os carneiros, que "transformavam areia em ouro", podiam muito bem ter transformado o ouro em areia, como ocorreu com as riquezas da Espanha do século XVII, cujo solo erodido jamais se recuperou da expansão excessiva da criação de carneiros.

Um documento oficial de 1607, preparado para uso dos pares do Reino, colocou o problema em uma única frase poderosa: "O homem pobre terá satisfeito o seu objetivo – Habitação, e o nobre não ficará prejudicado em seu desejo – Progresso." Esta fórmula parece tomar

como certa a essência do puro progresso econômico, que alcançara o seu aperfeiçoamento à custa da desarticulação social. Todavia, ela aponta também para a trágica necessidade que faz com que o homem pobre se apegue à sua choupana, arruinado pela ânsia de progresso do homem rico que o beneficia em particular.

Os cercamentos foram chamados, de uma forma adequada, de revolução dos ricos contra os pobres. Os senhores e os nobres estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e os costumes tradicionais, às vezes pela violência, às vezes por pressão e intimidação. Eles literalmente roubavam o pobre na sua parcela de terras comuns, demolindo casas que até então, por força de antigos costumes, os pobres consideravam como suas e de seus herdeiros. O tecido social estava sendo destruído; aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução, ameaçando as defesas do país, depredando suas cidades, dizimando sua população, transformando seu solo sobrecarregado em poeira, atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões. Embora isto ocorresse apenas em determinadas áreas, os ponto negros ameaçavam fundir-se numa catástrofe uniforme.[1] O Rei e seu Conselho, os Chanceleres e os Bispos defendiam o bem-estar da comunidade e, na verdade, a substância humana e natural da sociedade contra essa espoliação. Sem qualquer intermitência, durante um século e meio – desde a década de 1490, no máximo, até a década de 1640 – eles lutaram contra o despovoamento. Somerset, Lorde Protetor, perdeu sua vida nas mãos da contra-revolução que aboliu as leis do cercamento do livro de estatutos e estabeleceu a ditadura dos senhores de pastagens, depois que a rebelião de Kett foi derrotada, com o morticínio de alguns milhares de camponeses durante o processo. Somerset foi acusado, não sem alguma razão, de ter encorajado os camponeses rebeldes com a sua corajosa denúncia dos cercamentos.

Decorreu mais uma centena de anos até que ocorresse um segundo encontro de forças entre os mesmos contendores mas, nessa ocasião, os cercamentos eram muito mais propriedade de ricos agricultores e mercadores do que dos senhores e nobres. O uso deliberado que a Coroa fazia de sua prerrogativa de impedir cercamentos, e que envolvia a alta política, leiga e eclesiástica, e o uso não menos deliberado do tema dos

[1] Tawney, R. H., *The Agrarian Problem in the 16th Century*, 1912.

cercamentos para fortalecer sua posição contra a pequena nobreza *gentry* numa luta constitucional, foi o que acarretou a morte de Strafford e Laud nas mãos do Parlamento. Todavia, sua política não era reacionária apenas industrialmente, mas também politicamente; além disso, naquela ocasião os cercamentos se destinavam mais ao cultivo da terra do que às pastagens. A onda da Guerra Civil acabou por submergir definitivamente a política pública dos Tudors e dos primeiros Stuarts.

Os historiadores do século dezenove são unânimes em condenar a política dos Tudors e dos primeiros Stuarts como demagógica, se não inteiramente reacionária. Suas simpatias se inclinam naturalmente para o Parlamento, e esse organismo era a favor dos cercamentos. H. de B. Gibbins, embora amigo fervoroso do povo comum, escreveu: "Tais encenações protetoras foram inteiramente vãs, como sempre acontece com as encenações protetoras".[2] Innes foi ainda mais definitivo: "A prática habitual de punir a vagabundagem e tentar forçar a atividade em campos não-adequados e dirigir o capital para investimentos menos lucrativos, a fim de prover empregos, fracassou, como sempre".[3] Gairdner não hesitou em apelar para as noções de livre comércio como "lei econômica": "As leis econômicas certamente não foram compreendidas", escreveu ele, "e foram feitas tentativas para impedir que as moradias dos lavradores fossem destruídas pelos senhores de terra. Estes achavam mais proveitoso transformar terras aráveis em pastagens para aumentar a produção de lã. A repetição freqüente desses decretos apenas demonstra quão ineficientes eles eram na prática."[4] Mais recentemente, um economista como Heckscher enfatiza a sua convicção de que o mercantilismo, no seu cerne, deveria ser explicado através de uma compreensão insuficiente das complexidades do fenômeno econômico, um assunto que a mente humana, obviamente, precisa de mais alguns séculos para dominar.[5] Com efeito, a legislação anticercamento parece jamais ter conseguido impedir o curso do movimento de cercamentos, nem parece mesmo tê-lo obstruído seriamente. John Hales, que não fica abaixo de ninguém em seu fervor pelos princípios dos homens do Commonwealth, admitiu ter sido impossível obter provas contra os cercadores, pois na maioria das vezes seus empregados prestavam testemunho nos júris e era tal o número "de seus partidários e agregados que nenhum júri podia realizar-se sem eles". Às vezes, o simples expediente de cavar um sulco no meio do campo podia salvar o senhor acusado de qualquer penalidade.

Um prevalecimento tão fácil de interesses privados sobre a justiça é visto, muitas vezes, como um sinal certo da ineficácia da legislação; e a vitória da tendência inutilmente obstruída é citada, subseqüentemente, como evidência conclusiva da alegada futilidade de um "intervencionismo reacionário". Todavia, tal opinião parece perder de vista o ponto principal. Por que a vitória final de uma tendência deve ser tomada como prova de ineficácia dos esforços para diminuir o ritmo do seu progresso? E por que o propósito dessas medidas não pode ser visto precisamente naquilo que elas alcançaram, i. e., a diminuição do ritmo da mudança? Aquilo que é ineficaz para parar uma linha de desenvolvimento não é, por isto mesmo, totalmente ineficaz. O ritmo da mudança muitas vezes não é menos importante do que a direção da própria mudança; mas enquanto essa última freqüentemente não depende da nossa vontade, é justamente o ritmo no qual permitimos que a mudança ocorra que pode depender de nós.

A crença no progresso espontâneo pode cegar-nos quanto ao papel do governo na vida econômica. Este papel consiste, muitas vezes, em alterar o ritmo da mudança, apressando-o ou diminuindo-o, conforme o caso. Se acreditarmos que tal ritmo é inalterável ou, o que é pior, se acreditarmos ser um sacrilégio interferir com ele, então não existe mesmo um campo para qualquer intervenção. Os cercamentos oferecem um bom exemplo. Em retrospecto, nada pode parecer mais claro do que a tendência de progresso econômico da Europa Ocidental, o qual objetivava eliminar uma uniformidade artificial das técnicas de agricultura, faixas de cultura entrelaçadas e a instituição primitiva das áreas comuns no campo. No que se refere à Inglaterra, é certo que o desenvolvimento da indústria lanígera foi um recurso para o país levando, como o fez, ao estabelecimento da indústria têxtil – o veículo da Revolução Industrial. Além disso, é claro também que o incremento da tecelagem doméstica dependia do aumento do fornecimento doméstico de lã. Esses fatos são suficientes para identificar a mudança da terra arável para a pastagem e o movimento de cercamentos que a acompanhou como a tendência do progresso econômico. Entretanto, não fosse a política conseqüente mantida pelos estadistas Tudors e os primeiros Stuarts, o ritmo desse progresso poderia ter sido ruinoso, transformando o próprio desenvolvimento em um acontecimento degenerativo, ao

[2] Gibbins, H. de B., *The Industrial History of England*, 1895.
[3] Innes, A. D., *England under the Tudors*, 1932.
[4] Gairdner, J., "Henry VIII", *Cambridge Modern History*, vol. II, 1918.
[5] Heckscher, E.F., *Mercantilism*, 1935, p. 104.

invés de construtivo. Justamente desse ritmo dependia, principalmente, saber se os despojados poderiam ajustar-se às condições modificadas sem danificar fatalmente a sua substância humana e econômica, física e moral; se eles encontrariam novos empregos nas áreas de oportunidades indiretamente ligadas à mudança; e se os efeitos do incremento de importações, induzido pelo aumento das exportações, permitiria àqueles que perderam seus empregos com a mudança encontrar novas fontes de subsistência.

Em cada um dos casos, a resposta dependia dos ritmos relativos de mudança e ajustamento. As habituais considerações "em última instância" da teoria econômica são inadmissíveis; elas iriam prejulgar o tema admitindo que o acontecimento ocorreu numa economia de mercado. Por mais que nos pareça natural fazer essa suposição, ela é injustificada: a economia de mercado é uma estrutura institucional, e sempre nos esquecemos disto, que nunca esteve presente a não ser em nosso tempo e, mesmo assim, ela estava apenas parcialmente presente. No entanto, além desta suposição, as considerações "em última instância" não têm qualquer significado. Se o efeito imediato de uma mudança é deletério, então, até prova em contrário, o efeito final também é deletério. Se a conversão das terras aráveis em pastagens envolve a destruição de um certo número de casas, a abolição de um número definido de empregos e a diminuição dos suprimentos de alimentos disponíveis no local, então esses efeitos devem ser encarados como um efeito final, até que se apresente uma prova em contrário. Isto não exclui a consideração dos possíveis efeitos do aumento de exportações na renda do proprietário da terra; das possíveis oportunidades de empregos criadas por um aumento eventual no suprimento local de lã, ou a forma na qual os proprietários de terras podiam empregar suas rendas aumentadas, seja em novos investimentos ou em despesas de luxo. A comparação entre o ritmo da mudança e o ritmo do ajustamento decidirá o que deve ser visto como resultado líquido da mudança. Em nenhum caso, porém, podemos presumir sobre o funcionamento das leis de mercado, a menos que se demonstre a existência de um mercado auto-regulável. As leis de mercado só são relevantes no cenário institucional de uma economia de mercado; não foram os estadistas da Inglaterra dos Tudors que se afastaram dos fatos e sim os economistas modernos, cujas observações a respeito deles deixaram implícita a existência anterior de um sistema de mercado.

A Inglaterra suportou, sem grandes danos, a calamidade dos cercamentos apenas porque os Tudors e os primeiros Stuarts usaram o poder da Coroa para diminuir o ritmo do processo de desenvolvimento econômico, até que ele se tornou socialmente suportável – utilizando o poder do governo central para socorrer as vítimas da transformação e tentando canalizar o processo de mudança de forma a tornar o seu curso menos devastador. Suas chancelarias e cortes de prerrogativas não foram nada conservadoras; elas representavam o espírito científico da nova arte de governar, favorecendo a imigração de artesãos estrangeiros, implantando zelosamente novas técnicas, adotando métodos estatísticos e hábitos precisos de relatórios, escarnecendo dos costumes e tradições, opondo-se a direitos consagrados, cerceando as prerrogativas eclesiásticas, ignorando a Lei dos Comuns. Se a inovação faz o revolucionário, eles foram os revolucionários do seu tempo. Seu compromisso era com o bem-estar da plebe, glorificada no poder e na grandeza do soberano. No entanto, o futuro pertencia ao constitucionalismo e ao Parlamento. O governo da Coroa cedeu lugar ao governo de uma classe – a classe que levava avante o desenvolvimento industrial e comercial. O grande princípio do constitucionalismo se consorciou com a revolução política que despojou a Coroa; esta, na ocasião, já esgotara todas as suas faculdades criativas, e a sua função protetora já não era mais vital para um país que já vencera a tempestade da transição. A política financeira da Coroa restringia agora indevidamente o poder do país e começara a restringir o seu comércio. Com o fito de manter suas prerrogativas, a Coroa se excedia nos abusos e, conseqüentemente, prejudicava os recursos da nação. Sua brilhante administração da mão-de-obra e dos empreendimentos e o controle circunspecto do movimento de cercamentos foram a sua última realização. Todavia, isto foi rapidamente esquecido, uma vez que os capitalistas e empregadores da classe média ascendente foram as principais vítimas de suas atividades protecionistas. Dois séculos se passaram antes que a Inglaterra gozasse novamente de uma administração social tão efetiva e bem ordenada como aquela que a Commonwealth destruiu. Na verdade, uma administração desse tipo paternalista já não era mais tão necessária. Mas num certo sentido essa ruptura causou um dano infinito, pois ajudou a obliterar da memória da nação os horrores do período dos cercamentos e as realizações do governo para superar perigo do despovoamento. Talvez isto ajude a explicar por que a natureza real da crise não foi compreendida quando, cerca de 150 anos mais tarde, uma catástrofe similar, sob a forma de Revolução Industrial, ameaçou a vida e o bem-estar do país.

Nessa ocasião o acontecimento foi também peculiar à Inglaterra, e nessa época, o comércio marítimo foi também a fonte de um movimento que afetou o país como um todo. Nesse período, foi ainda o pro-

gresso, na sua escala mais grandiosa, que acarretou uma devastação sem precedentes nas moradias do povo comum. Antes que o processo tivesse ido suficientemente longe, os trabalhadores já se amontoavam em novos locais de desolação, as assim chamadas cidades industriais da Inglaterra; a gente do campo se desumanizava em habitantes de favelas; a família estava no caminho da perdição e grandes áreas do país desapareciam rapidamente sob montes da escória e refugos vomitados pelos "moinhos satânicos". Escritores de todas as opiniões e partidos, conservadores e liberais, capitalistas e socialistas, referiam-se invariavelmente às condições sociais da Revolução Industrial como um verdadeiro abismo de degradação humana.

Ainda não surgiu qualquer explicação satisfatória para o acontecimento. Os contemporâneos imaginaram descobrir a chave para a danação nos férreos regulamentos que governavam a riqueza e a pobreza, aos quais chamavam lei dos salários e lei da população; eles não foram comprovados. A exploração foi apresentada como uma outra explicação, tanto para a riqueza como para a pobreza, porém ela não foi capaz de encontrar outra explicação, tanto para a riqueza como para a pobreza, porém ela não foi capaz de encontrar resposta para o fato de os salários nas favelas industriais serem mais altos do que os de quaisquer outras áreas – e eles continuaram a subir durante mais um século. Na maioria das vezes, falava-se em um conjunto de causas, o que também não é satisfatório.

A solução que apresentamos não é mais simples e, na verdade, ela ocupa a maior parte deste livro. Calculamos que uma avalanche de desarticulação social, superando em muito a que ocorreu no período dos cercamentos, desabou sobre a Inglaterra; que esta catástrofe foi simultânea a um vasto movimento de progresso econômico; que um mecanismo institucional inteiramente novo estava começando a atuar na sociedade ocidental; que seus perigos, que atacaram até a medula quando primeiro apareceram, na verdade jamais foram superados, e que a história da civilização do século XIX consistiu, na sua maior parte, em tentativas de proteger a sociedade contra a devastação provocada por esse mecanismo. A Revolução Industrial foi apenas o começo de uma revolução tão extrema e radical quanto as que sempre inflamavam as mentes dos sectários, porém o novo credo era totalmente materialista, e acreditava que todos os problemas humanos poderiam ser resolvidos com o dado de uma quantidade ilimitada de bens materiais.

A história já foi contada inúmeras vezes: como a expansão dos mercados, a presença do carvão e do ferro, assim como de um clima

úmido propício à indústria do algodão, a multidão de pessoas despojadas pelos novos cercamentos do século XVIII, a existência de instituições livres, a invenção das máquinas e outras causas interagiram de forma tal a ocasionar a Revolução Industrial. Já se demonstrou, conclusivamente, que nenhuma causa única merece ser destacada da cadeia e colocada à parte como *a* causa daquele acontecimento súbito e inesperado.

Mas como pode essa mesma Revolução ser definida? Qual foi sua característica básica? Será que foi o aparecimento de cidades fabris, a emergência de favelas, as longas horas de trabalho das crianças, os baixo salários de certas categorias de trabalhadores, o aumento da taxa populacional, ou a concentração das indústrias? Imaginamos que todos esses elementos foram apenas incidentais em relação a uma mudança básica, o estabelecimento da economia de mercado, e que a natureza dessa instituição não pode ser inteiramente apreendida até que se compreenda o impacto da máquina numa sociedade comercial. Não pretendemos afirmar que foi a máquina que causou esta mudança, mas insistimos que quando as máquinas complicadas e estabelecimentos fabris começaram a ser usados para a produção numa sociedade comercial, começou a tomar corpo a idéia de um mercado auto-regulável.

A utilização de máquinas especializadas numa sociedade agrária e comercial deve produzir efeitos típicos. Uma sociedade como essa consiste de agricultores e mercadores que compram e vendem o produto da terra. A produção com a ajuda de ferramentas e fábricas especializadas, complicadas, dispendiosas só pode se ajustar a uma tal sociedade tornando isto incidental ao ato de comprar e vender. O mercador é a única pessoa disponível para assumir isto, e ele estará disposto a desempenhar essa atividade desde que ela não importe em prejuízo. Ele venderá as mercadorias da mesma forma como já vinha vendendo outras àqueles que delas precisavam. Entretanto, ele vai procurá-las de modo diferente, isto é, não mais adquiriu-as já prontas, mas comprando o trabalho necessário e a matéria-prima. Esses dois elementos combinados, sob as instruções do mercador, mais o tempo de espera em que ele poderá incorrer, resultam em um novo produto. Esta não é a descrição apenas de uma indústria doméstica, ou de "fazer-se ao mar", mas de qualquer espécie de capitalismo industrial, inclusive o do nosso tempo. Seguem-se importantes conseqüências para o sistema social.

Uma vez que as máquinas complicadas são dispendiosas, elas só são rentáveis quando produzem grande quantidade de mercadorias.[6] Elas só podem trabalhar sem prejuízo se a saída de mercadorias é razoavelmente garantida, e se a produção não precisar ser interrompida por falta das matérias-primas necessárias para alimentar as máquinas. Para o mercador isto significa que todos os fatores envolvidos têm que estar à venda, isto é, eles precisam estar disponíveis, nas quantidades necessárias, para quem quer que esteja em condições de pagar por eles. A menos que essa condição seja preenchida, a produção com a ajuda de máquinas especializadas torna-se demasiado arriscada para ser empreendida, tanto do ponto de vista do mercador, que empata seu dinheiro, como da comunidade como um todo, que passa a depender de uma produção contínua para conseguir renda, emprego e provisões.

Ora, numa sociedade agrícola tais condições não surgiram naturalmente – elas teriam que ser criadas. O fato de terem sido criadas gradualmente de maneira alguma afeta a natureza surpreendente das mudanças envolvidas. A transformação implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência. Todas as transações se transformam em transações monetárias e estas, por sua vez, exigem que seja introduzido um meio de intercâmbio em cada articulação da vida industrial. Todas as rendas devem derivar da venda de alguma coisa e, qualquer que seja a verdadeira fonte de renda de uma pessoa, ela deve ser vista como resultante de uma venda. É isto o que significa o simples termo "sistema de mercado" pelo qual designamos o padrão institucional descrito. Mas a peculiaridade mais surpreendente do sistema repousa no fato de que, uma vez estabelecido, tem que se lhe permitir funcionar sem qualquer interferência externa. Os lucros não são mais garantidos e o mercador tem que auferir seus lucros no mercado. Os preços devem ter a liberdade de se auto-regularem. É justamente esse sistema auto-regulável de mercados o que queremos dizer com economia de mercado.

A transformação da economia anterior para esse sistema é tão completa que parece mais a metamorfose de uma lagarta do que qualquer alteração que possa ser expressa em termos de crescimento contínuo e desenvolvimento. Contrastemos, por exemplo, as atividades de venda do mercador-produtor e suas atividades de compra: suas vendas são

[6] Clapham, J. H., *Economic history of Modern Britain*, vol. III.

apenas de artefatos e, se ele tiver ou não sucesso em encontrar compradores, o tecido da sociedade não precisa ser afetado. Mas o que ele *compra* são matérias-primas e trabalho – natureza e homem. Na verdade, a produção das máquinas numa sociedade comercial envolve uma transformação que é a da substância natural e humana da sociedade em mercadorias. Embora fantástica, a conclusão é inevitável – nada menos do que isto servirá os seus propósitos. Obviamente, a desarticulação causada por tais engenhos deve desorganizar as relações humanas e ameaçar de aniquilamento o seu *habitat*.

E, de fato, tal perigo foi iminente. Poderemos perceber o seu verdadeiro caráter se examinarmos as leis que governam o mecanismo do mercado auto-regulável.

4

SOCIEDADES E SISTEMAS ECONÔMICOS

Antes de prosseguirmos na discussão das leis que governam a economia de mercado, como as que o século XIX tentava articular, precisamos ter um firme controle dos extraordinários pressupostos subjacentes a um tal sistema.

Uma economia de mercado significa um sistema auto-regulável de mercados, em termos ligeiramente mais técnicos, é uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado. Um tal sistema, capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer ajuda ou interferência externa, certamente mereceria ser chamado auto-regulável. Essas condições preliminares devem ser suficientes para revelar a natureza inteiramente sem precedentes de um tal acontecimento na história da raça humana.

Vamos tornar mais preciso o que queremos dizer. Nenhuma sociedade poderia sobreviver durante qualquer período de tempo, naturalmente, a menos que possuísse uma economia de alguma espécie. Acontece, porém, que, anteriormente à nossa época, nenhuma economia existiu, mesmo em princípio, que fosse controlada por mercados. Apesar da quantidade de fórmulas cabalísticas acadêmicas, tão persistentes no século XIX, o ganho e o lucro feitos nas trocas jamais desempenharam um papel importante na economia humana. Embora a instituição do mercado fosse bastante comum desde a Idade da Pedra, seu papel era apenas incidental na vida econômica.

Temos boas razões para insistir nesse ponto com toda a ênfase de que dispomos. Um pensador do quilate de Adam Smith sugeriu que a divisão do trabalho na sociedade dependia da existência de mercados

ou, como ele colocou, da "propensão do homem de barganhar, permutar e trocar uma coisa pela outra". Esta frase resultou, mais tarde, no conceito do Homem Econômico. Em retrospecto, pode-se dizer que nenhuma leitura errada do passado foi tão profética do futuro. Na verdade, até a época de Adam Smith, essa propensão não se havia manifestado em qualquer escala considerável na vida de qualquer comunidade pesquisada e, quando muito, permanecia como aspecto subordinado da vida econômica. Uma centena de anos mais tarde, porém, já estava em pleno funcionamento um sistema industrial na maior parte do planeta e, prática e teoricamente, isto significava que a raça humana fora sacudida em todas as suas atividades econômicas, se não também nas suas buscas políticas, intelectuais e espirituais, por essa propensão particular.

Na segunda metade do século XIX, Herbert Spencer, com um conhecimento muito superficial de economia, pôde equacionar o princípio da divisão do trabalho com a barganha e a troca e, cerca de cinqüenta anos mais tarde, Ludwig von Mises e Walter Lippmann puderam repetir a mesma falácia. Nessa ocasião, não havia necessidade de argumentos. Uma série de escritores de economia política, história social, filosofia política e sociologia em geral havia seguido na esteira de Smith e estabelecido o seu paradigma do selvagem barganhador com axioma das suas respectivas ciências. Na realidade, as sugestões de Adam Smith sobre a psicologia econômica do homem primitivo eram tão falsas como as de Rosseau sobre a psicologia política do selvagem. A divisão do trabalho, um fenômeno tão antigo como a sociedade, origina-se de diferenças inerentes a fatos como sexo, geografia e capacidade individual. A alegada propensão do homem para a barganha, permuta e troca é quase que inteiramente apócrifa. A história e a etnografia conhecem várias espécies de economia, a maioria delas incluindo a instituição do mercado, mas elas não conhecem nenhuma economia anterior à nossa que seja controlada e regulada por mercados, mesmo aproximadamente. Isto tornar-se-á perfeitamente claro numa rápida visão da história dos sistemas econômicos e mercados, apresentados separadamente. O papel desempenhado pelos mercados na economia interna de vários países, parece, foi insignificante até época recente e a mudança total para uma economia dominada por padrões de mercados ficará ainda mais ressaltada.

Para começar, temos de colocar de lado alguns preconceitos do século XIX, que sustentavam a hipótese de Adam Smith sobre a alegada predileção do homem primitivo por ocupações lucrativas. Uma vez que seu axioma foi muito mais relevante para o futuro imediato do que

para o passado obscuro, ele induziu seus seguidores a uma atitude estranha em relação à história primitiva do homem. Baseada nela, a evidência parece indicar que o homem primitivo, longe de ter uma psicologia capitalista, tinha, na verdade, uma psicologia comunista (mais tarde também isto foi provado como erro). Em conseqüência, os historiadores econômicos tendiam a confinar seus interesses àquele período da história, comparativamente recente, no qual a permuta e a troca foram encontradas em alguma escala considerável, e a economia primitiva foi relegada à pré-história. Inconscientemente, isto levou a um peso na balança em favor de uma psicologia de mercado pois, no período relativamente curto dos últimos séculos, tudo poderia ser considerado como tendendo para o estabelecimento daquilo que foi eventualmente estabelecido, e é um sistema de mercado, a despeito de outras tendências que foram temporariamente submersas. Para corrigir essa perspectiva tão "estreita" fazia-se mister, obviamente, ligar a história econômica à antropologia social, passo esse consistentemente evitado.

Hoje em dia não podemos continuar nesse caminho. O hábito de olhar para os últimos dez anos, assim como para o conjunto de sociedades primitivas, como mero prelúdio da verdadeira história da nossa civilização, que começou, aproximadamente, com a publicação da *Riqueza das Nações* em 1776, é, para dizer o mínimo, inteiramente fora de moda. Com este episódio, que chega a seu final em nossos dias, e tentando calcular as alternativas do futuro, vamos refrear nossa inclinação natural de seguir as predisposições de nossos pais.

Mas a mesma tendência que levou a geração de Adam Smith a ver o homem primevo como inclinado à barganha e à permuta induziu seus sucessores a descartar todo interesse no homem primitivo, uma vez que já se sabia que ele *não* se inclinava para essas louváveis paixões. A tradição dos economistas clássicos, que tentaram basear a lei do mercado na alegada propensão do homem no seu estado natural, foi substituída por um abandono de qualquer interesse na cultura do homem "não-civilizado" como irrelevante para se compreender os problemas da nossa era.

Uma tal atitude de subjetivismo em relação a civilizações primitivas não deveria fazer parte da mente científica. As diferenças que existem entre povos "civilizados" e "não-civilizados" foram demasiado exageradas, principalmente na esfera econômica. De acordo com os historiadores, até bem pouco tempo as formas de vida industrial na Europa agrícola não eram muito diferentes daquelas que existiram há alguns milhares de anos. Desde o aparecimento do arado – basicamente uma

grande enxada puxada por animais –, os métodos de agricultura permaneceram substancialmente inalterados na maior parte da Europa Ocidental e Central até o início da era moderna. Na verdade, o progresso da civilização nessas regiões foi principalmente político, intelectual e espiritual; quanto às condições materiais, a Europa Ocidental de 1100 a.D. ainda não havia sequer alcançado o mundo romano de milhares de anos atrás. Mesmo mais tarde, a mudança ocorreu mais facilmente nos canais da arte de governar, na literatura e nas artes, principalmente religiosas e de conhecimentos, do que nos da indústria. Do ponto de vista econômico, a Europa medieval se situava no nível da Pérsia antiga, da Índia ou da China, e certamente não podia rivalizar em riqueza e cultura com o Novo Império do Egito, de dois mil anos atrás. Max Weber foi o primeiro entre os historiadores da economia moderna a protestar contra o fato de se deixar de lado as economias primitivas como irrelevantes para a questão das motivações e mecanismos das sociedades civilizadas. O trabalho subseqüente da antropologia social comprovou que ele estava inteiramente certo. Se qualquer conclusão pode ser destacada, com mais clareza que as outras, no estudo recente das sociedades primitivas, é justamente a não-modificação do homem como ser social. Seus dotes naturais reaparecem com uma constância marcante nas sociedades de todos os tempos e lugares e as precondições necessárias para a sobrevivência da sociedade humana parecem ser as mesmas, sem mutações.

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas.

Em termos de sobrevivência, a explicação é simples. Tomemos o caso de uma sociedade tribal. O interesse econômico individual só raramente é predominante, pois a comunidade vela para que nenhum

de seus membros esteja faminto, a não ser que ela própria seja avassalada por uma catástrofe, em cujo caso os interesses são ameaçados coletiva e não individualmente. Por outro lado, a manutenção dos laços sociais é crucial. Primeiro porque, infringindo o código estabelecido de honra ou generosidade, o indivíduo se afasta da comunidade e se torna um marginal; segundo porque, a longo prazo, todas as obrigações sociais são recíprocas, e seu cumprimento serve melhor aos interesses individuais de dar-e-receber. Essa situação deve exercer uma pressão contínua sobre o indivíduo no sentido de eliminar do seu consciente o auto-interesse econômico, a ponto de torná-lo incapaz, em muitos casos (mas certamente não em todos), de compreender até mesmo as implicações de suas próprias ações em termos de um tal interesse. Essa atitude é reforçada pela freqüência das atividades comunais, tais como partilhar do alimento na caça comum ou participar dos resultados de alguma distante e perigosa expedição tribal. O prêmio estipulado para a generosidade é tão importante, quando medido em termos de prestígio social, que não compensa ter outro comportamento senão o de esquecimento próprio. O caráter pessoal nada tem a ver com o assunto. O homem pode ser tão bom ou mau, sociável ou insociável, avaro ou generoso a respeito de um conjunto de valores como a respeito de outro. Na verdade, não permitir a ninguém ter motivos de ciúme é um princípio aceito da distribuição cerimonial, da mesma forma como é importante elogiar publicamente um hortelão diligente, habilidoso e bem-sucedido (a menos que ele seja *demasiado* bem-sucedido, em cujo caso pode-se permitir que ele definhe sob a ilusão de ser vítima de magia negra). As paixões humanas, boas ou más, são apenas dirigidas para finalidades não-econômicas. A exibição cerimonial só serve para incentivar a emulação até o máximo possível, e o costume do trabalho comunal tende a elevar ao máximo ambos os padrões, quantitativo e qualitativo. A execução de todos os atos de troca como presentes gratuitos cuja reciprocidade é aguardada, embora não necessariamente, pelos mesmos indivíduos – um procedimento articulado minuciosamente e perfeitamente salvaguardado por complicados métodos de publicidade, através dos ritos mágicos e do estabelecimento de "dualidades" nas quais os grupos estão unidos por obrigações mútuas – deve explicar, por si mesma, a ausência da noção de lucro e até mesmo de riqueza, a não ser a que consiste em objetos que ressaltam, tradicionalmente, o prestígio social.

Neste esboço dos traços gerais característicos de uma comunidade da Melanésia Ocidental não levamos em conta a sua organização sexual

e territorial, em relação às quais o costume, a lei, a magia e a religião exercem influência, pois pretendemos apenas mostrar a maneira pela qual as assim chamadas motivações econômicas se originam no contexto da vida social. E é justamente nesse ponto negativo que os etnógrafos modernos concordam: a ausência da motivação de lucro; a ausência do princípio de trabalhar por uma remuneração; a ausência do princípio do menor esforço; e, especialmente, a ausência de qualquer instituição separada e distinta baseada em motivações econômicas. Mas, então, como se garante a ordem na produção e na distribuição?

A resposta é fornecida, em sua maior parte, por dois princípios de comportamento não associados basicamente à economia: *reciprocidade* e *redistribuição*.[1] Para os ilhéus de Trobriand da Melanésia Ocidental, que servem como ilustração deste tipo de economia, a reciprocidade atua principalmente em relação à organização sexual da sociedade, isto é, família e parentesco. A redistribuição é importante principalmente em relação a todos aqueles que têm uma chefia em comum e têm, assim, um caráter territorial. Tomemos esses princípios em separado.

A subsistência da família – a mulher e os filhos – é tarefa de seus parentes matrilineares. O homem que sustenta sua irmã e a família dela, entregando-lhe os melhores produtos da sua colheita, ganhará crédito principalmente pelo seu bom comportamento, porém terá em troca muito pouco benefício material imediato. Se ele for preguiçoso, sua reputação será a primeira a ser atingida. O princípio da reciprocidade atuará principalmente em benefício da sua mulher e de seus filhos, compensando-o assim, economicamente, por seus atos de virtude cívica. A exibição cerimonial dos alimentos, tanto em sua própria horta como ante o depósito da que recebe, é uma garantia de que todos conhecerão a elevada qualidade da sua atividade como hortelão. Torna-se aparente, aqui, que a economia hortelã e doméstica é parte das relações sociais ligadas à posição de bom marido e ótimo cidadão. O amplo princípio da reciprocidade ajuda a salvaguardar tanto a produção como a subsistência familiar.

O princípio da redistribuição não é menos efetivo. Uma parte substancial de toda a produção da ilha é entregue pelo chefe da aldeia ao chefe geral, que a armazena. Entretanto, como toda a atividade comunal se centraliza em festas, danças e outras ocasiões quando os ilhéus

[1] Cf. Notas sobre as Fontes. Os trabalhos de Malinowski e Thurnwald foram extensamente utilizados neste capítulo.

entretêm uns aos outros, assim como aos vizinhos de outras ilhas (ocasião em que são distribuídos os resultados do comércio em áreas distantes, presentes são entregues e reciprocados, de acordo com as regras de etiqueta, e o chefe distribui a todos os presentes habituais), torna-se aparente a extrema importância do sistema de armazenamento. Do ponto de vista econômico, é parte essencial do sistema vigente de divisão do trabalho, do comércio exterior, da taxação para finalidades públicas, das provisões de defesa. Entretanto, essas funções de um verdadeiro sistema econômico são inteiramente absorvidas pelas experiências intensamente vividas que oferecem uma superabundante motivação não-econômica em cada ato executado no quadro do sistema social como um todo.

Princípios de comportamento como esse, contudo, não podem ser efetivos a menos que os padrões institucionais existentes levem à sua aplicação. A reciprocidade e a redistribuição são capazes de assegurar o funcionamento de um sistema econômico sem a ajuda de registros escritos e de uma complexa administração apenas porque a organização das sociedades em questão cumpre as exigências de uma tal solução com a ajuda de padrões tais como a *simetria* e a *centralidade.*

A reciprocidade é enormemente facilitada pelo padrão institucional da simetria, um aspecto freqüente da organização social entre os povos iletrados. A marcante "dualidade" que encontramos em subdivisões tribais colabora para a união de relações individuais, ajudando assim o tomar-e-dar de bens e serviços na ausência de registros permanentes. As metades da sociedade selvagem, que tendem a criar um *pendant* em cada subdivisão, acabam resultando de, e ajudando a executar os atos de reciprocidade sobre os quais o sistema repousa. Pouco se conhece a respeito da origem da "dualidade", porém cada aldeia da costa nas Ilhas Trobriand parece ter a sua contrapartida numa aldeia do interior, de forma que a importante troca de fruta-pão e peixe, embora disfarçada sob a forma de distribuição recíproca de presentes e na verdade deslocada no tempo, pode ser perfeitamente organizada. Também no comércio de Kula cada indivíduo tem o seu parceiro em uma outra ilha, personalizando assim, numa extensão marcante, a relação da reciprocidade. Não fosse a freqüência do padrão simétrico nas subdivisões da tribo, na localização dos povoados, bem como nas relações intertribais, seria impraticável uma ampla reciprocidade baseada na atuação, em última instância, de atos isolados de dar-e-tomar.

O padrão institucional da centralidade, por seu lado, que está presente, de alguma forma, em todos os grupos humanos, fornece um conduto para a coleta, armazenagem e redistribuição de bens e serviços. Os membros de uma tribo de caçadores geralmente entregam a caça ao chefe para a redistribuição. É da própria natureza da caça que o rendimento seja irregular, além de ser o resultado do esforço coletivo. Sob condições como essas, não seria praticável qualquer outro método de partilha a não ser que o grupo se desfaça após cada expedição. Assim, em todas as economias desse tipo existe uma necessidade semelhante, seja o grupo numeroso ou não. Quanto maior for o território e quanto mais variado o produto, mais a redistribuição resultará numa efetiva divisão do trabalho, uma vez que ela ajudará a unir grupos de produtores geograficamente diferenciados.

A simetria e a centralidade vão de encontro, na metade do caminho, às necessidades da reciprocidade e da redistribuição; os padrões institucionais e os princípios de comportamento se ajustam mutuamente. Enquanto o organização social segue a sua rotina normal, não há razão para a interferência de qualquer motivação econômica individual; não é preciso temer qualquer evasão do esforço pessoal; a divisão do trabalho fica assegurada automaticamente; as obrigações econômicas serão devidamente desempenhadas e, acima de tudo, estão assegurados os meios materiais para uma exibição exuberante de abundância em todos os festivais públicos. Numa tal comunidade, é vedada a idéia do lucro; as disputas e os regateios são desacreditados; o dar graciosamente é considerado como virtude; não aparece a suposta propensão à barganha, à permuta e à troca. Na verdade, o sistema econômico é mera função da organização social.

De forma alguma deve-se concluir que os princípios socioeconômicos desse tipo são restritos a produtores primitivos ou pequenas comunidades, e que uma economia sem lucro e sem mercado deve ser simples, necessariamente. O circuito Kula, da Melanésia Ocidental, com base no princípio da reciprocidade, é uma das mais completas transações comerciais já conhecidas pelo homem; e a redistribuição esteve presente, em escala gigantesca, na civilização das pirâmides.

As Ilhas Trobriand pertencem a um arquipélago que forma aproximadamente um círculo, e parte importante da população desse arquipélago despende um proporção considerável do seu tempo em atividades do comércio Kula. Descrevemo-lo como um comércio, embora ele não envolva qualquer lucro, quer em dinheiro ou em espécie. As mercadorias não são acumuladas, nem mesmo possuídas permanentemente; o gozo dos bens recebido está justamente em poder dá-los em seguida; não existe nenhuma disputa ou controvérsia, e nem barganha, permuta ou troca. Todo o processo é regulado inteiramente pela etiqueta e

pela magia. Todavia, trata-se de um comércio e, periodicamente, os nativos desse arquipélago, em forma aproximada de anel, organizam grandes expedições a fim de levar um determinado tipo de objeto valioso aos povos que vivem em ilhas distante, como que seguindo os ponteiros de um relógio, enquanto outras expedições são organizadas para levar outro tipo de objeto valioso às ilhas do arquipélago situadas na ordem inversa à dos ponteiros de um relógio. Em última instância, ambos os conjuntos de objetos – braceletes de madrepérola e colares de contas vermelhas, de artesanato tradicional – movem-se em torno do arquipélago, um trajeto que pode levar até dez anos para ser completado. Além disso, existem parceiros individuais no Kula que, como regra, reciprocam os presentes Kula com braceletes e colares igualmente valiosos, de preferência aqueles que pertenceram anteriormente a pessoas importantes.

Ora, um toma-lá-dá-cá sistemático e organizado de objetos valiosos transportados a grandes distâncias é descrito justamente como comércio. Entretanto, essa totalidade complexa é dirigida exclusivamente em termos de reciprocidade. Um intrincado sistema de tempo-espaço-pessoa, que cobre centenas de milhas e diversas décadas, e que liga muitas centenas de pessoas em relação a milhares de objetos estritamente individuais, é aqui manipulado sem que existam registros ou administração, e também sem qualquer motivação de lucro ou permuta. O que domina não é a propensão à barganha mas à reciprocidade no comportamento social. O resultado, no entanto, é uma realização organizacional estupenda na área econômica. Com efeito, seria interessante considerar se até mesmo um moderna organização de mercado, adiantada, baseada numa contabilidade exata, seria capaz de assumir uma tal tarefa, no caso de lhe ser atribuída. É de se recear que os infelizes comerciantes, ao enfrentar os inumeráveis monopólios da compra e venda de objetos individuais, e as restrições extravagantes ligadas a cada transação, deixariam de realizar sequer um lucro comum e prefeririam sair do negócio.

A redistribuição também tem uma longa e variada história, que leva até quase os tempos modernos. Dos Bergdama que voltam da sua excursão de caça, ou da mulher que volta da sua busca de raízes, frutas ou folhas, espera-se que ofereçam a maior parte do seu espólio em benefício da comunidade. Na prática, isto significa que o produto da sua atividade é partilhado com as outras pessoas que estão vivendo com eles. A idéia da reciprocidade prevalece até este ponto; o que se dá hoje é recompensado pelo que se toma amanhã. Entre algumas tribos, porém, existe um intermediário na pessoa do chefe ou outro membro proeminente do grupo; é ele quem recebe e distribui os suprimentos, especialmente se eles precisam ser armazenados. Esta é a verdadeira redistribuição. Obviamente, as conseqüências sociais de um tal método de distribuição podem ser de longo alcance, uma vez que nem todas as sociedades são tão democráticas como as dos caçadores primitivos. Seja a redistribuição feita por uma família influente ou por um indivíduo importante, uma aristocracia dominante ou um grupo de burocratas, o fato é que eles muitas vezes tentarão aumentar seu poder político através da maneira pela qual redistribuem os bens. No *potlatch* dos Kwakiutl, é ponto de honra para o chefe exibir sua riqueza em peles e distribuí-las. Entretanto, ele assim procede, também, para colocar os recebedores sob obrigação, para fazê-los seus devedores e, finalmente, seus apaniguados.

Todas as economias desta espécie, em grande escala, foram dirigidas com a ajuda do princípio da redistribuição. O reinado de Hammurabi, na Babilônia, e, em particular, o Novo Império do Egito eram despotismos centralizados do tipo burocrático, fundados numa economia como essa. A casa da família patriarcal é aqui reproduzida numa escala enormemente ampliada, enquanto a sua distribuição "comunista" era classificada, envolvendo rações agudamente diferenciadas. Havia um grande número de armazéns prontos a receber o produto da atividade do camponês, fosse ele criador de gado, caçador, padeiro, cervejeiro, oleiro, tecelão ou o que quer que seja. O produto era registrado minuciosamente e, desde que não fosse consumido no local, era transferido de pequenos para grandes armazéns até alcançar a administração central localizada na corte do faraó. Havia armazéns especiais para tecidos, obras de arte, objetos ornamentais, cosméticos, prataria, guarda-roupa real; havia armazéns enormes para cereais, arsenais e adegas de vinho.

Mas a redistribuição na escala praticada pelos construtores das pirâmides não se restringia a economias que não conheciam o dinheiro. Na verdade, todos os reinos arcaicos fizeram uso de moedas metálicas para o pagamento de impostos e salários, mas, no restante, dependiam de pagamentos em espécie dos celeiros e armazéns de todo o tipo, a partir dos quais eles distribuíam as mais variadas mercadorias para uso e consumo, principalmente à parte não-produtiva da população, isto é, às autoridades, aos militares, à classe ociosa. Este era o sistema em vigor na antiga China, no império dos Incas, nos reinos da Índia e também na Babilônia. Nestas, como em muitas outras civilizações de

grande desenvolvimento econômico, foi elaborada uma complexa divisão do trabalho através do mecanismo da redistribuição.

Esse princípio também se manteve sob condições feudais. Nas sociedades da África, etnicamente estratificadas, acontece às vezes que o estrato superior consiste de criadores de gado estabelecidos entre agricultores que ainda utilizam a pá ou a enxada. Os presentes cobrados pelos criadores são principalmente agrícolas – cereais e cerveja – enquanto os presentes por eles distribuídos podem ser animais, especialmente carneiros ou cabras. Nestes casos, existe um divisão de trabalho, embora geralmente desigual, entre os vários estratos da sociedade: a distribuição pode às vezes implicar uma medida de exploração enquanto que, ao mesmo tempo, a simbiose beneficia os padrões de ambos os estratos graças às vantagens de uma divisão do trabalho melhorada. Do ponto de vista político, tais sociedades vivem sob um regime de feudalismo, seja o gado ou a terra o valor privilegiado. Existem "feudos reguladores de gado na África Oriental". Thurnwald, a quem seguimos de perto quanto ao tema da redistribuição, pôde dizer, assim, que o feudalismo foi, em todos os lugares, um sistema de redistribuição. Foi somente em condições muito desenvolvidas e em circunstâncias excepcionais que esse sistema se tornou predominantemente político, como aconteceu na Europa Ocidental, onde a mudança surgiu da necessidade de proteção do vassalo e onde os presentes se converteram em tributos feudais.

Esses exemplos mostram que a redistribuição também tende a enredar o sistema econômico propriamente dito em relações sociais. Como regra, encontramos o processo de redistribuição como parte do regime político vigente, seja ele o de uma tribo, de uma cidade-estado, do despotismo ou do feudalismo, do gado ou da terra. A produção e a distribuição de mercadorias são organizadas principalmente através da arrecadação, do armazenamento e da redistribuição, sendo o padrão focalizado o chefe, o templo, o déspota ou o senhor. Uma vez que as relações do grupo dominante com os dominados são diferentes, de acordo com os fundamentos em que repousa o poder político, o princípio da redistribuição envolverá motivações individuais tão diferentes como a partilha voluntária da caça pelos caçadores e o medo do castigo que impulsiona os *fellaheen* a pagarem seus impostos em espécie.

Deixamos de lado nesta apresentação, deliberadamente, a distinção vital entre sociedades homogêneas e estratificadas, i.e., sociedades socialmente unificadas na sua totalidade e sociedades divididas entre dominantes e dominados. Embora a posição relativa de escravos e

senhores possa ser totalmente distinta daquela dos membros livres e iguais de algumas tribos de caçadores e, conseqüentemente, as motivações nas duas sociedades serão consideravelmente diferentes, a organização do sistema econômico ainda pode se basear nos mesmos princípios, embora acompanhados por traços culturais muito diferentes, de conformidade com as relações humanas muitos diferentes com as quais o sistema econômico se entrelaça.

O terceiro princípio, destinado a desempenhar um grande papel na história, e ao qual chamaremos o princípio da *domesticidade*, consiste na produção para uso próprio. Os gregos chamavam-no *oeconomia*, étimo da palavra "economia". No que diz respeito aos registros etnográficos, não devemos presumir que a produção para a própria pessoa, ou para um grupo, seja mais antiga que a reciprocidade ou a redistribuição. Pelo contrário, tanto a tradição ortodoxa como algumas teorias mais recentes sobre o assunto foram refutadas enfaticamente. O selvagem individualista, que procura alimentos ou caça para si mesmo ou para sua família, nunca existiu. Na verdade, a prática de prover as necessidades domésticas próprias tornou-se um aspecto da vida econômica apenas em um nível mais avançado da agricultura. Mesmo então, ela nada tinha em comum com a motivação do ganho, nem com a instituição de mercados. O seu padrão é o grupo fechado. Tanto no caso de entidades de família muito diferentes, como no povoamento, ou na casa senhorial, que constituíam unidades auto-suficientes, o princípio era invariavelmente o mesmo, a saber, o de produzir e armazenar para a satisfação das necessidades dos membros do grupo. O princípio é tão amplo na sua aplicação como o da reciprocidade ou da redistribuição. A natureza do núcleo institucional é indiferente: pode ser sexo, como na família patriarcal; localidade, como nas aldeias; ou poder político, como no castelo senhorial. E também não importa a organização interna do grupo. Pode ser tão despótica como a *família* romana ou tão democrática como a *zadruga* sul-eslava; tão grande como os imensos domínios dos magnatas Carolíngios ou tão pequenas como a propriedade camponesa média da Europa Ocidental. A necessidade de comércio ou de mercados não é maior do que no caso da reciprocidade ou da redistribuição.

Foi justamente esta situação que Aristóteles tentou estabelecer como norma há mais de dois mil anos. Pesquisando o passado das altitudes rapidamente declinantes de uma economia de mercado de caráter mundial, temos que concordar que a famosa distinção que ele faz entre a domesticidade propriamente dita e o ato de se ganhar dinheiro

money-making, no capítulo introdutório da sua *política*, foi provavelmente o indicador mais profético jamais feito no campo das ciências sociais. Ainda continua sendo a melhor análise do assunto que possuímos. Aristóteles insiste na produção para uso, contra a produção visando lucro, como essência da domesticidade propriamente dita. Assim, um produção acessória para o mercado, argumenta ele, não precisa destruir a auto-suficiência doméstica, uma vez que a colheita seja reinvestida na fazenda, para sustento, seja como gado ou cereal. A venda dos excedentes não precisa destruir a base da domesticidade.

Somente um gênio do senso comum poderia afirmar, como ele o fez, que o ganho era uma motivação peculiar à produção para o mercado, e que o fator dinheiro introduzira um novo elemento na situação. No entanto, enquanto os mercados e o dinheiro fossem meros acessórios de uma situação doméstica auto-suficiente, o princípio da produção para uso próprio poderia funcionar. Nesse sentido, ele estava inteiramente certo, embora deixasse de ver como era impraticável ignorar a existência de mercados numa época em que a economia grega tinha se tornado dependente do comércio atacadista e do capital de empréstimos. Esse foi o século em que Delos e Rhodes se desenvolveram em empórios de seguros de fretes, empréstimos marítimos e bancos de capital de giro, comparados aos quais a Europa Ocidental de mil anos depois foi o próprio retrato do primitivismo. No entanto, Jowett, Mestre em Balliol,* se enganou redondamente quando considerou correta a suposição de que a Inglaterra vitoriana tinha uma noção muito mais clara do que Aristóteles, sobre a natureza da diferença entre o setor doméstico e o que ganha dinheiro. Ele desculpava Aristóteles alegando que "os temas do conhecimento ligados ao homem se entrelaçam uns com os outros e, na época de Aristóteles, eles não se distinguiam facilmente". É verdade que Aristóteles não reconheceu claramente as implicações da divisão do trabalho e sua ligação com os mercados e o dinheiro, assim como não compreendeu as utilizações do dinheiro como crédito e capital. Nesse ponto, as restrições de Jowett são justificadas. Entretanto, foi o mestre de Balliol, e não Aristóteles, que se tornou insensível às implicações humanas de se ganhar dinheiro. Ele não viu que a distinção entre o princípio do uso e o princípio do ganho era a chave para a civilização inteiramente diferente cujos contornos Aristóteles acertadamente previu dois mil anos antes do seu advento,

* Um colégio de Oxford. (N. do R.)

baseando-se, para isso, nos simples rudimentos de uma economia de mercado disponível na época, enquanto Jowett, já com o espécime inteiramente pronto diante dele, ignorou a sua existência. Ao denunciar o princípio da produção visando lucro "como não natural ao homem", por ser infinito e ilimitado, Aristóteles estava apontando, na verdade, para o seu ponto crucial, a saber, a separação de uma motivação econômica isolada das relações sociais nas quais as limitações eram inerentes.

De forma mais ampla, essa proposição sustenta que todos os sistemas econômicos conhecidos por nós, até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, foram organizados segundo os princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade, ou alguma combinação dos três. Esses princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social a qual, *inter alia*, fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia. Dentro dessa estrutura, a produção ordenada e a distribuição dos bens era assegurada através de uma grande variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento. E entre essas motivações, o lucro não ocupava lugar proeminente. Os costumes e a lei, a magia e a religião cooperavam para induzir o indivíduo a cumprir as regras de comportamento, as quais, eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema econômico.

O período greco-romano, a despeito do seu conteúdo altamente desenvolvido, não representou qualquer ruptura nesse sentido; ele se caracterizou pela redistribuição de cereais, em grande escala, feita pela administração romana numa economia em tudo doméstica, e ele não se constituiu em exceção à regra vigente de que até o final da Idade Média os mercados não desempenharam papel importante no sistema econômico – prevaleciam outros padrões institucionais.

A partir do século XVI, os mercados passaram a ser mais numerosos e importantes. Na verdade, sob o sistema mercantil, eles se tornaram a preocupação principal dos governos. Entretanto, não havia ainda sinal de que os mercados passariam a controlar a sociedade humana. Pelo contrário. Os regulamentos e os regimentos eram mais severos do que nunca; estava ausente a própria idéia de um mercado auto-regulável. Para compreender a súbita mudança para um tipo inteiramente novo da economia no século XIX, devemos nos voltar, agora, para a história do mercado, uma instituição que praticamente negligenciamos em nosso resumo dos sistemas econômicos do passado.

5

EVOLUÇÃO DO PADRÃO DE MERCADO

Se queremos deixar de lado as superstições econômicas do século XIX,[1] a parte dominante desempenhada pelos mercados na economia capitalista, juntamente com o significado básico do princípio de permuta ou troca nessa economia, exige uma pesquisa cuidadosa da natureza e origem dos mercados.

A permuta, a barganha e a troca constituem um princípio de comportamento econômico que depende do padrão de mercado para sua efetivação. Um mercado é um local de encontro para a finalidade da permuta ou da compra e venda. A menos que este padrão esteja presente, pelo menos em parte, a propensão à permuta não terá escopo suficiente: ela não poderá produzir preços.[2] Assim como a reciprocidade é auxiliada por um padrão simétrico de organização, a redistribuição é facilitada por alguma medida de centralização, e a domesticidade tem que ser baseada na autarquia, assim também o princípio da permuta depende, para sua efetivação, do padrão de mercado. Todavia, da mesma forma como tanto a reciprocidade como a redistribuição, ou a domesticidade, podem ocorrer numa sociedade sem nelà ocupar um lugar primordial, o princípio da permuta também pode ocupar um lugar

[1] Cf. Notas sobre as Fontes.

[2] Hawtrey, G. R., *The Economic Problem*, 1925, p. 13. "A aplicação prática do princípio do individualismo depende inteiramente da prática da troca." Entretanto, Hawtrey se enganou em presumir que a existência de mercados seguiu-se simplesmente à prática da troca.

subordinado numa sociedade na qual os outros princípios estão em ascendência.

Em alguns outros sentidos, porém, o princípio da permuta não está em paridade estrita com os três outros princípios. O padrão de mercado, com o qual ele está associado, é mais específico do que a simetria, a centralidade ou a autarquia – os quais, em contraste com o padrão de mercado, são meros "traços" e não criam instituições designadas para uma função apenas. A simetria nada mais é do que um arranjo sociológico que não dá origem a instituições isoladas, mas apenas padroniza as já existentes (se uma tribo ou uma aldeia é ou não simetricamente padronizada, isto não envolve qualquer instituição distinta). A centralidade, embora crie freqüentemente instituições distintas, não implica motivação que particularizaria a instituição resultante para uma função específica única (o chefe de uma aldeia ou qualquer outra autoridade central pode assumir, por exemplo, uma série de funções política, militar, religiosa ou econômica, indiscriminadamente). Finalmente, a autarquia econômica é apenas um traço acessório de um grupo fechado existente.

Por outro lado, o padrão de mercado, relacionando-se a um motivo peculiar próprio, o motivo da barganha ou da permuta, é capaz de criar uma instituição específica, a saber, o mercado. Em última instância, é por isto que o controle do sistema econômico pelo mercado é conseqüência fundamental para toda a organização da sociedade: significa, nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico. A importância vital do fator econômico para a existência da sociedade antecede qualquer outro resultado. Desta vez, o sistema econômico é organizado em instituições separadas, baseado em motivos específicos e concedendo um status especial. A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. Este é o significado da afirmação familiar de que uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado.

Na verdade, foi crucial o passo que transformou mercados isolados numa econômica de mercado, mercados reguláveis num mercado auto-regulável. O século XIX – aclamando o fato como o ápice da civilização ou deplorando-o como um crescimento canceroso – imaginava ingenuamente que um tal desenvolvimento era o resultado natural da difusão dos mercados. Não se compreendeu que a engrenagem de mercados num sistema auto-regulável de tremendo poder não foi o resultado de

qualquer tendência inerente aos mercados em direção à excrescência, e sim o efeito de estimulantes altamente artificiais administrados ao corpo social, a fim de fazer frente a uma situação criada pelo fenômeno não menos artificial da máquina. Não foi reconhecida a natureza limitada e não expansiva do padrão de mercado como tal; e, no entanto, é este o fato que emerge com toda clareza da moderna pesquisa.

"Os mercados não são encontrados em todos os lugares; a sua ausência, embora indicando um certo isolamento e uma tendência à reclusão, não está associada a qualquer desenvolvimento particular, e o mesmo também pode ser auferido da sua presença." Essa frase incolor, transcrita do *Economics in Primitive Communities*, de Thurnwald, resume os resultados significativos da moderna pesquisa sobre o assunto. Um outro autor repete, em relação ao dinheiro, o que Thurnwald diz a respeito dos mercados: "O simples fato de uma tribo usar dinheiro diferencia-se muito pouco, do ponto de vista econômico, de quaisquer outras tribos do mesmo nível cultural que não o utilizam." Não precisamos mais do que salientar algumas das implicações mais importantes dessas afirmativas.

A presença ou a ausência de mercados ou de dinheiro não afeta necessariamente o sistema econômico de uma sociedade primitiva. Isto refuta o mito do século XIX de que o dinheiro foi uma invenção cujo aparecimento transformava inevitavelmente uma sociedade, com a criação de mercados, forçando o ritmo da divisão de trabalho, liberando a propensão natural do homem à permuta, à barganha e à troca. Com efeito, a história econômica ortodoxa se baseou numa perspectiva imensamente exagerada do significado dos mercados, como tais. Um "certo isolamento" ou talvez uma "tendência à reclusão" é o único traço econômico que pode ser indeferido corretamente da ausência de mercados; no que diz respeito à organização interna de uma economia, sua presença ou ausência não faz necessariamente qualquer diferença.

As razões são simples. Os mercados não são instituições que funcionam principalmente dentro de um economia, mas fora dela. Eles são locais de encontro para um comércio de longa distância. Os mercados locais, propriamente ditos, são de pouca importância. Além disso, nem os mercados de longa distância, nem os mercado locais são essencialmente competitivos. Conseqüentemente, tanto num como noutro caso é pouca a pressão para se criar um comércio territorial, o assim chamado mercado interno ou nacional. Cada uma dessas afirmativas choca-se com algum pressuposto axiomático dos economistas clássicos, entretanto elas seguem muito de perto os fatos que aparecem à luz da pesquisa moderna.

De fato, a lógica do caso é quase o oposto do que subentende a doutrina clássica. O ensino ortodoxo partiu da propensão do indivíduo à permuta; deduziu daí a necessidade de mercados locais, bem como a divisão do trabalho; inferiu, finalmente, a necessidade do comércio, eventualmente do comércio exterior, incluindo até mesmo o comércio de longa distância. À luz do nosso conhecimento atual, podíamos quase reverter a seqüência do argumento: o verdadeiro ponto de partida é o comércio de longa distância, um resultado da localização geográfica das mercadorias, e da "divisão do trabalho" dada pela localização. O comércio de longa distância muitas vezes engendra mercados, uma instituição que envolve atos de permuta e, se o dinheiro é utilizado, de compra e venda. Eventualmente, porém não necessariamente, isto oferece a alguns indivíduos a oportunidade de utilizar a sua alegada propensão para a barganha e o regateio.

O aspecto dominante desta doutrina é a origem do comércio numa esfera externa, não relacionada com a organização interna da economia: "A aplicação dos princípios observados na caça para obter bens encontrados *fora dos limites do distrito* levou a certas formas de troca que nos pareceram, mais tarde, como comércio".[3] Procurando as origens do comércio, nosso ponto de partida deveria ser a obtenção de bens distantes, como numa caça. "Os Dieri da Austrália Central, todos os anos, em julho ou agosto, fazem uma expedição ao sul para conseguir o ocre vermelho que eles usam para pintar seus corpos... Seus vizinhos, os Yantruwunta, organizam empreendimentos semelhantes para conseguir o ocre vermelho e blocos de arenito, para moer sementes, em Flinders Hills, distante oitocentos quilômetros. Em ambos os casos era às vezes necessário lutar pelos artigos desejados, quando o povo local oferecia resistência à sua remoção." Esta espécie de requisição ou caça ao tesouro é claramente tão semelhante ao roubo e à pirataria quanto aquilo que costumamos ver como comércio – basicamente é um negócio unilateral. Ele se torna bilateral, i.e., "uma certa forma de troca" apenas através da chantagem praticada pelos poderes locais; ou também através de acordos de reciprocidade, como no anel Kula, nas cerimônias de visita dos Pengwe, da África Ocidental, ou com os Kpelle, onde o chefe monopoliza o comércio exterior insistindo em entreter todos os hóspedes. É verdade que tais visitas não são acidentais, e sim – em nossos termos, não deles – genuínas viagens de negó-

[3] Thurnwald, R.C. *Economics in Primitive Communities*, 1932, p.147.

cios; a troca de bens, porém, é sempre feita sob o disfarce de presentes recíprocos e sob a forma, ainda, de retribuição de visitas.

Chegamos à conclusão, assim, de que embora as comunidades humanas nunca tenham deixado de lado, inteiramente, o comércio exterior, esse comércio nem sempre envolvia mercados, necessariamente. Originalmente, o comércio exterior sempre esteve mais ligado à aventura, exploração, caça, pirataria e guerra do que à permuta. Ele pode implicar tanto em paz como em bilateralidade, porém, mesmo quando implica ambos, ele é baseado, habitualmente, no princípio da reciprocidade, e não da permuta.

A transição para a permuta pacífica pode se orientar em duas direções, a saber, na da troca e na da paz. Como acima indicado, uma expedição tribal pode ter que cumprir as condições estabelecidas pelos poderes locais, os quais podem exigir dos estrangeiros um tipo de contrapartida. Esse tipo de relacionamento, embora não inteiramente pacífico, pode dar origem à permuta – uma transação unilateral será transformada em bilateral. O outro tipo de desenvolvimento é o de "comércio silencioso", que ocorre nas selvas africanas, onde se evita o risco do combate através de uma combinação organizada com o qual se introduz na própria transação, com a devida circunspecção, um elemento de paz, aceitação e confiança.

Como sabemos, num estágio posterior os mercados se tornaram predominantes na organização do comércio exterior. Entretanto, do ponto de vista econômico, os mercados externos são algo inteiramente diferente, tanto dos mercados locais quanto dos mercados internos. Eles não diferem apenas em tamanho; são instituições de função e origem diferentes. O mercado externo é uma transação; a questão é a ausência de alguns tipos de mercadorias naquela região. A troca de lãs inglesas por vinhos portugueses constitui um exemplo. O comércio local é limitado às mercadorias da região, as quais *não* compensa transportar porque são demasiado pesadas, volumosas ou perecíveis. Assim, tanto o comércio exterior quanto o local são relativos à distância geográfica, sendo um confinado às mercadorias que não podem superá-la e o outro às que podem fazê-lo. Um comércio desse tipo é descrito corretamente como complementar. A troca local ente cidade e campo e o comércio exterior entre diferentes zonas climáticas baseiam-se neste princípio. Um tal comércio não implica competição necessariamente, e se a competição levasse à desorganização do comércio não haveria contradição em eliminá-la. Em contraste com o comércio externo e o local, o comércio interno, por seu lado, é essencialmente competitivo.

Além das trocas complementares, ele inclui um número muito maior de trocas nas quais mercadorias similares, de fontes diferentes, são oferecidas em competição umas com as outras. Assim, somente com a emergência do comércio interno ou nacional é que a competição tende a ser aceita como princípio geral de comércio.

Esses três tipos de comércio, os quais diferem acentuadamente na sua função econômica, também são distintos na sua origem. Já falamos sobre o começo do comércio externo. A partir dele, os mercados se desenvolveram naturalmente em todos os lugares onde os transportadores tinham que parar, nos vaus, portos marítimos, cabeceiras de rios ou onde as rotas das expedições se encontravam. Os "portos" se desenvolveram nos locais de transbordo.[4] O breve florescimento das famosas feiras da Europa constitui um outro exemplo de um tipo definido de mercado produzido pelo comércio de longa distância. Os empórios da Inglaterra são um outro exemplo. Entretanto, enquanto as feiras e os empórios desapareceram de forma abrupta, desconcertando o evolucionista dogmático, o *portus* desempenhou um papel importantíssimo no estabelecimento de cidades na Europa Ocidental. Entretanto, mesmo nos locais em que as cidades foram fundadas em sítios de mercados externos, os mercados locais freqüentemente permaneceram separados não apenas em relação à sua função, mas também à sua organização. Nem o porto, nem a feira, nem o empório foi o pai dos mercados internos ou nacionais. Onde, então, poderemos procurar a sua origem?

Poderia parecer natural presumir, que em função dos atos individuais de permuta, os mercados locais se desenvolveriam no correr do tempo e que tais mercados, uma vez existindo, levariam naturalmente ao estabelecimento de mercados internos ou nacionais. Entretanto, nem um nem outro aconteceu. Atos individuais de permuta ou troca – esta é a verdade – não levam, como regra, ao estabelecimento de mercados em sociedades onde predominam outros princípios de comportamento econômico. Tais atos são comuns em quase todos os tipos de sociedades primitivas, porém são considerados incidentais uma vez que não preenchem as necessidades da vida. Nos amplos sistemas antigos de redistribuição, os atos de permuta e os mercados locais eram uma constante, porém apenas em caráter subordinado. O mesmo se aplica onde a reciprocidade é a regra: aqui, os atos de permuta são geralmente inseridos em relações de longo alcance que implicam aceitação e

[4] Pirenne, H., *Medieval Cities*, 1925, p.148 (nota 12).

confiança, uma situação que tende a obliterar o caráter bilateral da transação. Os fatores limitantes surgem de todos os pontos do compasso sociológico: o costume e a lei, a religião e a magia contribuem igualmente para o resultado, que é restringir os atos de troca em relação a pessoas e objetos, tempo e ocasião. Como regra, aquele que permuta apenas entra em um tipo de transação já determinado, no qual tanto os objetos como as quantias a eles equivalentes já são dados. *Utu*, na linguagem dos Tikopia,[5] denota tal equivalente tradicional como parte da troca recíproca. Aquilo que parece como o aspecto essencial da troca para o pensamento do século XVIII, o elemento voluntário da barganha e do regateio, tão expressivo como motivação presumida da permuta, tem realmente um objetivo muito limitado na verdadeira transação. Mesmo que seu motivo fosse subjacente ao ato, raramente se lhe permite atingir a superfície.

A forma costumeira de comportamento, ao contrário, é dar oportunidade a uma motivação oposta. O doador pode simplesmente largar o objeto no chão e o receptor fingirá apanhá-lo acidentalmente, ou deixará que um dos seus seguidores o faça por ele. Nada pode ser mais contrário ao comportamento aceito do que examinar a contrapartida recebida. Como temos toda a razão para crer que esta atitude sofisticada não é o resultado de uma falta genuína de interesse pelo lado material da transação, podemos descrever a etiqueta da permuta como um desenvolvimento contraditório, destinado a limitar o escopo da transação.

Com efeito, em face da evidência, seria audacioso afirmar que os mercados locais se desenvolveram a partir de atos individuais de permuta. Embora seja muito obscuro o início do mercado local, podemos afirmar com segurança que, desde o princípio, essa instituição foi cercada por uma série de salvaguardas destinadas a proteger a organização econômica vigente na sociedade de interferência por parte das práticas de mercado. A paz do mercado era garantida ao preço de rituais e cerimônias que restringiam seu objetivo, enquanto asseguravam sua capacidade de funcionar dentro dos estreitos limites dados. O resultado mais significativo dos mercados – o nascimento de cidades e a civilização urbana – foi, de fato, o produto de um desenvolvimento paradoxal. As cidades, as crias dos mercados, não eram apenas as suas protetoras, mas também um meio de impedi-los de se expandirem pelo campo e, assim, incrustarem-se na organização econômica corrente da sociedade.

[5] Firth, R., *Primitive Polynesian Economics*, 1939, p. 347.

Os dois significados da palavra "conter" talvez expressem melhor esta dupla função das cidades em relação aos mercados, que elas tanto envolviam como impediam de se desenvolver.

Se a permuta era cercada de tabus, destinados a impedir que esse tipo de relação humana abusasse das funções da organização econômica propriamente dita, a disciplina do mercado era ainda mais restrita. Eis aqui um exemplo do país Chaga: "O mercado deve se visitado regularmente nos dias de mercado. Se qualquer ocorrência impedir a abertura do mercado por alguns dias, os negócios não serão retomados até que a praça do mercado tenha sido purificada. Qualquer ocorrência na praça do mercado que envolva derramamento de sangue exige a imediata expiação. A partir desse momento não é permitido a qualquer mulher abandonar a praça do mercado, e nenhuma mercadoria pode ser tocada; tudo tem que ser muito bem limpo antes de ser levado para fora e usado como alimento. Pelo menos um bode tem que ser sacrificado imediatamente. Se uma mulher der à luz ou abortar na praça do mercado, é necessária uma expiação mais séria e mais dispendiosa. Nesse caso é necessário o sacrifício de um animal leiteiro. Além disso, o ambiente doméstico do chefe tem que ser purificado com o sangue do sacrifício de uma vaca leiteira. Todas as mulheres do campo têm que ser aspergidas, distrito por distrito".[6] Regras como estas não tornariam mais fácil a difusão dos mercados.

O mercado local típico, no qual as donas de casa vão comprar algumas de suas necessidades domésticas diárias e nos quais os agricultores de cereais ou verduras, assim como os artesãos locais, oferecem seus artigos à venda, revelam uma impressionante indiferença quanto a tempo e lugar. Reuniões desse tipo são não só bastante generalizadas nas sociedades primitivas como também permanecem praticamente imutáveis até meados do século XVIII nos países mais adiantados da Europa Ocidental. Elas constituem um acessório da existência local e diferem muito pouco, quer façam parte da vida tribal centro-africana, que de uma *cité* da França merovíngia, ou de uma aldeia escocesa da época de Adam Smith. O que é verdadeiro em relação à aldeia é também verdadeiro em relação à cidade. Os mercados locais são, essencialmente, mercados de vizinhança e, embora importantes para a vida das comunidades, em nenhum lugar revelam indícios de reduzir o sistema econômico vigente a seus padrões. Eles não foram pontos de partida do comércio interno ou nacional.

[6] Thurnwald, R.C., *op. cit.*, pp. 162-164

Na Europa Ocidental o comércio interno foi criado, na verdade, por intervenção do estado. Até a época da Revolução Comercial, o que pode nos parecer como comércio nacional não era nacional, e sim municipal. Os hanseáticos não eram mercadores germânicos; eles eram uma corporação de oligarcas comerciais, sediados em diversas cidades do Mar do Norte e do Báltico. Longe de "nacionalizarem" a vida econômica germânica, a Hansa deliberadamente isolava o interior do comércio. O comércio da Antuérpia ou Hamburgo, Veneza ou Lyon não era, de forma alguma, holandês ou germânico, italiano ou francês. Londres não era exceção: ela era tão pouco "inglesa" como Luebeck era "germânica". O mapa comercial da Europa nesse período mostraria corretamente apenas cidades, deixando em branco o campo – este pareceria não existir no que concerne ao comércio organizado. As assim chamadas nações eram apenas unidades políticas, na verdade bastante frouxas, e que consistiam, economicamente, de inúmeros ambientes domésticos auto-suficientes, maiores ou menores, e insignificantes mercados locais nas aldeias. O comércio limitava-se a distritos organizados que o praticavam localmente, como comércio de vizinhança, ou como comércio de longa distância – os dois eram estritamente separados e a nenhum deles era permitido infiltrar-se no campo indiscriminadamente.

Um separação tão constante entre o comércio local e de longa distância dentro da organização da cidade deve parecer mais um choque para o evolucionista, para quem as coisas sempre parecem se imiscuir facilmente umas nas outras. E, no entanto, este fato peculiar constitui a chave da história social da vida urbana na Europa Ocidental. Isto comprova claramente nossa afirmativa a respeito da origem dos mercados, que inferimos a partir das condições existentes nas economias primitivas. A acentuada distinção entre o comércio local e de longa distância pode parecer demasiado rígida, especialmente porque ela nos leva à conclusão, um tanto surpreendente, de que nem o comércio de longa distância, nem o comércio local, foi o pai do comércio interno dos tempos modernos – não nos deixando, aparentemente, outra alternativa senão voltarmo-nos, a título de explicação, para o *deus ex machina* da intervenção estatal. Veremos, em seguida, que outras investigações recentes apóiam nossas conclusões a esse respeito. Todavia, queremos fazer primeiro um rápido esboço da história da civilização urbana conforme foi modelada pela separação peculiar entre o comércio e a longa distância, dentro dos limites da cidade medieval.

Essa separação foi, na verdade, o cerne da instituição dos centros urbanos medievais.[7] A cidade era uma organização de burgueses. Só eles tinham direito à cidadania e o sistema repousava na distinção entre burgueses e não burgueses. Nem os camponeses, nem os mercadores de outras cidades eram burgueses, naturalmente. Entretanto, enquanto a influência militar e política da cidade tornava possível lidar com os camponeses das redondezas, tal autoridade não podia ser exercida em relação ao mercador estrangeiro. Em conseqüência, os burgueses se encontravam numa posição inteiramente diferente em relação ao comércio local e ao comércio a longa distância.

No que se refere ao suprimento de alimentos, a regulamentação envolvia a aplicação de métodos tais como a publicidade obrigatória das transações e a exclusão de intermediários, a fim de controlar o comércio e impedir a elevação dos preços. Tal regulamentação, porém, só era efetiva no comércio que era levado a efeito entre a cidade e suas cercanias. A situação era inteiramente diferente no comércio de longa distância. As especiarias, o peixe salgado ou o vinho tinham que ser transportados de longa distância, e constituíam, assim, o domínio do mercador estrangeiro e dos seus métodos de comércio atacadista capitalista. Esse tipo de comércio fugia à regulamentação local. A proibição total da venda a varejo pelos mercadores estrangeiros se destinava a alcançar essa finalidade. À medida que crescia o volume do comércio atacadista capitalista, mais estrita se tornava a sua exclusão dos mercados locais, reforçado ainda no que concernia às importações.

No que diz respeito aos artefatos industriais, a separação entre o comércio local e o de longa distância era ainda mais profunda, pois neste caso toda a organização de produção para exportação era afetada. A razão disto estava na própria natureza das guildas e corporações artesanais, nas quais se organizava a produção industrial. No mercado local, a produção era regulada de acordo com as necessidades dos produtores, restringindo a produção a um nível remunerativo. Este princípio não se aplicava, naturalmente, às exportações, onde os interesses dos produtores não estabeleciam limites à produção . Em conseqüência, enquanto o comércio local era estritamente regulado, a produção para exportação da época era apenas formalmente controlada pelas corporações de artesãos. A indústria de exportação da época, o comércio de tecidos, era organizada, na verdade, na base capitalista do trabalho assalariado.

A separação crescentemente estrita entre o comércio local e o de exportação foi a reação da vida urbana à ameaça do capital móvel de

[7] Nossa formulação segue as obras bem conhecidas de H. Pirenne.

desintegrar as instituições da cidade. A cidade medieval típica não tentou evitar o perigo diminuindo o abismo entre o mercado local controlável e as incertezas do um comércio de longa distância incontrolável, mas, ao contrário, enfrentou o perigo reforçando com o máximo rigor aquela política de exclusão e proteção que era o *rationale* da sua existência.

Na prática, isto significa que as cidades levantaram todos os obstáculos possíveis à formação daquele mercado nacional ou interno pelo qual pressionava o atacadista capitalista. Mantendo o princípio de um comércio local não-competitivo e um comércio a longa distância igualmente não-competitivo, levado a efeito de cidade a cidade, os burgueses dificultaram, por todos os meios a seu dispor, a inclusão do campo no compasso do comércio e a abertura de um comércio indiscriminado entre as cidades e o campo. Foi esse desenvolvimento que forçou o estado territorial a se projetar como instrumento da "nacionalização" do mercado e criador do comércio interno.

A ação deliberada do estado nos séculos XV e XVI impingiu o sistema mercantil às cidades e às municipalidades ferrenhamente protecionistas. O mercantilismo destruiu o particularismo desgastado do comércio local e intermunicipal, eliminando as barreiras que separavam esses dois tipos de comércio não-competitivo e, assim, abrindo caminho para um mercado nacional que passou a ignorar, cada vez mais, a distinção entre cidade e campo, assim como as que existiam entre as várias cidades e províncias.

O sistema mercantil foi, na verdade, uma resposta a vários desafios. Do ponto de vista político, o estado centralizado era uma nova criação, estimulada pela Revolução Comercial que mudara o centro de gravidade do mundo ocidental do Mediterrâneo para as costas do Atlântico, compelindo, assim, os povos atrasados de grandes países agrários a se organizarem para o comércio e os negócios. Na política externa, o estabelecimento de um poder soberano era a necessidade do dia; a nova política estatal mercantilista envolvia a disciplina dos recursos de todo território nacional para os objetos de poder nos assuntos externos. Na política interna, a unificação de países fragmentados pelo particularismo feudal e municipal foi o subproduto necessário a um tal empreendimento. Do ponto de vista econômico, o instrumento de unificação foi o capital, i.e., os recursos privados disponíveis sob a forma de dinheiro acumulado, e portanto, peculiarmente adequado para o desenvolvimento do comércio. Finalmente, a técnica administrativa subjacente à política econômica do governo central foi fornecida pela ampliação do sistema municipal tradicional ao território mais amplo do estado. Na

França, onde as corporações artesanais tendiam a se tornar órgãos do estado, o sistema de guildas foi simplesmente ampliado para todo o território do país. Na Inglaterra, onde a decadência das cidades fortificadas havia enfraquecido fatalmente aquele sistema, o campo foi industrializado sem a supervisão de guildas, enquanto em ambos os países os negócios e o comércio se espalhavam por todo o território da nação e se tornavam a forma dominante da atividade econômica. Nesta situação reside a origem da política comercial interna do mercantilismo.

A intervenção estatal, que havia liberado o comércio dos limites da cidade privilegiada, era agora chamada a lidar com dois perigos estreitamente ligados, os quais a cidade havia contornado com sucesso, a saber, o monopólio e a competição. Já se compreendia, naquela época, que a competição levaria, em última instância, ao monopólio, mas o monopólio era ainda mais temido do que posteriormente, pois ele muitas vezes estava ligado às necessidades da vida, e, portanto, podia tornar-se facilmente um perigo para a comunidade. O remédio encontrado foi a total regulamentação da vida econômica, só que agora em escala nacional e não mais apenas municipal. O que para a mente moderna pode facilmente parecer como uma imprevidente exclusão da competição, foi, na realidade, um meio de salvaguardar o funcionamento dos mercados, naquelas circunstâncias. Qualquer intrusão temporária de compradores ou vendedores no mercado poderia destruir o equilíbrio e decepcionar os compradores e vendedores regulares, e o resultado seria a cessação do funcionamento do mercado. Os fornecedores antigos deixaram de oferecer suas mercadorias por não terem uma garantia de preço e o mercado, sem suprimentos suficientes, tornar-se-ia uma presa do monopólio.

Numa escala menor, o mesmo perigo estava presente no lado da demanda, onde uma queda rápida poderia ser seguida por um monopólio da demanda. Cada passo que o estado tomava para livrar o mercado de restrições particularistas, tributos e proibições, punha em perigo o sistema organizado de produção e distribuição, o qual se via agora ameaçado por uma competição não regulada e pela intrusão de aventureiros que "esvaziavam" o mercado mas não ofereciam nenhuma garantia de permanência. Ocorreu assim que, embora os novos mercados nacionais até certo ponto fossem competitivos, inevitavelmente, o que prevalecia era o aspecto tradicional da regulamentação e não o novo elemento de competição.[8] A domesticidade auto-suficiente do

[8] Montesquieu, *L'esprit des Lois*, 1748: "O inglês restringe o mercador, mas é em favor do comércio."

camponês que trabalhava para sua subsistência continuou sendo a base mais ampla do sistema econômico que agora se integrava em grandes unidades nacionais através da formação do mercado interno. Este mercado nacional assumiu o seu lugar ao lado dos mercados local e estrangeiro, às vezes sobrepujando-os em parte.

A agricultura era suplementada, agora, pelo comércio interno – um sistema de mercados relativamente isolados, inteiramente compatível com o princípio da domesticidade ainda dominante no campo.

Isto conclui nossa sinopse da história do mercado até a época da Revolução Industrial. O estágio seguinte na história da humanidade, como sabemos, acarretou uma tentativa de estabelecer um grande mercado auto-regulável. Nada no mercantilismo, essa política distinta do estado-nação ocidental, deixava prever um desenvolvimento tão singular. A "libertação" do comércio levada a efeito pelo mercantilismo apenas liberou o comércio do particularismo, porém, ao mesmo tempo, ampliou o escopo da regulamentação. O sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais; os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social.

6

O MERCADO AUTO-REGULÁVEL E AS MERCADORIAS FICTÍCIAS: TRABALHO, TERRA E DINHEIRO

O rápido esboço dos sistemas econômicos e dos mercados, tomados em separado, mostra que até a nossa época os mercados nada mais eram do que acessórios da vida econômica. Como regra, o sistema econômico era absorvido pelo sistema social e, qualquer que fosse o princípio de comportamento predominante na economia, a presença do padrão de mercado sempre era compatível com ele. O princípio da permuta ou troca subjacente a esse padrão não revelava qualquer tendência de expandir-se às expensas do resto do sistema. Mesmo quando os mercados se desenvolveram muito, como ocorreu sob o sistema mercantil, eles tiveram que lutar sob o controle de uma administração centralizada que patrocinava a autarquia tanto no ambiente doméstico do campesinato como em relação à vida nacional. De fato, as regulamentações e os mercados cresceram juntos. O mercado auto-regulável era desconhecido e a emergência da idéia da auto-regulação se constituiu numa inversão completa da tendência do desenvolvimento. Assim, somente à luz desses fatos é que podem ser inteiramente compreendidos os extraordinários pressupostos subjacentes à economia de mercado.

Um economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados; a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo auto-regulável. Uma economia desse tipo se origina da expectativa de que os seres humanos se comportem de maneira tal a atingir o máximo de ganhos monetários. Ela pressupõe mercados nos quais o fornecimento dos bens dispo-

níveis (incluindo serviços) a um preço definido igualarão a demanda a esse mesmo preço. Pressupõe também a presença do dinheiro, que funciona como poder de compra nas mãos de seus possuidores. A produção será, então, controlada pelos preços, pois os lucros daqueles que dirigem a produção dependerão dos preços, pois estes formam rendimentos, e é com a ajuda desses rendimentos que os bens produzidos são distribuídos entre os membros da sociedade. Partindo desses pressupostos, a ordem na produção e na distribuição de bens é assegurada apenas pelos preços.

A auto-regulação significa que toda a produção é para venda no mercado, e que todos os rendimentos derivam de tais vendas. Por conseguinte, há mercados para todos os componentes da indústria, não apenas para os bens (sempre incluindo serviços), mas também para o trabalho, a terra e o dinheiro, sendo seus preços chamados, respectivamente, preços de mercadorias, salários, aluguel e juros. Os próprios termos indicam que os preços formam rendas: juro é o preço para o uso do dinheiro e constitui a renda daqueles que estão em posição de fornecê-lo. Aluguel é o preço para o uso da terra e constitui a renda daqueles que a fornecem. Salários são os preços para o uso da força de trabalho, que constitui a renda daqueles que a vendem. Finalmente, os preços das mercadorias contribuem para a renda daqueles que vendem seus serviços empresariais, sendo a renda chamada de lucro, na verdade, a diferença entre dois conjuntos de preços, o preço dos bens produzidos e seus custos, i.e., o preço dos bens necessários para produzi-los. Se essas condições são preenchidas, todas as rendas derivarão das vendas no mercado, e as rendas serão apenas suficientes para comprar todos os bens produzidos.

Segue-se um outro conjunto de pressupostos em relação ao estado e à sua política. A formação dos mercados não será inibida por nada, e os rendimentos não poderão ser formados de outra maneira a não ser através das vendas. Não deve existir, ainda, qualquer interferência no ajustamento dos preços às mudanças das condições do mercado – quer sejam preços de bens, trabalho, terra ou dinheiro. Assim, é preciso que existam não apenas mercados para todos os elementos da indústria,[1] como também não deve ser adotada qualquer medida ou política que possa influenciar a ação desses mercados. Nem o preço, nem a oferta,

[1] Henderson, H. D., *Supply and Demand*, 1922. A prática do mercado é dupla: a divisão de fatores entre os diferentes usos e a organização das forças que influenciam o fornecimento agregado de fatores.

nem a demanda devem ser fixados ou regulados; só terão validades as políticas e as medidas que ajudem a assegurar a auto-regulação do mercado, criando condição para fazer do mercado o único poder organizador na esfera econômica.

Para compreender inteiramente o que isto significa, vamos voltar por um momento ao sistema mercantil e aos mercados nacionais que ele tanto concorreu para desenvolver. Sob o feudalismo e o sistema de guildas, a terra e o trabalho formavam parte da própria organização social (o dinheiro ainda não se tinha desenvolvido no elemento principal da indústria). A terra, o elemento crucial da ordem feudal, era a base do sistema militar, jurídico, administrativo e político; seu status e função eram determinados por regras legais e costumeiras. Se a sua posse era transferível ou não e, em caso afirmativo, a quem e sob quais restrições; em que implicavam os direitos de propriedade; de que forma podiam ser utilizados alguns tipos de terra – todas essas questões ficavam à parte da organização de compra e venda, e sujeitas a um conjunto inteiramente diferente de regulamentações institucionais.

O mesmo também se aplicava à organização do trabalho. Sob o sistema de guildas, como sob qualquer outro sistema econômico na história anterior, as motivações e as circunstâncias das atividades produtivas estavam inseridas na organização geral das sociedades. As relações do mestre, do jornaleiro e do aprendiz; as condições do artesanato; o número de aprendizes; os salários dos trabalhadores, tudo era regulamentado pelo costume e pelas regras da guilda e da cidade. O que o sistema mercantil fez foi apenas unificar essas condições, quer através de estatutos, como na Inglaterra, quer através de "nacionalização" das guildas, como na França. Quanto à terra, seu status feudal só foi abolido naquilo que estava ligado aos privilégios provinciais – no restante, a terra permaneceu *extra commercium*, tanto na Inglaterra como na França. Até a época da Grande Revolução de 1789, a propriedade fundiária continuou sendo fonte de privilégios sociais na França e, mesmo depois dessa época, a lei comum sobre a terra, na Inglaterra, era basicamente medieval. O mercantilismo, com toda a sua tendência em direção à comercialização, jamais atacou as salvaguardas que protegiam estes dois elementos básicos da produção – trabalho e terra – e os impedia de se tornarem objetos de comércio. Na Inglaterra, a "nacionalização" da legislação do trabalho, por meio do Statute of Artificers (Estatuto dos Artífices – 1563) e da Poor Law (Lei dos Pobres – 1601), retirou o trabalho da zona de perigo, e a política anticercamento dos Tudors e dos primeiros Stuarts foi um protesto concreto contra o princípio do uso lucrativo da propriedade fundiária.

O mercantilismo, por mais que tivesse insistido enfaticamente na comercialização como política nacional, pensava a respeito dos mercados de maneira exatamente contrária à economia de mercado, o que fica bem demonstrado pela amplitude da intervenção estatal na indústria. Neste ponto não havia diferença entre mercantilistas e feudalistas, entre planejadores coroados e interesses investidos, entre burocratas centralizadores e particularistas conservadores. Eles discordavam apenas quanto aos métodos de regulamentação: as guildas, as cidades e as províncias apelavam para a força dos costumes e da tradição, enquanto a nova autoridade estatal favorecia o estatuto e as leis. Todos eles, porém, eram igualmente avessos à idéia da comercialização do trabalho e da terra – a precondição da economia de mercado.

As guildas artesanais e os privilégios feudais só foram abolidos na França em 1790; na Inglaterra, o Statute of Artificers só foi revogado entre 1813 e 1814 e a Poor Law elisabetana, em 1834. O estabelecimento do mercado livre de trabalho não foi sequer discutido, em ambos os países, antes da última década do século XVIII, e a idéia da auto-regulação da vida econômica estava inteiramente fora de cogitação nesse período. O mercantilismo se preocupava com o desenvolvimento dos recursos do país, inclusive o pleno emprego, através dos negócios e do comércio – e levava em conta, como um dado certo, a organização tradicional da terra e do trabalho. Neste ponto ele estava tão afastado dos conceitos modernos como do campo da política, onde a sua crença nos poderes absolutos de um déspota esclarecido não continha quaisquer laivos de democracia. A transição para um sistema democrático e uma política representativa significou a total reversão da tendência da época, e da mesma forma a mudança de mercados regulamentados para auto-reguláveis, ao final do século XVIII, representou uma transformação completa na estrutura da sociedade.

Um mercado auto-regulável exige, no mínimo, a separação institucional da sociedade em esferas econômica e política. Do ponto de vista da sociedade como um todo, uma tal dicotomia é, com efeito, apenas um reforço da existência de um mercado auto-regulável. Pode-se argumentar que a separação dessas duas esferas ocorra em todos os tipos de sociedade, em todos os tempos. Um tal inferência, porém, seria baseada numa falácia. É verdade que nenhuma sociedade pode existir sem algum tipo de sistema que assegure a ordem na produção e distribuição de bens. Entretanto, isto não implica a existência de instituições econômicas separadas. Normalmente a ordem econômica é apenas uma função da social, na qual ela está inserida. Como já demonstramos, não

havia um sistema econômico separado na sociedade, seja sob condições tribais, feudais ou mercantis. A sociedade do século XIX revelou-se, de fato, um ponto de partida singular, no qual a atividade econômica foi isolada e imputada a uma motivação econômica distinta.

Um tal padrão institucional não poderia funcionar a menos que a sociedade fosse subordinada, de alguma forma, às suas exigências. Uma economia de mercado só pode existir numa sociedade de mercado. Chegamos a esta conclusão, de uma maneira geral, em nossa análise do padrão de mercado. Podemos especificar agora as razões desta nossa afirmativa. Uma economia de mercado deve compreender todos os componentes da indústria, incluindo trabalho, terra e dinheiro. (Numa economia de mercado, este último é também um elemento essencial da vida industrial, e a sua inclusão no mecanismo de mercado acarretou, como veremos adiante, conseqüências institucionais de grande alcance.) Acontece, porém, que o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado.

Estamos agora em posição de desenvolver, numa forma mais concreta, a natureza institucional de uma economia de mercado, e os perigos que ela acarreta para a sociedade. Em primeiro lugar, procuraremos descrever os métodos através dos quais o mecanismo de mercado fica capacitado a controlar e dirigir os elementos reais da vida industrial; em seguida, tentaremos avaliar a natureza dos efeitos de um tal mecanismo sobre a sociedade que está sujeita à sua ação.

É com a ajuda do conceito de mercadoria que o mecanismo do mercado se engrena aos vários elementos da vida industrial. As mercadorias são aqui definidas, empiricamente, como objetos produzidos para a venda no mercado; por outro lado, os mercados são definidos empiricamente como contatos reais entre compradores e vendedores. Assim, cada componente da indústria aparece como algo produzido para a venda, pois só então pode estar sujeito ao mecanismo da oferta e procura, com a intermediação do preço. Na prática, isto significa que deve haver mercado para cada um dos elementos da indústria; que nesses mercados cada um desses elementos é organizado num grupo de oferta e procura. Esses mercados – e eles são numerosos – são interligados e constituem Um Grande Mercado.[2]

---

[2] Hawtrey, G. R. *op. cit.* Hawtrey vê a sua função tornando "mutuamente consistente os valores relativos de mercado de todas as mercadorias".

O ponto crucial é o seguinte: trabalho, terra e dinheiro são elementos essenciais da indústria. Eles também têm que ser organizados em mercados e, de fato, esses mercados formam uma parte absolutamente vital do sistema econômico. Todavia, o trabalho, a terra e o dinheiro obviamente *não* são mercadorias. O postulado de que tudo o que é comprado e vendido tem que ser produzido para venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a eles. Em outras palavras, de acordo com a definição empírica de uma mercadoria, eles não são mercadorias. Trabalho é apenas um outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia.

Não obstante, é com a ajuda dessa ficção que são organizados os mercados reais do trabalho, da terra e do dinheiro.[3] Esses elementos são, na verdade, comprados e vendidos no mercado; sua oferta e procura são magnitudes reais, e quaisquer medidas ou políticas que possam inibir a formação de tais mercados poriam em perigo, *ipso facto*, a auto-regulação do sistema. A ficção da mercadoria, portanto, oferece um princípio de organização vital em relação à sociedade como um todo, afetando praticamente todas as suas instituições, nas formas mais variadas. Isto significa o princípio de acordo com o qual não se pode permitir qualquer entendimento ou comportamento que venha a impedir o funcionamento real do mecanismo de mercado nas linhas de ficção da mercadoria.

Ora, em relação ao trabalho, à terra e ao dinheiro não se pode manter um tal postulado. Permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade. Esta suposta mercadoria, "a força de trabalho", não pode ser impelida, usada indiscriminadamente, ou até mesmo não-utilizada, sem afetar também o indivíduo humano que acontece ser o portador dessa mercadoria peculiar. Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema disporia também, incidentalmente, da entidade física, psicológica e moral do "homem" ligado a essa etiqueta. Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; morreriam vítimas de um agudo transtorno social, através do vício, da perversão, do crime e da fome. A natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e os arredores, poluídos os rios, a segurança militar ameaçada e destruído o poder de produzir alimentos e matérias-primas. Finalmente, a administração do poder de compra por parte do mercado liquidaria empresas periodicamente, pois as faltas e os excessos de dinheiro seriam tão desastrosos para os negócios como as enchentes e as secas nas sociedades primitivas. Os mercados de trabalho, terra e dinheiro *são,* sem dúvida, essenciais para uma economia de mercado. Entretanto, nenhuma sociedade suportaria os efeitos de um tal sistema de grosseiras ficções, mesmo por um período de tempo muito curto, a menos que a sua substância humana natural, assim como a sua organização de negócios, fosse protegida contra os assaltos desse moinho satânico.

A extrema artificialidade da economia de mercado está enraizada no fato de o próprio processo de produção ser aqui gozado sob a forma de de compra e venda.[4] Numa sociedade comercial, não é possível outra forma de organizar a produção para o mercado. Durante a Idade Média, a produção industrial para exportação foi organizada por burgueses ricos e levada a efeito sob sua supervisão direta, em sua cidade natal. Mais tarde, na sociedade mercantil, a produção foi organizada por mercadores e não se restringia mais às cidades. Esta foi a época dos deslocamentos, quando a indústria doméstica era provida de matérias-primas pelo capitalista mercador, o qual controlava o processo de produção como uma empresa puramente comercial. Foi nessa ocasião que a produção industrial se colocou definitivamente, e em grande escala, sob a liderança organizadora do mercador. Ele conhecia o mercado, o volume e a qualidade da demanda, e podia se encarregar também dos suprimentos que, incidentalmente, consistiam apenas em lã, tinturas e, às vezes, molduras ou teares usados pela indústria doméstica. Se não houvesse suprimentos, o aldeão era o mais prejudicado, pois perdia seu emprego durante algum tempo. O caso não envolvia nenhuma fábrica dispendiosa e o mercador não incorria em risco sério ao assumir a responsabilidade da produção. Durante séculos esse sistema cresceu em

[3] A afirmativa de Marx do caráter fetichista do valor das mercadorias se refere ao valor de troca de mercadorias genuínas e não tem nada em comum com as mercadorias fictícias mencionadas no texto.

poder e objetivo até que finalmente, num país como a Inglaterra, a indústria da lã, produto básico nacional, atingiu grandes setores do país onde a produção era organizada pelo negociante de tecidos.

A propósito, aquele que comprava e vendia provia também a produção – não era preciso uma outra motivação. A criação de bens não envolvia atitudes recíprocas de ajuda mútua; não havia a preocupação do chefe de família por aqueles cujas necessidades provia; nem o orgulho do artesão no exercício da sua profissão; nem a satisfação do elogio público – nada além do motivo simples do lucro, tão familiar ao homem cuja profissão é comprar e vender. Até o final do século XVIII, a produção industrial na Europa Ocidental já era um mero acessório do comércio.

Enquanto a máquina foi uma ferramenta barata e não-qualificada, não houve qualquer mudança nesta situação. O simples fato do tecelão doméstico poder produzir quantidades maiores do que antes, no mesmo espaço de tempo, poderia induzi-lo a usar máquinas para aumentar seus ganhos, porém este fato em si mesmo não afetava, necessariamente, a organização da profissão. O fato da maquinaria barata ser propriedade do trabalhador ou do mercador fazia alguma diferença quanto à posição social das partes e sem dúvida influía nos ganhos do trabalhador que ficava em melhor situação enquanto proprietário das suas ferramentas de trabalho. Entretanto, isto não obrigava o mercador a tornar-se um capitalista industrial ou o limitava a emprestar seu dinheiro às pessoas interessadas. O fluxo de bens raramente se expandia; a dificuldade maior continuava a ser o fornecimento de matérias-primas, às vezes inevitavelmente interrompido. Mesmo em tais casos, o prejuízo do mercador proprietário das máquinas não era substancial.

Não foi o aparecimento da máquina em si mas a invenção de maquinarias e fábricas complicadas e, portanto, especializadas que mudou completamente a relação do mercador com a produção. Embora a nova organização produtiva tenha sido introduzida pelo mercador – fato esse que determinou todo o curso da transformação –, a utilização de maquinarias e fábricas especializadas implicou o desenvolvimento do sistema fabril e, com ele, ocorreu uma alteração decisiva na importância relativa do comércio e da indústria, em favor dessa última. A produção industrial deixou de ser um acessório do comércio organizado pelo mercador como proposição de compra e venda; ela envolvia agora investimentos a longo prazo, com os riscos correspondentes, e a menos que a continuidade da produção fosse garantida, com certa margem de segurança, um tal risco não seria suportável.

Quanto mais complicada se tornou a produção industrial, mais numerosos passaram a ser os elementos da indústria que exigiam garantia de fornecimento. Três deles eram de importância fundamental: o trabalho, a terra e o dinheiro. Numa sociedade comercial esse fornecimento só podia ser organizado de uma forma: tornando-os disponíveis à compra. Agora eles tinham que ser organizados para a venda no mercado – em outras palavras, como mercadorias. A ampliação do mecanismo de mercado aos componentes da indústria – trabalho, terra e dinheiro – foi a conseqüência inevitável da introdução do sistema fabril numa sociedade comercial. Esses elementos da indústria tinham que estar à venda.

Isto estava de acordo com a exigência de um sistema de mercado. Sabemos que num sistema como esse os lucros só podem ser assegurados se se garante a auto-regulação através de mercados competitivos interdependentes. Como o desenvolvimento do sistema fabril se organizara como parte de um processo de compra e venda, o trabalho, a terra e o dinheiro também tiveram que se transformar em mercadorias para manter a produção em andamento. É verdade que eles não puderam ser transformados em mercadorias reais, pois não eram produzidos para venda no mercado. Entretanto, a ficção de serem assim produzidos tonou-se o princípio organizador da sociedade. Dos três elementos, um se destaca mais: trabalho (mão-de-obra) é o termo técnico usado para os seres humanos na medida em que não são empregadores mas empregados. Segue-se daí que a organização do trabalho mudaria simultaneamente com a organização do sistema de mercado. Entretanto, como a organização do trabalho é apenas um outro termo para as formas de vida do povo comum, isto significa que o desenvolvimento do sistema de mercado seria acompanhado de uma mudança na organização da própria sociedade. Seguindo este raciocínio, a sociedade humana tornara-se um acessório do sistema econômico.

Relembremos nosso paralelo entre as devastações dos cercamentos na história inglesa e a catástrofe social que se seguiu à Revolução Industrial. Dissemos que, como regra, o progresso é feito à custa da desarticulação social. Se o ritmo desse transtorno é exagerado, a comunidade pode sucumbir no processo. Os Tudors e os primeiros Stuarts salvaram a Inglaterra do destino da Espanha regulamentando o curso da mudança de forma a torná-la suportável e puderam canalizar seus efeitos por caminhos menos destruidores. Nada porém foi feito para salvar o povo comum da Inglaterra do impacto da Revolução Industrial. Um fé cega no progresso espontâneo havia se apossado da mentalidade

das pessoas e, com o fanatismo de sectários, os mais esclarecidos pressionavam em favor de uma mudança na sociedade, sem limites nem regulamentações. Os efeitos causados nas vidas das pessoas foram terríveis, quase indescritíveis. A sociedade humana poderia ter sido aniquilada, de fato, não fosse a ocorrência de alguns contramovimentos protetores que cercearam a ação desse mecanismo autodestrutivo.

A história social do século XIX foi, assim, o resultado de um duplo movimento; a ampliação da organização do mercado em relação às mercadorias genuínas foi acompanhada pela sua restrição em relação às mercadorias fictícias. Enquanto, de um lado, os mercados se difundiam sobre toda a face do globo e a quantidade de bens envolvidos assumiu proporções inacreditáveis, de outro uma rede de medidas e políticas se integravam em poderosas instituições destinadas a cercear a ação do mercado relativa ao trabalho, à terra e ao dinheiro. Enquanto a organização dos mercados mundiais de mercadorias, dos mercados mundiais de capitais e dos mercados mundiais de moedas, sob a égide do padrão-ouro, deu um *momentum* sem paralelo ao mecanismo de mercados, surgiu um movimento bem estruturado para resistir aos efeitos perniciosos de uma economia controlada pelo mercado. A sociedade se protegeu contra os perigos inerentes a um sistema de mercado auto-regulável, e este foi o único aspecto abrangente na história desses período.

7

SPEENHAMLAND, 1795

A sociedade do século XVIII resistiu, inconscientemente, a qualquer tentativa de transformá-la em mero apêndice do mercado. Não era concebível uma economia de mercado que não incluísse um mercado de trabalho, mas estabelecê-lo, especialmente na civilização rural da Inglaterra, significava nada menos do que destruir totalmente o tecido tradicional da sociedade. Mesmo durante o período mais ativo da Revolução Industrial, de 1795 a 1834, impediu-se a criação de um mercado de trabalho na Inglaterra através da Speenhamland Law (Lei Speenhamland).

Com efeito, o mercado de trabalho foi o último dos mercados a ser organizado sob o novo sistema industrial, e esse passo final só foi tomado quando a economia de mercado foi posta em marcha e a ausência de um mercado de trabalho provou ser um mal ainda maior para o próprio povo comum do que as calamidades que acompanhariam a sua introdução. No final, o mercado livre de trabalho, a despeito dos métodos desumanos empregados na sua criação, provou ser financeiramente benéfico para todas as partes envolvidas.

Entretanto, só agora surgia o problema crucial. As vantagens econômicas de um mercado livre de trabalho não podiam compensar a destruição social que ele acarretaria. Tiveram que ser introduzidas regulamentações de um novo tipo para mais uma vez proteger o trabalho, só que, agora, contra o funcionamento do próprio mecanismo de mercado. Embora as novas instituições protetoras – sindicatos e leis fabris – fossem adaptadas, tanto quanto possível, às exigências do mecanismo econômico, elas interferiam com a sua auto-regulação e finalmente destruíram o sistema.

Dentro da ampla lógica desse desenvolvimento, a Speenhamland Law ocupou uma posição estratégica.

Na Inglaterra, tanto a terra como o dinheiro foram mobilizados antes do trabalho. Este se viu impedido de formar um mercado nacional pelas restrições estritamente legais impostas à sua mobilidade física: o trabalhador estava praticamente restrito à sua paróquia. O Act of Settlement (Decreto de Domicílio) de 1662, que estabeleceu as regras da assim chamada servidão paroquial, só foi abrandado em 1795. Esse passo tornaria possível o estabelecimento de um mercado nacional de trabalho se não tivesse surgido, no mesmo ano, a Speenhamland Law ou "sistema de abonos". A intenção dessa lei tinha um sentido oposto, isto é, o de reforçar poderosamente o sistema paternalista da organização de trabalho, nos moldes herdados dos Tudors e dos Stuarts. Os juízes de Berkshire, num encontro no Pelikan Inn, em Speenhamland, próximo a Newbury, em 6 de maio de 1795, numa época de grande perturbação, decidiram conceder abonos, em aditamento aos salários, de acordo com uma tabela que dependeria do preço do pão. Assim, ficaria assegurada ao pobre uma renda mínima *independente dos seus proventos*. A famosa recomendação dos magistrados dizia: Quando o preço do quilo de pão de uma determinada qualidade "custar 1 shilling, qualquer pessoa pobre e diligente terá 3 shillings por semana para seu sustento, quer ganhos por ela própria ou pelo trabalho de sua família, quer como *um abono proveniente do imposto dos pobres*, e 1 shilling e 6 pence para o sustento de sua mulher e qualquer outro membro da sua família. Quando o quilo de pão custar 1/6, 4 shillings por semana mais 1/10. A cada pence acima de 1 shilling no aumento do preço do pão corresponderão 3 pences para ele e 1 pence para os demais". Essas cifras variavam em alguns condados mas, na maioria dos casos, adotava-se *a tabela* de Speenhamland.

Isto foi feito como uma medida de emergência, introduzida informalmente. Embora chamada comumente de lei, *a própria tabela nunca foi promulgada*. Passou, porém, vigorar como lei na maior parte do campo e, mais tarde, até mesmo em alguns distritos manufatureiros. Na verdade, ela introduziu uma inovação social e econômica que nada mais era que o "direito de viver" e, até ser abolida, em 1834, ele impediu efetivamente o estabelecimento de um mercado de trabalho competitivo. Desde 1832, dois anos antes portanto, a classe média vinha forçando seu caminho em direção ao poder, em parte para remover esse obstáculo à nova economia capitalista. Com efeito, nada poderia ser mais óbvio do que o fato de o sistema de salários exigir imperativamente a abolição do "direito de viver" conforme proclamada pela Speenhamland – sob o

novo regime do homem econômico, ninguém trabalharia por um salário se pudesse sobreviver sem fazer nada.

Um outro aspecto da anulação do método Speenhamland revelou-se menos óbvio para a maioria dos escritores do século XIX, a saber, que o sistema de salários teria que se tornar universal no interesse dos próprios assalariados, embora isto significasse privá-los da sua exigência legal à subsistência. O "direito de viver" provara ser uma armadilha mortal.

O paradoxo foi apenas aparente. Através da Speenhamland pretendia-se que a Poor Law fosse administrada liberalmente, porém, ela se transformou de fato no oposto do seu intento original. Sob a lei elisabetana, os pobres era forçados a trabalhar com qualquer salário que pudessem conseguir e somente aqueles que não conseguiam trabalho tinham direito a assistência social; nunca se pretendeu e nem se concedeu qualquer assistência sob a forma de *abono salarial*. Durante a vigência da Speenhamland Law, o indivíduo recebia assistência mesmo quando empregado, se seu salário fosse menor do que a renda familiar estabelecida pela tabela. Ora, nenhum trabalhador tinha qualquer interesse material em satisfazer seu empregador, uma vez que a sua renda era a mesma qualquer que fosse o seu salário. A situação era diferente apenas no caso dos salários-padrão, i.e., quando os salários pagos excediam a tabela, ocorrência esta muito pouco comum no campo, uma vez que o empregador podia conseguir trabalhadores a qualquer preço. Por menos que ele pagasse, o subsídio auferido através dos impostos sempre elevava a renda do trabalhador até o nível determinado pela tabela.

Em poucos anos a produtividade do trabalho começou a declinar até o nível do trabalho indigente, oferecendo aos empregadores mais um motivo para não elevar os salários além da tabela. Depois que a intensidade do trabalho, o cuidado e a eficiência com o qual era executado caíram abaixo de um nível definido, ele chegou quase a "inutilidade", a um simulacro de trabalho apenas para salvar as aparências. Apesar de o trabalho ainda ser obrigatório em princípio, na prática a assistência externa se tornou geral, e mesmo quando prestada nos asilos de indigentes dificilmente se poderia chamar de trabalho a ocupação obrigatória a que se entregavam os seus internos.

Isto resultou no abandono da legislação Tudor, não em nome de um menor paternalismo, mas de um ainda maior. A ampliação da assistência externa, a introdução de abonos salariais, suplementados ainda por abonos separados para a mulher e os filhos, e que aumentavam ou diminuíam de acordo com o preço do pão, significavam, em relação ao

trabalho, uma renovação dramática do mesmo princípio regulador que se estava eliminando rapidamente na vida industrial como um todo.

Nenhuma outra medida se popularizou mais amplamente.[1] Pais não precisavam cuidar dos filhos; filhos não dependiam mais dos pais; os empregadores podiam reduzir os salários a bel-prazer e os trabalhadores não passavam fome, quer fossem diligentes ou preguiçosos. Os humanitaristas aplaudiam a medida como ato de piedade, senão de justiça, e os egoístas se consolavam com o pensamento de que se tratava de um gesto de caridade e não de um ato liberal. Mesmo os contribuintes dos impostos custaram a compreender o que aconteceria a esses impostos num sistema que proclamava o "direito de viver" quer um homem trabalhasse por um salário vivo ou não.

A longo prazo o resultado foi estarrecedor. Embora levasse algum tempo até que o respeito próprio do homem comum descesse a um nível tão baixo a ponto dele preferir a assistência aos pobres ao salário, a verdade é que esse salário, subsidiado através de fundos públicos, chegou a um ponto tal que ele se viu forçado a recorrer à assistência dos impostos . Pouco a pouco o pessoal do campo foi se pauperizando; o adágio "uma vez por conta dos impostos, sempre por conta deles" passou a ser uma verdade incontestável. Seria impossível explicar a degradação humana e social do capitalismo primitivo sem os prolongados efeitos do sistema de abonos.

O episódio de Speenhamland revelou ao povo do principal país do século a verdadeira natureza da aventura social na qual estavam embarcando. Dirigentes e dirigidos jamais esqueceram a lição daquele paraíso de todos. Se o Reform Bill (projeto de Reforma) de 1832 e a Poor Law Amendment (Emenda da Lei dos Pobres) de 1834 foram vistos como pontos de partida do capitalismo moderno, é porque puseram um ponto final no domínio do latifundiário benevolente e seu sistema de abono. A tentativa de criar uma ordem capitalista sem um mercado de trabalho falhara redondamente. As leis que governavam uma tal ordem já se haviam afirmado e manifestavam seu antagonismo radical ao princípio do paternalismo. Seu rigor era visível e sua violação acarretava sanções cruéis contra aqueles que a tentavam.

Sob a Speenhamland Law, a sociedade se debatia entre duas influências opostas: a que emanava do paternalismo e que protegia a mão-de-obra dos perigos de um sistema de mercado, e a que organizava os elementos da produção, inclusive a terra, sob um sistema de mercado, afastando a gente comum do seu status anterior, compelindo-a a ganhar a vida oferecendo seu trabalho à venda enquanto, ao mesmo tempo, privava esse trabalho do seu valor de mercado. Criava-se uma nova classe de empregadores, mas não se podia constituir uma classe correspondente de empregados. Uma nova onda gigantesca de cercamentos mobilizava a terra e produzia um proletariado rural, enquanto a "má administração da Poor Law" impedia esse proletariado de ganhar a vida com o seu trabalho. Não é de admirar que os contemporâneos se sentissem estarrecidos diante da aparente contradição entre um aumento quase miraculoso na produção e uma quase inanição das massas. Já em 1834 havia a convicção geral – e uma convicção apaixonante para muitas pessoas de responsabilidade – de que qualquer coisa era preferível à continuação da Speenhamland Law. Ou as máquinas teriam que ser desmontadas, como os Ludistas tentaram fazer, ou tinha que ser criado um mercado de trabalho regular. Assim a humanidade se viu forçada a ingressar no caminho de uma experiência utópica.

Este não é o lugar para se discorrer sobre a economia da Speenhamland; será oportuno fazê-lo mais adiante. Em face do teor dessa tal lei, o "direito de viver" deveria ter acabado de vez com o trabalho assalariado. Os salários-padrão deveriam ter baixado gradualmente até o nível zero, ficando totalmente por conta da paróquia o pagamento dos salários. Se isto ocorresse, ficaria patente o absurdo desse dispositivo. Esse, porém, era um período essencialmente pré-capitalista, em que as pessoas comuns ainda pensavam de modo tradicional e ainda não pautavam seu comportamento apenas por motivações monetárias. A grande maioria do pessoal do campo era de posseiros-proprietários ou foreiros vitalícios que preferiam qualquer tipo de vida à situação de indigente, ainda que esta não fosse deliberadamente sobrecarregada por limitações penosas e ignominiosas como aconteceu posteriormente. Se os trabalhadores tivessem a liberdade de fazer combinações para favorecer seus interesses, o sistema de abonos talvez pudesse ter causado efeito contrário no padrão de salários: a assistência aos empregados, implícita numa administração tão liberal da Poor Law, teria ajudado muito a ação dos sindicatos.

Talvez esta tenha sido uma das razões da promulgação das Anti-Combination Laws (Leis Anticombinação) de 1799-1800, tão injustas, pois seria difícil explicá-las de outra maneira, uma vez que tanto os magistrados de Berkshire como os membros do Parlamento se preocupavam, de modo geral, pela condição econômica dos pobres e, após

[1] Meredith, H. O, *Outlines of the Economics History of England,* 1908.

1797, a agitação política já havia diminuído. Pode-se argumentar, de fato, que a intervenção paternalista da Speenhamland contribuiu para o aparecimento das Anti-Combination Laws, uma intervenção posterior, e, se não fosse por elas, a Speenhamland poderia ter atuado no sentido de elevar os salários em vez de rebaixá-los como realmente ocorreu. Vigorando em conjunto com as Anti-Combination Laws, que não foram revogadas por mais um quarto de século, Speenhamland culminou no resultado irônico de arruinar eventualmente as pessoas a que ela ostensivamente se destinava socorrer através do "direito de viver" financeiramente implementado.

Para as gerações mais velhas ficou claramente patente a incompatibilidade mútua entre instituições tais como o sistema de salários e o "direito de viver", em outras palavras, a impossibilidade do funcionamento de uma ordem capitalista enquanto os salários fossem subsidiados por fundos públicos. Os contemporâneos não compreendiam, porém, qual o tipo de ordem para a qual preparavam o caminho. Só quando a grave deterioração da capacidade produtiva das massas se fez sentir – uma verdadeira calamidade nacional que obstruía o progresso da civilização da máquina – é que se impôs à consciência da comunidade a necessidade de abolir o direito incondicional do pobre à assistência. A complicada economia da Speenhamland transcendia a compreensão até mesmo dos observadores mais atentos da época. A conclusão a que se chegou, porém, não deixava margem de dúvidas: o abono salarial só podia ser inerentemente falho, pois prejudicava miraculosamente até mesmo aqueles que o recebiam.

As ciladas do sistema de mercado não eram prontamente visíveis. Para compreender isto com mais clareza temos que distinguir entre as várias vicissitudes a que os trabalhadores estiveram expostos na Inglaterra desde o aparecimento da máquina. Primeiro, aquelas do período Speenhamland, 1795 a 1834. Segundo, as dificuldades causadas pela Poor Law Reform, na década que se seguiu a 1834. Terceiro, os efeitos deletérios de um mercado de trabalho competitivo após 1834 até que o reconhecimento dos sindicatos, nos anos 1870, passou a oferecer a necessária proteção. Cronologicamente, a Speenhamland antecedeu a economia de mercado; a década do Poor Law Reform Act representou o período de transição para essa economia. O último período – que superou este – foi o da economia de mercado propriamente dita. Os três períodos diferiram acentuadamente. O da Speenhamland se destinou a impedir a proletarização do homem comum, ou pelo menos diminuir o seu ritmo. O resultado foi apenas a

pauperização das massas, que quase perderam a sua forma humana no decorrer do processo.

A Poor Law Reform de 1834 acabou com essa obstrução do mercado de trabalho; foi abolido o "direito de viver". A crueldade científica desse decreto foi tão chocante para o sentimento público nos anos 1830-1840 que os protestos veementes dos contemporâneos obscureceram o quadro aos olhos da posteridade. É verdade que muitos dos pobres mais necessitados foram abandonados à sua sorte quando se retirou a assistência externa, e entre aqueles que sofreram mais amargamente estavam os "pobres merecedores", orgulhosos demais para se recolherem aos albergues, que se haviam tornado um abrigo vergonhoso. Em toda a história moderna talvez jamais se tenha perpetrado um ato mais impiedoso de reforma social. Ele esmagou multidões de vidas quando pretendia apenas criar um critério de genuína indigência com a experiência dos albergues. Defendeu-se friamente a tortura psicológica, e ela foi posta em prática por filantropos benignos como meio de lubrificar as rodas do moinho de trabalho. O comum das queixas, porém, relacionava-se realmente com a erradicação abrupta de uma instituição tão antiga ao mesmo tempo que se efetuava uma transformação tão radical. Disraeli denunciou essa "revolução inconcebível" na vida do povo. Entretanto, se se levasse em conta apenas a renda monetária, a condição do povo logo poderia ser considerada como melhor.

Os problemas do terceiro período foram incomparavelmente mais profundos. As atrocidades burocráticas cometidas contra os pobres durante a década seguinte a 1834 pela nova autoridade centralizada da Poor Law foram apenas esporádicas e quase nulas quando comparadas aos efeitos gerais da mais potente de todas as instituições modernas – o mercado de trabalho. Quanto à extensão, era similar à ameaça representada pela Speenhamland, com a diferença significativa de que a fonte de perigo era agora não a ausência mas a presença de um mercado de trabalho competitivo. Se a Speenhamland impedira a emergência de uma classe trabalhadora, agora os trabalhadores pobres estavam sendo formados nessa classe pela pressão de um mecanismo insensível. Se durante a vigência da Speenhamland cuidava-se do povo como de animais não muito preciosos, agora esperava-se que ele se cuidasse sozinho, com todas as desvantagens contra ele. Se a Speenhamland significava a miséria da degradação abrigada, agora o trabalhador era um homem sem lar na sociedade. Se a Speenhamland havia sobrecarregado os valores da comunidade, da família e do ambiente rural, agora o homem estava afastado do lar e da família, arrancado das suas raízes e de todo o ambiente de sig-

nificado para ele. Resumindo, se a Speenhamland significava a decomposição da imobilidade, agora o perigo era a morte pela exposição.

Um mercado de trabalho competitivo só foi estabelecido na Inglaterra após 1834; assim, não se pode dizer que o capitalismo industrial, como sistema social, tenha existido antes desta data. Quase imediatamente, porém, a autoproteção da sociedade se manifestou – surgiram leis fabris e uma legislação social, assim como a movimentação política e industrial da classe trabalhadora. Foi justamente com essa tentativa de evitar os perigos totalmente novos do mecanismo de mercado que a ação protetora entrou em conflito fatal com a auto-regulação do sistema. Não é exagero dizer que a história social do século XIX foi determinada pela lógica do sistema de mercado propriamente dito, após ter sido ele liberado pelo Poor Law Reform Act de 1834. O ponto de partida dessa dinâmica foi a Speenhamland Law.

Se sugerimos que o estudo da Speenhamland é o estudo do nascimento da civilização do século XIX, não temos em mente exclusivamente seus efeitos econômicos e sociais, nem mesmo a influência determinante desses efeitos sobre a moderna história política, mas o fato de que a nossa consciência social foi fundida nesse molde, fato esse desconhecido da atual geração. A figura do indigente, quase esquecida desde então, dominava uma discussão que deixou marcas tão profundas como as dos acontecimentos mais espetaculares da história. Se a Revolução Francesa muito deveu ao pensamento de Voltaire e Diderot, Quesnay e Rousseau, a discussão em torno da Poor Law formou as mentes de Bentham e Burke, Godwin e Malthus, Ricardo e Marx, Robert Owen e John Stuart Mill, Darwin e Spencer, que partilharam com a Revolução Francesa a paternidade espiritual da civilização do século XIX. Durante as décadas que se seguiram à Speenhamland e à Poor Law Reform foi que a mente do homem se voltou para a sua própria comunidade com um nova angústia e preocupação: a revolução que os juízes de Berkshire em vão tentaram frear e que a Poor Law Reform eventualmente liberou modificara a visão dos homens em relação a seu ser coletivo, como se a sua presença tivesse sido esquecida até então. Descobriu-se um mundo de presença insuspeitada, o das leis que governam uma sociedade complexa. Embora a emergência da sociedade, neste sentido novo e característico, tenha ocorrido no campo econômico, seu referencial foi muito mais abrangente, universal.

A realidade nascente chegou à nossa consciência através da economia política. Com efeito, suas regularidades surpreendentes e contradições assombrosas tinham que ser enquadradas num esquema de filoso-

fia e teologia para poderem ser assimiladas como significados humanos. Os fatos obstinados e as leis brutais e inexoráveis que surgiram para abolir nossa liberdade tinham que se reconciliar, de uma forma ou de outra, com essa mesma liberdade. Isto se tornou a mola mestra das forças metafísicas que secretamente sustentaram os positivistas e os utilitaristas. A resposta ambivalente da mente a essas terríveis limitações foi uma esperança irrestrita e um desespero ilimitado, que se voltavam para as regiões ainda não-exploradas das possibilidades humanas. Do pesadelo da população e das leis salariais destilou-se a esperança – a visão do aperfeiçoamento – e ela se materializou num conceito de progresso tão inspirador que parecia justificar as enormes e dolorosas distorções por vir. O desespero provaria ser um agente ainda mais poderoso da transformação.

O homem foi forçado a resignar-se à perdição secular: seu destino era limitar a procriação da sua raça ou condenar-se irremediavelmente à liquidação através da guerra e da peste, da fome e do vício. A pobreza representava a sobrevivência da natureza na sociedade. A limitação dos alimentos e a ilimitação dos homens chegaram a um impasse justamente quando surgia a promessa de um aumento ilimitado de riqueza, o que apenas tornava a ironia mais amarga.

Foi assim que a descoberta da sociedade integrou-se ao universo espiritual do homem. Mas, de que forma essa nova realidade da sociedade seria traduzida em termos de vivência? Como guias para a prática, os princípios morais da harmonia e do conflito tinham atingido seu limite e pelejavam, dentro de um padrão de completa contradição. Dizia-se que a harmonia era inerente à economia pois, em última instância, os interesses do indivíduo e da comunidade eram idênticos. Todavia, uma tal auto-regulação harmoniosa exigia que o indivíduo respeitasse a lei econômica mesmo que ela o destruísse. O conflito também parecia inerente à economia, seja como competição entre indivíduos, seja como luta de classes – mas esse conflito poderia transformar-se apenas no veículo de uma harmonia mais profunda imanente numa sociedade atual ou talvez futura.

O pauperismo, a economia política e a descoberta da sociedade estavam estreitamente interligados. O pauperismo fixou a atenção no fato incompreensível de que a pobreza parecia acompanhar a abundância. Este, porém, foi apenas o primeiros dos surpreendentes paradoxos com os quais a sociedade industrial confrontou o homem moderno. Este penetrara no seu novo domínio pela porta da economia e essa circunstância fortuita envolveu o período com a sua aura materialista. Para

Ricardo e Malthus nada parecia mais real do que os bens materiais. As leis do mercado significavam para eles o limite de as possibilidades humanas. Godwin acreditava em possibilidades ilimitadas e, portanto, tinha que negar as leis do mercado. O fato de as possibilidades humanas serem ilimitadas, não pelas leis do mercado porém da própria sociedade, foi um reconhecimento reservado a Owen, e somente ele discerniu a realidade emergente por trás do véu da economia de mercado: a sociedade. Sua visão, porém, foi perdida de novo, por um século.

Enquanto isto, foi em relação ao problema da pobreza que as pessoas começaram a explorar o significado da vida numa sociedade complexa. A introdução da economia política no reino do universal aconteceu em duas perspectivas opostas – a do progresso e do aperfeiçoamento, de uma lado, e a do determinismo e da perdição, do outro. A sua tradução para a prática também foi alcançada por dois caminhos opostos; através do princípio da harmonia e da auto-regulação, de um lado, e da competição e do conflito, do outro. O liberalismo econômico e o conceito de classe foram moldados dentro dessas contradições. Foi com a finalidade de um acontecimento elementar que um novo conjunto de idéias penetrou a nossa consciência.

8

ANTECEDENTES E CONSEQÜÊNCIAS

O sistema Speenhamland nada mais foi originalmente do que um paliativo. No entanto, poucas instituições modelaram mais decisivamente o destino de toda uma civilização do que esta, que teve de ser abandonada antes de se iniciar um nova era. Ela foi o produto típico de uma época de transformação e merece a atenção de qualquer estudioso de assuntos humanos hoje em dia.

Sob o sistema mercantil, a organização de trabalho na Inglaterra baseava-se na Poor Law e no Statute of Artificers. A Poor Law, conforme aplicada às leis de 1536 até 1601, pode ser considerada um verdadeiro equívoco, mas foi ela e as emendas subseqüentes que se constituíram a meta do código de trabalho da Inglaterra. A outra metade consistiu no Statute of Artificers de 1563. Este dizia respeito àqueles que estavam empregados, enquanto a Poor Law aplicava àqueles que podemos chamar de desempregados e incapazes de se empregarem (além de velhos e crianças). Posteriormente, como já vimos, foi acrescentado a essas medidas o Act of Settlement de 1662, relativo ao domicílio legal das pessoas, que restringia ao máximo a sua mobilidade. (A distinção clara entre empregado, desempregado e incapaz de ser empregado é naturalmente anacrônica, pois ela implicaria a existência de um sistema moderno de salários que não existiu por mais de 250 anos aproximadamente. Utilizamos esses termos como forma de simplificar as coisas nesta apresentação bastante ampla.)

A organização do trabalho, segundo o Statute of Artificers, baseava-se em três pilares: obrigatoriedade do trabalho, sete anos de aprendizado e um salário anual determinado pela autoridade pública. A lei – e isto tem de ser enfatizado – aplicava-se tanto aos trabalhadores agrí-

colas como aos artesãos e era imposta igualmente aos distritos rurais e às cidades. Durante 80 anos o Statute foi seguido estritamente; mais tarde as cláusulas referentes ao aprendizado caíram parcialmente em desuso, ficando restritas a profissões tradicionais. Elas simplesmente não se aplicavam às novas indústrias, como a do algodão. A avaliação dos salários anuais, baseada no custo de vida, também foi suspensa em grande parte do país após a Restauração (1660). Formalmente, as cláusulas de avaliação do Statute só foram revogadas em 1813 e as cláusulas de salário, em 1814. Em muitos sentidos, porém, a regra do aprendizado sobreviveu ao Statute e ainda é uma prática generalizada na Inglaterra nas profissões especializadas. A obrigatoriedade do trabalho no campo foi abandonada pouco a pouco. Pode-se dizer porém que, durante os dois séculos e meio em questão, o Statute of Artificers preparou o esboço de uma organização nacional do trabalho baseada nos princípios da regulamentação e do paternalismo.

O Statute of Artificers foi suplementado pela Poor Law, um termo muito confuso aos ouvidos modernos, para os quais "pobre" e "indigente" soam muito semelhantes. Na verdade, os cavalheiros da Inglaterra julgavam pobres todas as pessoas que não possuíam renda suficiente para mantê-las ociosas. Assim, "pobre" era praticamente sinônimo de "povo comum", e no povo comum estavam incluídos todos, menos as classes fundiárias (dificilmente um mercador bem-sucedido deixava de adquirir alguma terra, um propriedade fundiária). Daí o termo "pobre" significar todas as pessoas que passavam necessidades e o povo em geral, se e quando sofriam necessidades. Naturalmente isto incluía os indigentes, mas não apenas eles. Os velhos, os enfermos, os órfãos deviam receber cuidados numa sociedade que proclamava haver lugar para qualquer cristão no seu âmbito. Acima de todos, porém, estavam os pobres capacitados, a quem poderíamos chamar de desempregados, presumindo que poderiam ganhar a vida com seu trabalho manual, se pudessem encontrar emprego. A mendicância era severamente punida; a vagabundagem era uma ofensa capital, em caso de reincidência. A Poor Law de 1601 decretou que os pobres capacitados deveriam trabalhar para ganhar seu sustento, e a paróquia deveria providenciar esse trabalho. Toda a carga da assistência recaiu sobre a paróquia através de impostos ou taxações locais. Estes incidiam sobre todos os donos de casas e arrendatários, ricos ou não, de acordo com o aluguel das terras ou casas que ocupavam.

O Statute of Artificers e a Poor Law, juntos, formavam o que pode ser chamado de Código de Trabalho. Todavia, a Poor Law tinha administração local; cada paróquia – unidade insignificante – dispunha de seus próprios meios para empregar os homens capazes, para manter um asilo de pobres, para o aprendizado de órfãos e de crianças carentes, para tomar conta de velhos e dos enfermos, para o enterros dos indígenas – e cada paróquia tinha sua própria tabela de impostos. Tudo isto soa muito mais grandioso do que a realidade: muitas paróquias não tinham asilos de pobres e grande número delas não dispunha de recursos razoáveis para ocupar de forma útil os homens capazes. Havia uma variedade infindável de formas de burlar a lei: evasão dos contribuintes locais de impostos, indiferença dos fiscais dos pobres, a insensibilidade dos interesses centralizados no pauperismo viciava o funcionamento da lei. Entretanto, de um modo geral, as quase dezesseis mil autoridades do país ligadas à Poor Laws conseguiram manter intacto e ileso o tecido social da vida na aldeia.

Sob um sistema nacional de trabalho, porém, a organização local do desemprego e de assistência social tornou-se uma anomalia patente. Quanto maior a variedade de recursos locais para os pobres, maior era o perigo de uma paróquia bem-sucedida ser invadida por indigentes profissionais. Após a Restauração, foi decretado o Act of Settlement and Removal para proteger as paróquias "melhores" contra o fluxo de indigentes. Mais de um século mais tarde, Adam Smith denunciou essa lei porque imobilizava o povo, impedindo-o de encontrar emprego útil, da mesma forma que impedia os capitalistas de encontrar empregados. Um homem só podia ficar fora da sua paróquia se contasse com a boa vontade do magistrado local e das autoridade paroquiais. Em qualquer outro lugar, ele era passível de expulsão, mesmo estando em boa situação e empregado. O status legal do povo era, portanto, o de liberdade e igualdade, mas sujeito a limitações incisivas. Eles eram iguais perante a lei e livres como pessoas, mas não eram livres para escolher suas ocupações ou a de seus filhos, não eram livres para se estabelecer onde quisessem e eram forçados a trabalhar. Os dois grandes Statutes elisabetanos e o Act of Settlement, juntos, compunham um quadro de liberdade para o povo comum mas, ao mesmo tempo, estabeleciam a sua incapacidade.

A Revolução Industrial já estava a caminho quando, em 1795, sob a pressão das necessidades da indústria, o decreto de 1662 foi parcialmente revogado, foi abolida a servidão paroquial e restaurada a mobilidade física do trabalhador. Assim pôde ser estabelecido um mercado de trabalho em escala nacional. No mesmo ano porém, como já vimos, foi introduzida uma prática na administração da Poor Law que significava o inverso do princípio elisabetano do trabalho obrigatório. A Speenham-

land garantia o "direito de viver". Os abonos salariais passaram a ser gerais; os abonos familiares foram aumentados e tudo isto fazia parte de um assistência social externa, i.e., sem o compromisso do indivíduo de permanecer no asilo de indigentes. Embora a tabela de assistência social fosse exígua, ela era suficiente para a mera subsistência. Isto significou um retorno à regulamentação e ao paternalismo como uma vingança, justamente quando parecia que a máquina a vapor clamava por liberdade e as máquinas reclamavam o emprego de braços humanos. A Speenhamland Law coincidiu, no tempo, com a revogação do Act of Settlement. A contradição era patente: o Act of Settlement estava sendo abolido porque a Revolução Industrial exigia um suprimento nacional de trabalhadores que poderiam trabalhar em troca de salários, enquanto a Speenhamland proclamava o princípio de que nenhum homem precisava temer a fome porque a paróquia o sustentaria e à sua família, por menos que ele ganhasse. Havia contradição marcante entre as duas políticas industriais. Que se poderia esperar da aplicação simultânea e continuada dessas práticas a não ser uma monstruosidade social?

Entretanto, a geração da Speenhamland não tinha consciência do que estava a caminho. Às vésperas da maior Revolução Industrial da história, não surgiram quaisquer indícios ou presságios – o capitalismo chegou sem se anunciar. Ninguém havia previsto o desenvolvimento de uma indústria de máquinas; ela chegou como uma surpresa total. Na verdade, durante algum tempo a Inglaterra vivia na expectativa de uma recessão permanente do comércio exterior quando o dique estourou e o velho mundo foi colhido por onda inabalável no caminho de uma economia planetária.

Antes de 1850, porém, ninguém poderia afirmar tal coisa com total segurança. A chave para compreender a recomendação dos magistrados da Speenhamland está justamente no fato de eles ignorarem as implicações mais amplas do desenvolvimento que vinham enfrentando. Em retrospecto, pode parecer que eles estavam tentando não apenas o impossível, mas através de meios cujas contradições internas já deveriam ser aparentes na ocasião. De fato, eles conseguiram atingir seu objetivo de proteger a aldeia contra a desarticulação, mas os efeitos dessa sua política foram os mais desastrosos possíveis em outras direções, não previstas. A política da Speenhamland foi o resultado de uma fase definida no desenvolvimento de um mercado para a força de trabalho e ela só pôde ser compreendida em face das concepções sobre a situação assumidas por aqueles que estavam em posição de formular essa política. Visto desse ângulo, o sistema de abonos pode parecer um artifício maquinado

pela classe dos proprietários rurais para enfrentar uma situação em que já não se podia mais negar a mobilidade física à mão-de-obra, enquanto os proprietários queriam evitar uma perturbação das condições locais, inclusive salários mais elevados, o que seria uma decorrência natural da aceitação de mercado nacional livre para o trabalho.

A dinâmica da Speenhamland se fundamentava, assim, nas circunstâncias da sua origem. O aumento do pauperismo rural foi o primeiro sintoma da convulsão social iminente. Na época, porém, ninguém conseguia imaginá-la. A ligação entre a pobreza rural e o impacto do comércio mundial não era suficientemente óbvia. Os contemporâneos não tinham qualquer motivo que os levasse a ligar a quantidade de pobres nas aldeias com o desenvolvimento do comércio nos Sete Mares. O aumento inexplicável no número de pobres era geralmente atribuído ao método de administração da Poor Law, e sem dúvida havia razão para isso. Na verdade, oculto sob a superfície, o crescimento ameaçador do pauperismo rural se ligava diretamente à tendência da história econômica geral. Todavia, essa conexão ainda era pouco perceptível. Muitos autores tentavam investigar os caminhos que levavam tantos pobres às aldeias e era surpreendente o número e a variedade de razões citadas como explicações. Mas apenas alguns autores contemporâneos focalizaram esses sintomas de desarticulação que costumamos associar à Revolução Industrial. Até 1785 o público inglês desconhecia qualquer mudança importante na vida econômica, a não ser um aumento intermitente no comércio e o crescimento do pauperismo.

De onde vêm tantos pobres? era a questão levantada por uma quantidade de panfletos que crescia no decorrer do século. É claro que as causas do pauperismo e os meios de combatê-lo não poderiam se manter afastados de uma literatura inspirada na convicção de que se os males mais aparentes do pauperismo pudessem ser suficientemente aliviados ele deixaria de existir. Parecia haver um consenso geral em relação a um ponto, a saber, a grande variedade de causas responsáveis por esse aumento. Entre elas estava a escassez de cereais, os salários agrícolas muito elevados que aumentavam o preço dos alimentos, salários agrícolas muito baixos, salários urbanos muito altos, irregularidade no emprego urbano, o desaparecimento dos posseiros, a inaptidão do trabalhador urbano nas ocupações rurais, a relutância dos fazendeiros em pagar salários mais altos, o receio dos senhores de terra de que os aluguéis teriam que ser reduzidos se pagassem salários mais altos, o fracasso dos albergues na competição com a maquinaria, a falta de uma economia doméstica, habitações inconvenientes, dietas intoleráveis, o con-

sumo de drogas. Alguns autores atribuíam a culpa a um novo tipo de carneiros bem desenvolvidos, outros à necessidade dos bois substituírem os cavalos, e outros ainda achavam que se deveriam manter menos cães. Alguns autores acreditavam que o pobre deveria comer menos pão ou não comê-lo, enquanto outros pensavam que mesmo "o melhor pão não dever-lhes-ia ser cobrado". Alguns alegavam que o chá prejudicava a saúde dos pobres enquanto a "cerveja doméstica" a restaurava. Eles insistiam até que o chá não era melhor que a bebida mais ordinária. Quarenta anos mais tarde, Harriet Martineau ainda pregava as vantagens de se abandonar o hábito do chá como forma de aliviar o pauperismo.[1] Muitos autores, na verdade, reclamavam dos resultados instáveis dos cercamentos e vários outros insistiam no prejuízo que as altas e as baixas das manufaturas causavam ao emprego rural. De modo geral, porém, prevalecia a impressão de que o pauperismo era visto como um fenômeno *sui generis*, uma doença social provocada por uma série de razões cuja maior parte se ativou apenas porque a Poor Law falhou na aplicação do remédio certo.

A resposta correta seria, com certeza, que o agravamento do pauperismo e os impostos mais elevados se deviam ao aumento daquilo que hoje chamaríamos desemprego invisível. Tal fato não poderia ser aparente numa época em que até mesmo o emprego, no geral, era invisível, como necessariamente o foi até certo ponto, sob a indústria caseira. Todavia, estas questões ainda ficam de pé: como justificar esse aumento no número de desempregados e subempregados? Por que os indícios de mudanças iminentes na indústria escaparam à visão até mesmo dos contemporâneos observadores?

Em primeiro lugar, a explicação se baseia nas flutuações excessivas do comércio na sua época inicial, o que levava a encobrir o aumento absoluto no comércio. Enquanto este último era o responsável pelo aumento dos empregos, as flutuações justificavam um aumento muito maior no desemprego. Além disso, enquanto o aumento do emprego era lento, em nível geral, o aumento do desemprego e do subemprego tendia a ser rápido. Assim, a formação daquilo que Friedrich Engels chamou de exército industrial de reserva ultrapassou em muito a criação do exército industrial propriamente dito.

Isto teve como conseqüência importante o fato de escapar facilmente à observação a conexão entre o desemprego e o incremento do

[1] Martineau, H., *The Hamlet*, 1833.

comércio total. Embora se observasse freqüentemente que o aumento do desemprego era devido às grandes flutuações no comércio, não se notou que essas flutuações eram parte de um processo subjacente de amplitude ainda maior, isto é, um incremento geral do comércio, crescentemente com base nas manufaturas. Para os contemporâneos, parecia não haver conexão entre as manufaturas, principalmente urbanas, e o grande aumento no número de pobres no campo.

O aumento no conjunto do comércio expandia naturalmente o volume de empregos, enquanto a divisão territorial do trabalho, em combinação com as agudas flutuações do comércio, era responsável pela severa desarticulação das ocupações tanto na aldeia como na cidade, o que resultava no rápido crescimento do desemprego. O boato distante de salários elevados tornava os pobre insatisfeitos com aqueles que a agricultura podia oferecer e criava aversão por um trabalho tão mal remunerado. As regiões industriais daquela época se assemelhavam a um novo país, a uma outra América, atraindo imigrantes aos milhares. A migração se faz acompanhar, geralmente, por uma remigração acentuada. E parece que esse refluxo para a aldeia realmente ocorreu, o que encontra comprovação também no fato de não ter se verificado uma diminuição absoluta na população rural. Ocorria, assim, um deslocamento cumulativo da população, à medida que diferentes grupos se integravam na esfera do emprego comercial e manufatureiro, por períodos variáveis, e depois, abandonados, voltavam ao seu *habitat* rural original.

Grande parte do dano social ocorrido no campo inglês se originou, inicialmente, nos efeitos desarticuladores que o comércio exerceu diretamente no campo. A Revolução Agrícola antecedeu definitivamente à Revolução Industrial. Tanto os cercamentos das terras comuns quanto as consolidações dos arrendamentos compactos, que acompanharam o novo e grande avanço nos métodos agrícolas, acarretavam resultados muito perturbadores. A guerra contra as habitações do campo, a absorção das hortas e terrenos que rodeavam essas habitações o confisco dos direitos sobre as terras comuns, privaram a indústria doméstica de seus dois esteios: os rendimentos familiares e o "pano de fundo" agrícola. Enquanto a indústria doméstica era suplementada pelas facilidades e amenidades de um canteiro de horta, um pedaço de terra ou direitos de pastagem, a dependência do trabalhador aos rendimentos monetários não era absoluta. Fazia uma diferença enorme ter um lote de batatas ou de "gansos teimosos", uma vaca ou até mesmo um burro pastando nas terras comuns, e os ganhos familiares eram uma espécie

de seguro contra o desemprego. A racionalização da agricultura desenraizou inevitavelmente o trabalhador e solapou a sua segurança social.

No cenário urbano eram manifestos os efeitos do novo nível de emprego flutuante. A indústria era vista geralmente como uma ocupação esporádica. "Os operários que hoje estão empregados podem muito bem estar nas ruas amanhã, mendigando o pão..." , escreveu David Davies, e acrescentou: "A incerteza quanto às condições de trabalho é o resultado mais perverso destas inovações." "Quando uma cidade empregada em uma manufatura é dela privada, os habitantes ficam como que atacados de paralisia e se tornam instantaneamente uma carga para a paróquia; mas a desgraça não acaba com essa geração..." E de fato, pois, enquanto isto, a divisão do trabalho exerce a sua vingança: os artesãos desempregados retornam em vão à sua aldeia pois "o tecelão já não pode mais utilizar as mãos para o que quer que seja". A irreversibilidade fatal da urbanização girava em torno deste simples fato, que Adam Smith previu quando descreveu o operário industrial como intelectualmente inferior ao mais pobre cultivador do solo, uma vez que este ainda pode assumir qualquer emprego. Na época em que Adam Smith publicou o livro *Riqueza das Nações,* porém, o pauperismo ainda não havia assumido proporções tão alarmantes.

O quadro mudou subitamente nas duas décadas seguintes. Em seu *Thoughts & Details on Scarcity* que Burke submeteu a Pitt em 1795, o autor admitia que, a despeito do progresso geral, ocorrera "um último ciclo mau de vinte anos". De fato, na década que se seguiu à Guerra dos Sete Anos (1763) o desemprego aumentara visivelmente, como o demonstrava a ampliação da assistência social externa. Observou-se, pela primeira vez, que um surto vigoroso no comércio se fazia acompanhar por indícios de crescentes dificuldades para os pobres. Esta contradição aparente seria o mais desconcertante dos fenômenos periódicos da vida social para a nova geração da humanidade ocidental. O espectro da superpopulação começava a obcecar a mente das pessoas. Em sua *Dissertation on the Poor Laws* (Dissertação sobre a Lei dos Pobres) prevenia William Townsend: "Especulação à parte, o fato é que temos na Inglaterra mais gente do que podemos alimentar, e muito além do que podemos empregar, com proveito sob o atual sistema de leis". Adam Smith, em 1776, ainda refletia uma atmosfera de progresso tranqüilo; Townsend, que escreveu apenas dez anos mais tarde, já tinha consciência do vagalhão que se aproximava.

Entretanto, muitas coisas ainda aconteceriam antes que (apenas cinco anos mais tarde) um homem tão afastado da política, tão bem-sucedido e tão racional como Telford, um escocês construtor de pontes, pudesse irromper com reclamações amargas sobre o pouco que se podia esperar da ação normal do governo e que a revolução seria, assim, a única esperança. Uma única cópia dos *Rights of Man,* de Paine, enviada por Telford à sua aldeia natal, provocou um tumulto naquele local. Paris estava catalisando a fermentação européia.

A convicção de Canning era de que a Poor Law salvara a Inglaterra de uma revolução. Ele pensava basicamente na década de 1790 e nas guerras francesas. O novo surto de cercamentos depreciou ainda mais os padrões dos pobres no campo. J.H. Clapham, um defensor desses cercamentos, concordava que "era uma coincidência marcante o fato da área na qual os salários tiveram que ser aumentados sistematicamente por conta dos impostos coincidir com a área onde ocorreram os maiores cercamentos recentes". Em outras palavras, não fossem os abonos salariais, os pobres cairiam abaixo do nível de inanição em grandes áreas da Inglaterra rural. A queima de medas era freqüente, a conjuração Popgun encontrava grande ressonância, os distúrbios eram constantes e seus boatos se difundiam amplamente. Em Hampshire – e não apenas lá – os tribunais ameaçavam com a condenação à morte qualquer tentativa de "baixar obrigatoriamente o preço de mercadorias, tanto no mercado como em caminho". Simultaneamente, porém, os magistrados do mesmo condado pressionavam com insistência pela concessão geral de abonos em aditamento aos salários. Está claro que chegara a hora de uma ação preventiva.

Mas por que será que, de todos os cursos de ação, foi escolhido justamente aquele que mais tarde demonstrou ser o mais impraticável de todos? Consideremos a situação e os interesses envolvidos. O proprietário rural e o pároco dirigiam a aldeia. Townsend resumiu a situação quando disse que o cavalheiro fundiário mantém as manufaturas "a uma distância conveniente" porque "acha que as manufaturas flutuam; que o benefício que ele pode usufruir com elas não é proporcional ao encargo que passa a recair sobre a sua propriedade..." Esse encargo consistia principalmente nos dois efeitos aparentemente contraditórios da manufatura, isto é, o aumento no pauperismo e a elevação dos salários. Estes dois itens só eram contraditórios, porém, se fosse assumida a existência de um mercado de trabalho competitivo que, naturalmente, tenderia a diminuir o desemprego através da redução dos salários dos empregados. Na falta de um tal mercado – e o Act of Settlement ainda

estava em vigor – o pauperismo e os salários podiam aumentar simultaneamente.

Sob tais condições, o "ônus social" do desemprego urbano recaía principalmente sobre a aldeia natal, à qual freqüentemente retornavam aqueles que ficavam sem trabalho. Os salários elevados das cidades representavam uma carga ainda maior para a economia rural. Os salários agrícolas estavam acima do que o fazendeiro podia suportar, embora abaixo do nível de subsistência do trabalhador. Parece claro que a agricultura não podia competir com os salários das cidades. Por outro lado, havia um consenso geral de que o Act of Settlement deveria ser abolido, ou pelo menos abrandado, para ajudar o trabalhador a encontrar emprego e os empregadores a arranjar trabalhadores. Sentia-se que isto aumentaria a produtividade do trabalho em todos os sentidos e, incidentalmente, diminuiria o encargo dos salários.

Mas a questão imediata do diferencial de salários entre cidade e aldeia tornar-se-ia ainda mais premente para a aldeia, obviamente, permitindo que os salários "encontrassem seu próprio nível". O fluxo e refluxo do emprego industrial, alternando-se com espasmo de desemprego, transformaria ainda mais as comunidades rurais. Era preciso erguer um dique para proteger a aldeia contra a onda de salários ascendentes. Teriam que ser adotados métodos que protegessem o setor rural contra a desarticulação social, que reforçassem a autoridade tradicional, que impedissem o êxodo da mão-de-obra rural e que elevassem os salários agrícolas sem sobrecarregar o fazendeiro. Este artifício foi a Speenhamland Law. Atirada nas águas turbulentas da Revolução Industrial, ela sem dúvida criaria um redemoinho econômico. Todavia, as suas implicações sociais enfrentaram nitidamente a situação, a julgar pelos interesses dominantes da aldeia – os do proprietário rural.

Do ponto de vista da administração da Poor Law, a Speenhamland foi um passo terrivelmente regressivo. A experiência de 250 anos já havia demonstrado ser a paróquia uma unidade demasiado pequena para a administração da Poor Law. Não podia ser adequado um tratamento que não fazia distinção entre os desempregados capacitados, de um lado, e os idosos, enfermos e crianças, de outro. Seria o mesmo que um distrito, hoje em dia, tentar tratar sozinho do seguro-desemprego, ou se esse seguro envolvesse ainda a responsabilidade com os velhos. Em conseqüência, somente nos curtos períodos em que a administração da Poor Law foi ao mesmo tempo *nacional* e *diferenciada* é que ela pôde ser mais ou menos satisfatória. Esse período ocorreu de 1590 a 1640, sob

Burleigh e Laud, quando a Coroa dirigia a Poor Law através de juízes de paz e se iniciou um esquema ambicioso de construir asilos de indigentes ao mesmo tempo que surgia a obrigatoriedade do trabalho. Mas a Commonwealth (1642-1660) destruiu novamente o que era então denunciado como controle pessoal da Coroa e, bem ironicamente, a restauração completou o trabalho da Commonwealth. O Act of Settlement de 1662 restringiu a Poor Law à base paroquial e a legislação dedicou muito pouca atenção ao pauperismo até a terceira década do século XVIII. Finalmente, em 1722, começaram a ser feitos esforços para uma diferenciação; os albergues seriam construídos por uniões de paróquias e seriam diferentes dos asilos de indigentes locais. Era permitida a assistência externa pois o albergue forneceria a prova da necessidade.

Em 1782, com o Gilbert's Act, deu-se um passo maior no sentido de expandir as unidades de administração, encorajando a formação de uniões paroquiais. Nessa ocasião, instava-se para que as paróquias encontrassem emprego para os indivíduos capazes nas próprias vizinhanças. Essa política seria complementada pela assistência externa e até mesmo por abonos salariais, a fim de diminuir o custo da assistência aos elementos capacitados. Embora a formação de uniões de paróquias fosse sugerida e não obrigatória, ela já significava um progresso no sentido de unidades maiores de administração e da diferenciação das várias categorias de pobres assistidos socialmente. Assim, a despeito das deficiências do sistema, o Gilbert's Act representou uma tentativa na direção correta e, enquanto a assistência externa e os abonos salariais eram apenas subsidiários em relação a uma legislação social positiva, eles não representavam necessariamente algo fatal para uma solução racional. A Speenhamland, porém, colocou um ponto final na reforma. Tornando *gerais* a assistência externa e os abonos salariais, ela não conseguiu a orientação do Gilbert's Act (como se tem afirmado falsamente) mas inverteu completamente a sua tendência e, de fato, destruiu todo o sistema da Poor Law elisabetana. A distinção laboriosamente estabelecida entre albergues e asilos de indigentes perdeu o seu significado. As várias categorias de indigentes e desempregados capacitados tendiam agora a confundir-se em uma só massa indiscriminada de pobreza dependente. Criou-se o oposto de um processo de diferenciação: o albergue fundiu-se com o asilo de indigentes e este mesmo tendia a desaparecer cada vez mais. A paróquia tornou-se novamente a unidade solitária e final nesta verdadeira obra-prima de degeneração institucional.

A supremacia do proprietário de terras e do pároco foi até aumentada em conseqüência da Speenhamland, se é que tal coisa era possível.

A "benevolência indistinguível do poder" da qual se queixavam os inspetores dos pobres, assumia a sua melhor forma naquele papel de "socialismo conservador" que juízes de paz se arrogavam para manejar o poder benevolente, enquanto o impacto dos impostos recaía sobre a classe média rural. Grande parte da classe dos pequenos proprietários rurais há muito se extinguira nas vicissitudes da Revolução Agrícola e os restantes foreiros vitalícios e posseiros tendiam a confundir-se com os aldeões e os pequenos proprietários em um único estrato social aos olhos do potentado do campo. Ele não distinguia muito bem entre pessoas necessitadas e pessoas que precisavam de ajuda num dado momento. Do alto da perspectiva através da qual observava a luta pela vida na aldeia, parecia não haver qualquer linha de demarcação que separasse os pobres dos miseráveis. Muitas vezes ele se surpreendia ao tomar conhecimento de que um pequeno fazendeiro tinha que se valer "da taxa de impostos" num ano mau, após ter sido arruinado pelo nível desastroso desses impostos. Tais casos não eram freqüentes, é verdade, mas a própria possibilidade de ocorrerem enfatizava o fato de que muitos contribuintes de impostos eram pobres. De um modo geral, a relação entre o contribuinte de impostos e o indigente era algo semelhante à existente entre o empregado e o desempregado em nossa época, com os vários esquemas de seguro social que fazem incidir sobre aquele que está empregado o encargo de manter o desempregado temporário. O contribuinte típico, porém, não podia apelar para a assistência aos pobres e o trabalhador agrícola típico não pagava impostos. Politicamente, a influência do proprietário rural sobre os pobres da aldeia se fortaleceu com a Speenhamland, enquanto a da classe média rural se enfraqueceu.

O aspecto mais extravagante do sistema foi a sua economia propriamente dita. A pergunta "Quem pagou pela Speenhamland?" ficou praticamente sem resposta. Diretamente, a carga maior recaiu sobre os contribuintes de impostos, sem dúvida. Os fazendeiros, porém, foram parcialmente compensados pelos baixos salários que pagavam a seus trabalhadores – um resultado direto do sistema Speenhamland. Além disso, o fazendeiro conseguia abater sua parte dos impostos empregando um aldeão que, de outra forma, passaria a depender desses impostos. A conseqüente superlotação da cozinha e das terras do fazendeiro com trabalhadores desnecessários, e alguns deles pouco diligentes, tinha que figurar na conta de débitos. Saía muito mais barato o trabalho daqueles que já estavam por conta dos impostos. Eles tinham que trabalhar, muitas vezes, "como jornaleiros", em lugares alternados, tendo como pagamento apenas a comida, ou eram postos em leilão na "praça" da aldeia por alguns pences por dia. Quanto valia essa espécie de trabalho deprimente é uma outra questão. Para coroar tudo isto, concedia-se às vezes aos pobres um abono para aluguel e o proprietário inescrupuloso das casas ainda ganhava mais dinheiro sublocando habitações insalubres. As autoridades da aldeia fechavam os olhos a isto, desde que os impostos sobre os galpões continuassem a ser pagos. É evidente que uma tal mistura de interesses subverteria qualquer senso de responsabilidade financeira e encorajaria todos os tipos de corrupção mesquinha.

Todavia, num sentido mais amplo, a Speenhamland compensou. Ela começou com abonos salariais, beneficiando ostensivamente os empregados mas, na verdade utilizando fundos públicos para subsidiar os empregadores. De fato, o resultado principal do sistema de abonos foi baixar os salários a nível inferior ao de subsistência. Nas áreas mais profundamente pauperizadas, os fazendeiros não empregavam os trabalhadores agrícolas que ainda possuíam um pedaço de terra, "porque quem dispunha de alguma propriedade não podia recorrer à assistência paroquial e o salário-padrão era tão baixo que, sem alguma espécie de auxílio, ele era insuficiente para um homem casado". Em conseqüência, só encontravam emprego em algumas áreas aquelas pessoas que já viviam à custa dos impostos; aqueles que tentavam manter-se sem recorrer aos impostos e ganhar a vida por seu próprio esforço raramente conseguiam emprego.

No campo como um todo, porém, a grande maioria devia ser ainda desse último tipo, e os empregadores, como classe, tinham um lucro extra em relação a cada um deles uma vez que se beneficiavam do baixo nível dos salários sem ter que compensá-los com os impostos. A longo prazo, um sistema tão antieconômico como esse teria que afetar a produtividade do trabalho e baixar os salários-padrão e, até mesmo, a "tabela" estabelecida pelos magistrados em benefício dos pobres. Na década de 1820 a tabela de pão já vinha sendo diminuída em vários condados e os miseráveis proventos dos pobres eram ainda mais reduzidos. Entre 1815 e 1830 a tabela Speenhamland, praticamente a mesma em todo o país, foi reduzida em quase um terço (e essa redução também foi de âmbito geral). Clapham duvidava que fosse tão pesado o encargo total dos impostos, como queriam fazer acreditar com a súbita explosão de reclamações. E ele tinha razão. Embora a aumento dos impostos fosse espetacular e tivesse o efeito de uma calamidade em algumas regiões, parece mais provável que a raiz do problema não fosse tanto o peso desse encargo como o efeito econômico que os abonos salariais

exerciam sobre a produtividade do trabalho. O sul da Inglaterra, o mais diretamente atingido, não chegava a despender 3,3% da sua renda com a taxa dos pobres – um ônus bastante tolerável, pensava Clapham, em vista do fato de que parte considerável desta soma "deveria reverter aos pobres, sob a forma de salários". De fato, os impostos totais decresciam rapidamente na década de 1830 e seu peso relativo deve ter diminuído ainda mais rapidamente em vista do crescente bem-estar nacional. Em 1818 as somas realmente gastas na assistência aos pobres totalizaram aproximadamente oito milhões de libras; elas decresceram continuamente até atingirem menos de seis milhões em 1826, enquanto a renda nacional se elevava rapidamente. E, no entanto, a crítica à Speenhamland se tornava cada vez mais violenta, parece que em virtude do fato de que a desumanização das massas começara a paralisar a vida nacional e principalmente a restringir as energias da própria indústria.

Speenhamland precipitou uma catástrofe social. Acostumamo-nos a encarar as sombrias apresentações do capitalismo primitivo como "dramalhões". Não há justificativa para isto. O quadro pintado por Harriet Martineau, a fervorosa apóstola da Poor Law Reform, coincide com o dos propagandistas cartistas que dirigiam o clamor contra a mesma Poor Law Reform. Os fatos apresentados no famoso Report of the Commision on the Poor Law (Relatório da Comissão sobre a Lei dos Pobres – 1834), defendendo a abolição imediata da Speenhamland Law, poderiam ter servido de material para a campanha de Dickens contra a política da Comissão. Nem Charles Kingsley, nem Friedrich Engels, nem Blake ou Carlyle, se enganaram ao acreditar que a própria imagem do homem fora maculada por alguma terrível catástrofe. Mais impressionante ainda do que as explosões de dor e de ira que poetas e filantropos expressaram, foi o gélido silêncio de Malthus e Ricardo que ignoraram o cenário no qual nasceu a sua própria filosofia de danação secular.

Não há dúvida de que a desarticulação social causada pela máquina e pelas circunstâncias sob as quais o homem estava agora condenado a servi-la teve muitos resultados que eram inevitáveis. Faltava à civilização rural da Inglaterra aqueles arredores urbanos a partir dos quais cresceram, mais tarde, as cidades industriais do continente.[2] Nas novas cidades não havia uma classe média urbana estabelecida, nem aqueles núcleos de artesãos e profissionais formados por uma pequena burgue-

[2] O Professor Usher cita 1795 como a data aproximada do início da urbanização geral.

sia respeitável e gente da cidade, que poderiam ter servido de meio assimilador para o trabalhador rude que labutava nos primitivos moinhos – atraídos por salários altos ou expulsos da terra por espertos cercadores. A cidade industrial, tanto no Midlands como no North West, era um deserto cultural; suas favelas apenas refletiam sua falta de tradição e de respeito cívico próprio. Mergulhado nesse lamaçal desolador de miséria, o camponês imigrante, ou até mesmo o antigo pequeno proprietário rural ou o foreiro, logo se transformava em um indefinível animal do pântano. Não era porque se lhe pagava muito pouco, ou até mesmo porque trabalhasse muitas horas – embora ambas as coisas ocorressem às vezes, e em excesso – mas sim o fato de ele viver agora em condições físicas que negavam a própria forma humana da vida. Os negros das florestas africanas que se viam enjaulados, lutando pelo ar nos porões dos navios negreiros, deviam sentir o mesmo que essas pessoas. E, no entanto, nada disto era irremediável. Enquanto um homem tinha uma posição à qual se apegar, um padrão restabelecido por seus parentes ou companheiros, ele podia lutar por eles e readquirir sua alma. Mas no caso do trabalhador, isto só podia ocorrer de uma única forma: fazendo de si mesmo o membro de uma nova classe. Se não pudesse ganhar a vida com seu próprio trabalho, ele não era um trabalhador mas um indigente. Reduzi-lo artificialmente a uma tal condição foi a suprema abominação da Speenhamland. Essa lei, de um humanitarismo ambíguo, impediu os trabalhadores de se constituírem numa classe econômica, privando-os, assim, do único meio de enfrentar o destino que lhes fora reservado no moinho econômico.

Speenhamland foi um instrumento infalível de desmoralização popular. Se uma sociedade humana é uma máquina de atuação própria para manter os padrões sobre os quais é construída, a Speenhamland foi um autômato para a destruição dos padrões sobre os quais qualquer tipo de sociedade poderia se basear. Ela não só colocou como prêmio a evasão do trabalho e a desculpa da inadequação, como ainda aumentou a atração do pauperismo, precisamente numa conjuntura em que o homem lutava para fugir à sina da miséria. Desde que um homem fosse para um asilo de indigentes (e acabava indo para lá se ele e sua família dependessem dos impostos durante algum tempo) a armadilha se fechava e era raro ele poder escapar. A decência e o auto-respeito inculcados durante séculos de vida organizada desapareciam rapidamente na promiscuidade do asilo de indigentes, onde um homem tinha que ser cuidadoso para não o julgarem em melhor situação que seu vizinho, pois, do contrário, ele seria forçado a sair à caça de trabalho em vez de "vaga-

bundear" no abrigo habitual. "O imposto dos pobres se tornara uma espoliação pública... Para conseguir a sua parte os mais brutos bajulavam a administração, os dissolutos exibiam seus bastardos, que precisavam ser alimentados, os preguiçosos cruzavam os braços e esperavam. Rapazes e moças ignorantes casavam-se contando com ele; caçadores furtivos, ladrões e prostitutas extorquiam-no através da intimidação; juízes do campo esbanjavam-no em busca de popularidade e os guardiães por conveniência. Esta era a forma de gerir o fundo..." O fazendeiro, em vez de dispor de um número satisfatório de trabalhadores para cultivar sua terra – trabalhadores pagos por ele mesmo –, era forçado a manter o dobro da quantidade e os salários eram parcialmente pagos com os impostos. Esses homens, empregados por ele através de compulsão, ficavam fora de seu controle – trabalhavam ou não, conforme lhes aprazia – diminuíam a qualidade da sua terra e impediam-no de empregar homens melhores, que trabalhariam duramente pela sua independência. Esses homens melhores acabavam se perdendo entre os piores; o aldeão contribuinte de impostos, após uma luta vã, terminava procurando a assistência na mesa paga..." Eis aí Harriet Martineau.[3]

Muitos liberais de última hora, constrangidos, negligenciaram de uma forma ingrata, a memória desta sincera apóstola do seu credo. E no entanto, mesmo os seus exageros, que eles agora temiam, colocavam os enfoques no lugar certo. Ela mesma pertencia àquela classe média, sempre em luta, cuja pobreza bem educada a tornava ainda mais sensível às complexidades morais da Poor Law. Ela compreendia e expressava claramente a necessidade que a sociedade tinha de uma nova classe, uma classe de "trabalhadores independentes". Eles eram os heróis dos seus sonhos e ela fez um deles – um trabalhador cronicamente desempregado, que se recusava a apelar para a assistência social – dizer com orgulho a um colega que se decidira a depender dos impostos: "Aqui estou eu, e desafio qualquer um a desprezar-me. Eu poderia deixar meus filhos no meio da nave da igreja e desafiar qualquer um a zombar deles quanto ao lugar que ocupam na sociedade. Pode haver alguns mais sábios, outros muitos mais ricos, mas nenhum mais honrado". Os grandes homens da classe dominante ainda estavam longe de compreender a necessidade dessa nova classe. A senhorita Martineau apontou "o erro vulgar da aristocracia em supor existir apenas uma espécie de sociedade abaixo da rica com a qual, em função

[3] Martineau, H., *History of England During the Thirty Years' Peace (1816-1846)*, 1849.

dos seus interesses econômicos, eles se viam obrigados a manter negócios". Lorde Eldon, se queixava ela, tal como outros que deveriam compreender melhor, "incluía sob apenas uma cabeça ('as classes baixas') todos os que estavam abaixo dos banqueiros mais ricos – fabricantes, comerciantes, artesãos, trabalhadores e indigentes...".[4] Mas, insistia ela com ardor, era da diferença entre essas duas últimas categorias que dependia o futuro da sociedade. "Exceto pela distinção entre soberano e súdito, não existe na Inglaterra uma diferença social tão grande como a que ocorre entre o trabalhador independente e o indigente, e é ao mesmo tempo sinal de ignorância, de imoralidade e de falta de visão política confundir as duas", escreveu ela. É claro que não se tratava da constatação de um fato: a diferença entre os dois estratos deixara de existir sob a Speenhamland. Tratava-se mais de uma afirmação política, baseada numa antecipação profética. A política era a dos Poor Laws Reform Commissioners (Comissários da Reforma da Lei dos Pobres); a profecia visava a um mercado livre e de trabalho competitivo e a conseqüente emergência de um proletariado industrial.

A abolição da Speenhamland representou o nascimento real da moderna classe trabalhadora, cujo imediato interesse próprio destinou-a a tornar-se a protetora da sociedade contra os perigos intrínsecos de uma civilização de máquinas. O que quer que o futuro lhes reservasse, a classe trabalhadora e a economia de mercado surgiram na história ao mesmo tempo. O horror à assistência pública, a desconfiança na ação do estado, a insistência na respeitabilidade e na autoconfiança permaneceram como características do trabalhador britânico durante gerações.

A revogação da Speenhamland foi conseqüência do trabalho de uma nova classe que entrava no cenário histórico – as classes médias da Inglaterra. A classe dos proprietários rurais não podia fazer o trabalho que essas classes se destinavam a executar: a transformação da sociedade em uma economia de mercado. Dezenas de leis foram abolidas e outras tantas promulgadas antes que a transformação tomasse o seu rumo. A Parliamentary Reform Bill (Lei Parlamentar da Reforma), de 1832, retirou os direitos políticos dos burgos infectos e deu poder, de uma vez por todas, aos membros da Câmara dos Comuns. O primeiro grande ato da reforma foi a abolição da Speenhamland. Agora que avaliamos o grau em que seus métodos paternalistas se imiscuíram com a vida no campo, compreenderemos melhor por que até mesmo os

[4] Martineau, H., *The Parish*, 1833.

defensores mais radicais da reforma hesitaram em propor um período mais curto do que dez ou quinze anos para a transição. Na verdade, ela ocorreu de forma tão abrupta que desmascara a lenda do gradualismo inglês, adotada em época posterior, quando se procurava argumentos contra a reforma radical. O choque brutal desses acontecimento foi o pesadelo de inúmeras gerações da classe trabalhadora britânica. O sucesso dessa operação dilacerante, no entanto, foi conseqüência da profunda convicção de amplos estratos da população, inclusive os próprios trabalhadores, de que o sistema que pretendia auxiliá-los, na aparência, estava de fato espoliando-os, e que o "direito de viver" era uma enfermidade que os levaria à morte.

A nova lei estabelecia que, no futuro, não seria concedida qualquer assistência externa. Sua administração era nacional e diferenciada, e também neste sentido ela se constituiu numa reforma bastante ampla. Naturalmente, aboliu-se também o sistema de abonos salariais. Reintroduziu-se a experiência dos albergues, mas num novo sentido. Ficava agora a critério do candidato decidir se ele se considerava realmente tão destruído de meios que iria voluntariamente procurar um abrigo que fora transformado, deliberadamente, num antro de horror. O albergue se investira de um estigma e permanecer nele se tornara uma tortura psicológica e moral, embora ele atendesse às exigências de higiene e decência – requisitos estes engenhosamente usados como pretexto para outras privações. Já não eram mais os juízes de paz ou os inspetores locais que administravam a lei, e sim autoridades com um poder mais amplo – os guardiães – sob uma supervisão central ditatorial. Até a cerimônia de enterro de um indigente tornava-se um ato no qual os seus companheiros renunciavam, mesmo na morte, à solidariedade que lhes era devida.

Em 1834 o capitalismo industrial estava prestes a se iniciar, e foi então introduzida a Poor Law Reform. A Speenhamland Law, que havia resguardado a Inglaterra rural e, portanto, a população trabalhadora em geral, contra o funcionamento total do mecanismo de mercado, devorara parte da medula da sociedade. Na ocasião que foi revogada, grandes massas da população trabalhadora pareciam mais espectros de um pesadelo do que seres humanos. Mas, se os trabalhadores estavam fisicamente desumanizados, as classes dominantes estavam moralmente degradadas. A unidade tradicional de uma sociedade cristã cedia lugar a uma negação de responsabilidade por parte dos ricos em relação às condições dos seus semelhantes. As Duas Nações assumiam a sua forma. Para espanto dos pensadores da época, uma riqueza nunca

vista passou a ser a companheira inseparável de uma pobreza nunca vista. Os estudiosos proclamavam, em uníssono, a descoberta de uma nova ciência que colocava além de qualquer dúvida as leis que governam o mundo dos homens. Em obediência a essas leis, a compaixão não habitava mais os corações e a determinação estóica de renunciar à solidariedade humana, em nome da maior felicidade para um número maior de pessoas, adquiriu a dignidade de uma religião secular.

O mecanismo do mercado defendia seus direitos e reivindicava seu acabamento: o trabalho humano teve que transformar-se em mercadoria. O paternalismo reacionário tentara em vão resistir a essa necessidade. Fugindo aos horrores da Speenhamland, os homens correram cegamente para o abrigo de uma utópica economia de mercado.

9

PAUPERISMO E UTOPIA

O problema da pobreza se concentrava em tono de dois termos estreitamente relacionados: pauperismo e economia política. Embora abordemos separadamente o impacto de ambos sobre a consciência moderna, eles formaram parte de um todo indivisível: a descoberta da sociedade.

Até a época da promulgação da Speenhamland, não se encontrara uma resposta satisfatória à pergunta: de onde vêm os pobres? Entre os pensadores do século XVIII, porém, existia o consenso geral de que pauperismo e progresso eram inseparáveis. Em 1782, escrevia John M'Farlane que o maior número de pobres não se encontrava nos países áridos ou entre as nações bárbaras, mas naquelas mais férteis e mais civilizadas. Giammaria Ortes, o economista italiano, pronunciava como axioma que a riqueza de uma nação corresponde à sua população, e a sua miséria corresponde à sua riqueza (1774). Até mesmo Adam Smith declarava à sua maneira cautelosa, que não são nos países mais ricos que os salários dos trabalhadores são mais elevados. M'Farlane não estava, portanto, aventando uma opinião incomum quando expressava a crença de que "o número de pobres continuaria a crescer, agora que a Inglaterra se aproximava do meridiano da sua grandeza".[1]

Repetimos que o fato de um inglês prever a estagnação comercial significava apenas fazer eco a uma opinião quase geral. Se de fato foi

[1] M'Farlane, J., *Enquiries Concerning the Poor*, 1782. Cf. também a observação no editorial de Postlethwayt, no Dicionário Universal de 1757, sobre a Poor Law holandesa de 7 de outubro de 1531.

marcante o aumento nas exportações durante o meio século que precedeu 1782, os altos e baixos do comércio eram ainda mais acentuados. O comércio estava apenas começando a se recuperar de uma queda que reduzira as cifras de exportação ao nível de quase meio século antes. Para os contemporâneos, a grande expansão do comércio e o aparente crescimento da prosperidade nacional que se seguira à Guerra dos Sete Anos significava apenas que também a Inglaterra havia tido a sua oportunidade, depois de Portugal, Espanha, Holanda e França. Sua acentuada ascensão era agora tema do passado e não havia razão para acreditar na continuidade do seu progresso, que parecia apenas o resultado de uma guerra proveitosa. Como vimos, aguardava-se quase unanimemente um declínio no comércio.

O fato verdadeiro, porém, era que a prosperidade estava bem próxima, uma prosperidade de proporções gigantescas, que estava destinada a tornar-se uma nova forma de vida não apenas para uma nação, mas para toda a humanidade. Nem os estadistas, nem os economistas tinham a mais remota idéia desse porvir. No que se refere aos estadistas, pode ser que o assunto fosse encarado com indiferença, pois durante mais duas gerações a subida vertiginosa das cifras de comércio apenas tocou a fímbria da miséria popular. No caso dos economistas, porém, isto foi singularmente infeliz, pois todo o seus sistema teórico foi construído durante esse espaço de "anormalidade", quando uma tremenda ascensão no comércio e na produção se fez acompanhar de um enorme aumento da miséria humana. Com efeito, os fatos aparentes sobre os quais se basearam os princípios de Malthus, Ricardo e James Mill apenas refletiam as tendências paradoxais que prevalecem durante um período de transição nitidamente definido.

De fato, a situação era enigmática. Os pobres começaram a surgir na Inglaterra na primeira metade do século XVI. Eles se tornaram conspícuos como indivíduos desligados da herdade feudal, ou de "qualquer superior feudal", e sua transformação gradual em uma classe de trabalhadores livres foi o resultado conjunto da feroz perseguição à vagabundagem e do patrocínio da indústria doméstica, poderosamente auxiliados pela contínua expansão do comércio exterior. No decorrer do século XVII aludia-se menos ao pauperismo, e até mesmo a medida incisiva do Act of Settlement foi promulgada sem uma discussão pública. Quando se reanimou a discussão, no final do século, a *Utopia* de Thomas More e as primeiras Poor Laws tinham mais de 150 anos, e já haviam sido esquecidas há muito a dissolução dos monastérios e a rebelião de Kett. Durante todo esse tempo já vinham ocorrendo alguns

cercamentos e "monopólios", como por exemplo durante o reinado de Carlos I, mas as novas classes, como um todo, já haviam se acomodado. Enquanto os pobres, na metade do século XVI, representavam um perigo para a sociedade, sobre a qual desciam com exércitos inimigos, no final do século XVII eles constituíam apenas um carga para os impostos.

Por outro lado, já não se tratava mais de uma sociedade semifeudal, porém de uma semicomercial, cujos membros representativos favoreciam o trabalho por ele mesmo e não podiam mais aceitar nem a perspectiva medieval de que a pobreza não era um problema, nem a opinião do cercador bem-sucedido de que os desempregados eram apenas pessoas capazes preguiçosas. A partir dessa época, as opiniões sobre o pauperismo começaram a refletir uma concepção filosófica, como ocorrera anteriormente com as questões teológicas. As opiniões sobre os pobres espelhavam cadá vez mais as perspectivas em relação à existência como um todo. Daí, a variedade e a aparente confusão dessas opiniões mas, ao mesmo tempo, seu interesse primordial para a história da nossa civilização.

Os quacres, pioneiros na exploração das possibilidades da existência moderna, foram os primeiros a reconhecer que o desemprego involuntário devia ser o resultado de algum defeito na organização do trabalho. Com a sua fé poderosa nos métodos sistemáticos, eles aplicaram o princípio da auto-ajuda coletiva aos mais pobres dentre eles, o mesmo princípio que usavam ocasionalmente como contestadores conscienciosos, quando queriam evitar apoiar as autoridades e pagavam pelo seu sustento na prisão. Lawson, um quacre zeloso, publicou um *Appeal to the Parliament concerning the Poor that there be no beggar in England* (Apelo ao Parlamento relativo aos pobres, para que não haja mendigos na Inglaterra) como uma "plataforma", na qual sugeria o estabelecimento da Labor Exchange (Bolsa de Trabalho), no sentido moderno da agência pública de empregos. Isto ocorreu em 1660; dez anos antes, Henry Robinson já havia proposto um "Office of Adresses and Encounter" (Escritório de Endereços e Encontros). Mas o governo da Restauração favorecia métodos mais prosaicos. A tendência do Act of Settlement, em 1662, era diretamente contrária a qualquer sistema racional de bolsas de trabalho, o que criaria um mercado mais amplo para a mão-de-obra. O domicílio – termo usado pela primeira vez no Act (Decreto) – prendia a mão-de-obra à paróquia.

Após a Revolução Gloriosa (1688), a filosofia quacre transformou John Bellers num verdadeiro profeta da tendência das idéias sociais do

futuro distante. Foi na atmosfera dos Meetings of Sufferings, nos quais se utilizavam agora, e com freqüência, dados estatísticos para dar precisão científica às políticas religiosas de assistência social, que nasceu, em 1696, sua sugestão para a criação dos "Colleges of Industry", nos quais o lazer involuntário dos pobres poderia se transformar em algo de bom. Subjacente ao esquema de Bellers estavam não os princípios de uma Bolsa de Trabalho, mas os princípios bem diferentes da troca de trabalhos. A primeira estava associada à idéia convencional de encontrar um empregador para o desempregado; a última significava simplesmente que os trabalhadores não precisavam de um empregador, enquanto pudessem trocar diretamente seus produtos. "Se o trabalho do pobre é a mina do rico" dizia Bellers, "por que eles não poderiam se manter explorando essas riquezas em seu próprio benefício, e mesmo deixando sobrar alguma coisa?" O que se precisava era apenas organizá-los em um "College" ou corporação, onde poderiam conjugar seus esforços. Isto constituiria o cerne de todo o pensamento socialista posterior em relação à pobreza, quer tomasse a forma dos Villages of Union de Owen, das Phalanstères de Fourier, dos Banks of Exchange de Proudhon, dos *Ateliers Nationaux* de Louis Blanc, do *Nationale Werkstätten* de Lassalle ou até, se quisermos, os Planos Qüinqüenais de Stalin. O livro de Bellers continha *in nuce* a maioria das propostas ligadas à solução desse problema, desde o primeiro momento em que começaram a surgir as grandes desarticulações que a máquina produziu na sociedade moderna. "Essa corporação fará do trabalho, e não do dinheiro, o padrão pelo qual será valorizado tudo que é necessário..." Seu planejamento era o de uma "corporação de todos os tipos de profissões úteis, que trabalhariam umas pelas outras sem qualquer assistência pública..."

A ligação entre notas de trabalho, auto-ajuda e cooperação é significativa. Os trabalhadores, em número de trezentos, se auto-sustentariam e trabalhariam em comum pela mera sobrevivência e "quem fizer mais será pago por isto". Seriam combinadas as reações para a subsistência e o pagamento conforme os resultados obtidos. No caso de algumas pequenas experiências de auto-ajuda, o excedente fora encaminhado para o Meeting of Sufferings e gasto em benefício de outros membros da comunidade religiosa. Esse excedente se destinava a ter um grande futuro; a novidade da idéia de lucro era a panacéia da época. O esquema nacional de Bellers para a assistência ao desemprego, na verdade, seria dirigido por capitalistas e com lucro! No mesmo ano, 1696, John Cary promoveu a Bristol Corporation for the Poor, a qual, após

algum sucesso inicial, deixou de render lucros como ocorreu, em última instância, com todos os empreendimentos desse tipo.

A proposta de Bellers, porém, assentava-se no mesmo pressuposto do sistema de imposto de trabalho de John Locke, também apresentado em 1696, e segundo o qual os pobres da aldeia deveriam ser alocados aos contribuintes locais de impostos, para trabalhar proporcionalmente ao pagamento desses contribuintes. Esta foi a origem do infortunado sistema de "bóias-frias" praticado sob a lei Gilbert. A idéia de que o pauperismo poderia ser rentável realmente se apossara da mentalidade das pessoas.

Foi exatamente um século mais tarde que Jeremy Bentham, o mais prolífero de todos os projetistas sociais, formou o plano de usar indigentes, em grande escala, para pôr em funcionamento a maquinaria para trabalhar madeira e metal projetada por Samuel, seu irmão, ainda mais inventivo. "Bentham", diz Sir Leslie Stephen, "juntara-se a seu irmão e estavam ambos na expectativa de uma máquina a vapor. Ocorreu-lhes agora empregar criminosos condenados em vez do vapor." Isto aconteceu em 1794. O plano Panopticon, de Jeremy Bentham, pelo qual as prisões seriam projetadas de forma a tornar barata e efetiva a sua supervisão, já existia há alguns anos, e ele decidira agora simplesmente aplicá-lo à sua fábrica que funcionava com prisioneiros – o lugar dos prisioneiros seria assumido pelos pobres. Em pouco tempo o empreendimento comercial particular dos irmãos Bentham fundiu-se num esquema geral para a solução do problema social como um todo. A decisão dos magistrados de Speenhamland, a proposta de salário mínimo de Whitbread e, acima de tudo, a minuta feita por Pitt, e que só circulou em particular, de um projeto de grande alcance para a reforma da Poor Law, tudo isto fazia do pauperismo um tópico importante entre os estadistas.

Bentham, cuja crítica ao projeto de Pitt, supõe-se, acarretou a sua retirada, aparece agora nos *Annals* de Arthur Young com projetos próprios mais elaborados (1797). Suas Industry-Houses (Casas de Indústrias), constantes do plano Panopticon – cinco andares em doze setores – para a exploração dos pobres assistidos, seriam dirigidas por uma comissão central localizada na capital, seguindo o modelo da comissão do Banco da Inglaterra, e tendo direito a voto todos os membros que possuíssem ações no valor de cinco ou dez libras. Um texto publicado alguns anos mais tarde dizia: "(1) A administração das empresas dos pobres em todo o sul da Grã-Bretanha será atribuída a *uma* autoridade e as despesas debitadas a *um* fundo único. (2) Essa autoridade será a de uma *Joint-Stock Company*, e poderá ter como nome o de *National Charity Company*".[2] Seriam construídas pelo menos 250 Industry-Houses, com aproximadamente 500.000 internos. O plano se fazia acompanhar de uma análise detalhada das várias categorias de desempregados e, nessa análise, Bentham antecipou em mais de um século os resultados obtidos por outros investigadores. Sua mente classificatória demonstrava o melhor da sua capacidade de realismo. "Mão-de-obra fora do lugar", aqueles recentemente demitidos de empregos se distinguiam de outros que não podiam encontrar emprego em função de uma "estagnação casual"; a "estagnação periódica" dos trabalhadores sazonais se distinguia da "mão-de-obra superada", a que "se tornava supérflua pela introdução da maquinaria" ou em termos ainda mais modernos, os tecnologicamente desempregados. Um último grupo consistia em "mão-de-obra dispersa", outra categoria moderna que adquiriu proeminência com a guerra francesa, à época de Bentham. A categoria mais significativa, porém, foi a da "estagnação casual" acima mencionada, que incluía não apenas profissionais e artistas que exerciam ocupações "dependentes da moda", mas também o grupo muito mais importante dos desempregados "no caso de uma estagnação geral das manufaturas". O plano de Bentham representava nada menos do que o nivelamento do ciclo de negócios através da comercialização do desemprego em escala gigantesca.

Robert Owen, em 1819, reeditou os planos de Bellers, de mais de 120 anos, para a organização dos Colleges of Industry. A destituição esporádica transformara-se agora numa torrente de miséria. As suas próprias Villages of Union diferiam das de Bellers principalmente por serem muito maiores, incluindo 1.200 pessoas no mesmo número de acres da terra. A comissão que angariava subscrições para este plano experimental de resolução do problema de desemprego incluía nada menos do que uma autoridade como David Ricardo. Mas não apareceram subscritores. Algum tempo mais tarde, o francês Charles Fourier foi exposto ao ridículo por esperar, dia após dia, algum sócio que quisesse investir em seu plano *Phalanstère*, baseado em idéias muito semelhantes àquelas patrocinadas por um dos maiores especialistas contemporâneos em finanças. E por acaso a firma de Robert Owen em New Lanark – com Jeremy Bentham como sócio passivo – não se tornou mundialmente famosa com o sucesso financeiro de seus esquemas

[2] Bentham, J., *Pauper Management*. Primeira publicação em 1797.

filantrópicos? Mas não existia ainda uma visão padronizada da pobreza, nem qualquer forma aceitável para se obter lucro por intermédio dos pobres.

Owen encampou de Bellers a idéia das notas de trabalho e aplicou-as em seu National Equitable Labor Exchange em 1832 – e fracassou. O princípio estreitamente relacionado da auto-suficiência econômica da classe trabalhadora – também uma idéia de Bellers – estava por trás do famoso movimento Trades-Union (Sindicato de Profissionais) dos dois anos seguintes. O Trades-Union era uma associação geral de todas as profissões, artesanatos e artes, não excluindo os pequenos mestres, com o vago propósito de constituí-los como um órgão da sociedade, em manifestação pacífica. Quem poderia imaginar que este foi o embrião da tentativa de formar o violento One Big Union (Sindicato Único) nos próximos cem anos? Nos seus planos em relação aos pobres, de fato, quase não se distinguiam o sindicalismo, o capitalismo, o socialismo e o anarquismo. O Bank of Exchange de Proudhon, a primeira exploração prática do anarquismo filosófico, em 1848, foi basicamente uma excrescência da experiência de Owen. Marx, o socialista de estado, atacou severamente as idéias de Proudhon e, a partir daí, o estado é que teria a função de fornecer o capital para esquemas coletivistas desse tipo, dos quais passaram à história os de Louis Blanc e Lassalle.

Não deveria haver mistério quanto à razão econômica porque não se podia fazer dinheiro como os indigentes. Ela já havia sido fornecida há quase 150 anos por Daniel Defoe, cujo panfleto, publicado em 1704, fora o pretexto para a discussão iniciada por Bellers e Locke. Defoe insistia em que se os pobres fossem assistidos socialmente eles não trabalhariam por salários; e se eles fossem obrigados a manufaturar bens em instituições públicas eles apenas criariam um maior desemprego nas manufaturas privadas. Seu panfleto tinha o título satânico: *Giving Alms no Charity and Employing the Poor a Grievance to the Nation* e a ele se seguiram as mais famosas sátiras do doutor Mandeville sobre as abelhas sofisticadas, cuja comunidade era próspera apenas porque ela encorajava a vaidade e a inveja, o vício e o desperdício. Entretanto, enquanto o espirituoso doutor abordava um paradoxo moral superficial, o panfletário acertara justamente os elementos básicos da nova política econômica. Seu ensaio foi logo esquecido fora dos círculos da "política inferior", como eram chamados os problemas de policiamento no século XVIII, enquanto o paradoxo barato de Mandeville excitava mentes da qualidade de um Berkeley, um Hume e um Smith.

É evidente que na primeira metade do século XVIII a riqueza móvel ainda se constituía num tema moral enquanto a pobreza ainda não era. As classes puritanas ficavam chocadas com as formas feudais de evidente desperdício, que suas consciências coordenavam como luxo e vício, embora tivessem que concordar, ainda que com relutância, com as abelhas de Mandeville, de que o comércio e os negócios decairiam rapidamente se não existissem esses males. Esses ricos mercadores se reassegurariam depois sobre a moralidade dos negócios: os novos moinhos de algodão já não satisfaziam mais a ostentação ociosa e sim as monótonas necessidades diárias: ocorriam formas sutis de desperdício, e se imaginava serem menos evidentes quando, na verdade, eram ainda mais esbanjadoras que as anteriores. O palavreado de Defoe em relação aos perigos da assistência social aos pobres não foi suficientemente importante para penetrar as consciências preocupadas com os perigos morais da riqueza – a Revolução Industrial ainda estava para chegar. No entanto, o paradoxo de Defoe teve o alcance de uma previsão das perplexidades que surgiriam: "Não dar esmolas como caridade" – abrandando a fome, prejudicava-se a produção e se criava simplesmente a inanição; "empregar os pobres, uma ofensa à nação" – pois criando empregos públicos apenas se incrementava a superabundância de mercadorias no mercado e se apressava a ruína dos comerciantes privados.

Os temas foram abordados já na virada do século XVII, por John Bellers, os quacres e Danel Defoe, jornalistas da época, santos e cínicos, porém transcorreram mais de dois séculos de trabalho e pensamento, de esperança e sofrimento, até que surgissem as soluções trabalhistas.

Na época da Speenhamland, porém, a verdadeira natureza do pauperismo ainda permanecia oculta à visão dos homens. Havia um consenso geral quanto à validade de uma grande população, tão grande quanto possível, pois o poder do estado consistia em homens. Havia também uma concordância geral quanto às vantagens da mão-de-obra barata, pois só com ela as manufaturas podiam prosperar. Além disso, se não fossem os pobres, quem tripularia os navios e iria à guerra? Todavia, permanecia a dúvida se o pauperismo não seria um mal, afinal de contas. De qualquer forma, por que os indigentes não deveriam ser empregados, com sucesso, em proveito público, como acontecia obviamente em proveito particular? Não se encontrava qualquer resposta convincente a estas questões. Defoe enfrentara a verdade, uma verdade que Adam Smith pode ou não ter compreendido setenta anos mais tarde: a condição subdesenvolvida do sistema de mercado ocultava as suas inerentes fraquezas. Tanto a nova riqueza como a nova pobreza ainda não eram bem compreendidas.

O fato da questão ainda estar em seu estágio de crisálida é suficientemente demonstrado pela surpreendente congruência dos projetos que refletiam mentalidades tão diferentes como as do quacre Bellers, do ateísta Owen e do utilitarista Bentham. Owen, um socialista, era um crente ardoroso na igualdade dos homens e nos seus direitos naturais, enquanto Bentham desprezava a igualdade, ridicularizava os direitos humanos e se inclinava totalmente para o *laissez-faire*. No entanto, os "paralelogramos" de Owen se pareciam tanto com as Industry-Houses de Bentham que se pode imaginar que Owen se inspirou apenas nelas antes de nos lembrarmos da sua dívida para com Bellers. Os três homens estavam convencidos de que uma organização correta do trabalho dos desempregados deveria produzir um excedente e Bellers, o humanista, queria usá-lo basicamente na assistência a outros sofredores; Betham, o liberal utilitarista, desejava repassá-lo aos acionistas e Owen, o socialista, queria devolvê-lo aos próprios desempregados. Enquanto as suas diferenças revelavam apenas os sinais quase imperceptíveis de futuras brechas, a sua ilusão comum refletia o mesmo equívoco radical quanto à natureza do pauperismo na nascente da economia de mercado. Mais importante do que todas as outras diferenças entre eles é que, enquanto isso, havia ocorrido um crescimento contínuo no número de pobres: em 1696, quando Bellers escreveu, os impostos totais se aproximavam de 400.000 libras; em 1796, quando Bentham atacou o projeto de Pitt, eles já passavam a marca de 2 milhões; em 1818, quando Robert Owen começou, eles já se aproximavam de 8 milhões. Nos 120 anos que decorreram entre Bellers e Owen a população pode ter triplicado, mas os impostos aumentaram vinte vezes. O pauperismo se tornara um portento, mas o seu significado ainda era uma incógnita.

10

A ECONOMIA POLÍTICA E A DESCOBERTA DA SOCIEDADE

Quando se apreendeu o significado da pobreza, estava preparado o cenário para o século XIX e o divisor de águas pode ser colocado em torno de 1780. Na grande obra de Adam Smith, a assistência social ao pobre ainda não era um problema; somente uma década mais tarde ele foi levantado, já como tema amplo, no *Dissertation on the Poor Laws* de Townsend e, a partir daí, não cessou de ocupar a atenção dos homens durante um século e meio.

De fato, foi marcante a mudança de atmosfera entre Adam Smith e Townsend. O primeiro marcou o fim de uma era que se abriu com os inventores do estado, Thomas More e Maquiavel, Lutero e Calvino; o último já pertencia ao século XIX, no qual Ricardo e Hegel descobriram, a partir de ângulos opostos, a existência de uma sociedade que não estava sujeita às leis do estado mas, ao contrário, sujeitava o estado às suas próprias leis. É verdade que Adam Smith tratou a riqueza material como um campo de estudo separado; o fato de fazê-lo, e com grande senso de realismo, tornou-o fundador de uma nova ciência – a economia. Apesar disso, para ele a riqueza era apenas um aspecto da vida da comunidade, a cujas finalidades ela permanecia subordinada; ela era um complemento das nações que lutavam pela sobrevivência na história e delas não podia ser dissociada. Na sua opinião, um dos conjuntos de condições que governavam a riqueza das nações derivava da situação de progresso, estacionária ou declinante, do país como um todo. Outro conjunto derivava da importância da segurança e da estabilidade, assim como da necessidade de equilíbrio-de poder. Um outro

conjunto, ainda, era proporcionado pela política do governo, conforme ela favorecia a cidade ou o campo, a indústria ou a agricultura. Em conseqüência, somente dentro de um dado arcabouço político é que ele considerava possível formular a questão da riqueza, cujo significado para ele era o bem-estar material do "grande organismo do povo". Seu trabalho não deixa entrever que são os interesses econômicos dos capitalistas que organizam a lei da sociedade; nenhuma indicação de serem eles os porta-vozes seculares da providência divina que governava o mundo econômico como uma entidade isolada. Para ele, a esfera econômica ainda não está sujeita a leis próprias que nos indicam o padrão do bem e do mal.

Smith olhava a riqueza das nações como uma função da vida nacional delas, física e moral. É por isso que sua política naval combinava tão bem com as Navigation Laws (Leis de Navegação) de Cromwell, e suas noções sobre a sociedade humana se harmonizavam com o sistema dos direitos naturais de John Locke. Em sua opinião, nada indica a presença, na sociedade, de uma esfera econômica que possa se tornar a fonte de uma lei moral e de uma obrigação política. O interesse próprio apenas nos impele a fazer aquilo que, intrinsecamente, também beneficiará outros, como o interesse próprio do açougueiro fornecer-nos-á o jantar, em última instância. Um grande otimismo flui do pensamento de Smith, já que as leis que governam a parte econômica do universo estão em consonância com o destino do homem, da mesma forma que aquelas que governam as outras partes. Nenhuma mão oculta tenta nos impor os ritos do canibalismo em nome do interesse próprio. A dignidade de um homem é a de um ser moral que, como tal, é membro da ordem cívica da família, do estado, e da "grande sociedade da humanidade". A razão e a humanidade estabelecem um limite para a tarefa; a emulação e o ganho devem dar lugar a elas. Natural é tudo que está de acordo com os princípios incorporados à mentalidade do homem, e a ordem natural é aquela que está de acordo com esses princípios. A natureza, no seu sentido físico, foi conscientemente excluída por Smith do problema da riqueza. "Qualquer que seja o solo, o clima, ou a extensão de território de qualquer nação particular, a abundância ou escassez de seu abastecimento anual, *nessa situação particular*, deve depender de duas circunstâncias", a saber, a capacidade do trabalho e a proporção entre os membros úteis e ociosos da sociedade. Não é o fator natural que conta, mas apenas o fator humano. Esta exclusão do fator biológico e geográfico logo no começo do seu livro foi deliberada. As falácias dos fisiocratas serviram-lhe de aviso; a predileção deles

pela agricultura levou-os a confundir a natureza física com a natureza humana, induzindo-lhes a argumentar que apenas o solo era realmente criativo. Nada estava mais afastado da mentalidade de Smith do que uma tal glorificação do Physis. A economia política deveria ser uma ciência humana, deveria lidar com o que é natural ao homem, e não à natureza.

A *Dissertation* de Townsend, dez anos depois, enfocou o teorema das cabras e dos cães. O cenário é a ilha de Robinson Crusoé no Oceano Pacífico, próximo à costa do Chile. Juan Fernandez deixou nessa ilha algumas cabras para que fornecessem carne em caso de visitas futuras. As cabras se multiplicaram em proporção bíblica e se tornaram um estoque de alimento muito conveniente para os corsários, na maioria ingleses, que molestavam o comércio espanhol. Para destruí-los, as autoridades espanholas deixaram na ilha um cão e uma cadela que também se multiplicaram, no devido tempo, diminuindo o número de cabras com as quais se alimentavam. "Um novo tipo de equilíbrio foi estabelecido", escreveu Townsend. "Os mais fracos de ambas as espécies foram os primeiros a pagar seu débito com a natureza; os mais ativos e vigorosos conservaram suas vidas". E acrescentou: "É a quantidade de alimento que regula o número da espécie humana."

Observamos que uma pesquisa[1] nas fontes não autentica a história. Juan Fernandez de fato desembarcou as cabras, mas os lendários cães foram descritos por William Funnell como lindos gatos e não se sabe da multiplicação nem dos cães nem dos gatos. Ocorre, também, que as cabras habitam rochedos inacessíveis, enquanto as praias – e nisso todos os registros concordam – estavam repletas de gordas focas que constituiriam uma presa muito mais tentadora para cães selvagens. Todavia, o paradigma não depende de suporte empírico. A falta de autenticidade comprovada não depõe contra o fato de que Malthus e Darwin se inspiraram nessa fonte – Malthus aprendeu-a com Condorcet e Darwin, com Malthus. Entretanto, nem a teoria da seleção natural de Darwin, nem as leis populacionais de Malthus exerceriam qualquer influência apreciável sobre a sociedade moderna, não fossem as máximas seguintes que Townsend deduziu a partir de suas cabras e cães e que ele desejava que aplicassem à reforma da Poor Law: "A fome doma os animais mais fero-

[1]Cf. Antônio de Ulloa, Wafer, William Funnell, bem como Isaac James (que também contém o relatório do capitão Wood Rogers sobre Alexander Selkirk) e as observações de Edward Cooke.

zes, ensina a decência e a civilidade, a obediência e a sujeição ao mais perverso. De uma forma geral, só a fome pode incentivar e incitar (os pobres) ao trabalho; mas as nossas leis já estabeleceram que eles não devem passar fome. As leis, é preciso confessar, também estipulam que eles devem ser compelidos a trabalhar. Mas o constrangimento legal é sempre atendido com muito aborrecimento, violência e barulho; cria má-vontade e nunca pode produzir um serviço bom e aceitável. Enquanto isso, a fome não é apenas uma pressão pacífica, silenciosa e incessante mas, como a motivação mais natural para a diligência e o trabalho, ela se constitui no mais poderoso dos incentivos. Quando satisfeita pela livre generosidade de outrem, ela cria os fundamentos mais seguros e duradouros para a boa vontade e a gratidão. O escravo deve ser compelido a trabalhar, mas o homem livre deve ter seu próprio julgamento e critério; deve ser protegido no pleno gozo do que tem, seja muito ou pouco, e punido quando invade a propriedade de seu vizinho".

Surgia aqui um novo ponto de partida para a ciência política. Ao abordar a comunidade humana do ponto de vista animal, Townsend se desviou da questão supostamente inevitável dos fundamentos do governo e, ao fazê-lo, introduziu um novo conceito de lei nos assuntos humanos – os das leis da natureza. As inclinações geométricas de Hobbes, assim como os anseios de Hume e Hartley, Quesnay e Helvetius pela aplicação de leis newtonianas à sociedade, foram apenas metafóricas: eles ansiavam por descobrir uma lei tão universal para a sociedade quanto a da gravidade em relação à natureza, mas eles pensavam nela como uma lei humana – por exemplo, uma força mental tal como o medo em Hobbes, a associação na psicologia de Hartley, o interesse próprio em Quesnay ou a procura da utilidade em Helvetius. Não havia excesso de escrúpulo nesse sentido: Quesnay, como Platão, assumia ocasionalmente a perspectiva de criador do homem e Adam Smith não ignorava, certamente, a ligação entre salários reais e o fornecimento da mão-de-obra a longo prazo. Todavia, Aristóteles ensinara que só os deuses ou os animais podiam viver fora da sociedade, e o homem não era nem um nem outro. No pensamento cristão a divisão entre o homem e o animal também era constitutiva. Nenhuma incursão no reino dos fatos fisiológicos poderia confundir a teologia quanto às raízes espirituais da comunidade humana. Se, para Hobbes, o homem era o lobo do homem, era porque, fora da sociedade, os homens se comportavam como lobos e não porque houvesse qualquer fator biológico em comum entre homens e lobos. Isto ocorreu, em última instância, porque até então não se concebera qualquer comunidade humana que

não se identificasse com a lei e o governo. Na ilha de Juan Fernandez, porém, não havia governo ou lei e, no entanto, havia um equilíbrio entre cabras e cães. Esse equilíbrio se mantinha pela dificuldade que os cães encontravam em devorar as cabras que fugiam para as partes rochosas da ilha e as inconveniências que as cabras tinham que enfrentar quando se procuravam se proteger dos cães. Não era preciso um governo para manter esse equilíbrio; ele era restaurado pelo aguilhão da fome, de um lado, e pela escassez de alimentos, de outro.

Hobbes argumentara sobre a necessidade de um déspota porque os homens eram *como* animais; Townsend insistia que eles eram *verdadeiramente* animais e que, precisamente por essa razão, só era preciso um mínimo de governo. A partir deste ponto de vista novo, uma sociedade livre podia ser vista como se consistisse de apenas duas raças: proprietários e trabalhadores. O número desses últimos era limitado pela quantidade de alimento e a fome impeli-los-ia ao trabalho, enquanto a propriedade estivesse em segurança. Não havia necessidade de magistrados, pois a fome era um disciplinador melhor que o magistrado. Apelar para ele, observava Townsend pungentemente, seria como "um apelo da autoridade mais forte para a mais fraca".

Os novos fundamentos combinavam acertadamente com a sociedade que emergia. Desde meados do século XVIII já vinham se desenvolvendo os mercados nacionais. O preço do cereal já não era mais local, mas regional, e isto pressupunha o uso quase geral do dinheiro e uma grande negociabilidade de bens. Os preços de mercado e os rendimentos, inclusive aluguéis e salários, mostravam uma considerável estabilidade. Os fisiocratas foram os primeiros a observar essa regularidade que, todavia, eles não podiam enquadrar num todo, mesmo teoricamente, pois na França ainda prevaleciam as rendas feudais e o trabalho ainda era semi-servil e, assim, nem os aluguéis nem os salários eram determinados pelo mercado, como regra. Mas à época de Adam Smith, o campo inglês já se tornara parte integrante de uma sociedade comercial. O aluguel devido ao proprietário fundiário, assim como o salário do trabalhador agrícola mostravam uma dependência marcante aos preços. Salários ou preços só eram fixados pelas autoridades em casos excepcionais. E no entanto, nesta curiosa nova ordem, as antigas classes da sociedade continuavam a existir mais ou menos em sua hierarquia anterior, apesar do desaparecimento de seus privilégios e incapacidades legais. Embora nenhuma lei obrigasse o trabalhador a servir o fazendeiro, nem o fazendeiro a contribuir para a abundância do proprietário fundiário, trabalhadores e fazendeiros agiam como se ainda

existisse uma tal compulsão. Que lei ordenava ao trabalhador obedecer a um senhor ao qual não estava mais ligado por qualquer laço legal? Que força mantinha as classes da sociedade à parte, como se se tratasse de espécies diferentes de seres humanos? O que mantinha o equilíbrio e a ordem nessa coletividade humana que não invocava e nem mesmo tolerava a intervenção do governo político?

O paradigma das cabras e dos cães parece oferecer resposta a essas questões. A natureza biológica do homem surgia como o fundamento de uma sociedade que não era de ordem política. Foi assim que os economistas abandonaram os fundamentos humanistas de Adam Smith e incorporaram os de Townsend. A lei populacional de Malthus e a lei dos rendimentos diminuídos apresentada por Ricardo tornaram a fertilidade do homem e do solo os elementos constitutivos do novo reino cuja existência havia sido descoberta. A sociedade econômica emergira como algo separado do estado político.

As circustâncias sob as quais a existência desse agregado humano – uma sociedade complexa – se tornou aparente foram de extrema importância para a história de pensamento do século XIX. Uma vez que a sociedade emergente nada mais era do que o sistema de mercado, a sociedade humana estava agora ameaçada de mudar as suas bases para outras inteiramente estranhas ao mundo moral do qual fizera parte, até então, o corpo político. O problema do pauperismo, aparentemente insolúvel, forçava Malthus e Ricardo a sancionar o mergulho de Townsend no naturalismo.

Burke abordou o tema do pauperismo a partir do ângulo estrito da segurança pública. As condições existentes nas Índias Ocidentais convenceram-no do perigo de manter uma grande população escravizada, sem condições adequadas para a segurança dos senhores brancos, principalmente porque muitas vezes se permitia que os negros andassem armados. Considerações semelhantes, pensava ele, podiam se aplicar ao aumento no número de desempregados em seu país natal, uma vez que o governo não dispunha de força policial. Embora um defensor ferrenho das tradições patriarcais, ele era um adepto apaixonado do liberalismo econômico, no qual via a resposta ao candente problema administrativo do pauperismo. As autoridades locais aproveitavam, com satisfação, a demanda inesperada dos moinhos de algodão por menores carentes, cujo aprendizado ficava a cargo da paróquia. Centenas deles eram encaminhados às manufaturas, muitas vezes em partes distantes do país. As novas cidades pareciam ter desenvolvido

um apetite saudável por indigentes; as fábricas estavam até prontas a pagar pela utilização dos pobres. Adultos eram encaminhados a qualquer um que quisesse empregá-los em troca do mero sustento e eles podiam ainda ser alocados entre os fazendeiros da paróquia, por vezes, em uma ou outra forma de sistema de trabalho rotativo. Era mais barato sustentá-los no cultivo da terra do que nas "prisões sem culpa", como eram às vezes chamados os albergues. Do ângulo administrativo isto significava que "a autoridade mais persistente e mais minunciosamente detalhada do empregador"[2] assumia o lugar da exigência do trabalho do governo e da paróquia.

É claro que a questão envolvia a autoridade do estado. Por que deveriam os pobres se tornar um encargo público e a paróquia cuidar da sua manutenção se, em última instância, essa mesma paróquia se desobrigava dessa função encaminhando os homens capazes aos empresários capitalistas e estes queriam tanto encher os seus moinhos com eles que estavam até dispostos a gastar dinheiro para obter os seus serviços? Por acaso isto não indicava claramente que existia uma outra forma, bem menos dispendiosa, de obrigar os pobres a ganhar o seu sustento do que através da paróquia? A solução estava na abolição da legislação elisabetana, sem substituí-la por qualquer outra. Nenhuma avaliação de salários, nenhuma assistência social para os desempregados capazes, mas também nenhum salário mínimo, nem a proteção ao direito de viver. O trabalho deveria ser manuseado como aquilo que ele era – uma mercadoria que deve encontrar seu preço no mercado. As leis do comércio eram as leis da natureza e, portanto, as leis de Deus. O que era isto senão um apelo do magistrado mais fraco para o mais forte, do juiz de paz para o todo-poderoso aguilhão da fome? Tanto para o político como para o administrador, o *laissez-faire* era simplesmente um princípio de garantia da lei e da ordem, com um mínimo de custo e de esforço. Que o mercado tome os pobres a seu encargo e as coisas correrão por si mesmas. Neste ponto, Bentham, o racionalista, concordava com Burke, o tradicionalista.

O cálculo da dor e do prazer exigia que não fosse infligida qualquer dor desnecessária. Se a fome cumprisse essa finalidade, não se exigia outra penalidade. À questão "o que pode fazer a lei em relação à subsistência?" Bentham respondeu, "diretamente nada".[3] A pobreza

---

[2] Webb, S. e B., *English Local Government,* vols. VII-IX, "Poor Law History".
[3] Bentham, J., *Principles of Civil Code*, Cap. 4 (Bowring, vol. I, p. 333).

era a sobrevivência da natureza na sociedade; a fome era a sua sanção física. "Se a força da sanção física é suficiente, seria supérfluo o emprego da sanção política".[4] Só o que se precisava era dar tratamento "científico e econômico" aos pobres.[5] Bentham se opunha fortemente à Poor Law Bill, de Pitt, que resultaria numa renovação da Speenhamland, uma vez que ela previa tanto assistência social externa como os abonos salariais. E todavia Bentham, diferente de seus seguidores, não era na época nem um liberal econômico rígido, nem um democrata. Suas Industry-Houses eram um pesadelo de administração utilitarista minunciosa, reforçada por todo o engodo da direção científica. Ele afirmava que elas seriam sempre necessárias pois a comunidade não podia se desinteressar completamente pelo destino dos indigentes. Bentham acreditava que a probreza era parte da opulência. "No estágio mais elevado da prosperidade social", dizia ele, "a grande massa dos cidadãos provavelmente disporá de poucos outros recursos além do seu trabalho diário e, conseqüentemente, estará sempre a um passo da indigência...". Daí recomendar ele "organizar-se uma contribuição regular para as necessidades da indigência", embora, com isso, "a necessidade decresça, *em teoria*, e atinja portanto a indústria". Esse acréscimo ele o fazia com pesar uma vez que, do ponto de vista utilitarista, a tarefa do governo era aumentar a necessidade a fim de tornar efetiva a sanção física da fome.[6]

A aceitação da quase-indigência da massa dos cidadãos como o preço a ser pago por um estágio mais elevado de prosperidade se fazia acompanhar de atitudes humanas muito diferentes. Townsend corrigia seu equilíbrio emocional inclinando-se para o preconceito e o sentimentalismo. A imprevidência do pobre era uma lei da natureza, do contrário o trabalho servil, sórdido e ignóbil, não poderia ser feito. E o que aconteceria com a pátria se não pudéssemos confiar nos pobres? "Se não fosse a angústia e a probreza que se impõem sobre as classes baixas do povo, como eles iriam enfrentar os horrores que os aguardam nos oceanos tempestuosos ou nos campos de batalha?" Mas esta demonstração de um áspero patriotismo ainda deixava lugar para sentimentos mais ternos. É claro que a assistência social aos pobres deveria ser abolida imediatamente. As Poor Laws "provêm de princípios que

[4] Bentham, J., Principles of Civil Code, Cap. 4 (Bowring, vol. I, p. 333).
[5] Bentham, J., *Observation on the Poor Bill*, 1797.
[6] Bentham, J., *Principles of Civil Code*, p. 314.

raiam o absurdo, sob o pretexto de cumprir aquilo que é impraticável à própria natureza e constituição do mundo". Deixando os indigentes à mercê dos ricos, quem poderia duvidar que "a única dificuldade" seria restringir a impetuosidade da benevolência desses últimos? E por acaso os sentimentos de caridade não são mais nobres do que aqueles que se originam de obrigações legais inflexíveis? "Pode haver coisa mais bela na natureza do que a suave complacência da benevolência?" Alegava ele, contrastando-a com a fria impessoalidade da "caridade paroquial" que não conhecia as cenas da "expressão natural de uma gratidão sincera por favores inesperados..." "Quando o pobre é obrigado a cultivar a amizade do rico, o rico nunca sentirá a inclinação de procurar aliviar a necessidade do pobre..." Quem quer que tenha lido esse tocante retrato da vida íntima das Duas Nações jamais poderá duvidar de que, inconscientemente, foi a partir da ilha das cabras e dos cães que a Inglaterra vitoriana aprendeu a sua educação sentimental.

Edmund Burke foi um homem de estatura diferente. Onde homens como Townsend fracassaram em pequena escala, ele fracassou em grande estilo. Seu gênio transformou o fato brutal numa tragédia e investiu o sentimentalismo de um halo de misticismo. "Quando fingimos lamentar como pobres aqueles que precisavam trabalhar, do contrário o mundo não poderia existir, estamos brincando com a própria condição da humanidade." Isto era sem dúvida melhor que a indiferença grosseira, as lamentações vazias ou a lamúria de um enaltecimento indulgente. Todavia a virilidade dessa atitude realista foi empanada pela complacência sutil com a qual ele enfocava as cenas da pompa aristocrática. O resultado foi afastar Herodes mas também subestimar as oportunidades de uma reforma oportuna. Pode-se supor que, se Burke vivesse, a Reform Bill parlamentar de 1832, que colocou um ponto final no *ancien régime*, só seria aprovada ao preço de uma revolução sangrenta evitável. E Burke poderia ainda ter contraposto, já que as massas estavam sendo condenadas a penar na miséria pelas leis da economia política, o que era a idéia da igualdade senão uma isca cruel para atrair a humanidade para a autodestruição?

Bentham não possuía nem a complacência insinuante de um Townsend nem o historicismo muito precipitado de um Burke. Pelo contrário, para este adepto da razão e da reforma, o reino da lei social recentemente descoberto surgia como a cobiçada terra de ninguém da experiência utilitária. Como Burke, ele se recusava a aceitar o determinismo zoológico e também ele rejeitava a ascendência do econômico sobre o político propriamente dito. Embora autor de um *Essay on*

Usury e de um *Manual of Political Economy*, ele era um amador nessa ciência e deixou até mesmo de proporcionar a única grande contribuição que o utilitarismo poderia fazer à economia, isto é, a descoberta de que o valor provinha da utilidade. Ao invés disso, ele se deixou induzir pela psicologia associacionista a dar rédeas às suas ilimitadas faculdades imaginativas como engenheiro social. Para Bentham, o *laissez-faire* significava apenas um outro artifício na mecânica social. A invenção social, e não a técnica, era a fonte intelectual da Revolução Industrial. A contribuição decisiva das ciências naturais à engenharia só foi feita um século mais tarde, quando já terminara, há muito, a Revolução Industrial. Para o construtor prático de uma ponte ou de um canal, para o desenhista de máquinas e motores, o conhecimento das leis gerais da natureza era inteiramente inútil antes de terem sido desenvolvidas as novas ciências aplicadas à mecânica e à química. Telford, fundador e presidente vitalício da Sociedade dos Engenheiros Civis, recusava receber como membros desse órgão os candidatos que haviam estudado física e, segundo Sir David Brewster, ele mesmo nunca se familiarizou com os elementos da geometria.

Os triunfos da ciência natural haviam sido teóricos no verdadeiro sentido da palavra, e não podiam se comparar, em importância prática, aos das ciências sociais da época. Deveu-se a essas últimas o prestígio da ciência em oposição à rotina e à tradição e, por mais incrível que possa parecer à nossa geração, o prestígio da ciência natural cresceu muito através da sua ligação com as ciências humanas. A descoberta da economia foi uma revelação assombrosa, que apressou em muito a transformação da sociedade e o estabelecimento de um sistema de mercado, enquanto as máquinas decisivas haviam sido invenções de artesãos não-educados, alguns dos quais mal sabiam ler ou escrever. Era portanto bastante justo e apropriado considerar as ciências sociais, e não as naturais, como mentores intelectuais da revolução mecânica que sujeitou os poderes da natureza ao homem.

O próprio Bentham estava convencido de que havia descoberto uma nova ciência social, a da moral e da legislação. Ela se fundamentaria no princípio da utilidade, que permitia o cálculo exato com a ajuda da psicologia associacionista. Precisamente porque se tornou efetiva dentro da circunferência dos assuntos humanos, a ciência significava, invariavelmente, na Inglaterra do século XVIII, uma arte prática baseada no conhecimento empírico. Era, de fato, irresistível a necessidade de uma tal atitude pragmática. Como não dispunham de estatísticas, muitas vezes não era possível dizer se a população aumentava ou diminuía,

qual era a tendência da balança do comércio exterior ou que classe da população crescia em relação à outra. Era apenas tema de conjecturas, freqüentemente, saber se a riqueza do país aumentava ou diminuía, de onde vinham os pobres, qual a situação do crédito, dos bancos ou dos lucros. O que a "ciência" significava, em primeiro lugar, era apenas uma abordagem empírica em vez de uma puramente especulativa ou antiquada em relação a assuntos como esses. Como os interesses práticos eram naturalmente mais importantes, coube à ciência sugerir como regular e organizar o vasto reino dos novos fenômenos.

Já vimos como os Santos se sentiam intrigados pela natureza da pobreza e a forma engenhosa das suas experiências com tipos de auto-ajuda; como a noção do lucro era proclamada a cura para os mais diversos males; como ninguém podia dizer se o pauperismo era um sinal bom ou mau; como as direções científicas dos albergues ficavam atônitas por se sentirem incapazes de ganhar dinheiro com os pobres; como Owen fez fortuna dirigindo suas fábricas na linha de uma filantropia consciente; como uma série de outras experiências, que pareciam envolver a mesma técnica de auto-ajuda esclarecida, fracassaram redondamente, causando imensa perplexidade a seus autores filantrópicos. Se ampliássemos nosso campo de ação do pauperismo para o crédito, para a moeda sonante, monopólios, poupança, seguro, investimento, finança pública ou, ainda, para as prisões, educação e loterias, poderíamos facilmente acrescentar outros tipos de empreendimento em relação a cada um deles.

Este período chegou ao seu final, aproximadamente, com a morte de Bentham.[7] Desde a década de 1840 os planejadores de negócios já eram simplesmente organizadores de empreendimentos definidos, e não mais pretensos descobridores de novas aplicações de princípios universais de mutualidade, confiança, riscos e outros elementos da empresa humana. Doravante, os homens de negócios imaginavam saber exatamente as formas que suas atividades iriam tomar – raramente inquiriam sobre a natureza do dinheiro antes de fundar um banco. Os engenheiros sociais só eram encontrados agora entre os excêntricos ou os embusteiros, e muitas vezes iam parar atrás das grades. A torrente de sistemas industriais e bancários que havia inundado as bolsas de valores, desde Paterson e John Law até os Pereires, com projetos de sectários religiosos, sociais e acadêmicos, tornara-se agora um simples

[7] 1832.

filete. As idéias analíticas já não tinham interesse para os que se envolviam na rotina dos negócios. A exploração da sociedade estava terminada, ou pelo menos assim se pensava, e não havia mais espaços em branco no mapa humano. Durante um século seria impossível imaginar um homem do tipo de Bentham. Uma vez dominante a organização de mercado da vida industrial, todas as outras áreas institucionais foram subordinadas a esse padrão – o gênio pelos artefatos sociais não encontrava mais lugar.

O Panopticon de Bentham não era apenas um "moinho que transformava vagabundos em honestos e preguiçosos em diligentes";[8] ele tinha também que pagar dividendos, como os do Banco da Inglaterra. Bentham patrocinava projetos tão diferentes como um melhor sistema de patentes, companhias de responsabilidade limitada, um censo decenal da população, a criação de um Ministério da Saúde, letras que rendiam juros para tornar a poupança geral, um frigorífico para frutas e legumes, fábricas de armamentos apoiadas em novos princípios técnicos e que podiam funcionar tanto pelo trabalho dos presos como, alternativamente, dos pobres assistidos socialmente; uma Chrestomathic Day School, para ensinar o utilitarismo às classes médias altas; um registro geral da prosperidade real; um sistema de contabilidade pública; reformas da instrução pública; registros uniformes; libertar-se da usura; o abandono das colônias; o uso de anticoncepcionais para diminuir o nascimento de pobres; a junção dos oceanos Atlântico e Pacífico através de uma sociedade anônima e outros. Alguns desses projetos abrigavam uma quantidade enorme de pequenos progressos como, por exemplo, as Industry-Houses, um conjunto de inovações para a melhoria e a exploração do homem com base nas conquistas da psicologia associacionista. Enquanto Townsend e Burke ligavam o *laissez-faire* ao quietismo legislativo, Bentham não via nele qualquer obstáculo às amplitudes da reforma.

Antes de chegar à resposta que Malthus deu a Godwin, em 1798, e com a qual a economia clássica propriamente dita se inicia, voltemos às recordações. O *Political Justice*, de Godwin, foi escrito em oposição às *Reflections on the French Revolution* (1790), de Burke. Ele surgiu justamente antes que começasse a onda de repressão, com a suspensão do habeas-corpus (1794) e a perseguição às democráticas Correspondence Societies (Sociedades de Correspondentes). Nessa ocasião, a Inglaterra

[8] Stephen, Sir L., *The English Utilitarians*, 1900.

estava em guerra com a França e o *terreur* fez da palavra "democracia" o sinônimo de revolução social. O movimento democrático na Inglaterra, porém, que se inaugurou com o sermão do Dr. Price, "Old Jewry"(1789), e alcançou o seu cume literário com *The Rights of Man* (1791), de Paine, se restringia ao campo político. O descontentamento dos trabalhadores pobres não encontrava qualquer ressonância nessa democracia. A questão da Poor Law quase não era mencionada nos panfletos que levantaram a campanha pelo sufrágio universal e por parlamentos anuais. No entanto, foi na esfera da Poor Law que surgiu o contramovimento decisivo dos proprietários fundiários, sob a forma da Speenhamland. A paróquia se escondeu por trás de uma muralha artificial, sob cuja proteção ela sobreviveu a Waterloo por mais de vinte anos. Embora as maléficas conseqüências dos terríveis atos de repressão política da década de 1790 pudessem ser logo superadas, se entregues a si mesmo, o processo degenerativo iniciado pela Speenhamland deixou sua marca indelével no país. O prolongamento de quarenta anos da classe dos proprietários rurais que ela produziu foi conseguido ao preço do sacrifício da virilidade do povo comum. "Quando as classes proprietárias reclamavam que os impostos para os pobres eram cada vez mais pesados", diz Mantoux, "elas esqueciam o fato de que estes impostos eram, na verdade, um seguro contra a revolução, enquanto a classe trabalhadora, quando aceitava o minguado abono que lhe era concedido, não compreendia que ele era conseguido, em parte, pela redução dos seus proventos legítimos. O resultado inevitável desses 'abonos' era manter os salários no seu nível mais ínfimo, e até mesmo forçá-los abaixo do limite correspondente às necessidades mínimas dos assalariados. O fazendeiro ou o fabricante contava com a paróquia para contrabalançar a diferença entre o que ele pagava aos homens e a importância suficiente para sobreviverem. Por que deveriam incorrer em mais despesas se estas eram tão facilmente cobertas pelo conjunto de contribuintes de impostos? Por outro lado, aqueles que recebiam assistência social da paróquia estavam dispostos a trabalhar por um salário mais baixo, o que tornava a competição impossível para os que não recebiam ajuda paroquial. O resultado paradoxal a que se chegou foi que o assim chamado 'imposto dos pobres' significava uma economia para os empregados e uma perda para o trabalhador diligente que não contava com a caridade pública. Assim, a interposição impiedosa de interesses transformou uma lei caridosa num grilhão de ferro".[9]

[9] Mantoux, P. L., *The Industrial Revolution in the Eighteenth Century*, 1928.

Calculamos que foi justamente nesse grilhão que se apoiou a nova lei de salários e de população. O próprio Malthus, como Burke e Bentham, se opunha violentamente à Speenhamland e defendia a revogação completa da Poor Law. Nenhum deles poderia prever que a Speenhamland forçaria os salários dos trabalhadores até o nível da subsistência, e mesmo abaixo. Pelo contrário, eles esperavam que ela elevasse os salários, ou pelo menos os mantivesse artificialmente, o que poderia ter ocorrido se não fossem promulgadas as Anti-Combination Laws. Esta falsa previsão ajuda a explicar por que eles não conseguiram ligar o baixo nível dos salários rurais à Speenhamland, que foi a sua causa verdadeira, e o viam como prova inconteste do funcionamento da assim chamada lei de ferro dos salários. Devemos voltar, agora, a este fundamento da nova ciência econômica.

O naturalismo de Townsend não foi, certamente, a única base possível da nova ciência da economia política. A existência de uma sociedade econômica era manifesta na regularidade dos preços, e a estabilidade dos rendimentos dependia desses preços. Em conseqüência, a lei econômica poderia perfeitamente se basear diretamente nos preços. O que induziu os economistas ortodoxos a procurar seus fundamentos no naturalismo foi a miséria, de outro modo inexplicável, da grande massa de produtores que, como sabemos hoje, jamais deveria ter sido subtraída às leis do antigo mercado. Conforme apareciam aos contemporâneos, os fatos eram estes, em resumo: em tempos passados o povo trabalhador vivia praticamente à beira da indigência (pelo menos se se levava em conta as mudanças nos níveis dos padrões costumeiros). A introdução da máquina certamente não concorrera para que eles se elevassem acima do nível de subsistência e agora, que a sociedade econômica finalmente tomava forma, era um fato indubitável que, década após década, o nível material da existência do trabalhador pobre não melhorava em nada, se é que não se tornava pior.

Se jamais houve ocasião em que a superabundante evidência dos fatos parecia apontar numa direção, isto ocorreu, com certeza, no caso da lei férrea dos salários. Esta afirmava que o nível de mera subsistência em que viviam os trabalhadores resultava de uma lei que tendia a manter seus salários tão baixos que, para eles, não havia outro padrão possível. É claro que esta semelhança não era apenas enganadora mas implicava ainda um absurdo, do ponto de vista de qualquer teoria sólida de preços e rendimentos sob o capitalismo. Entretanto, em última análise, foi por causa dessa falsa aparência que a lei dos salários não pôde se basear em qualquer regra racional de comportamento humano, e teve que ser deduzida a partir dos fatos naturalistas da fertilidade do homem e do solo, conforme apresentadas ao mundo pela lei de população de Malthus, em combinação com a lei dos rendimentos diminuídos. O elemento naturalista nos fundamentos da economia ortodoxa foi o resultado de condições criadas basicamente pela Speenhamland.

Deduz-se daí que nem Ricardo nem Malthus entenderam o funcionamento do sistema capitalista. Não foi senão um século após a publicação de *Riqueza das Nações* que se compreendeu claramente que, sob um sistema de mercado, os fatores de produção participavam do produto e, como o produto aumentava, a sua participação absoluta também deveria aumentar.[10] Embora Adam Smith seguisse o falso ponto de partida de Locke sobre as origens do valor do trabalho, seu senso de realismo impediu-o de ser incongruente. Daí ter ele opiniões confusas sobre os elementos do preço, embora insistindo, com muita justiça, que nenhuma sociedade pode progredir se a grande maioria de seus membros é pobre e miserável. Entretanto, o que nos parece hoje um truísmo era, na sua época, um paradoxo. A própria opinião de Smith era que a abundância universal não poderia deixar de fluir para o povo; era impossível que a sociedade se tornasse cada vez mais rica e o povo cada vez mais pobre. Infelizmente, os fatos não parecem tê-lo comprovado por um longo tempo. Como os teóricos tinham que justificar os fatos, Ricardo argumentava que, quanto mais a sociedade progredisse, maior seria a dificuldade de encontrar alimentos, e mais ricos se tornariam os senhores de terra, explorando simultaneamente os capitalistas e os trabalhadores; que os interesses dos capitalistas e dos trabalhadores estavam em oposição fatal uns com os outros e que essa oposição era inefetiva, em última instância, porque os salários dos trabalhadores jamais poderiam elevar-se acima do nível de subsistência e, de qualquer forma, os lucros deveriam estacionar.

Em algum sentido remoto, todas essas afirmativas continham um elemento de verdade mas, como explicação do capitalismo, nada poderia ser mais irreal e ininteligível. Todavia, os próprios fatos se formaram em padrões contraditórios e, ainda hoje, encontramos dificuldade em desenredá-los. Não é de admirar, pois, que o *deus ex machina* da propagação do animal e da planta tivesse que ser invocado num sistema científico cujos autores alegavam deduzir as leis da produção e da

[10] Cannan, E., *A Review of Economic Theory*, 1930.

distribuição, não a partir do comportamento das plantas ou dos animais, mas dos homens.

Vamos examinar, resumidamente, as conseqüências do fato de que os fundamentos da teoria econômica foram estabelecidos durante o período Speenhamland, o que fez parecer como economia competitiva de mercado aquilo que era, na verdade, um capitalismo sem um mercado de trabalho.

Primeiro, a teoria econômica dos economistas clássicos era essencialmente confusa. O paralelismo entre riqueza e valor gerou os mais desconcertantes pseudoproblemas em quase todos os setores da economia ricardiana. A teoria do fundo salarial, um legado de Adam Smith, foi uma rica fonte de desentendimentos. À parte algumas teorias especiais, como as do aluguel, da taxação e do comércio exterior, de profunda perspicácia, a teoria consistiu em tentativas frustradas de chegar a conclusões categóricas sobre termos mal-definidos que se propunham a explicar o comportamento dos preços, o nível de lucros, salários e juros, a maioria dos quais continuou tão obscura como antes.

Segundo, dadas as condições sob as quais o problema se apresentava, não era possível obter outro resultado. Nenhum sistema unitário poderia ter explicado os fatos, pois eles não eram parte de qualquer sistema único e eram, na verdade, o resultado da ação simultânea de dois sistemas mutuamente exclusivos sobre o corpo social, isto é, uma economia de mercado nascente e uma regulamentação paternalista na esfera do fator mais importante da produção, o trabalho.

Terceiro, a solução a que chegaram os economistas clássicos teve conseqüências de grande alcance para a compreensão da natureza da sociedade econômica. À medida que as leis que governavam uma economia de mercado iam sendo apreendidas, essas leis eram colocadas sob a autoridade da própria natureza. A lei dos rendimentos diminuídos foi uma lei de fisiologia da planta. A lei de população malthusiana refletiu a relação entre a fertilidade do homem e do solo. Em ambos os casos as forças em jogo eram as forças da natureza, o instinto animal do sexo e o crescimento da vegetação num dado solo. O princípio envolvido era o mesmo do caso das cabras e cães de Townsend: havia um limite além do qual os seres humanos não podiam se multiplicar, e esse limite era estabelecido pelo abastecimento de alimentos disponíveis. Como Townsend, Malthus concluiu que os espécimes supérfluos seriam mortos; enquanto as cabras são mortas pelos cães, os cães devem passar fome por falta de alimento. Com Malthus, o controle repressivo consistia na destruição dos espécimes excedentes pelas forças brutas da

natureza. Como os seres humanos são destruídos por outras causas além da inanição – guerra, peste e vício – essas causas se equiparavam às forças destrutivas da natureza. Num âmbito estrito, isto envolvia uma contradição, pois tornava as forças sociais responsáveis pelo alcance do equilíbrio exigido pela natureza. A esta crítica, porém, Malthus poderia ter respondido que, na falta de guerras e vícios – isto é, numa comunidade virtuosa – teriam que passar fome tantas pessoas quantas aquelas poupadas por suas virtudes pacíficas. Na sua essência, a sociedade econômica se fundamentava nas inflexíveis realidades da natureza; se o homem desobedecesse as leis que dirigiam tal sociedade, o carrasco cruel estrangularia os rebentos dos imprevidentes. As leis de uma sociedade competitiva eram colocadas sob a sanção da selva.

O verdadeiro significado do tormentoso problema da pobreza se revelava agora por inteiro: a sociedade econômica estava sujeita a leis que *não* eram leis humanas. A brecha entre Adam Smith e Townsend se transformara num abismo; surgia uma dicotomia que marcaria o nascimento da consciência do século XIX. A partir deste período, o naturalismo passou a assombrar a ciência do homem, e a reintegração da sociedade no mundo humano tornou-se o objetivo perseguido com persistência na evolução do pensamento social. A economia marxista – nesta linha de argumentação – foi uma tentativa malograda de atingir esse objetivo, um fracasso devido à adesão muito estrita de Marx às teorias de Ricardo e às tradições da economia liberal.

Os próprios economistas clássicos estavam longe da inconsciência em relação a essa necessidade. Malthus e Ricardo não eram de forma alguma indiferentes ao destino dos pobres, porém sua preocupação humana apenas forçou uma falsa teoria por caminhos ainda mais tortuosos. A lei férrea dos salários dispunha de uma cláusula de segurança bem conhecida, segundo a qual quanto mais elevada as necessidades costumeiras da classe trabalhadora, mais elevado era o nível de subsistência abaixo do qual nem mesmo a lei férrea podia diminuir os salários. Malthus colocou suas esperanças nesse "padrão de miséria"[11] e queria que ele fosse elevado por todos os meios, pois somente assim, pensava ele, poderiam ser salvos das formas mais abjetas da miséria aqueles que, por força da lei, estavam condenados a essa desgraça. Pela mesma razão, também Ricardo desejava que as classes trabalhadoras em todos os países tivessem o prazer do conforto e da alegria, "e eles

[11] Hazlitt, W., *A Reply to the Essay on Population by the Rev. T. A. Malthus in a Series of Letters*, 1803.

deveriam ser estimulados, por todos os meios legais, no seu afã para atingi-los". De forma irônica, e a fim de fugir à lei da natureza, prescrevia-se aos homens a tarefa de elevar seu próprio nível de inanição. E, no entanto, estas eram, sem dúvida, tentativas sinceras por parte dos economistas clássicos para salvar os pobres de um destino que as suas próprias teorias ajudaram a preparar para eles.

No caso de Ricardo, a própria teoria incluía um elemento que contrabalançava o rígido naturalismo. Esse elemento, que permeava todo o seu sistema, e se assentava firmemente em sua teoria de valor, era o princípio do trabalho. Ele completará o que Locke e Smith haviam começado, a humanização do valor econômico; aquilo que os fisiocratas haviam creditado à natureza, Ricardo reclamava para o homem. Num teorema equivocado de alcance tremendo, ele investiu o trabalho com a capacidade única de constituir valor, reduzindo assim todas as transações concebíveis na sociedade econômica ao princípio da troca igual numa sociedade de homens livres.

Dentro do próprio sistema de Ricardo coexistiam os fatores naturalista e humanista que lutavam pela supremacia na sociedade econômica. A dinâmica dessa situação foi de um poder esmagador e, como seu resultado, a indução para um mercado competitivo adquiriu o ímpeto irresistível de um processo da natureza. Acreditava-se que o mercado auto-regulável provinha das leis inexoráveis da natureza, e que o mercado se desprenderia como uma necessidade inelutável. A criação de um mercado de trabalho foi um ato de vivissecção executado no corpo da sociedade por aqueles que já estavam fortalecidos na sua tarefa pela segurança que apenas a ciência podia oferecer.

O fato de a Poor Law ter que desaparecer era parte dessa certeza. "O princípio da gravidade não é mais certo do que a tendência de tais leis de mudar a riqueza e o vigor em miséria e fraqueza... até que, finalmente, todas as classes sejam infectadas pela praga da pobreza universal", escreveu Ricardo.[12] Ele seria, com efeito, um covarde moral se, sabendo disto, deixasse de encontrar forças para salvar a humanidade de si mesma através da cruel operação da abolição da assistência social aos pobres. Sobre este ponto havia o consenso geral de Townsend, Mal-thus e Ricardo, Bentham e Burke. Por mais diametralmente que diferissem em método e perspectiva, eles concordavam na oposição aos princípios da economia política e à Speenhamland. O que fez do liberalismo econômico uma força irresistível foi essa congruência de opiniões entre perspectivas diametralmente opostas. Aquilo que o ultrareformador Bentham e o ultratradicionalista Burke aprovavam igualmente assumia, automaticamente, o caráter de auto-evidência.

[12] Ricardo, D., *Principles of Political Economy and Taxation* (ed. Gonner, 1929, p. 86).

Apenas um homem percebeu o significado da provação, talvez porque entre os espíritos dominantes da época somente ele possuía um íntimo conhecimento prático da indústria e também estava aberto a uma visão anterior. Nenhum pensador chegou tão longe quanto Robert Owen no reino da sociedade industrial. Ele tinha profunda consciência da distinção entre sociedade e estado; embora não tivesse qualquer preconceito contra esse último, como ocorreria com Godwin, ele via o estado apenas por aquilo que ele podia executar: uma intervenção que afastasse da comunidade qualquer perigo mas não, enfaticamente, para a organização da sociedade. Da mesma forma, ele não nutria qualquer animosidade contra a máquina, cujo caráter neutro ele reconhecia. Nem o mecanismo político do estado, nem o aparato tecnológico da máquina esconderam dele *o* fenômeno: a sociedade. Ele rejeitava a abordagem animalista da sociedade, refutando suas limitações malthusianas e ricardianas. O fulcro de seu pensamento, porém, foi o seu afastamento do Cristianismo a quem ele acusava de "individualização", ou de fixar no próprio indivíduo a responsabilidade pelo caráter, negando assim, segundo Owen, a realidade da sociedade e sua influência formativa e todo-poderosa sobre o caráter. O verdadeiro significado do ataque à "individualização" estava na sua insistência sobre a origem social das motivações humanas: "O homem individualizado e tudo o que o Cristianismo realmente valoriza estão tão separados que são inteiramente incapazes de se unirem por toda a eternidade". Foi a descoberta da sociedade que fez Owen transcender o Cristianismo e atingir uma posição além dele. Ele apreendeu a verdade de que, uma vez que a sociedade é real, o homem deve se submeter a ela, em última instância. Pode-se dizer que o seu socialismo se baseava numa reforma da consciência humana, a ser atingida pelo reconhecimento da realidade da sociedade. "Se qualquer das causas do mal não puder ser removida pelos novos poderes que os homens estão a ponto de adquirir", escreveu ele, "eles saberão que tais males são necessários e inevitáveis e cessarão de fazer queixas infantis e inúteis."

Owen pode ter abrigado uma noção exagerada desses poderes, pois do contrário ele dificilmente poderia ter sugerido aos magistrados do Condado de Lanark que a sociedade deveria começar novamente e incontinenti a partir do "núcleo de sociedade" que ele havia descober-

to nas suas comunidades aldeãs. Um tal fluxo de imaginação é privilégio do gênio, sem o qual a humanidade poderia não existir pela falta de compreensão que ela tem de si mesma. Mais significativa ainda foi a irremovível fronteira de liberdade para a qual ele apontava, e que era estipulada pelos limites necessários da ausência do mal na sociedade. Owen sentia, porém, que essa fronteira só se tornaria aparente quando o homem transformasse a sociedade com a ajuda dos novos poderes que adquirira. O homem teria então que aceitar essa fronteira, com o espírito de maturidade que não conhece queixas infantis.

Robert Owen, em 1817, descreveu o caminho no qual penetrara o homem ocidental e suas palavras resumiam o problema do século vindouro. Ele apontou as importantes conseqüências que decorrem das manufaturas *"deixadas a seu progresso natural"*. "A difusão geral das manufaturas através de um país gera um novo caráter em seus habitantes. Como esse caráter se forma à base de um princípio bastante desfavorável à felicidade individual ou geral, ele produzirá os males mais lamentáveis e permanentes, a não ser que sua tendência seja contrabalançada pela interferência e direção legislativa." A organização do total da sociedade sob o princípio do ganho e do lucro deveria ter resultados de longo alcance. Ele formulou esses resultados em termos de caráter humano. O efeito mais óbvio do novo sistema institucional era, sem dúvida, a destruição do caráter tradicional das populações organizadas e sua transmutação em um novo tipo de gente, migratório, nômade, carente de auto-respeito e disciplina – seres rudes e brutais dos quais eram exemplo tanto o trabalhador como o capitalista. Ele prosseguiu com a generalização de que o princípio envolvido era desfavorável à felicidade individual e social. Dessa maneira, graves males seriam produzidos, a menos que as tendências inerentes às instituições de mercado fossem contidas por uma direção social consciente, efetivada através da legislação.

É verdade que a condição dos trabalhadores, que ele deplorava, decorria parcialmente do "sistema de abonos". Mas, na sua essência, o que ele observava era verdadeiro tanto em relação aos trabalhadores da cidade como das aldeias, isto é, que "eles estão agora numa situação infinitamente mais degradante e miserável do que antes da introdução dessas manufaturas, de cujo sucesso depende agora a sua mera subsistência". Mais uma vez ele atinge aqui o fundo da questão, enfatizando não os rendimentos mas a degradação e a miséria. Como causa primeira dessa degradação ele aponta, mais uma vez corretamente, a dependência à fábrica para a mera subsistência. Ele apreendeu o fato de que

o que parecia basicamente um problema econômico era, essencialmente, um problema social. É claro que o trabalhador era explorado em termos econômicos: ele não recebia em troca aquilo que lhe era devido. Todavia, por mais importante que isto fosse, não era tudo. A despeito da exploração, financeiramente ele estava melhor do que antes. Mas um princípio bastante desfavorável à felicidade individual e geral trabalhava na destruição de seu ambiente social, sua vizinhança, sua posição na comunidade, sua profissão, numa palavra, de todas aquelas relações com a natureza e o homem na qual estava embutida a sua existência econômica anterior. A Revolução Industrial estava causando uma desarticulação social de estupendas proporções, e o problema da probreza era apenas o aspecto econômico desse acontecimento. Owen afirmou, com muita justeza, que a menos que a interferência e a direção legislativas contrabalançassem essas forças devastadoras, ocorreriam grandes e permanentes males.

Nessa ocasião, ele não previa que a autoproteção da sociedade, pela qual ele clamava, provaria ser incompatível com o funcionamento do próprio sistema econômico.

II. AUTOPROTEÇÃO DA SOCIEDADE

11

HOMEM, NATUREZA E ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA

Durante um século a dinâmica da sociedade moderna foi governada por um duplo movimento: o mercado se expandia continuamente, mas esse movimento era enfrentado por um contramovimento que cercava essa expansão em direções definidas. Embora tal contramovimento fosse vital para a proteção da sociedade, ele era, em última análise, incompatível com a auto-regulação do mercado e, portanto, com o próprio sistema de mercado.

Esse sistema se desenvolveu aos saltos; engolfou espaço e tempo e, criando o dinheiro bancário, produziu uma dinâmica até então desconhecida. Quando alcançou sua extensão máxima, em torno de 1914, ele compreendia cada uma das partes do globo terrestre, todos os seus habitantes e as gerações ainda não nascidas, pessoas físicas e imensos corpos fictícios chamados corporações. Um novo tipo de vida se difundiu sobre o planeta, reivindicando uma universalidade sem paralelo desde a época em que o Cristianismo começou sua carreira, só que, agora, o movimento era num nível puramente material.

Simultaneamente, porém, ocorreu um contramovimento e ele foi mais do que o costumeiro comportamento defensivo de uma sociedade que enfrenta mudanças. Foi uma reação contra um transtorno que atacava o tecido da sociedade e que teria destruído a própria organização da produção a que mercado dera vida.

A perspicácia de Robert Owen provou ser verdadeira: se se deixasse a economia de mercado desenvolver-se de acordo com as suas próprias leis ela criaria grandes e permanentes males.

A produção é a interação do homem e da natureza. Se este processo se organizar através de um mecanismo auto-regulador de permuta e troca, então o homem e a natureza têm que ingressar na sua órbita, têm que se sujeitar à oferta e à procura, isto é, eles passam a ser manuseados como mercadorias, como bens produzidos para venda.

Foi este, precisamente, o ajuste que ocorreu sob o sistema de mercado. O homem, sob o nome de mão-de-obra, e a natureza, sob o nome de terra, foram colocados à venda. A utilização da força de trabalho podia ser comprada e vendida universalmente, a um preço chamado salário, e o uso da terra podia ser negociado a um preço chamado aluguel. Havia um mercado tanto para o trabalho como para a terra, e em ambos os casos a oferta e a procura eram reguladas, respectivamente, pelo nível de salários e aluguéis. A ficção de que o trabalho e a terra eram produzidos para a venda conservou a sua solidez. O capital investido nas várias combinações de trabalho e terra podiam fluir, assim, de um ramo de produção para outro, conforme exigido pelo nivelamento automático dos vencimentos nos vários ramos.

Todavia, enquanto a produção, teoricamente, podia ser organizada dessa forma, a ficção da mercadoria menosprezou o fato de que deixar o destino do solo e das pessoas por conta do mercado seria o mesmo que aniquilá-los. Assim, o contramovimento se propunha a enfrentar a ação do mercado em relação aos fatores de produção – trabalho e terra. Foi esta a função principal do intervencionismo.

A organização produtiva também se viu ameaçada do mesmo ângulo. O perigo se abatia sobre a empresa individual – industrial, agrícola ou comercial – na medida em que ela era afetada pelas mudanças no nível de preço. Sob um sistema de mercado, se os preços caíssem o negócio era prejudicado; a menos que todos os elementos de custo caíssem proporcionalmente, "empresas atuantes" eram forçadas a liquidar, embora a queda nos preços pudesse ocorrer não por uma queda geral nos custos, mas apenas pela maneira como se organizava o sistema monetário. Como veremos, era isto o que ocorria, de fato, sob um mercado auto-regulável.

Em princípio, o poder de compra é provido e regulado aqui pela ação do próprio mercado; é este o significado quando afirmamos que o dinheiro é uma mercadoria cuja quantidade é controlada pela oferta e procura de bens que funcionam como dinheiro – a bem conhecida teoria clássica do dinheiro. De acordo com essa doutrina, o dinheiro é apenas um outro nome para uma mercadoria usada na troca com mais freqüência que outra e que, portanto, é adquirida principalmente a fim

de facilitar a troca. É imaterial se se usam peles, bois, conchas ou ouro com esta finalidade; o valor dos objetivos que funcionam como dinheiro é determinado como se eles fossem procurados apenas pela sua utilidade em relação à nutrição, vestuário, ornamentos ou outros propósitos. Se por acaso é o ouro que é usado como dinheiro, seu valor, quantidade e movimentos são governados exatamente pelas mesmas leis que se aplicam a outras mercadorias. Qualquer outro meio de troca envolveria a criação de moeda circulante fora do mercado, e o ato da sua criação – seja através de bancos ou governos – constituiria uma interferência na auto-regulação do mercado. O ponto crucial é que os bens usados como dinheiro não são diferentes de outras mercadorias; que sua oferta e procura é regulada pelo mercado como a de qualquer mercadoria e que, portanto, são inerentemente falsas todas as noções que conferem ao dinheiro qualquer outro caráter que não o de uma mercadoria usada como meio de troca indireta. Segue-se daí que, se o ouro é usado como dinheiro, as notas de banco, se existem, devem representar ouro. Foi por sua concordância com essa doutrina que a escola ricardiana se propôs a organizar o fornecimento da moeda circulante por intermédio do Banco da Inglaterra. De fato, não era concebível qualquer outro método para impedir o estado de "interferir" no sistema monetário, e assim resguardar a auto-regulação do mercado.

Existia, portanto, em relação aos negócios, uma situação muito semelhante à que dizia respeito à substância natural e humana da sociedade. O mercado auto-regulável era uma ameaça a todos eles e por razões basicamente similares. Se a legislação fabril e as leis sociais eram exigidas para proteger o homem industrial das implicações da ficção da mercadoria em relação à força de trabalho, se leis para a terra e tarifas agrárias eram criadas pela necessidade de proteger os recursos naturais e a cultura do campo contra as implicações da ficção de mercadoria em relação a eles, era também verdade que se faziam necessários bancos centrais e a gestão do sistema monetário para manter as manufaturas e outras empresas produtivas a salvo do perigo que envolvia a ficção da mercadoria aplicada ao dinheiro. Por mais paradoxal que pareça, não eram apenas os seres humanos e os recursos naturais que tinham que ser protegidos contra os efeitos devastadores de um mercado auto-regulável, mas também a própria organização da produção capitalista.

Voltemos agora àquilo que chamamos de duplo movimento. Ele pode ser personificado como a ação de dois princípios organizadores da sociedade, cada um deles determinando seus objetivos institucionais específicos, com o apoio de forças sociais definidas e utilizando dife-

rentes métodos próprios. Um foi o princípio do liberalismo econômico, que objetivava estabelecer um mercado auto-regulável, dependia do apoio das classes comerciais e usava principalmente o *laissez-faire* e o livre comércio como seus métodos. O outro foi o princípio da proteção social, cuja finalidade era preservar o homem e a natureza, além da organização produtiva, e que dependia do apoio daqueles mais imediatamente afetados pela ação deletéria do mercado – básica, mas não exclusivamente, as classes trabalhadoras e fundiárias – e que utilizava uma legislação protetora, associações restritivas e outros instrumentos de intervenção como seus métodos.

A ênfase sobre a classe é importante. Os serviços prestados à sociedade pelas classes fundiária, média e trabalhadora modelaram toda a história social do século XIX. Esse papel lhes foi atribuído pelo fato de estarem aptas a desempenhar várias funções decorrentes da situação global da sociedade. As classes médias foram as condutoras da nascente economia de mercado; seus interesses comerciais, como um todo, eram paralelos ao interesse geral quanto à produção e ao emprego. Se os negócios progrediam, havia oportunidade de empregos para todos e de aluguéis para os proprietários; se os mercados se expandiam, podia se investir livremente; se a comunidade comercial tinha sucesso ao competir com a estrangeira, a moeda circulante estava segura. Por outro lado, as classes comerciais não tinham um órgão que pressentisse os perigos acarretados pela exploração da força física do trabalhador, a destruição da vida familiar, a devastação das cercanias, o desnudamento das florestas, a poluição dos rios, a deterioração dos padrões profissionais, a desorganização dos costumes tradicionais e a degradação geral da existência, inclusive a habitação e as artes, assim como as inumeráveis formas de vida privada e pública que não afetam os lucros. As classes médias cumpriram a sua função desenvolvendo uma crença quase sacramental na beneficência universal dos lucros, embora isto as desqualificasse como mantenedoras de outros interesses, tão vitais para um bom padrão de vida como o incremento da produção.

Surgiu assim uma oportunidade para aquelas classes que não se ocupavam em aplicar à produção máquinas dispendiosas, complicadas ou especializadas. Em resumo, recaiu sobre a aristocracia fundiária e o campesinato a tarefa de resguardar as qualidades marciais da nação, que em grande parte continuava a depender dos homens e do solo. O povo trabalhador, numa extensão maior ou menor, tornou-se representante dos interesses humanos comuns que estavam ao desamparo. Cada

classe social porém, mesmo inconscientemente, representou, numa ou noutra ocasião, interesses mais amplos que os seus próprios.

Na virada do século XIX – o sufrágio universal já tinha agora uma abrangência bastante ampla – a classe trabalhadora era um fator de influência no estado. Por outro lado as classes comerciais, cujo domínio sobre a legislatura começava a ser desafiado, tomaram consciência do poder político que a sua liderança na indústria abrangia. Essa localização peculiar da influência e do poder não causou problema enquanto o sistema de mercado continuou a funcionar sem grande pressão e esforço. Quando porém, por razões intrínsecas, isto já não mais ocorria, e começaram a surgir tensões entre as classes sociais, a própria sociedade se viu em perigo pelo fato de as partes rivais fazerem do governo e dos negócios, do estado e da indústria, respectivamente, os seus baluartes. Duas funções vitais da sociedade, a política e a econômica, estavam sendo usadas e abusadas como armas em uma luta por interesses seccionais. A crise fascista do século XX teve origem justamente nesse perigoso impasse.

É a partir desses dois ângulos, portanto, que pretendemos esboçar o movimento que modelou a história social do século XIX. Um se originou do choque entre os princípios organizadores do liberalismo econômico e a proteção social que levou a uma tensão institucional profundamente arraigada. O outro surgiu do conflito de classes que, interagindo com o primeiro, transformou a crise numa catástrofe.

12

O NASCIMENTO DO CREDO LIBERAL

O liberalismo econômico foi o princípio organizador de uma sociedade engajada na criação de um sistema de mercado. Nascido como mera propensão em favor de métodos não-burocráticos, ele evoluiu para uma fé verdadeira na salvação secular do homem através de um mercado auto-regulável. Um tal fanatismo resultou do súbito agravamento da tarefa pela qual ele se responsabilizara: a magnitude dos sofrimentos a serem infligidos a pessoas inocentes, assim como o amplo alcance das mudanças entrelaçadas que a organização da nova ordem envolvia. O credo liberal só assumiu seu fervor evangélico em resposta às necessidades de uma economia de mercado plenamente desenvolvida.

Seria inteiramente a-histórico antecipar a política do *laissez-faire* para a época em que essa palavra-chave foi usada pela primeira vez na França, em meados do século XVIII, como ocorre com freqüência. Pode-se dizer com segurança que o liberalismo econômico não era mais que uma tendência espasmódica até duas gerações mais tarde. Foi somente nos anos 1820 que ele passou a representar os três dogmas clássicos: o trabalho deveria encontrar seu preço no mercado, a criação do dinheiro deveria sujeitar-se a um mecanismo automático, os bens deveriam ser livres para fluir de país a país, sem empecilhos ou privilégios. Em resumo, um mercado de trabalho, o padrão-ouro e o livre-comércio.

Estaríamos bem próximos do fantástico se quiséssemos dar a François Quesnay o crédito de ter sequer considerado um tal estado de coisas. Tudo o que os fisiocratas exigiam num mundo mercantilista era

a livre exportação de cereais para garantir rendas melhores para os fazendeiros, posseiros e senhores de terra. Para os demais, a sua *ordre naturel* nada mais era do que um princípio diretivo para a regulação da indústria e da agricultura por parte de um governo supostamente todo-poderoso e onisciente. As *Maximes* de Quesnay pretendiam fornecer a esse governo os pontos de vista necessários para transformar em prática política os princípios do *Tableau*, à base dos dados estatísticos que ele se comprometia a suprir periodicamente. A idéia de um sistema de mercados auto-reguláveis jamais sequer penetrara a sua mente.

Na Inglaterra, o *laissez-faire* também foi interpretado de forma muito estreita: ele significava apenas libertar-se das regulamentações da produção e o comércio não estava incluído. As manufaturas de algodão, a maravilha da época, haviam crescido da insignificância para a principal indústria de exportação do país e, no entanto, a importação de algodões estampados continuava a ser proibida por um estatuto indiscutível. Não obstante o monopólio tradicional do mercado interno, conseguiu-se uma subvenção de exportação para o morim e a musselina. O protecionismo estava tão entranhado que os fabricantes de algodão de Manchester, em 1800, exigiram a proibição da exportação do fio, embora tivessem consciência do fato de que isso significava perda de negócio para eles. Um decreto promulgado em 1791 estendeu as penalidades que incidiam sobre a exportação de ferramentas usadas na manufatura dos tecidos de algodão à exportação de modelos ou especificações. As origens do livre comércio da indústria do algodão são realmente um mito. A indústria só queria libertar-se da regulamentação na esfera da produção, pois a liberdade na esfera da troca ainda era considerada um perigo.

Poder-se-ia supor que a liberdade da produção se difundiria naturalmente do campo puramente tecnológico para o do emprego da mão-de-obra, porém só comparativamente mais tarde foi que Manchester começou a exigir um trabalho livre. A indústria do algodão jamais fora sujeita ao Statute of Artificers e, conseqüentemente, não se via tolhida pelas avaliações anuais dos salários ou pelas regras do aprendizado. Por outro lado, a antiga Poor Law, contra a qual os liberais de última hora objetavam tão fortemente, era uma ajuda para os fabricantes. Ela não só lhes fornecia os aprendizes da paróquia, como lhes permitia ainda isentar-se da responsabilidade para com os empregados demitidos, jogando assim para os fundos públicos grande parte da carga do desemprego.

A princípio, nem mesmo o sistema Speenhamland foi impopular junto aos fabricantes de algodão. Enquanto o efeito moral dos abonos

não reduziu a capacidade produtiva do trabalhador, a indústria podia até ver o abono familiar como uma ajuda para manter aquele exército de reserva de mão-de-obra exigido com tanta premência para enfrentar as tremendas flutuações do comércio. Numa época em que o emprego na agricultura ainda era em termos anuais, tornava-se muito importante existir um fundo de mão-de-obra móvel à disposição da indústria nos períodos de expansão. Daí os ataques dos fabricantes contra o Act of Settlement que impedia a mobilidade física da mão-de-obra. Todavia, a abolição desse ato só ocorreu após 1795 – mas apenas para ser substituído por um paternalismo maior, e não menor, em relação à Poor Law. O pauperismo continuava a ser a preocupação do proprietário fundiário e do campo. Até mesmo críticos acerbos da Speenhamland, como Burke, Bentham e Malthus, viam-se menos como representantes do progresso industrial do que como proponentes de princípios sólidos de administração rural.

Não foi senão nos anos 1830 que o liberalismo econômico explodiu como uma cruzada apaixonante, e o *laissez-faire* se tornou um credo militante. A classe manufatureira pressionava pela emenda da Poor Law, uma vez que esta impedia a criação de uma classe trabalhadora industrial que só assim poderia conseguir uma renda própria. Tornava-se aparente, agora, a magnitude do empreendimento que significava a criação de um mercado de trabalho livre, bem como a extensão da miséria a ser infligida às vítimas do progresso. Assim, já no início da década de 1830 era visível um clima de mudança acentuada. Uma reedição da *Dissertation* de Townsend, em 1817, continha um prefácio elogiando a previsão do autor em relação às Poor Laws e exigindo seu completo abandono. Os editores alertavam, porém, contra a sugestão "impetuosa e precipitada" do autor de que a assitência social externa aos pobres fosse abolida no curto período de dez anos. Os *Principles* de Ricardo, que apareceram no mesmo ano, insistiam na necessidade de abolir o sistema de abonos, mas recomendava também que isto só fosse feito muito gradualmente. Pitt, um discípulo de Adam Smith, havia rejeitado essa sugestão alegando que ela implicaria em sofrimento para inocentes. Já em 1829, Peel ainda "duvidava se o sistema de abonos poderia ser removido com segurança, a não ser de forma gradual".[1] Entretanto, após a vitória política da classe média, em 1832, a Poor Law Amendment Bill foi posta em prática na forma mais extremada e sem que houvesse qualquer período de espera. O *laissez-faire* havia sido catalisado num impulso de intransigente ferocidade.

[1] Webb, S. e B., *op. cit.*

Incitado pelo liberalismo econômico, que mudou de um interesse acadêmico para um ativismo ilimitado, algo semelhante ocorreu em duas outras áreas da organização industrial: meio circulante e comércio. O *laissez-faire* se transformou num credo fervoroso em relação a essas duas áreas quando se tornou aparente a inutilidade de qualquer outra solução que não a mais extremada.

O tema do meio circulante chegou à atenção da comunidade inglesa primeiro sob a forma de um aumento geral no custo de vida. Os preços duplicaram entre 1790 e 1815. Os salários reais caíram e os negócios foram atingidos por uma queda brusca no câmbio exterior. Entretanto, só depois do pânico de 1825 é que o meio circulante sólido se tornou um dogma do liberalismo econômico, i. e., só quando os princípios ricardianos se arraigaram profundamente na mentalidade, tanto dos políticos quanto dos homens de negócios, é que se manteve o "padrão", a despeito da quantidade enorme de vítimas financeiras. Isto marcou o início daquela crença inabalável no mecanismo automático da orientação do padrão-ouro, sem o qual o sistema de mercado jamais poderia ter entrado em funcionamento.

O comércio livre internacional envolvia também um mesmo ato de fé. Suas implicações eram extremamente extravagantes. Ele significava que a Inglaterra dependeria de fontes externas para seu abastecimento alimentar, que ela sacrificaria sua agricultura, se necessário, para ingressar em uma nova forma de vida na qual ela seria parte integrante de uma unidade mundial do futuro, vagamente concebida; que essa comunidade planetária teria que ser pacífica, pois, do contrário, ela seria tornada segura para a Grã-Bretanha pelo poder da sua marinha; e que a nação inglesa enfrentaria a perspectiva de deslocamentos industriais contínuos pela firme crença na sua capacidade superior, inventiva e produtiva. Entretanto, acreditava-se que os cereais do mundo inteiro pudessem fluir livremente para a Grã-Bretanha, só então suas fábricas poderiam vender mais barato que todo mundo. Assim, mais uma vez, a medida da determinação exigida foi estabelecida pela magnitude da proposta e pela vastidão dos riscos envolvidos na sua aceitação total, pois uma aceitação menos global certamente significaria alguma ruína.

As fontes utópicas do dogma do *laissez-faire* não podem ser inteiramente compreendidas enquanto examinadas separadamente. Os três pilares – mercado de trabalho competitivo, padrão-ouro automático e comércio internacional livre – formavam um todo. Eram inúteis, ou tal-

vez pior, os sacrifícios exigidos para atingir qualquer um deles a menos que os dois outros fossem igualmente garantidos. Era tudo ou nada.

Qualquer um podia ver que o padrão-ouro, por exemplo, significava risco de uma deflação mortal e, talvez, uma fatal rigidez monetária num pânico. Assim, o fabricante só poderia manter-se se lhe fosse assegurada uma escala progressiva da produção, a preços remunerados (em outras palavras, somente se os salários caíssem pelo menos em proporção à queda geral dos preços, de forma a permitir a exploração de um mercado mundial em expansão). A Anti-Corn Law Bill, de 1846, foi o corolário do Bank Act de 1844, de Peel, e ambos presumiam a existência de uma classe trabalhadora a qual, desde a Poor Law Amendment Act, de 1834, havia sido forçada a dar o melhor de si sob a ameaça da fome, de forma que os salários eram regulados pelo preço do cereal. As três grandes medidas formaram um todo coerente.

O alcance global do liberalismo econômico pode ser visto, agora, de um relance. Nada menos do que um mercado auto-regulável, em escala mundial, poderia assegurar o funcionamento desse mecanismo estupendo. A menos que o preço do trabalho dependesse do cereal mais barato disponível, não havia garantia para as indústrias não-protegidas de que elas não sucumbiriam sob o guante do senhor voluntariamente aceito – o ouro. A expansão do sistema de mercado no século XIX foi sinônimo do comércio livre internacional, do mercado de trabalho competitivo e do padrão-ouro – eles formavam um conjunto. Não é de admirar que o liberalismo econômico tenha se transformado numa religião secular, depois que se tornaram evidentes os grandes riscos desse empreendimento.

Não havia nada natural em relação ao *laissez-faire*; os mercados livres jamais poderiam funcionar deixando apenas que as coisas seguissem o seu curso. Assim como as manufaturas de algodão – a indústria mais importante do livre comércio – foram criadas com a ação de tarifas protetoras, de exportações subvencionadas e de subsídios indiretos dos salários, o próprio *laissez-faire* foi imposto pelo estado. As décadas de 1930 e 1940 presenciaram não apenas uma explosão legislativa que repelia as regulamentações restritivas, mas também um aumento enorme das funções administrativas do estado, dotado agora de uma burocracia central capaz de executar as tarefas estabelecidas pelos adeptos do liberalismo. Para o utilitarista típico, o liberalismo econômico era um projeto social que deveria ser posto em prática para grande felicidade do maior número de pessoas; o *laissez-faire* não era o método

para atingir alguma coisa, era a coisa a ser atingida. É verdade que a legislação nada podia fazer diretamente, a não ser abolir as restrições prejudiciais, mas isto não significava que o governo não podia fazer alguma coisa, ainda que indiretamente. Pelo contrário, o liberal utilitarista via no governo o grande agente para atingir a felicidade. Em relação ao bem-estar material, acreditava Bentham, a influência da legislação "não é nada" se comparada à contribuição inconsciente do "ministro da polícia". Das três coisas necessárias para o sucesso econômico – inclinação, conhecimento e poder – a pessoa privada possuía apenas a inclinação. O conhecimento e o poder, ensinava Bentham, podem ser administrados pelo governo de forma muito mais barata do que através de pessoas privadas. Era tarefa do executivo coletar estatísticas e informações, patrocinar as ciências e as experiências, assim como fornecer os inúmeros instrumentos de realização final no campo do governo. O liberalismo benthamita significava a substituição da ação parlamentar pela ação dos órgãos administrativos.

Havia muito campo para isto. Na Inglaterra, a reação não governara – como na França – através de métodos administrativos mas utilizara exclusivamente a legislação parlamentar para fazer funcionar a repressão política. "Os movimentos revolucionários de 1785 e de 1815/1820 foram combatidos, não por uma ação departamental, mas pela legislação parlamentar. A suspensão do Habeas Corpus Act (Lei do Habeas Corpus), a votação do Libel Act (Lei do Libelo) e do Six Acts (Seis Leis) de 1819 foram medidas severamente coersivas, mas elas não comprovam qualquer tentativa de dar um caráter continental à administração. Na medida em que a liberdade individual foi destruída, ela o foi através de e de acordo com os atos do parlamento."[2] Os liberais econômicos ainda não haviam adquirido qualquer influência no governo, em 1832, quando a posição mudou completamente em favor dos métodos administrativos. "O resultado líquido da atividade legislativa que caracterizou o período, desde 1832, embora com diferentes graus de intensidade, foi a construção fragmentária de uma máquina administrativa de grande complexidade, que exige a necessidade constante de reparos, renovações, reconstruções e adaptações a novas exigências, da mesma forma que uma fábrica numa manufatura moderna."[3] Esse crescimento da administração refletia

[2] Redlich e Hirst, J., *Local Government in England*, vol II, p. 240, citando Dicey, A. V., *Law and Opinion in England*, p. 305.
[3] Ilbert, *Legislative Methods*, pp. 212-3, citando Dicey, A. V., *op. cit.*

o espírito do utilitarismo. O fabuloso Panopticon de Bentham, sua utopia mais pessoal, era um edifício em formato de estrela e da sua parte central os guardas de prisão podiam exercer a mais efetiva supervisão sobre o maior número de prisioneiros com o menor custo para o público. De forma similar, no estado utilitarista o seu princípio favorito de "inspeção" assegurava que o ministro, no cargo mais alto, devia manter um controle efetivo sobre toda a administração local.

O caminho para o mercado livre estava aberto e se mantinha aberto através do incremento de um intervencionismo contínuo, controlado e organizado de forma centralizada. Tornar a "liberdade simples e natural" de Adam Smith compatível com as necessidades de uma sociedade humana era tarefa assaz complicada. Vejam a complexidade das cláusulas nas inumeráveis leis do cercamento; o total de controle burocrático inserido na administração das New Poor Laws que, pela primeira vez desde o reinado da Rainha Elisabeth, eram supervisionadas efetivamente por uma autoridade central; ou o aumento da administração governamental inserido na tarefa meritória da reforma municipal. Todos esses baluartes da interferência governamental, no entanto, foram criados com a finalidade de organizar uma simples liberdade – a da terra, do trabalho e da administração municipal. Assim como, contrariando as expectativas, a invenção da maquinaria que economizaria trabalho não diminuíra mas, na verdade, aumentara a utilização do trabalho humano, a introdução dos mercados livres, longe de abolir a necessidade de controle, regulamentação e intervenção, incrementou enormemente o seu alcance. Os administradores tinham que estar sempre alertas para garantir o funcionamento livre do sistema. Assim, mesmo aqueles que desejavam ardentemente libertar o estado de todos os deveres desnecessários, e cuja filosofia global exigia a restrição das atividades do estado, não tinham outra alternativa senão confiar a esse mesmo estado os novos poderes, órgãos e instrumentos exigidos para o estabelecimento do *laissez-faire*.

Esse paradoxo foi sobrepujado por um outro. Enquanto a economia *laissez-faire* foi o produto da ação deliberada do estado, as restrições subseqüentes ao *laissez-faire* se iniciaram de maneira espontânea. O *laissez-faire* foi planejado; o planejamento não. A primeira metade desta afirmativa é verdadeira, como mostramos acima. Se alguma vez já se fez uso consciente do executivo, a serviço de uma política deliberadamente controlada pelo governo, isto ocorreu com os benthamitas no período heróico do *laissez-faire*. A outra metade foi posta em debate, em primeiro lugar, pelo eminente liberal Dicey, que tomou a si a tarefa de inquirir

as origens do "anti-*laissez-faire*" ou, como ele a chamava, a tendência "coletivista" da opinião pública inglesa, cuja existência era manifesta desde o final da década de 1860. Ele ficou surpreso de não encontrar qualquer prova dessa tendência *a não ser nos próprios decretos legislativos*. Falando com mais exatidão, nenhuma prova de uma "tendência coletivista" na opinião pública pôde ser encontrada anterior às leis que pareciam representar tal tendência. Quanto à opinião "coletivista" posterior, Dicey inferiu que a própria legislação "coletivista" poderia ter sido a sua fonte primordial. Com essa sagaz investigação ele constatou a ausência total de qualquer intenção deliberada de ampliar as funções do estado, ou restringir a liberdade do indivíduo, por parte daqueles diretamente responsáveis pelas legislações restritivas das décadas de 1870 e 1880. A ponta-de-lança legislativa do contramovimento que se opôs ao mercado auto-regulável, conforme se desenvolveu na metade do século após 1860, revelou-se espontânea, não dirigida pela opinião e induzida por um espírito puramente pragmático.

Os liberais econômicos certamente não partilham essa opinião. Toda a sua filosofia social gira em torno da idéia de que o *laissez-faire* foi um desenvolvimento natural, enquanto a legislação anti-*laissez-faire* subseqüente foi o resultado de uma ação propositada por parte dos que se opunham aos princípios liberais. Não seria demais dizer que nessas duas interpretações mutuamente exclusivas do duplo movimento ainda se envolve, hoje em dia, a verdade ou inverdade da posição liberal.

Autores liberais, como Spencer e Sumner, Mises e Lippmann, nos oferecem um relato desse duplo movimento bastante similar ao nosso, mas lhe dão uma interpretação inteiramente diferente. Enquanto, em nossa opinião, o conceito de um mercado auto-regulável era utópico e seu progresso foi obstruído pela autoproteção realista da sociedade, na perspectiva deles todo o protecionsimo foi um erro resultante da impaciência, ambição e estreiteza de visão, e sem elas o mercado teria resolvido suas dificuldades. Resolver qual dessas duas perspectivas é a correta é talvez o problema mais importante da história social recente, uma vez que ela envolve nada menos que uma decisão quanto à alegação do liberalismo econômico de ser o princípio básico organizador da sociedade. Antes de nos voltarmos para o testemunho dos fatos, é necessária uma formulação mais precisa do tema.

Em retrospecto, nossa época terá o crédito de ter visto o fim do mercado auto-regulável. A década de 1920 viu o prestígio do liberalismo econômico no seu apogeu. Centenas de milhões de pessoas haviam sido afetadas pelo flagelo da inflação; classes sociais inteiras,

nações inteiras, haviam sido espoliadas. A estabilização da moeda se tornara o ponto focal no pensamento político de povos e governos; a restauração do padrão-ouro era o objetivo supremo de todo o esforço organizado na área econômica. O pagamento dos empréstimos externos e o retorno às moedas estáveis eram reconhecidos como as pedras de toque da racionalidade política. Nenhum sofrimento particular, nenhuma violação de soberania, era considerada um sacrifício demasiado grande para a recuperação da integridade monetária. As privações dos desempregados, sem emprego devido à deflação, a demissão de funcionários públicos, afastados sem uma pensão, até mesmo o abandono dos direitos nacionais e a perda das liberdades constitucionais eram considerados um preço justo a pagar pelo cumprimento da exigência de orçamentos estáveis e moedas sólidas, estes *a priori* do liberalismo econômico.

A década de 1930 viu as proposições absolutas de década de 1920 serem questionadas. Após vários anos durante os quais as moedas foram praticamente restauradas e os orçamentos equilibrados, os dois países mais poderosos, Grã-Bretanha e Estados Unidos, encontraram-se em dificuldades, abandonaram o padrão-ouro e começaram a dirigir suas próprias moedas. As dívidas internacionais eram repudiadas integralmente e os pilares do liberalismo econômico eram abandonados pelos mais ricos e mais respeitáveis. Em meados da década de 1930, a França e alguns outros países que ainda aderiam ao ouro foram forçados a abandonar esse padrão pelos Tesouros da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, anteriormente os zelosos guardiães do credo liberal.

Na década de 1940, o liberalismo econômico sofreu uma derrota ainda maior. Embora a Grã-Bretanha e os Estados Unidos tivessem abandonado a ortodoxia monetária, eles ainda guardavam os princípios e os métodos do liberalismo na indústria e no comércio, na organização geral da sua vida econômica. Isto provaria ser um fator na precipitação da guerra e uma desvantagem em combatê-la, pois o liberalismo econômico havia criado e alimentado a ilusão de que as ditaduras só podiam resultar em catástrofe econômica. Em razão desse credo, os governos democráticos foram os últimos a compreender as implicações das moedas administradas e do comércio dirigido, mesmo quando eram eles mesmos que utilizavam esses métodos por força das circunstâncias. O legado do liberalismo econômico também impedia o caminho para um rearmamento oportuno em nome dos orçamentos equilibrados e da livre empresa que se imaginava serem os fornecedores dos únicos fundamentos seguros da força econômica na guerra. Na Grã-

Bretanha, a ortodoxia orçamentária e monetária levou um país que enfrentava realmente uma guerra total a aderir ao princípio estratégico tradicional de compromissos limitados. Nos Estados Unidos, os interesses investidos – tais como petróleo e alumínio – se entrincheiraram por trás dos tabus do negócio liberal e resistiram com sucesso aos preparativos de uma emergência industrial. Não fosse a insistência teimosa e apaixonante dos liberais econômicos em relação às suas falácias, os líderes da raça, assim como as massas de homens livres, estariam mais bem equipados para enfrentar a tragédia da época, e talvez pudessem até evitá-la.

Os dogmas seculares de uma organização social que inclui todo o mundo civilizado não são derrubados pelos acontecimentos de apenas uma década. Tanto na Grã-Bretanha como nos Estados Unidos milhões de unidades de negócios independentes deviam sua existência aos princípios do *laissez-faire* e o fracasso espetacular em uma determinada área não destruiu sua autoridade em todas elas. Na verdade, o seu eclipse parcial pode até ter fortalecido a sua influência, uma vez que permitiu a seus defensores argumentar que as razões de todas as dificuldades a ele atribuídas resultavam da aplicação incompleta dos seus princípios.

De fato, este é o último argumento do liberalismo econômico que resta hoje em dia. Seus defensores repetem, com infindáveis variações, que se não fossem as políticas apoiadas pelos seus críticos, o liberalismo teria atingido a sua meta; que não foram o sistema competitivo e o mercado auto-regulável os responsáveis pelos nossos males e sim a interferência com esse sistema e as intervenções nesse mercado. Esse argumento não encontra apoio apenas nas recentes e inumeráveis violações da liberdade econômica, mas também no fato indubitável de que o movimento para difundir o sistema de mercados auto-reguláveis foi enfrentado, na segunda metade do século XIX, por um contramovimento persistente que obstruiu o livre funcionamento de tal economia.

O liberal econômico está, portanto, em condições de formular um caso que liga o presente ao passado num todo coerente. Quem iria negar que a intervenção governamental nos negócios pode minar a confiança? Quem poderia negar que o desemprego talvez fosse menor se a lei não fornecesse benefícios aos sem trabalho?Que os negócios particulares são prejudicados pela competição de obras públicas? Que o déficit financeiro pode ameaçar os investimentos privados? Que o paternalismo tende a desalentar a iniciativa dos negócios? Se isto acontece no presente, certamente não era diferente no passado. Em 1870,

quando começou o movimento protecionista geral na Europa – social e nacional – quem poderá duvidar que ele dificultou e restringiu o comércio? Quem poderá duvidar que as leis fabris, o seguro social, o comércio municipal, os serviços de saúde, de utilidade pública, tarifas, subvenções e subsídios, cartéis e trustes, embargos à emigração, a movimentos de capital, a importações – para não falar de restrições menos claras a movimentos de homens, bens e pagamentos – devem ter atuado como tantos outros empecilhos para o funcionamento do sistema competitivo, adiando as depressões nos negócios, agravando o desemprego, aprofundando os declínios financeiros, diminuindo o comércio e danificando severamente o mecanismo auto-regulador do mercado? A raiz de todo mal, insistem os liberais, foi precisamente essa interferência com a liberdade de emprego, comércio e moedas praticada pelas várias escolas de protecionismo social, nacional e monopolista, desde o terceiro quarto do século XIX. Não fosse a aliança profana dos sindicatos profissionais e partidos trabalhistas com os fabricantes monopolistas e os interesses agrários que, na sua ambição tacanha, uniram forças para frustrar a liberdade econômica, o mundo estaria gozando agora dos frutos de um sistema quase automático de criar bem-estar material.

Os líderes liberais jamais se cansam de repetir que a tragédia do século XIX resultou da incapacidade do homem de permanecer fiel à inspiração dos primeiros liberais. Que a generosa iniciativa de nossos ancestrais foi frustrada pelas paixões do nacionalismo e da luta de classes dos interesses investidos e dos monopolistas e, acima de tudo, pela cegueira do povo trabalhador em relação ao benefício final de uma liberdade econômica irrestrita para todos os interesses humanos, inclusive os dele mesmo. Alega-se, assim, que um grande progresso intelectual e moral foi frustrado pela fraqueza intelectual e moral da massa do povo. O que o espírito do Iluminismo havia alcançado fora derrotado pelas forças do egoísmo. Em poucas palavras, esta é a defesa do liberal econômico e, a menos que ela seja refutada, ele continuará a ser exibido na discussão dos argumentos.

Focalizemos o assunto. Concorda-se que o movimento liberal, preocupado em difundir o sistema de mercado, foi enfrentado por um contramovimento protetor que se empenhava em restringi-lo. Esse pressuposto está de fato implícito em nossa tese do duplo movimento. Enquanto afirmamos, porém, que o absurdo inerente à idéia de um sistema de mercado auto-regulável teria destruído a sociedade, eventualmente, o liberal acusa os elementos variados de haverem destruído

uma grande iniciativa. Incapaz de acrescentar a prova de qualquer esforço conjunto para dissolver o movimento liberal, ele recai na hipótese praticamente irrefutável da ação oculta. Este é o mito da conspiração antiliberal que, de uma forma ou outra, é comum a todas as interpretações liberais dos acontecimentos das décadas de 1870 e 1880. A forma mais comum é atribuir ao nascimento do nacionalismo e do socialismo o crédito de agente principal nessa mudança de cenário; as associações e os monopólios de fabricantes, os interesses agrários e os sindicatos profissionais são os vilões da peça. Assim, na sua forma mais espiritualizada, a doutrina liberal consubstancia o funcionamento de alguma lei dialética na sociedade moderna invalidando os empenhos da razão esclarecida, enquanto na sua versão mais crua ela se reduz a um ataque à democracia política como fonte presumível do intervencionismo.

O testemunho dos fatos contradiz decisivamente a tese liberal. A conspiração antiliberal é pura invenção. A grande variedade de formas nas quais surgiu o contramovimento "coletivista" não foi devida a qualquer preferência pelo socialismo ou pelo nacionalismo por parte dos interesses envolvidos, mas deveu-se exclusivamente ao alcance mais amplo dos interesses sociais vitais afetados pela expansão do mecanismo de mercado. Isto justifica as reações quase universais, de caráter eminentemente prático, convocadas pela expansão desse mecanismo. Os modismos intelectuais não desempenharam qualquer papel nesse processo; de fato, não havia lugar para o preconceito que o liberal vê como força ideológica por trás do desenvolvimento antiliberal. Embora seja verdade que as décadas de 1870 e 1880 viram o fim do liberalismo ortodoxo e que todos os problemas cruciais do presente têm sua raiz nesse período, seria incorreto dizer que a mudança para um protecionismo social e nacional fosse devida a qualquer outra causa além da manifestação das fraquezas e perigos inerentes a um sistema de mercado antiregulável. Isto pode ser demonstrado em mais de uma forma.

Primeiro, existe a surpreendente diversidade dos assuntos em relação aos quais a ação se fez sentir. Só isto excluiria a possibilidade de uma ação combinada. Podemos citar exemplos a partir de uma lista de intervenções compilada por Herbert Spencer em 1884, quando acusou os liberais de terem desertado seus princípios em favor de uma "legislção restritiva".[4] A variedade de assuntos não podia ser maior. Em 1860, concedeu-se permissão para que os "analistas de alimentos e

[4] Spencer, H., *The Man vs. the State*, 1884.

bebidas fossem pagos através dos impostos locais"; a isto seguiu-se um decreto autorizando a "inspeção das obras de gás"; uma ampliação do Mines Act "determinando penalidades para aqueles que empregassem meninos abaixo de doze anos que não freqüentassem escolas e que não soubessem ler e escrever". Em 1861, foi autorizado "aos guardiães da Poor Law tornar a vacinação obrigatória"; as juntas locais foram autorizadas "a fixar taxas de aluguel para os meios de transporte"; alguns órgãos de formação local "haviam assumido poderes para taxar a localidade por obras de drenagem e irrigação rural e para o fornecimento de água ao gado". Em 1862, foi promulgado um decreto tornando ilegal "uma mina de carvão com apenas um poço"; um decreto concedeu ao Council of Medical Education o direito exclusivo "de suprir a farmacopéia, cujo preço será fixado pelo Tesouro". Spencer, horrorizado, prencheu diversas páginas com a enumeração destas e de outras medidas similares. Em 1863, "a vacina compulsória foi estendida à Escócia e à Irlanda". Houve também um decreto nomeando inspetores "para as condições de higiene dos alimentos"; um Chimney-Sweeper's Act (Decreto sobre Limpadores de Chaminés) para impedir a tortura e a morte eventual de crianças que limpavam aberturas muito estreitas; um Contagious Diseases Act (Decreto sobre Moléstias Contagiosas); um Public Libraries Act (Decreto sobre Bibliotecas Públicas), concedendo poderes locais "pelos quais uma maioria pode taxar uma minoria pelos seus livros". Spencer acrescentou-os como outra prova irrefutável de uma conspiração antiliberal. No entanto, cada um desses decretos lidava com algum problema originado das modernas condições industriais e objetivava defender algum interesse público contra os perigos inerentes a tais condições ou, pelo menos, ao método do mercado de lidar com eles. Para uma mente imparcial, essas medidas comprovam a natureza puramente prática, pragmática, do contramovimento "coletivista". A maioria daqueles que punham em prática essas medidas eram partidários convictos do *laissez-faire* e certamente não achavam que seu consentimento para a organização de um corpo de bombeiros em Londres implicasse um protesto contra os princípios do liberalismo econômico. Pelo contrário, os patrocinadores desses atos legislativos eram, em regra, oponentes intransigentes do socialismo ou de qualquer outra forma de coletivismo.

Segundo, a mudança de soluções liberais para "coletivistas" ocorria às vezes da noite para o dia, e sem qualquer conscientização por parte dos que se engajavam no processo de ruminação legislativa. Dicey acrescentou ainda o exemplo clássico do Workmen's Compensation

Act (Decreto da Compensação do Trabalhador), que tratava da responsabilidade dos empregadores pelos danos causados aos seus empregados durante o período do emprego. A história dos vários decretos que incorporaram essa idéia, desde 1880, demonstra a adesão total ao princípio individualista de que a responsabilidade do empregador para com seu empregado deveria ser regulamentada de maneira estritamente idêntica à do governo em relação aos outros, i.e., aos estrangeiros. Sem que ocorresse qualquer mudança de opinião, em 1897 o empregador passou a ser, subitamente, o segurador dos seus trabalhadores contra qualquer dano ocorrido durante o seu tempo de empregado, "uma legislação perfeitamente coletivista", conforme observou Dicey, muito justamente. Não se poderia acrescentar melhor prova de que não foi a mudança no tipo de interesses envolvidos ou a tendência das opiniões em relação ao assunto que levaram à substituição de um princípio liberal por um antiliberal, e sim exclusivamente a evolução das condições sob as quais o problema surgiu e para o qual se buscou uma solução.

Terceiro, existe a prova indireta, mas bastante marcante, que nos oferece a comparação do desenvolvimento de uma configuração política e ideológica bastante diferente em vários países. A Inglaterra vitoriana e a Prússia de Bismarck eram pólos à parte, e ambos eram muito diferentes da França da Terceira República ou do Império dos Habsburgs. No entanto, cada um deles passou por um período de livre-comércio e *laissez-faire*, seguido por um período de legislação antiliberal em relação à saúde pública, condições fabris, comércio municipal, seguro social, subsídios de navegação, utilidades públicas, associações comerciais e assim por diante. Seria fácil apresentar um calendário regular marcando os anos em que ocorreram tais mudanças análogas nos diversos países. A compensação dos trabalhadores foi decretada na Inglaterra em 1880 e 1897, na Alemanha em 1879, na Áustria em 1887, na França em 1899. A inspeção das fábricas foi introduzida na Inglaterra em 1833, na Prússia em 1853, na Áustria em 1883, na França em 1874 e 1883. O comércio municipal, inclusive a direção das utilidades públicas, foi introduzido por Joseph Chamberlain, um dissidente e um capitalista, em Birmingham na década de 1870; na Viena imperial na década de 1890, pelo "socialista" católico, perseguidor de judeus, Karl Lueger, e nas municipalidades alemãs e francesas através de uma série de coalizões locais. As forças de apoio eram às vezes violentamente reacionárias e anti-socialistas, como em Viena, outras vezes "imperialistas radicais", como em Birmingham, ou tinham uma tonalidade puramente liberal como aconteceu com o francês Edouard

Herriot, prefeito de Lyon. Na Inglaterra protestante, os gabinetes Conservador e Liberal agiam de forma intermitente para completar a legislação fabril. Na Alemanha, tanto os católicos romanos quanto os social-democratas tomaram parte na sua consecução; na Áustria, a Igreja e seus partidários mais ativos. Na França, os inimigos da Igreja e os clericais mais ardentes foram responsáveis pela promulgação de leis quase idênticas. Assim, sob os lemas mais variados, com as motivações mais diferentes, uma multidão de partidos e estratos sociais colocou em funcionamento medidas quase exatamente iguais, numa série de países e em relação a um grande número de assuntos complicados. Em face disto, nada é mais absurdo do que inferir que eles eram secretamente impulsionados pelos mesmos preconceitos ideológicos ou restritos interesses de grupo, como quer fazer crer a lenda da conspiração antiliberal. Pelo contrário, tudo parece confirmar o pressuposto de que foram razões objetivas, de natureza premente, que forçaram a atuação dos legisladores.

Quarto, existe o fato significativo de que, em várias ocasiões, os projetos liberais econômicos defenderam restrições à liberdade do contrato e do *laissez-faire* em um número de casos bem definidos, de grande importância teórica e prática. O preconceito antiliberal certamente não poderia ter sido a sua motivação. Temos em mente, de um lado, o princípio da associação do trabalho e, do outro, a lei das corporações de negócios. O primeiro refere-se ao direito dos trabalhadores de se associarem com o propósito de elevar seus salários; o último, ao direito dos trustes, cartéis ou outras formas de associações capitalistas, de elevar os preços. Em ambos os casos acusava-se justamente a liberdade de contrato ou o *laissez-faire* de estar sendo usado para restringir o comércio. Seja no caso das associações de trabalhadores para elevar salários, ou das associações comerciais para elevar preços, é óbvio que o princípio do *laissez-faire* podia ser usado pelas partes interessadas para estreitar o mercado tanto para o trabalho como para outras mercadorias. É altamente significativo que, tanto num como noutro caso, sólidos liberais, de Lloyd George a Theodore Roosevelt até Thurman Arnold e Walter Lippmann, subordinaram o *laissez-faire* à exigência de um mercado competitivo livre. Eles pressionaram por regulamentações e restrições, por leis penais e compulsão, argumentando, como o faria qualquer "coletivista", que a liberdade de contrato estava sendo "abusada" por sindicatos ou corporações, qualquer que fosse o caso.

Teoricamente, o *laissez-faire* ou a liberdade de contrato implicava a liberdade dos trabalhadores de recusar-se a trabalhar, individual ou

coletivamente, se assim decidissem; implicava também a liberdade dos homens de negócios de ajustar os preços de venda independentemente da vontade dos consumidores. Na prática, porém, tal liberdade entrava em conflito com a instituição de um mercado auto-regulável e, *em tal conflito concedia-se precedência, invariavelmente, ao mercado auto-regulável*. Em outras palavras, se as necessidades do mercado auto-regulável provavam ser incompatíveis com as exigências do *laissez-faire*, o liberal econômico voltava-se contra o *laissez-faire* e preferia – como qualquer antiliberal – os métodos assim chamados coletivistas de regulamentação e restrição. A lei dos sindicatos profissionais e a legislação antitruste surgiram em consequência dessa atitude. Não se poderia oferecer prova mais conclusiva da inevitabilidade dos métodos antiliberal ou "coletivista", sob as condições da moderna sociedade industrial, do que o fato de que até mesmo os próprios liberais econômicos usavam regularmente tais métodos em áreas de importância decisiva da organização industrial.

A propósito, isto ajuda a esclarecer o verdadeiro significado do termo "intervencionismo", com o qual os liberais econômicos gostam de demonstrar o oposto da sua própria política, mas que apenas demonstra confusão de pensamento. O oposto do intervencionismo é o *laissez-faire* e acabamos justamente de ver que o liberalismo econômico não pode ser identificado com o *laissez-faire* (embora na linguagem comum não exista qualquer prejuízo em intercambiá-los). De forma estrita, o liberalismo econômico é o princípio organizador de uma sociedade na qual a indústria se baseia na instituição de um mercado auto-regulável. É verdade que, uma vez atingido um tal sistema, mesmo aproximadamente, é cada vez menos necessário um certo tipo de intervenção. Todavia, isto não quer dizer que sistema de mercado e intervenção são termos mutuamente exclusivos. Enquanto esse sistema não é estabelecido, os liberais econômicos apelarão, sem hesitar, para a intervenção do estado a fim de estabelecê-lo e, uma vez estabelecido, a fim de mantê-lo. O liberal econômico pode, portanto, sem qualquer contradição, pedir que o estado use a força da lei; pode até mesmo apelar para as forças violentas da guerra civil a fim de organizar as precondições de um mercado auto-regulável. Na América do Norte, o Sul apelou para os argumentos do *laissez-faire* para justificar a escravidão; o Norte apelou para a intervenção das armas para estabelecer um mercado de trabalho livre. A acusação de intervencionismo por parte de autores liberais é, portanto, um *slogan* vazio, implicando a denúncia de um único e idêntico conjunto de ações conforme eles possam aprová-

las ou não. O único princípio que os liberais podem manter sem cair em contradição é o do mercado auto-regulável, quer ele os envolva em intervenção ou não.

Resumindo: o contramovimento que se opôs ao liberalismo econômico e ao *laissez-faire* teve todas as características inequívocas de uma reação espontânea. Em inúmeros pontos isolados ele surgiu sem que houvesse ligações aparentes entre os interesses diretamente afetados ou qualquer conformidade ideológica entre eles. Até na resolução do mesmo problema, como no caso da compensação aos trabalhadores, as soluções mudavam de individualista para "coletivista", de liberal para antiliberal, do "*laissez-faire*" para formas intervencionistas, sem que ocorresse qualquer mudança no interesse econômico, nas influências ideológicas ou nas forças políticas em jogo, mas apenas como resultado da crescente compreensão da natureza do problema em questão. Pode-se demonstrar, também, que uma mudança bastante similar do *laissez-faire* para o "coletivismo" ocorreu em vários países, num estágio definido do seu desenvolvimento industrial, revelando a profundidade e independência das causas subjacentes ao processo que os liberais econômicos atribuíram, de forma tão superficial, a climas de mudança ou a interesses diversos. Finalmente, a análise revela que nem mesmo os adeptos mais radicais do liberalismo econômico puderam fugir à regra que tornou o *laissez-faire* inaplicável às condições industriais avançadas. No caso crítico da lei dos sindicatos profissionais, e das regulamentações antitrustes, os próprios liberais extremados apelaram para intervenções múltiplas do estado, a fim de garantir as precondições de funcionamento de um mercado auto-regulável contra acordos monopolistas. Até mesmo o livre comércio e a competição exigiam a intervenção para poderem funcionar. É, portanto, contrário a todos os fatos o mito liberal da conspiração "coletivista" das décadas de 1870 e 1880.

Achamos, assim, que a evidência comprova a interpretação que damos ao duplo movimento. Se a economia de mercado foi uma ameaça para os componentes humano e natural do tecido social, como insistimos, o que mais se poderia esperar senão que uma ampla gama de pessoas exercesse a maior pressão no sentido de obter alguma espécie de proteção? Foi isto o que encontramos. Seria de se esperar, também, que isto acontecesse sem qualquer prevenção teórica ou intelectual por parte deles, e a despeito da atitude que assumiam em relação aos princípios subjacentes a uma economia de mercado. Mais uma vez, este foi o caso. Além disso, sugerimos que a história comparativa dos governos poderia oferecer um apoio quase experimental à nossa tese, se pudéssemos demonstrar serem os interesses particulares independentes das ideologias específicas presentes em uma série de diferentes países Também nesse caso pudemos apresentar provas conclusivas. Finalmente, o comportamento dos próprios liberais provou que a manutenção da liberdade de comércio – em nossos termos, de um mercado auto-regulável – longe de excluir a intervenção, na verdade exigia tal ação, e que os próprios liberais apelaram sistematicamente para a atuação compulsória do estado, como no caso da lei dos sindicatos profissionais e das leis antitrustes. Assim, nada poderia ser mais incisivo que a evidência da história sobre qual das duas interpretações conflitantes do duplo movimento é correta: a do liberal econômico que afirma que sua política jamais teve uma oportunidade, tendo sido estrangulada por sindicalistas de visão estreita, intelectuais marxistas, fabricantes gananciosos e latifundiários reacionários; ou a dos seus críticos, que podem apontar para a reação "coletivista" universal contra a expansão da economia de mercado, na segunda metade do século XIX, como prova conclusiva do perigo para a sociedade inerente ao princípio utópico de um mercado auto-regulável.

13

O NASCIMENTO DO CREDO LIBERAL (CONTINUAÇÃO): O INTERESSE DE CLASSE E A MUDANÇA SOCIAL

O mito liberal da conspiração coletivista deve ser dissipado inteiramente antes de se colocar a nu a verdadeira base das políticas do século XIX. Essa fábula alega que o protecionismo foi apenas o resultado dos sinistros interesses agrários dos fabricantes e dos sindicalistas que arruinaram, de forma egoísta, a maquinaria automática do mercado. De uma outra forma e com uma tendência política oposta, naturalmente, os partidos marxistas argumentavam em termos igualmente seccionais. (Não é relevante, aqui, o fato da filosofia básica de Marx centralizar-se na totalidade da sociedade e na natureza não-econômica do homem.[1]) O próprio Marx seguiu Ricardo ao definir as classes em termos econômicos e a exploração econômica foi, sem dúvida, um aspecto da era burguesa.

No marxismo popular isto levou a uma incipiente teoria de classe do desenvolvimento social. A pressão por mercados e zonas de influência foi simplesmente atribuída à motivação do lucro de um punhado de financistas. O imperialismo foi explicado como uma conspiração capitalista para induzir governos a se lançarem a guerras no interesse dos grandes negócios. Atribuía-se as guerras a esses interesses, combinados

[1] Marx, K., "Nationalökonomie und Philosophie", Em *Der Historische Materialismus*, 1932.

aos das firmas de armamentos que adquiriam, miraculosamente, a capacidade de levar nações inteiras a políticas fatais, contrárias a seus interesses vitais. De fato, liberais e marxistas estavam de acordo ao inferir o movimento protecionista a partir da força dos interesses seccionais; em responsabilizar as tarifas agrárias pela força política dos latifundiários reacionários; em fazer da fome de lucro dos magnatas industriais a responsável pelo crescimento das formas monopolísticas de empresa; em apresentar a guerra como resultado da agressividade dos negócios.

A perspectiva econômica liberal encontrou, assim, um apoio poderoso numa estreita teoria de classe. Defendendo a perspectiva das classes em oposição, liberais e marxistas apresentaram proposições idênticas. Estabeleceram um caso inequívoco para a afirmativa de que o protecionismo do século XIX foi o resultado da ação de classe, e que essa ação deveria atender basicamente aos interesses econômicos dos membros das classes envolvidas. Entre si, eles quase obstruíram por completo uma visão geral da sociedade de mercado e a função do protecionismo em tal sociedade.

Na verdade, os interesses de classe oferecem apenas uma explicação limitada para os movimentos da sociedade a longo prazo. O destino das classes é muito mais determinado pelas necessidades da sociedade do que o destino da sociedade é determinado pelas necessidades das classes. Dada uma estrutura definida da sociedade, a teoria de classe funciona; mas o que acontece se esta estrutura sofre mudança? Uma classe que perde a sua função pode se desintegrar e ser rapidamente suplantada por uma nova classe ou classes. Ocorre, ainda, que as oportunidades das classes em luta dependerão da sua habilidade em ganhar apoio fora da sua própria coletividade, e isso também dependerá da possibilidade de executarem as tarefas estabelecidas por interesses mais amplos do que o seu próprio. Assim, nem o nascimento nem a morte das classes, nem os seus objetivos, nem o grau em que elas o atingem, nem as suas cooperações ou os seus antagonismos podem ser compreendidos fora da situação da sociedade como um todo.

Ora, em regra essa situação é criada por causas externas, como uma mudança no clima, no resultado das colheitas, um novo inimigo, uma nova arma usada por um antigo inimigo, a emergência de novas finalidades comunais ou, se for o caso, a descoberta de novos métodos para alcançar os fins tradicionais. Os interesses seccionais têm que estar relacionados com esta situação total, em última instância, para tornar bem clara a sua função no desenvolvimento social.

O papel essencial desempenhado pelos interesses de classe na mudança social está na natureza das coisas. Qualquer forma ampla de mudança deve afetar as várias partes da comunidade, de diferentes maneiras, ainda que não seja por outra razão que as diferenças de locação geográfica e de equipamento econômico e cultural. Os interesses seccionais são, portanto, o veículo natural da mudança social e política. Qualquer que seja a fonte da mudança, guerra ou comércio, invenções assombrosas ou mudanças nas condições naturais, as várias secções da sociedade procurarão métodos diferentes de ajustamento (inclusive pela força) e conciliarão seus interesses de modo diferente dos escolhidos por outros grupos, os quais talvez até procurem conduzir. Daí, somente quando se pode apontar o grupo ou grupos que efetuaram a mudança, pode-se explicar *como* essa mudança ocorreu. Entretanto, a causa última é estabelecida por forças externas e a sociedade depende das forças internas apenas para o mecanismo da mudança. O "desafio" é para a sociedade como um todo; a "resposta" chega através de grupos, secções e classes.

Os meros interesses de classe não podem, portanto, oferecer uma explicação satisfatória para qualquer processo social a longo prazo. Primeiro, porque o processo em questão pode decidir sobre a existência da própria classe; segundo, porque os interesses de dadas classes determinam apenas os objetivos e os propósitos em cuja direção essas classes lutam, e não também o sucesso ou fracasso de tais esforços. Não existe qualquer mágica nos interesses de classe que possa garantir aos membros de uma classe o apoio dos membros de outras classes. E, no entanto, esse apoio é uma ocorrência diária e o protecionismo constitui um bom exemplo. O problema aqui não é por que o campo, os fabricantes ou os sindicalistas desejaram elevar suas rendas através da ação protecionista, mas porque conseguiram fazê-lo; não por que homens de negócios e trabalhadores desejaram estabelecer monopólios para seus produtos, mas porque atingiram o seu objetivo; não por que alguns grupos agiram de modo semelhante em uma série de países continentais, mas porque tais grupos existiram nesses países tão diferentes em outros sentidos e atingiram igualmente seus objetivos em todos os lugares; não porque aqueles que cultivavam o trigo tentavam vendê-lo mais caro, mas porque eles conseguiam, regularmente, persuadir aqueles que compravam o trigo a ajudar no aumento do seu preço.

Segundo, existe a doutrina igualmente equívoca da natureza essencialmente econômica dos interesses de classe. Embora a sociedade humana seja naturalmente condicionada por fatores econômicos, as

motivações dos indivíduos humanos só excepcionalmente são determinadas pelas necessidades do desejo-satisfação material. O fato de a sociedade do século XIX ser organizada a partir do pressuposto de que tal motivação poderia tornar-se universal foi uma peculiaridade da época. Era apropriado, portanto, oferecer um campo comparativamente mais amplo para o desempenho das motivações econômicas quando se analisava essa sociedade. Temos que nos resguardar, porém, contra o prejulgamento do assunto, que é precisamente em que medida uma tal motivação insólita podia se tornar efetiva.

Assuntos puramente econômicos como os que afetam o desejo-satisfação são incomparavelmente menos relevantes para o comportamento de classe do que questões de reconhecimento social. O desejo-satisfação pode ser, sem dúvida, o resultado de um tal reconhecimento, especialmente como seu indício ou prêmio exterior. Todavia, os interesses de uma classe se referem mais diretamente à sua posição e lugar, ao *status* e segurança, isto é, eles são basicamente não-econômicos, mas sociais.

As classes e os grupos que tomaram parte, intermitentemente, no movimento geral em direção ao protecionismo após 1870, não o fizeram, basicamente, por conta dos seus interesses econômicos. As medidas "coletivistas" promulgadas nos anos críticos revelam que só excepcionalmente estaria envolvido o interesse de uma única classe, e, neste caso, esse interesse raramente poderia ser descrito como econômico. É certo que nenhum "interesse econômico estreito" poderia ser atendido por um decreto que autorizava as autoridades da cidade assumir responsabilidade sobre espaços ornamentais negligenciados; por regulamentações que exigiam a limpeza das padarias com água quente e sabão pelo menos uma vez em seis meses; ou um decreto que tornava compulsório examinar cabos e âncoras. Tais medidas corresponderam simplesmente às necessidades de uma civilização industrial às quais os métodos dos mercados não eram capazes de atender. A grande maioria dessas intervenções não teve qualquer influência direta, e pouco mais que indireta, nos rendimentos. Isto ocorreu com praticamente todas as leis relacionadas à saúde e à habitação, às amenidades e às bibliotecas públicas, às condições fabris e ao seguro social. O mesmo aconteceu em relação às utilidades públicas – educação, transporte e inúmeros outros assuntos. Mesmo nos casos que envolviam valores monetários, eles eram secundários em relação a outros interesses. Quase invariavelmente, o que estava em questão era o *status* profissional, a segurança e a estabilidade, a forma da vida de um homem, a extensão da sua exis-

tência, a estabilidade do seu ambiente. A importância monetária de algumas intervenções típicas, como tarifas aduaneiras ou compensação dos trabalhadores, não deve ser minimizada, de forma alguma. Porém, mesmo nesses casos os interesses não-monetários eram inseparáveis dos monetários. As tarifas aduaneiras, que implicavam lucro para os capitalistas e salários para os trabalhadores, significavam também, em última instância, segurança contra o desemprego, estabilidade para as condições regionais, segurança contra a liquidação de indústrias e, talvez o melhor, anulação da dolorosa perda de *status* que acompanha inevitavelmente a mudança para um emprego no qual o homem se sente menos habilitado e experimentado do que no seu próprio.

Já que nos livramos da obsessão de que apenas os interesses seccionais, e nunca os gerais, podem se tornar efetivos, assim como do preconceito gêmeo de restringir os interesses dos grupos humanos a seus rendimentos monetários, a amplitude e a compreensão do movimento protecionista perdem seu mistério. Enquanto os interesses monetários são veiculados, necessariamente, apenas pelas pessoas a quem eles pertencem, outros interesses têm uma clientela mais ampla. Eles afetam os indivíduos de inúmeras maneiras, como vizinhos, profissionais, consumidores, pedestres, viajantes, esportistas, andarilhos, jardineiros, pacientes, mães ou amantes – e são passíveis de serem representados por quase todos os tipos de associação territorial ou funcional, como igrejas, distritos, fraternidades, clubes, sindicatos ou, mais comumente, partidos políticos de amplas bases de adesão. Uma concepção de interesse demasiado estreita pode levar, com efeito, a uma visão deturpada da história social e política, e nenhuma definição puramente monetária dos interesses deixa espaço para aquela necessidade vital de proteção social, cuja representação recai, habitualmente, nas pessoas encarregadas dos interesses gerais da comunidade – sob condições modernas, os governos do dia. Foram precisamente os interesses sociais, e não os econômicos, de diferentes segmentos da população que se viram ameaçados pelo mercado, e pessoas pertencentes a vários estratos econômicos inconscientemente conjugaram forças para conjurar o perigo.

A ampliação do mercado foi pois simultaneamente adiantada e obstruída pela ação das forças de classes. Dada a necessidade de uma produção de máquina para o estabelecimento de um sistema de mercado, somente as classes comerciais estavam em posição de assumir a liderança nessa primeira transformação. Surgiu uma nova classe de empresários dos remanescentes das antigas classes, a fim de tomar conta de um desenvolvimento que estava em consonância com os interesses da

comunidade como um todo. Entretanto, se a ascensão dos industriais, empresários e capitalistas foi o resultado do seu papel dominante no movimento expansionista, a defesa recaiu sobre as classes fundiárias tradicionais e a nascente classe trabalhadora. Se dentre a comunidade comercial coube aos capitalistas representar os princípios estruturais do sistema de mercado, o papel de defensor ferrenho do tecido social coube, de um lado, à aristocracia feudal e, de outro, ao ascendente proletariado industrial. Entretanto, enquanto as classes fundiárias naturalmente procuravam a solução de todos os males na manutenção do passado, os trabalhadores estavam, até certo ponto, em posição de transcender os limites de uma sociedade de mercado e pedir soluções ao futuro. Isto não significa que a volta ao feudalismo ou a proclamação do socialismo estavam entre as linhas de ação possíveis, mas indica as direções inteiramente diferentes para as quais tendiam as forças agrárias e da classe trabalhadora urbana na busca de solução para uma emergência. Se a economia de mercado entrasse em colapso, como ameaçou ocorrer em cada uma das crises maiores, as classes fundiárias podiam tentar um retorno a um regime militar ou feudal de paternalismo, enquanto os trabalhadores fabris viam a necessidade de estabelecer uma comunidade de trabalho cooperativo. Numa crise, as "respostas" podem apontar para soluções mutuamente exclusivas. Um simples choque de interesses de classe, que poderia ser solucionado pelo compromisso, se revestiu de um significado fatal.

Tudo isto deveria alertar-nos contra confiar demais nos interesses econômicos de dadas classes para a explicação da história. Uma abordagem como essa implicaria a admissão tácita dessas classes num sentido que só seria possível numa sociedade indestrutível. Isto deixaria fora do alcance aquelas fases críticas da história, quando uma civilização desmorona ou passa por uma transformação, ocasião em que, como regra, novas classes se formam, às vezes no mais curto espaço de tempo, a partir de ruínas de classes antigas, ou até mesmo a partir de elementos extrínsecos, como aventureiros estrangeiros ou proscritos. Numa conjuntura histórica, é freqüente surgirem novas classes simplesmente em virtude das exigências da hora. Assim, em última instância, é a relação que uma classe tem com a sociedade como um todo que delimita a sua parte no drama. Seu sucesso é determinado pela amplitude e variedade dos interesses, além dos seus próprios, que ela é capaz de servir. Na verdade, nenhuma política de interesse de classe restrito pode defender bem até mesmo esse interesse – uma regra que só permite poucas exceções. Nenhuma classe brutalmente egoísta pode man-

ter-se na liderança a não ser que a alternativa para a conjuntura social seja um mergulho na destruição total.

Para poder jogar a culpa na suposta conspiração coletivista, os liberais econômicos têm que negar, em última instância, que jamais tenha ocorrido qualquer necessidade de proteção para a sociedade. Em época recente, aplaudiram as opiniões de alguns eruditos que abandonaram a doutrina tradicional da Revolução Industrial, segundo a qual desabou uma catástrofe sobre as infelizes classes trabalhadoras da Inglaterra na década de 1790. Conforme esses autores, o povo comum jamais foi atingido por algo semelhante à súbita deterioração dos padrões. Em média, ele estava bem melhor do que antes da introdução do sistema fabril e, quanto aos números, ninguém poderia negar o seu rápido crescimento. Os autores confirmavam ainda que, baseando-se nos índices aceitos de bem-estar econômico – salários reais e dados populacionais – o inferno do capitalismo primitivo jamais existiu. Longe de terem sido exploradas, as classes trabalhadoras foram economicamente as vencedoras, e era obviamente impossível discutir a necessidade de proteção social contra um sistema que beneficiava a todos.

Os críticos do capitalismo liberal ficaram surpresos. Durante cerca de setenta anos, estudiosos e comissões reais denunciaram os horrores da Revolução Industrial e uma galáxia de poetas, pensadores e autores estigmatizaram as suas crueldades. Era considerado fato estabelecido que as massas estavam sendo exauridas e definhavam com a exploração impiedosa do seu desamparo; que os cercamentos haviam privado os moradores do campo de seus lares e terras, atirando-os ao mercado de trabalho criado pela Poor Law Reform; e que as tragédias comprovadas das crianças que trabalhavam até morrer nas minas e fábricas ofereciam prova impressionante da destituição das massas. De fato, a explicação habitual da Revolução Industrial se baseava no grau de exploração que os cercamentos do século XVIII tornaram possível; nos baixos salários oferecidos aos trabalhadores sem lar, responsáveis pelos elevados lucros da indústria do algodão, assim como pela rápida acumulação de capital nas mãos dos primeiros fabricantes. A acusação contra estes era de exploração, uma exploração ilimitada dos seus semelhantes, considerada a causa básica de tanta miséria e aviltamento. Tudo isto estava sendo agora aparentemente refutado. Historiadores econômicos aplaudiam o fato de se ter dispersado a sombra negra que encobria as primeiras décadas do sistema fabril. Como poderia ocorrer uma catástrofe social onde havia, sem dúvida, progresso econômico?

É fora de dúvida, que uma calamidade social é basicamente um fenômeno cultural e não um fenômeno econômico que pode ser medido por cifras de rendimentos ou estatísticas populacionais. Catástrofes culturais que envolvem amplos estratos do povo comum não podem ser freqüentes, naturalmente. Mas também não o são acontecimentos cataclísmicos como a Revolução Industrial – um terremoto econômico que em menos de meio século transformou grandes massas de habitantes do campo inglês de gente estabelecida em migrantes ineptos. Todavia, se desmoronamentos destrutivos como esses são excepcionais na história das classes, eles são uma ocorrência comum na esfera dos contatos culturais entre povos de raças diferentes. Intrinsecamente, as condições são as mesmas. A diferença está principalmente no fato de que uma classe social é parte de uma sociedade que habita a mesma área geográfica, enquanto o contato cultural ocorre geralmente entre sociedades estabelecidas em diferentes regiões geográficas. Em ambos os casos o contato pode ter efeito devastador sobre a parte mais fraca. A causa da degradação, não é, portanto, a exploração econômica, como se presume muitas vezes, mas a desintegração do ambiente cultural da vítima. O processo econômico pode, naturalmente, fornecer o veículo da destruição, e quase invariavelmente a inferioridade econômica fará o mais fraco se render, mas a causa imediata da sua ruína não é essa razão econômica – ela está no ferimento letal infligido às instituições nas quais a sua existência social está inserida. O resultado é a perda do auto-respeito e dos padrões, seja a unidade um povo ou uma classe, quer o processo resulte do assim chamado "conflito cultural" ou de uma mudança na posição de uma classe dentro dos limites de uma sociedade.

Para o estudioso do capitalismo primitivo o paralelo é altamente significativo. A condição de algumas tribos nativas na África, hoje em dia, tem uma semelhança indiscutível com as das classes trabalhadoras inglesas durante os primeiros anos do século XIX. O cafre da África do Sul, um nobre selvagem que não podia se sentir mais seguro socialmente no seu *kraal* nativo, foi transformado numa variedade humana de animal semidomesticado, vestido com os "trapos mais disparatados, mais imundos, mais disformes que o mais degenerado homem branco jamais usaria",[2] um ser indescritível, sem auto-respeito ou padrão, um verdadeiro refugo humano. A descrição lembra o retrato que Robert

[2] Millin, Mrs. S. G., *The South Africans*, 1926.

Owen descreveu de seus próprios trabalhadores, quando a eles se dirigiu em New Lanark, dizendo-lhes na cara, serena e objetivamente como um pesquisador social registraria os fatos, por que eles haviam se transformado na ralé degradada que eram. E a verdadeira causa da sua degradação não poderia ser mais habilmente descrita do que pelo fato deles viverem num "vácuo cultural" – o termo usado por um antropólogo[3] para descrever a causa do aviltamento cultural de algumas das tribos negras mais valentes da África, sob a influência do contato com a civilização branca. Suas habilidades haviam decaído, as condições políticas e sociais da sua existência haviam sido destruídas, eles estão "morrendo de tédio", segundo a famosa frase de Rivers, ou desperdiçando suas vidas e substâncias na dissipação. Enquanto sua própria cultura não mais lhes oferece quaisquer objetivos dignos de esforço ou sacrifício, o esnobismo racial e o preconceito barram o caminho para sua participação adequada na cultura dos invasores brancos.[4] Substituamos a exclusão de cor pela exclusão social e emergirá as Duas Nações da década de 1840, sendo o cafre apropriadamente substituído pelo cambaleante morador da favela, das novelas de Kingsley.

Mesmo aqueles que podem concordar inteiramente que a vida num vazio cultural não é vida, parecem esperar que as necessidades econômicas preencham automaticamente aquele vazio e tornem a vida mais suportável sob quaisquer condições. Esse pressuposto é contestado, de forma contundente, pelo resultado da pesquisa antropológica. "Os objetivos pelos quais os indivíduos irão trabalhar são determinados culturalmente e não são uma resposta do organismo a uma situação externa, culturalmente indefinida, como uma simples escassez de alimento", diz a Dra. Mead. "O processo pelo qual se converte um grupo de selvagens em mineiros de ouro ou tripulações de navios, ou ele é simplesmente espoliado de todo incentivo para o esforço e abandonado a uma morte indolor ao lado de correntes ainda repletas de peixes, pode parecer tão bizarro, tão alheio à natureza da sociedade e seu funcionamento normal, que pode parecer patológico", e no entanto, acrescenta ela, "é precisamente o que acontece com o povo, em regra, em meio a uma mudança externa violentamente introduzida, ou pelo menos produzida externamente..." E conclui ela: "Este contato rude, este desenraizamento de pessoas simples dos seus *mores*, é demasiado freqüente para não merecer séria atenção por parte do historiador social".

[3] Goldenweiser, A., *Anthropoly*, 1937.
[4] Goldenweiser, A., *ibid.*

O historiador social, porém, não segue a sugestão. Ele ainda se recusa a ver que a força elementar do contato cultural, que está agora revolucionando o mundo colonial, é a mesma que, há um século, criou as cenas funestas do capitalismo primitivo. Um antropólogo[5] chegou à conclusão geral: "A despeito de numerosas divergências, existem no fundo as mesmas situações entre os povos exóticos de hoje que existiam entre nós há décadas ou séculos. Os novos dispositivos técnicos, o novo conhecimento, as novas formas de riqueza e poder acentuaram a mobilidade social , i.e., a migração de indivíduos, o aumento e diminuição das famílias, a diferenciação de grupos, novas formas de liderança, novos modelos de vida, diferentes valorizações". A mente penetrante de Thurnwald reconheceu que a catástrofe cultural da sociedade negra, hoje, é bastante análoga à de uma grande parte da sociedade branca nos primeiros dias do capitalismo. Só o historiador social ainda perde este ponto de analogia.

Nada obscurece mais a nossa visão social do que o preconceito econômico. A exploração tem sido colocada tão persistentemente à frente do problema colonial que este ponto exige uma atenção especial. A exploração feita pelo homem branco, num sentido obviamente humano, tem sido perpetrada com tanta freqüência, com tanta persistência e com tanta impiedade em relação aos povos atrasados do mundo, que poderia aparecer apenas uma total insensibilidade não atribuir-lhe um lugar de destaque em qualquer discussão sobre o problema colonial. No entanto, é precisamente essa ênfase na exploração que tende a ocultar da nossa perspectiva o tema ainda maior da degeneração cultural. Se a exploração é definida, em termos estritamente econômicos, como uma insuficiência permanente na proporção da troca, então pode-se duvidar se de fato existiu a exploração. A catástrofe da comunidade nativa é um resultado direto da ruptura rápida e violenta das instituições básicas da vítima (não parece relevante se a força é usada ou não no processo). Essas instituições são dilaceradas pelo próprio fato de que uma economia de mercado é impingida a uma comunidade organizada de modo inteiramente diverso; o trabalho e a terra se transformam em mercadorias, o que, mais uma vez, é apenas a fórmula abreviada para a liquidação de toda e qualquer instituição cultural numa sociedade orgânica. As alterações nos rendimentos e nas cifras

[5] Thurnwald, R. C., *Black and White in East Africa: The Fabric of a New Civilization*, 1935.

populacionais são evidentemente incomensuráveis em tal processo. Quem, por exemplo, poderia negar que um povo anteriormente livre tenha sido explorado, arrastado para a escravidão, embora seu padrão de vida, em algum sentido artificial, possa ter melhorado no país para o qual foi vendido, se comparado ao que tinha na sua floresta nativa? E, no entanto, nada seria alterado se imaginássemos que os nativos conquistados haviam sido libertos, e não teriam sequer que pagar o preço excessivo dos algodões baratos a eles impingidos, e que a sua inanição era causada "simplesmente" pela ruptura de suas instituições sociais.

Podemos citar o famoso exemplo da Índia. As massas indianas não morriam de fome na segunda metade do século XIX porque eram exploradas pelo Lacanshire; elas pereciam em grande número porque a comunidade aldeã indiana havia sido abalada. É uma verdade indiscutível que isto ocorreu através das forças da competição econômica, isto é, o constante barateamento dos *chaddar* feitos à mão em função das mercadorias feitas à máquina. Todavia, isto prova o oposto da exploração econômica, uma vez que o *dumping* significa o inverso da oneração. A verdadeira fonte da penúria dos últimos cinqüenta anos foi a livre comercialização de cereais, em conjunto com a baixa dos rendimentos locais. O fracasso nas colheitas é parte do quadro, sem dúvida, mas as áreas ameaçadas foram amparadas com a remessa de cereais através de ferrovias. O problema, porém, era que o povo não podia comprar o trigo aos preços astronômicos que, num mercado livre mas incompletamente organizado, seriam a reação à escassez. Em épocas anteriores havia pequenos depósitos locais para o abastecimento no caso de fracassarem as colheitas, mas eles não foram conservados, ou foram absorvidos pelo grande mercado. Por esta razão, a prevenção contra a fome assumia agora a forma de obras públicas que permitissem à população comprar a preços elevados. As três ou quatro grandes fomes que dizimaram a Índia sob o governo britânico, desde a rebelião, não foram portanto conseqüência nem dos elementos, nem da exploração, mas simplesmente da nova organização do mercado de trabalho e da terra, que desmoronou a antiga aldeia sem resolver realmente os seus problemas.

Enquanto sob o regime do feudalismo e da comunidade aldeã, a *noblesse oblige*, a solidariedade do clã e a regulamentação do mercado de trigo controlavam a fome, sob a direção do mercado não se podia impedir que as pessoas morressem de fome segundo as regras do jogo. O termo "exploração" descreve mal uma situação que se tornou realmente grave apenas depois que se aboliu o impiedoso monopólio da Companhia das Índias Orientais e se introduziu o livre comércio na Índia. Durante a época dos monopólios, a situação se mantinha sob controle com a ajuda da organização arcaica do campo, inclusive a livre distribuição do trigo, enquanto sob uma troca livre e igual os indianos pereciam aos milhões. A Índia pode ter sido beneficiada economicamente – e certamente foi, a longo prazo – mas ela foi desorganizada socialmente e se tornou presa da miséria e da degradação.

Em alguns casos, pelo menos o oposto da exploração, se assim podemos dizer, iniciou o contato cultural desintegrador. A concessão territorial obrigatória feita em 1887 aos índios norte-americanos beneficiou-os individualmente, segundo a nossa tabela financeira de cálculo. Entretanto, a medida quase destruiu a raça na sua existência física – o caso mais importante de degeneração cultural em registro. O gênio moral de um John Collier redimiu a situação, quase meio século mais tarde, insistindo na necessidade de um retorno às possessões tribais: hoje os índios norte-americanos, pelo menos em alguns lugares, têm novamente uma comunidade viva – e não foi a melhoria econômica, mas a *restauração social* que fez o milagre. O choque de um contato cultural devastador foi registrado pelo nascimento patético da famosa Dança do Espectro, versão da Pawnee Hand Game, em 1890 mais ou menos, exatamente na ocasião em que a melhoria das condições econômicas tornava anacrônica a cultura aborígine desses peles-vermelhas. Além disso, o fato de que nem mesmo um aumento de população – o outro índice econômico – precisa excluir uma catástrofe cultural é igualmente apoiado pela pesquisa antropológica. As taxas naturais de aumento da população podem ser, na verdade, tanto um índice de vitalidade cultural como de degradação cultural. O significado original da palavra "proletário", ligando fertilidade e mendicidade, é uma expressão marcante dessa ambivalência.

O preconceito economista foi ao mesmo tempo a fonte da teoria da exploração cruel do capitalismo primitivo e do equívoco, não menos cruel porém mais erudito, que negou mais tarde a existência de uma catástrofe social. A implicação significativa dessa última e mais recente interpretação da história foi a reabilitação da economia do *laissez-faire*. Se a economia liberal *não* causou qualquer desastre, então o protecionismo, que roubou ao mundo os benefícios dos mercados livres, foi um crime desumano. O próprio termo "Revolução Industrial" era encarado como se transmitisse uma idéia exagerada daquilo que foi, na sua essência, um vagaroso processo de mudança. Nada mais aconteceu, insistiam

esses eruditos, do que o desdobramento gradual das forças do progresso tecnológico que transformaram as vidas das pessoas. Muitos sofreram no decurso da mudança, sem dúvida, mas, no seu todo, a história foi a de um progresso contínuo. Esse produto feliz foi resultado do funcionamento quase inconsciente das forças econômicas, que executaram seu trabalho beneficente apesar da interferência de elementos impacientes, que exageraram as dificuldades inevitáveis da época. A inferência foi nada menos que a negação do perigo que ameaçava a sociedade a partir da nova economia. Se a revisão da história da Revolução Industrial se ativesse aos fatos, o movimento protecionista perderia toda a justificação objetiva e o *laissez-faire* estaria vingado. A falácia materialista em relação à natureza da catástrofe social e cultural sustentaria, assim, a fábula de que todos os males da época ocorreram por termos abandonado o liberalismo econômico.

Resumindo, não foram grupos ou classes únicas a fonte do assim chamado movimento coletivista, embora o resultado tenha sido influenciado decisivamente, pelo caráter dos interesses de classe envolvidos. Em última instância, o que fez as coisas acontecerem foram os interesses da sociedade como um todo, embora sua defesa tenha recaído basicamente numa secção da população em preferência a outra. Parece razoável agrupar nosso relato do movimento protetor não em torno de interesses de classe, mas em torno das substâncias sociais ameaçadas pelo mercado.

Os pontos perigosos foram indicados pelas direções principais do ataque. O mercado de trabalho competitivo atingiu o possuidor da força de trabalho, isto é, o homem. O comércio livre internacional foi basicamente uma ameaça à maior indústria dependente da natureza, isto é, a agricultura. O padrão-ouro ameaçou as organizações produtivas que dependiam do movimento relativo de preços para o seu funcionamento. Os mercados se desenvolveram, em cada uma dessas áreas, o que implicou uma ameaça latente para a sociedade em alguns dos aspectos mais vitais da sua existência.

Os mercados de trabalho, terra e dinheiro, são fáceis de distinguir; não é tão fácil distinguir aquelas partes de uma cultura cujo núcleo é formado por seres humanos, seus ambientes naturais e as organizações produtoras, respectivamente. O homem e a natureza são praticamente *um* na esfera cultural. O aspecto de dinheiro da empresa produtiva penetra apenas em um interesse socialmente vital, isto é, a unidade e a coesão da nação. Assim, enquanto os mercados para as mercadorias fictícias – trabalho, terra e dinheiro – eram distintos e separados, as

ameaças à sociedade que eles envolviam nem sempre podiam ser estritamente separadas.

A despeito disso, um esboço do desenvolvimento institucional da sociedade ocidental durante os críticos oitenta anos (1834-1914) pode referir-se a cada um desses pontos ameaçadores em termos semelhantes. A organização do mercado cresceu a ponto de se tornar um perigo, e tanto no que concerne ao homem, à natureza ou à organização produtiva, grupos ou classes definidas pressionaram por proteção. Em cada um dos casos o espaço de tempo considerável que decorreu entre o desenvolvimento inglês, continental e norte-americano teve uma orientação importante e, no entanto, na virada do século, o contramovimento protecionista havia criado uma situação análoga em todos os países ocidentais.

Sendo assim, trataremos separadamente da defesa do homem, da natureza e da organização produtiva – um movimento de auto-preservação do qual emergiu um tipo de sociedade mais intimamente entrelaçada e que, no entanto, estava ameaçada de total rompimento.

14

MERCADO E HOMEM

Separar o trabalho das outras atividades daa vida e sujeitá-lo às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-las por um tipo diferente de organização, uma organização atomista e individualista.

Tal esquema de destruição foi ainda mais eficiente com a aplicação do princípio da liberdade de contrato. Na prática, isto significava que as organizações não-contratuais de parentesco, vizinhança, profissão e credo teriam que ser liquidadas, pois elas exigiam a alienação do indivíduo e restringiam, portanto, sua liberdade. Representar esse princípio como o da não interferência, como os liberais econômicos se propunham a fazer, era expressar simplesmente um preconceito arraigado em favor de uma espécie definida de interferência, isto é, que iria destruir as relações não-contratuais entre indivíduos e impedir a sua reformulação espontânea.

Este resultado do estabelecimento de um mercado de trabalho é perfeitamente aparente nas regiões coloniais de hoje em dia. Os nativos são forçados a ganhar a vida vendendo o seu trabalho. Para atingir essa finalidade, suas instituições tradicionais têm que ser destruídas e impedidas de se reformularem, pois, em regra, o indivíduo numa sociedade primitiva não se vê ameaçado de inanição a menos que a comunidade como um todo também esteja numa situação semelhante. Sob o sistema de terra *kraal* dos cafres, por exemplo, "a miséria é impossível: quem quer que precise de assistência, pode recebê-la incondicionalmente".[1]

[1] Mair, L.P., *An African People in the Twentieth Century*, 1934.

Nenhum Kwakiutl "jamais correu o menor risco de ficar faminto".[2] "Não existe a inanição em sociedades que vivem à margem da subsistência".[3] O princípio de independer da carência era conhecido também na comunidade aldeã hindu e, podemos ainda acrescentar, em quase todos os tipos de organização social até aproximadamente o início do século XVI na Europa, quando as idéias modernas em relação aos pobres, apresentadas pelo humanista Vives, foram discutidas na Sorbonne. É justamente a ausência da ameaça de inanição individual que torna a sociedade primitiva, num certo sentido, mais humana que a economia de mercado e, ao mesmo tempo, menos econômica. De forma irônica, a contribuição inicial do homem branco para o mundo do homem negro consistiu principalmente em acostumá-lo a sentir o aguilhão da fome. Assim, o colonizador pode decidir cortar árvores de fruta-pão a fim de criar uma escassez artificial de alimentos, ou pode impor uma taxação sobre a cabana do nativo, para forçá-lo a permutar o seu trabalho. Em ambos os casos o efeito é similar ao dos cercamentos da era Tudor, com sua esteira de hordas errantes.

Um relatório da Liga das Nações mencionou, com o devido horror, o aparecimento recente daquela indescritível figura do cenário europeu do século XVI, o "homem sem dono", na floresta africana.[4] No final da Idade Média, ele só era encontrado nos "interstícios" da sociedade.[5] E no entanto ele foi o precursor do trabalhador nômade do século XIX.[6]

Ora, o que o homem branco ainda pratica ocasionalmente em regiões remotas hoje em dia, isto é, a derrubada das estruturas sociais a fim de extrair delas o elemento do trabalho, foi feito no século XVIII com as populações brancas, por homens brancos, com propósitos similares. A visão grotesca do Estado de Hobbes – um Leviatã humano, cujo corpo imenso era formado por um número infinito de corpos humanos – foi eclipsada pelo construto ricardiano do mercado de trabalho; um fluxo de vidas humanas cujo abastecimento era regulado pela quantidade de alimentos à sua disposição. Embora reconhecendo

[2] Loeb, E.M., "The Distribution and Function of Money in Early Society", Em *Essays in Anthropology*, 1936.
[3] Herskovits, M.J., *The Economic Life of Primitive Peoples*, 1940.
[4] Thurnwald, R.C., *op. cit.*
[5] Brinkmann, C., "Das soziale System des Kapitalismus", *Grundriss der Sozialökonomik*, 1924.
[6] Toynbee, A., *Lectures on the Industrial Revolution*, 1887, p. 98.

que existia um padrão costumeiro, abaixo do qual nenhum salário de trabalhador poderia diminuir, considerou-se também essa limitação como efetiva apenas no caso do trabalhador estar reduzido à escolha entre ficar sem alimento ou oferecer seu trabalho no mercado, pelo preço que pudesse conseguir. A propósito, isto explica uma omissão dos economistas clássicos, de outra forma inexplicável, isto é, porque somente a penalidade da inanição, e não o atrativo dos ordenados altos, era considerada capaz de criar um mercado de trabalho atuante. Aqui também a experiência colonial confirmou a desses economistas. Quanto mais elevado o salário, menor era a atração que exercia sobre o nativo que, diferente do homem branco, não era compelido pelos seus padrões culturais a ganhar tanto dinheiro quanto lhe fosse possível. A analogia era ainda mais marcante pois também o trabalhador primitivo tinha horror à fábrica, onde se sentia degradado e torturado, como o nativo que muitas vezes se resigna a trabalhar à nossa maneira apenas quando é ameaçado de castigos corporais e até de mutilação física. Os fabricantes de Lyon, do século XVIII, impunham salários baixos basicamente por razões sociais[7]. Somente um trabalhador exausto e oprimido, argumentavam eles, renunciaria à associação com seus camaradas para escapar à condição de servidão pessoal, sob a qual ele se via obrigado a fazer aquilo que seu senhor dele exigia. Assim como na Inglaterra foi a compulsão legal e a servidão paroquial e no Continente os rigores de uma política de trabalho absolutista, nas Américas primitivas foi o trabalho encomendado o pré-requisito do "trabalhador voluntário". O estágio final, porém, só foi alcançado com a aplicação da "penalidade da natureza" – a fome. Para consegui-lo, foi necessário liquidar a sociedade orgânica, que se recusava a permitir que o indivíduo passasse fome.

A proteção da sociedade, no primeiro exemplo, recai sobre os dominadores, que podem impor sua vontade diretamente. Entretanto, os liberais econômicos adotam com muita facilidade a noção de que os dirigentes econômicos tendem a ser beneficentes, enquanto o mesmo não ocorre com os dirigentes políticos. Este não parece ser o pensamento de Adam Smith, pois ele insistia para que um governo britânico direto na Índia substituísse a administração feita por uma companhia privilegiada. Os dirigentes políticos, argumentava ele, teriam interesses paralelos aos dos dominados, cuja riqueza avolumaria a sua receita pública,

[7] Heckscher, E. F., *op. cit.*, vol II, p. 168.

enquanto os interesses do mercador eram, naturalmente, antagônicos aos dos seus clientes.

Por interesse e inclinação, recaiu sobre os senhores de terra da Inglaterra a tarefa de proteger vidas do povo comum contra a investida da Revolução Industrial. A Speenhamland foi um fosso cavado em defesa da organização rural tradicional, quando a agitação da mudança avassalava o campo e transformava a agricultura, incidentalmente, numa indústria precária. Em sua relutância natural de inclinar-se às necessidades das cidades manufatureiras, os proprietários rurais foram os primeiros a resistir naquela que provou ser a luta perdida de um século. Sua resistência, porém, não foi em vão. Durante várias gerações ela impediu a ruína e deu tempo para que houvesse um reajustamento quase completo. Ela retardou o progresso econômico por um período crítico de quase quarenta anos e, quando a reforma parlamentar de 1834 aboliu a Speenhamland, os senhores de terra mudaram o foco da sua resistência para as leis fabris. A Igreja e a herdade feudal agora agitavam o povo contra o proprietário do moinho, cuja predominância tornaria irresistível a grita por alimentos baratos, e assim, indiretamente, ameaçava solapar os aluguéis e os dízimos. Oastler, por exemplo, foi "um homem da Igreja, um Tory e um Protecionista";[8] mas era também um Humanista. Assim eram também, com misturas variadas desses ingredientes de socialismo conservador, as outras grandes figuras do movimento fabril: Sadler, Southey e Lorde Shaftesbury. Mas o pressentimento das perdas ameaçadoras pecuniárias que impelia o grosso de seus seguidores tinha realmente bons fundamentos: os exportadores de Manchester logo começaram a clamar por salários mais baixos, que significariam cereais mais baratos – a abolição da Speenhamland e o desenvolvimento das fábricas realmente prepararam o caminho para o sucesso da agitação que envolveu as Anti-Corn Laws em 1846. Entretanto, por razões fortuitas, a ruína da agricultura na Inglaterra foi retardada durante toda uma geração. Enquanto isso, Disraeli baseou o socialismo Tory num protesto contra a Poor Law Reform Act, e os latifundiários conservadores da Inglaterra impuseram técnicas de vida radicalmente novas à sociedade industrial. A Ten Hours Bill (Lei das Dez Horas) de 1847, que Karl Marx aplaudiu como a primeira vitória do socialismo, foi obra de reacionários esclarecidos.

[8] Dicey, A. V., *op. cit.*, p. 226.

Os próprios trabalhadores não eram praticamente um fator nesse grande movimento cujo resultado, falando figurativamente, era permitir-lhes sobreviver à Passagem Intermediária. Eles tinham tão pouco a dizer na determinação de seu próprio destino como a carga negra dos navios de Hawkins. E, no entanto, foi precisamente esta falta de participação ativa por parte da classe trabalhadora britânica na decisão do seu próprio destino que determinou o curso da história social inglesa e tornou-a, para melhor ou para pior, tão diferente da do continente.

Existe um toque peculiar no que diz respeito aos incitamentos não-dirigidos, às excitações e erros de uma classe nascente, cuja verdadeira natureza a história já revelou há tempos. Politicamente, a classe trabalhadora britânica foi definida pela Parliamentary Reform Act de 1832, que recusou-lhe o voto. Economicamente, pela Poor Law Reform Act de 1834, que excluiu-a da assistência social e separou-a dos indigentes. Durante algum tempo, ainda, a futura classe trabalhadora britânica estava em dúvida quanto a sua salvação, se ela não estaria, afinal de contas, num retorno à existência rural e às condições do artesanato. Nas duas décadas seguintes à Speenhamland, seus esforços se concentraram em parar o livre uso da maquinaria, quer reforçando as cláusulas de aprendizado do Statute of Artificers, quer pela ação direta, como no ludismo. Essa atitude aparentemente atrasada prolongou-se como uma corrente subterrânea durante o movimento owenita, até o final da década de 1940, quando a Ten Hours Bill, o eclipse do cartismo e o início da Idade de Ouro do capitalismo obliteraram a visão do passado. Até então a classe trabalhadora britânica, *in statu nascendi* era um enigma para si mesma e somente quando se acompanha, com toda a compreensão, suas agitações semi-inconscientes é que se pode avaliar a imensidade da perda que a Inglaterra sofreu com a exclusão da classe trabalhadora de uma participação igualitária na vida nacional. Quando o owenismo e o cartismo se consumiram, a Inglaterra tornou-se mais pobre naquela substância a partir da qual o ideal anglo-saxão de uma sociedade livre poderia ter sido estruturado durante os séculos vindouros.

Mesmo se o movimento owenita tivesse se restringido apenas a atividades locais, de pouca monta, ele poderia ter-se tornado um monumento à imaginação criativa da raça. Mesmo se o cartismo jamais tivesse ido além dos limites daquele núcleo que concebera a idéia de um "feriado nacional" para obter os direitos do povo, ele poderia ter demonstrado que algumas pessoas ainda podiam sonhar seus próprios sonhos, e tomavam a medida de uma sociedade que

havia esquecido a forma do homem. Todavia, este não foi o caso nem de um nem de outro. O owenismo não foi a inspiração de uma seita insignificante, nem o cartismo se restringiu a uma elite política; ambos os movimentos incluíam centenas de milhares de profissionais e artesãos, operários e trabalhadores e, com seus inúmeros adeptos, podem se classificar entre os maiores movimentos sociais da história moderna. No entanto, diferentes como eram, semelhantes apenas na medida do seu fracasso, eles serviram para provar como era inevitável, desde o primeiro momento, a necessidade de proteger o homem contra o mercado.

O movimento owenita não foi originalmente nem político nem da classe trabalhadora. Ele representava os anseios do povo comum, esmagado pelo surgimento da fábrica, de descobrir uma forma de existência que tornasse o homem senhor da máquina. Na sua essência, ele visava àquilo que pode nos parecer como um desvio do capitalismo. Uma fórmula como essa teria que ser um tanto equívoca, sem dúvida, uma vez que o papel organizador do capital e a natureza de um mercado auto-regulável ainda eram desconhecidos. Entretanto, talvez ela expresse melhor o espírito de Owen, que enfaticamente não era um inimigo da máquina. Ele acreditava que o homem continuaria a ser o seu próprio patrão, a despeito da máquina; o princípio da cooperação ou "sindicato" resolveria o problema da máquina sem sacrificar nem a liberdade individual nem a solidariedade social, nem a dignidade do homem ou a sua simpatia para com seus semelhantes.

A força do owenismo estava no fato da sua inspiração ser eminentemente prática, porém seus métodos se baseavam numa apreciação do homem como um todo. Embora os problemas fossem, intrinsecamente, os da vida cotidiana, como a qualidade do alimento, a habitação e a educação, o nível dos salários, a fuga ao desemprego, a ajuda na doença e outros similares, os temas envolvidos eram tão amplos como as forças morais para as quais apelavam. A convicção de que a existência do homem poderia ser restaurada, se fosse descoberto o método certo, permitiu que as raízes do movimento penetrassem naquela camada profunda onde se forma a própria personalidade. Raramente surgiu um movimento social menos intelectualizado com objetivo semelhante; as convicções daqueles que nele se engajavam imbuíam de significado até mesmo as atividades mais aparentemente triviais, de forma que não era necessário um credo organizado. Na verdade a sua fé era profética, pois insistia em métodos de reconstrução que transcendiam a economia de mercado.

O owenismo foi uma religião da indústria, cujo portador era a classe trabalhadora;[9] sua riqueza de formas e iniciativas não teve rival. Ele foi, praticamente, o iniciador do movimento sindicalista moderno. Sociedades cooperativas eram fundadas e se ocupavam principalmente das vendas a varejo a seus membros. Não se tratava, certamente, de cooperativas de consumidores regulares, mas de lojas sustentadas por elementos entusiastas, determinados a devotar os lucros do empreendimento à continuidade dos planos owenitas, preferindo-as à organização das Villages of Cooperation. "Suas atividades eram tanto educacionais e propagandistas como comerciais; seu objetivo era a criação de uma Nova Sociedade através de seus esforços conjuntos". As "Union Shops" criadas pelos membros dos sindicatos profissionais eram mais da natureza de cooperativas de produtores, e os artesãos desempregados podiam lá encontrar trabalho ou, em caso de greves, ganhar algum dinheiro ao invés do pagamento de greve. No "Labour Exchange" owenita, a idéia da loja cooperativa se desenvolveu numa instituição *sui generis*. No coração do Exchange ou Bazar havia confiança na natureza complementar das profissões; provendo as necessidades uns dos outros, os artesãos poderiam se emancipar das altas e baixas do mercado, era o que se pensava. Mais tarde, isto se fez acompanhar da utilização de notas de trabalho, que tinham uma circulação considerável. Um tal artifício pode nos parecer fantástico, hoje em dia, mas, na época de Owen, não só o caráter do trabalho assalariado como também das notas bancárias permanecia inexplorado.

O socialismo não era essencialmente diferente desses projetos e invenções que fervilhavam no movimento benthamita. Tanto a oposição rebelde quanto a respeitável classe média estavam numa atmosfera experimental. O próprio Jeremy Bentham investiu no futurístico esquema educacional de Owen, em New Lanark, e apurou um dividendo. As Sociedades Owenitas propriamente ditas eram associações ou clubes que se destinavam a apoiar os planos das Villages of Co-operation, que já descrevemos em relação à assistência social aos pobres. Esta foi a origem da cooperativa dos produtores agrícolas, uma idéia que teve uma carreira longa e destacada. A primeira organização nacional de produtores com objetivos sindicalistas foi a Operative Builders' Union, que tentou regulamentar diretamente o negócio das construções criando "construções na escala mais extensa possível", introduzindo uma moeda própria e exibindo os meios de realizar "a grande associação para a emancipação das classes produtivas". As cooperativas de produtores industriais do século XIX datam desse empreendimento. Foi do Builders' Union ou Guild e seu "Parlamento" que surgiu consolidado o ainda mais ambicioso Trades Union que, durante um curto prazo, abrangeu quase um milhão de trabalhadores e artesãos na sua frouxa federação de sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. Sua idéia era a revolta industrial por meios pacíficos, o que não parecerá uma contradição se nos lembrarmos que, no messiânico amanhecer do seu movimento, a mera conscientização da sua missão parecia tornar irresistível as aspirações do povo trabalhador. Os mártires de Tolpuddle pertenciam a uma filial rural dessa organização.

A propaganda a favor de uma legislação fabril foi levada a efeito pelas Regeneration Societies; estas foram as pioneiras do movimento secularista, embora mais tarde fossem fundadas sociedades éticas. A idéia da resistência não violenta se desenvolveu plenamente no meio delas. Como o saint-simonismo na França, o owenismo na Inglaterra mostrou todas as características de uma inspiração espiritual. Entretanto, enquanto Saint-Simon trabalhava por um renascimento do Cristianismo, Owen foi o primeiro adversário do Cristianismo entre os líderes da classe trabalhadora moderna. As cooperativas de consumidores da Grã-Bretanha, que encontraram imitadores em todo o mundo, foram certamente a iniciativa mais eminentemente prática do owenismo. O fato de ter perdido seu ímpeto – ou tê-lo mantido apenas na esfera periférica do movimento de consumidores – foi a maior derrota individual das forças espirituais na história da Inglaterra industrial. Todavia, um povo que, após a degradação moral do período do Speenhamland, ainda possuía a exuberância exigida por um esforço criador tão imaginativo e ininterrupto, deve ter possuído um vigor intelectual e emocional quase ilimitado.

No owenismo, com a sua consideração do homem como um todo, ainda restava algo daquela herança medieval de vida corporativa que encontrou sua expressão na Builders' Guild e no cenário rural do seu ideal social, as Villages of Co-operation. Embora tenha sido a fonte do socialismo moderno, suas proposições não se baseavam no tema da propriedade, que é o aspecto legal apenas do capitalismo. Atingido o novo fenômeno da indústria, como havia feito Saint-Simon, ele reconheceu o desafio da máquina. Mas o traço característico do owenismo foi sua insistência na abordagem *social*: ele se recusava a aceitar a divisão da sociedade em esferas econômica e política e, em conseqüência, rejeitava a ação

[9] Cole, G.D.H., *Robert Owen*, 1925, uma obra sobre a qual nos apoiamos decisivamente.

política. A aceitação de uma esfera econômica separada teria implicado o reconhecimento do princípio do ganho e do lucro como a força organizadora da sociedade, e isto Owen recusava-se a fazer. Seu gênio reconheceu que a incorporação da máquina só era possível numa nova sociedade. O aspecto industrial das coisas, para ele, não se restringia ao econômico (isto teria implicado uma visão de mercado da sociedade que ele rejeitava). New Lanark lhe havia ensinado que na vida do trabalhador o salário era apenas um entre muitos outros fatores, como as circunvizinhanças natural e doméstica, a qualidade e os preços das mercadorias, a estabilidade do emprego e a segurança na posse da terra. (As fábricas de New Lanark, como algumas outras firmas antes delas, conservavam seus empregados na folha de pagamento mesmo quando não havia trabalho para eles.) Mas havia muito mais nesse ajuste. A educação das crianças e dos adultos, a provisão de lazer, a dança e a música e a suposição geral de que uma moral elevada e padrões pessoais para velhos e jovens criavam a atmosfera na qual a população industrial como um todo atingia um novo *status*. Milhares de pessoas de toda a Europa (e até mesmo da América do Norte) visitavam New Lanark como se ela fosse uma reserva do futuro na qual fora consumado o feito impossível de dirigir um negócio fabril bem-sucedido com uma população humana. E, no entanto, a firma de Owen pagava salários consideravelmente menores do que algumas cidades vizinhas. Os lucros de New Lanark derivavam principalmente da grande produtividade do trabalho em menos horas, em conseqüência de uma excelente organização e de trabalhadores repousados, vantagens que compensavam o aumento dos salários reais incluídos em provisões generosas para uma vida decente. Só esta última pode explicar os sentimentos de quase adulação que os trabalhadores tinham para com Owen. Foi a partir de experiências como essas que ele extraiu a abordagem social, isto é, maior-que-econômica, do problema da indústria.

É mais um tributo à sua visão o fato de que, a despeito dessa perspectiva compreensiva, ele apreendeu a natureza incisiva dos fatos físicos concretos que dominavam a existência do trabalhador. Seu senso religioso se revoltava contra o transcendentalismo prático de uma Hannah More e suas Cheap Repository Tracts. Um deles exaltava o exemplo de uma moça mineira do Lancashire. Ela fora levada para o poço na idade de nove anos, para empurrar o carrinho junto com seu irmão, dois anos mais novo.[10] "Ela o seguia (seu pai) alegremente no poço de carvão, enterrando-se nas profundezas da terra e lá, numa tenra idade, sem usar seu sexo como desculpa, ela acompanhava o trabalho dos mineiros, uma raça de homens bastante rude mas muito útil para a comunidade". O pai foi morto num acidente no poço, diante dos filhos. Ela então pediu emprego como criada, mas havia um preconceito contra ela porque havia sido mineira, e ela não conseguiu o emprego. Felizmente, através dessa reconfortante compensação que transforma as aflições em bênçãos, seu caráter e paciência atraíram a atenção, foram feitas indagações na mina, e as recomendações foram tão elevadas que ela conseguiu o emprego. "Esta história", conclui o folheto, "pode ensinar ao pobre que é raro ele se encontrar numa condição de vida tão baixa que o impeça de atingir algum grau de independência ao procurar esforçar-se, e que não pode existir uma situação tão indigna que impeça a prática de muitas virtudes nobres." As irmãs More preferiam trabalhar entre operários famintos mas se recusavam a se interessar sequer pelos seus sofrimentos físicos. Elas procuravam solucionar o problema físico do industrialismo simplesmente concedendo status e função aos trabalhadores do alto da sua magnanimidade. Hannah More insistia que o pai da sua heroína era um membro útil da comunidade; a situação da filha foi reconhecida pela compreensão dos seus patrões. Hannah More acreditava que nada mais era preciso para o funcionamento de uma sociedade.[11]

Owen afastou-se de um Cristianismo que renunciara à tarefa de dominar o mundo do homem, e preferia exaltar o status e a função imaginários da desgraçada heroína de Hannah More em vez de enfrentar a terrível revelação que transcendia o Novo Testamento – a condição do homem numa sociedade complexa. Ninguém pode duvidar da sinceridade que inspirava a convicção de Hannah More de que quanto mais rapidamente o pobre admitisse a sua condição de degradação, mais facilmente ele se voltaria para o consolo do céu, o único em que ela confiava tanto para a salvação do pobre como para o perfeito funcionamento de uma sociedade de mercado na qual ela acreditava firmemente. Mas esses cascos vazios de Cristianismo, nos quais vegetava a vida interior dos mais generosos representantes das classes superiores, faziam um contraste deficiente com a fé criativa daquela religião de diligência em cujo espírito o povo comum da Inglaterra tentava redimir a sociedade. O capitalismo, porém, ainda tinha um futuro à sua frente.

[10] More, H., *The Lancashire Colliery Girl*, maio de 1795; cf. Hammond, J. L. e B., *The Town Labourer*, 1917, p. 230.

[11] Cf. Drucker, P.F., *The End of Economic Man*, 1939, p. 93, nos English Evangelicalls; e *The Future of Industrial Man*, 1942, pp. 21 e 194 sobre status e função.

O movimento cartista apelava para um conjunto de impulsos tão diferentes que sua emergência quase poderia ser predita após o fracasso prático do owenismo e de suas iniciativas prematuras. Ele foi um esforço puramente político que tentou ganhar influência no governo através de canais constitucionais. Sua tentativa de pressionar o governo mantinha a linha tradicional do movimento da reforma que havia garantido o voto para as classes médias. Os Six Points of the Charter (Seis Pontos da Carta Magna) exigiam um sufrágio popular efetivo. A rigidez intransigente com que o Parlamento reformulado rejeitou esta extensão do voto durante um terço de século, o uso da força em razão do apoio da massa em favor da Carta Magna, a contrariedade dos liberais da década de 1840 em relação à idéia de um governo popular, tudo isso prova que o conceito de democracia era estranho às classes médias inglesas. Somente depois que a classe trabalhadora aceitou os princípios de uma economia capitalista e os sindicatos profissionais fizeram do pleno funcionamento da indústria a sua preocupação máxima foi que as classes médias concederam o voto aos trabalhadores mais bem situados. Isto só ocorreu, porém, muito tempo depois que o movimento cartista declinara e havia a certeza de que os trabalhadores não tentariam usar esse privilégio a serviço de quaisquer idéias próprias. Do ponto de vista da difusão de formas de existência do mercado, isto encontra justificativa pois ajudou a superar os obstáculos apresentados pelas formas subservientes de vida orgânica e tradicional entre o povo trabalhador. Nada foi feito, porém, em relação à tarefa totalmente diversa de restabelecer o povo comum, cujas vidas haviam sido desenraizadas na Revolução Industrial, e introduzi-lo no desdobramento de uma cultura nacional comum. Não havia mais como recuperar a posição pois o investimento que fizeram com o voto ocorrera justamente na ocasião em que já fora infligido um dano irreparável à capacidade do povo de participar da liderança. As conclusões dominantes haviam cometido o erro de ampliar o princípio da inflexível dominação de classe para abarcar um tipo de civilização que exigia a unidade cultural e educacional da comunidade para não ser vítima de influências degenerativas.

O movimento cartista era político e, portanto, mais fácil de compreender do que o owenismo. Todavia, é difícil apreender a intensidade emocional, ou até mesmo a amplitude desse movimento, sem se fazer alguma referência imaginativa à época. As décadas de 1789 e 1830 fizeram da revolução uma instituição regular na Europa. Em 1848, a data do levante de Paris já havia sido prevista em Berlim e

Londres com uma precisão muito mais comum em relação à abertura de uma feira do que de uma sublevação social, e revoluções "de reforço" estouraram prontamente em Berlim, Viena, Budapeste e algumas cidades da Itália. Em Londres também havia grande tensão pois todos, inclusive os próprios cartistas, esperavam uma ação violenta para compelir o Parlamento a conceder o voto ao povo. (Menos de 15% dos homens adultos tinham direito ao voto.) Em toda a história da Inglaterra jamais ocorreu semelhante concentração de forças, de prontidão para a defesa da lei e da ordem, do que em 12 de abril de 1848. Nesse dia, centenas de milhares de cidadãos foram investidos de autoridade policial especial para enfrentar os cartistas. A revolução de Paris, porém, chegou tarde demais para assegurar a vitória de um movimento popular na Inglaterra. Nessa ocasião, já se dissipava o espírito de revolta acirrado pela Poor Law Reform Act e pelo sofrimento causado pela fome da década de 1840. A onda do comércio ascendente incrementava o emprego e o capitalismo começava a cumprir a sua parte. Os cartistas se dispersaram pacificamente. O caso deles não foi sequer considerado pelo Parlamento, a não ser em data posterior, quando sua proposta foi derrotada por uma maioria de cinco a um na Câmara dos Comuns. Foi em vão que recolheram milhões de assinaturas; foi em vão que os cartistas se comportaram como cidadãos obedientes à lei. Seu movimento foi ridicularizado pelos vencedores a ponto de se extinguir. Assim terminou o maior esforço político do povo da Inglaterra para fazer desse país uma democracia popular. Um ou dois anos mais tarde, o cartismo já estava praticamente esquecido.

A Revolução Industrial chegou ao continente meio século mais tarde. Lá a classe trabalhadora não havia sido forçada a abandonar a terra por um movimento de cercamento. Ao contrário, foi o atrativo dos salários altos e da vida urbana que levaram o trabalhador agrícola semi-servil a abandonar a pequena propriedade e migrar para a cidade, onde ele se associou à classe média baixa tradicional, e teve oportunidade de adquirir uma tonalidade urbana. Longe de se sentir rebaixado, ele se sentiu elevado pelo seu novo ambiente. É fora de dúvida que as condições de moradia eram abomináveis e o alcoolismo e a prostituição imperaram entre os estratos mais baixos dos trabalhadores citadinos até o início do século XX. Todavia, não havia comparação entre a catástrofe moral e cultural do foreiro ou posseiro inglês, de ancestralidade decente, que se sentiu afundar, sem defesa, no lamaçal social e físico das favelas, na vizinhança de alguma fábrica e os eslovacos ou o trabalhador agrícola da

Pomerânia que se transformava, quase que da noite para o dia, de peão morador de estábulo, em operário industrial de uma metrópole moderna. Um trabalhador irlandês ou galês, ou um montanhês da Escócia podia passar por uma experiência semelhante vadiando pelas ruas de Manchester ou Liverpool, mas o filho de um pequeno proprietário rural inglês ou foreiro despedido certamente não sentia o seu *status* mais elevado. Não foi apenas o lábrego camponês do continente, recentemente emancipado, que tivera a oportunidade de ascender para as classes médias baixas dos profissionais e comerciantes, com suas antigas tradições culturais. Até a burguesia, socialmente muito acima dele, politicamente se situava no mesmo nível, tão afastada das fileiras da classe dominante como o próprio camponês. As forças da ascendente classe média e da classe trabalhadora se aliavam estreitamente contra a aristocracia feudal e o episcopado romano. A *intelligentsia*, principalmente os estudantes universitários, cimentava a união entre essas duas classes no seu ataque comum contra o absolutismo e o privilégio.

Na Inglaterra, as classes médias, tanto os proprietários rurais e os mercadores do século XVII, como os fazendeiros e os comerciantes do século XIX, eram fortes o bastante para reivindicar sozinhos os seus direitos, e não procuraram o apoio dos trabalhadores nem mesmo durante o seu esforço quase revolucionário de 1832. Além disso, a aristocracia inglesa procurava assimilar os recém-chegados mais ricos, alargando os níveis mais altos da hierarquia social, enquanto no continente, a aristocracia, ainda semifeudal, não permitia o casamento de seus pares com a burguesia, e a ausência da instituição da primogenitura isolava-a hermeticamente das outras classes. Assim, cada passo bem-sucedido em direção à igualdade de direitos e das liberdades beneficiava tanto as classes médias continentais como as classes trabalhadoras. Desde 1830, ou talvez desde 1789, fazia parte da tradição continental contar com a ajuda da classe trabalhadora nas batalhas da burguesia contra o feudalismo, ainda que – como diz o ditado – a classe média lhe roubasse depois os frutos da vitória. No entanto, quer a classe trabalhadora ganhasse ou perdesse, sua experiência se fortalecia e seus objetivos se elevavam a um nível político. É isto o que significa adquirir uma consciência de classe. As ideologias marxistas cristalizaram a perspectiva do trabalhador urbano, a quem as circustâncias ensinaram a usar sua força industrial e política como arma de uma política mais ambiciosa. Enquanto os trabalhadores britânicos adquiriam uma experiência incomparável nos problemas pessoais e sociais do sindicalismo, inclusive as táticas e as estratégias da ação industrial, e deixavam a política

nacional para os seus superiores, o trabalhador da Europa Central tornava-se um socialista político, acostumado a lidar com os problemas do estado – é verdade que, basicamente, aqueles que visavam seus próprios interesses, tais como leis fabris e legislação social.

Se decorreu um espaço de tempo de cerca de meio século entre a industrialização da Grã-Bretanha e a do continente, transcorreu um espaço ainda maior na organização da unidade nacional. A Itália e a Alemanha só chegaram ao estágio da unificação durante a segunda metade do século XIX, unificação essa que a Inglaterra já alcançara séculos antes, e os estados menores da Europa Oriental só alcançaram ainda mais tarde. As classes trabalhadoras desempenharam um papel vital nesse processo de construção do estado, o que fortaleceu ainda mais a sua experiência política. Numa era industrial, um processo como esse não podia deixar de compreender também uma política social. Bismarck procurou a unificação do Segundo Reich introduzindo um esquema de legislação social que marcou época. A unidade italiana foi ativada pela nacionalização das ferrovias. Na monarquia austro-húngara, esse conjunto de raças e povos, a própria coroa apelou repetidas vezes para o apoio das classes trabalhadoras na tarefa de realizar a centralização e a unidade imperial. Assim, através da sua influência na legislação, os partidos socialistas e os sindicatos profissionais encontraram muitas aberturas para atender aos interesses do trabalhador industrial também nessa esfera mais ampla.

As prevenções materialistas toldaram os contornos do problema da classe trabalhadora. Os autores britânicos achavam difícil compreender a terrível impressão que as condições capitalistas primitivas no Lancashire causavam aos observadores continentais. Eles apontavam para os padrões de vida ainda mais baixos de muitos artesãos da Europa Central nas indústrias têxteis, cujas condições de trabalho eram talvez tão ruins como a de seus camaradas ingleses. Entretanto, tal comparação obscureceu um ponto saliente, precisamente aquele que foi a ascensão no status social e político do trabalhador no continente, em contraste com a queda nesse status ocorrida na Inglaterra. O trabalhador continental não havia sofrido a pauperização degradante da Speenhamland e nem havia, na sua experiência, qualquer paralelo com a provação arrasadora da New Poor Law. Ele mudara – ou se elevara – do seu status de servo feudal para a condição de operário fabril e, logo depois, e com participação política, para a de operário sindicalizado. Assim, ele escapou à catástrofe cultural que seguiu na esteira da Revolução Industrial na Inglaterra. Além disso, o continente foi indus-

trializado numa época em que já se tornara possível o ajuste às novas técnicas produtivas, graças , quase que exclusivamente, à imitação dos métodos ingleses de proteção social.[12]

O trabalhador continental não precisava tanto de proteção contra o impacto da Revolução Industrial – num sentido social, nunca ocorreu semelhante coisa no continente – mas sim contra a ação normal das condições fabris e do mercado de trabalho. Isto ele conseguiu principalmente com a ajuda da legislação, enquanto seus camaradas britânicos confiavam mais na associação voluntária – sindicatos profissionais – e seu poder de monopolizar o trabalho. Relativamente, o seguro social chegou muito mais cedo ao continente do que à Inglaterra. A diferença se explica através da inclinação política continental pela concessão do voto às massas trabalhadoras do continente em época comparativamente anterior. Embora a diferença entre métodos de proteção compulsório e voluntário – legislação *versus* sindicalismo – possa ser facilmente exagerada do ponto de vista econômico, do ponto de vista político as suas conseqüências foram amplas. No continente, os sindicatos profissionais foram uma criação do partido político da classe trabalhadora; na Inglaterra, o partido político foi uma criação dos sindicatos profissionais. Enquanto no continente o sindicalismo se tornou mais ou menos socialista, na Inglaterra até mesmo o socialismo político permaneceu essencialmente sindicalista. Assim, enquanto na Inglaterra o sufrágio universal tendeu a aumentar a unidade nacional, no continente ele teve algumas vezes o efeito oposto. Foi no continente, e não na Inglaterra, que se tornaram realidade os pressentimentos de Pitt e Peel, de Tocqueville e Macaulay de que um governo popular envolveria uma ameaça para o sistema econômico.

Do ponto de vista econômico, os métodos de proteção social ingleses e continentais levaram a resultados quase idênticos. Eles atingiram aquilo a que se propunham: a ruptura do mercado para aquele fator de produção conhecido como força de trabalho. Um tal mercado só atenderia a seus propósitos se os salários fossem paralelos aos preços. Em termos humanos um tal postulado implicava uma extrema instabilidade de vencimentos para o trabalhador, a ausência completa de padrões profissionais e a facilidade abjeta de ser impelido e empurrado indiscriminadamente, uma completa dependência às fantasias do mercado.

[12] Knowles, L., *The Industrial and Commercial Revolution in Great Britain During the 19th Century*, 1926.

Mises argumentou, com razão, que se os trabalhadores "não agissem como sindicalistas profissionais mas reduzissem suas exigências e mudassem suas localizações e ocupações de acordo com os requisitos do mercado de trabalho, eles poderiam eventualmente encontrar trabalho". Isto resume a situação vigente sob um sistema baseado no postulado do caráter de mercadoria do trabalho. Não cabe à mercadoria decidir onde será oferecida à venda, para que finalidade será usada, a que preço ser-lhe á permitido trocar de mãos, e de que maneira ela deve ser consumida ou destruída. "Não ocorreu a ninguém", escreveu esse liberal convicto, "que a falta de salários seria um termo melhor que a falta de emprego, porque o que falta à pessoa desempregada não é o trabalho mas a remuneração do trabalho." Mises estava certo, embora não houvesse qualquer originalidade na sua alegação; 150 anos antes dele dizia o bispo Whately: "Quando o homem pede trabalho, ele não está pedindo o trabalho mas o salário." Falando tecnicamente, é verdade que "o desemprego nos países capitalistas se deve ao fato de que tanto a política do governo como a dos sindicatos profissionais objetiva manter um nível de salários que não combina com a produtividade do trabalho existente". Como poderia haver desemprego, perguntava Mises, a não ser pelo fato de que os trabalhadores "não querem trabalhar pelo salário que podem obter num mercado de trabalho, para esse trabalho particular que são capazes e desejam executar"? Isto esclarece o que significa realmente a insistência dos patrões em favor da mobilidade da mão-de-obra e da flexibilidade dos salários: precisamente aquilo que circunscrevemos acima como um mercado, no qual o trabalho humano é uma mercadoria.

O objetivo natural de toda a proteção social era destruir tal instituição e tornar impossível a sua existência. Com efeito, só se poderia permitir que o mercado de trabalho conservasse a sua função principal desde que os salários e as condições de trabalho, os padrões e as regulamentações pudessem resguardar o caráter humano da suposta mercadoria, o trabalho. Argumentar que a legislação social, as leis fabris, o seguro desemprego e, acima de tudo, os sindicatos profissionais não interferiram com a mobilidade da mão-de-obra e a flexibilidade dos salários, como ocorre algumas vezes, é deixar implícito que essas instituições falharam redondamente em seu propósito, que foi exatamente interferir com as leis da oferta e da procura em relação ao trabalho humano, afastando-o da órbita do mercado.

15

MERCADO E NATUREZA

Aquilo que chamamos terra é um elemento da natureza inexplicavelmente entrelaçado com as instituições do homem. Isolá-la e com ela formar um mercado foi talvez o empreendimento mais fantástico dos nossos ancestrais.

Tradicionalmente, a terra e o trabalho não são separados: o trabalho é parte da vida, a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza formam um todo articulado. A terra se liga, assim, às organizações de parentesco, vizinhança, profissão e credo – como a tribo e o templo, a aldeia, a guilda e a igreja. Por outro lado, Um Grande Mercado é uma combinação de vida econômica que inclui mercados para os fatores da produção. Uma vez que esses fatores não se distingam dos elementos das instituições humanas, homem e natureza, pode-se ver claramente que a economia de mercado envolve uma sociedade cujas instituições estão subordinadas às exigências do mecanismo de mercado.

O pressuposto é tão utópico em relação à terra como em relação ao trabalho. A função econômica é apenas uma entre as muitas funções vitais da terra. Esta dá estabilidade à vida do homem; é o local da sua habitação, é a condição da sua segurança física, é a paisagem e as estações do ano. Imaginar a vida do homem sem a terra é o mesmo que imaginá-lo nascendo sem mãos e pés. E no entanto, separar a terra do homem e organizar a sociedade de forma tal a satisfazer as exigências de um mercado imobiliário foi parte vital do conceito utópico de uma economia de mercado.

Mais uma vez, é na área da colonização moderna que se torna manifesto o verdadeiro significado de um tal empreendimento. É irrelevante, às vezes, se o colonizador precisa da terra em função das riquezas nela contidas ou se ele deseja obrigar os nativos a produzir um excedente de alimentos e matérias-primas. E nem faz muita diferença se o nativo trabalha sob a supervisão direta do colonizador ou apenas coagido por uma compulsão indireta, o fato é que qualquer que seja o caso, o sistema social e cultural da vida nativa tem que ser arrasado, antes de mais nada.

Existe uma estreita analogia entre a situação colonial de hoje em dia e a da Europa Ocidental de um ou dois séculos passados. A mobilização da terra, que pode ter sido comprimida em alguns poucos anos ou décadas nas regiões exóticas, pode ter levado o mesmo número de séculos na Europa Ocidental.

O desafio se originou do crescimento de outras formas do capitalismo, além das puramente comerciais. Com os Tudors, na Inglaterra, surgiu o capitalismo agrícola e sua necessidade de um tratamento individualizado para a terra, inclusive as conversões e os cercamentos. Já no início do século XVIII surgiu o capitalismo industrial que – tanto na França como na Inglaterra – foi basicamente rural e precisava de locais para seus moinhos e o alojamento dos trabalhadores. Mais poderosa ainda, embora afetasse mais o uso da terra do que a sua propriedade, foi a ascendência das cidades industriais, com sua exigência praticamente ilimitada de alimentos e matérias-primas durante o século XIX.

Superficialmente, havia pouca semelhança nas respostas a esses desafios e, no entanto, eles foram estágios na subordinação da superfície do planeta às exigências de uma sociedade industrial. O primeiro estágio foi a comercialização do solo, mobilizando o rendimento feudal da terra. O segundo foi o incremento da produção de alimentos e de matérias-primas orgânicas, para atender às exigências, em escala nacional, de uma produção industrial em rápido crescimento. O terceiro foi estender esse sistema de produção excedente aos territórios de além-mar e coloniais. Com esse último passo, a terra e sua produção se inseriram finalmente no esquema de um mercado auto-regulável.

A comercialização do solo foi apenas um outro nome para a liquidação do feudalismo, que se iniciou nos centros urbanos ocidentais, inclusive na Inglaterra, no século XIV e terminou cerca de quinhentos anos mais tarde, no decurso das revoluções européias, quando foram abolidos os remanescentes da servidão feudal. Tirar o homem da terra significava reduzir o corpo econômico a seus elementos, de forma que cada elemento pudesse inserir-se naquela parte do sistema onde fosse

mais útil. O novo sistema se organizou, de início, lado a lado com o antigo, que ele tentou assimilar e absorver através da manutenção do controle daquela terra ainda ligada a laços pré-capitalistas. O seqüestro feudal da terra foi abolido. "O objetivo era a eliminação de todas as reivindicações por parte das organizações de vizinhança ou de parentesco, principalmente as da viril estirpe aristocrática assim como as da Igreja – reivindicações que isentavam a terra da comercialização ou da hipoteca".[1] Parte desse objetivo foi atingido pela força individual e a violência, parte por revoluções do alto ou de baixo, parte pela guerra e a conquista, parte pela ação legislativa, parte por pressão administrativa, parte pela ação espontânea de pessoas privadas, em pequena escala, ao longo de muito tempo. O fato desse transtorno ser rapidamente absorvido ou causar um ferimento aberto no corpo social dependeu basicamente das medidas tomadas para regular o processo. Os próprios governos introduziram fatores poderosos de mudança e ajustamento. A secularização das terras da Igreja, por exemplo, foi um dos fundamentos do estado moderno até a época do *Risorgimento* italiano e, bem a propósito, ele foi um dos meios principais da transferência ordenada da terra para as mãos de indivíduos privados.

Os maiores passos isolados foram dados pela Revolução Francesa e pelas reformas benthamitas das décadas de 1830 e 1840. "A condição mais favorável para a prosperidade da agricultura", escreveu Bentham, aparece quando não há entraves, doações inalienáveis, terras comuns, direitos de redenção, dízimos..." Uma tal liberdade no tratamento da propriedade, especialmente a propriedade da terra, era parte essencial da concepção benthamita de liberdade individual. Ampliar essa liberdade, de qualquer maneira, foi o objetivo e o resultado da legislação do tipo dos Prescriptions Acts, dos Inheritance Act, Fines and Recoveries Act, Real Property Act, do amplo Enclosure Act de 1801 e seus sucessores,[2] assim como os Copyhold Acts de 1841 até 1926. Na França, e em grande parte do continente, o Code Napoléon instituiu formas de propriedade para a classe média, transformando a terra em bem comerciável e tornando a hipoteca um contrato civil privado.

O segundo passo, que superou o primeiro, foi a subordinação da terra às necessidades de uma população urbana em rápida expansão. Embora o solo não possa ser mobilizado fisicamente, a sua produção

[1] Brinkmann, C., "Das soziale System des Kapitalismus", *Grundriss der Sozialökonomik*, 1924.

[2] Dicey, A. V., *op. cit.*, p. 226.

pode, se os meios de transporte e a lei permitem. "*Assim, a mobilidade dos bens compensa, de alguma forma, a falta de mobilidade inter-regional dos fatores*; ou (o que é a mesma coisa) o comércio atenua as desvantagens da distribuição geográfica inconveniente dos recursos produtivos".[3] Uma noção como essa era totalmente estranha à perspectiva tradicional. "Nem na antiguidade, nem no princípio da Idade Média – e isto deve ser afirmado enfaticamente – eram regularmente comprados e vendidos os bens da vida cotidiana".[4] Suponha-se que os excedentes de cereais aprovisionariam a vizinhança, especialmente a cidade local, e até o século XV os mercados de trigo tinham uma organização estritamente local. Todavia, o crescimento das cidades induziu os senhores de terra a produzir basicamente para a venda no mercado e – na Inglaterra – o crescimento das metrópoles compeliu as autoridades a abrandar as restrições sobre o comércio do trigo e permitir-lhe tornar-se regional, embora nunca nacional.

A aglomeração das populações nas cidades industriais, na segunda metade do século XVIII, mudou completamente a situação – primeiro em escala nacional, depois em escala mundial.

Efetuar essa transformação foi o verdadeiro significado do livre comércio. A mobilização do produto da terra se estendeu do campo vizinho para as regiões tropical e subtropical – a divisão do trabalho industrial-agrícola foi aplicada ao planeta. O resultado foi que os povos de zonas distantes foram engolfados pelo turbilhão da mudança, cujas origens eram obscuras para eles, enquanto as nações européias se tornavam dependentes de uma integração, ainda não garantida na vida da humanidade, para as suas atividades cotidianas. Com o livre comércio, as novas e tremendas casualidades da interdependência planetária ganharam corpo.

O escopo da defesa social contra o deslocamento total foi tão amplo quanto a frente do ataque. Embora a lei comum e a legislação apressassem a mudança em certas ocasiões, elas a atrasaram em outras. Todavia, a lei comum e a lei estatutária não atuavam necessariamente na mesma direção em qualquer tempo dado.

[3] Ohlin, B., *Interregional and International Trade*, 1935, p. 42.

[4] Bücher, K., *Entstehung der Volkswirtschaft*, 1904. Cf também Penrose, E. F., *Population Theories and their Application*, 1934, que cita Longfield, 1834, como a primeira menção da idéia de que os movimentos das mercadorias podem ser vistos como substitutos para os movimentos dos fatores de produção.

A lei comum desempenhou um papel eminentemente positivo no advento do mercado de trabalho – a teoria do trabalho como mercadoria foi apresentada em primeiro lugar, e enfaticamente, não por economistas, mas por advogados. Também no caso das combinações de trabalho e da lei de conspiração, a lei comum favoreceu um mercado livre de trabalho, embora isto significasse restringir a liberdade de associação dos trabalhadores organizados.

No que diz respeito à terra, porém, a lei comum abandonou o seu papel de encorajadora da mudança, opondo-se a ela. Durante os séculos XVI e XVII, era mais freqüente a lei comum insistir no direito do proprietário de melhorar a sua terra em seu proveito, mesmo que isto implicasse um grave deslocamento de habitações e emprego. Como sabemos, no continente esse processo de mobilização estava sob a jurisdição da lei romana, enquanto na Inglaterra a lei comum se fez valer e conseguiu diminuir o abismo entre os direitos restritos da propriedade medieval e da propriedade individual moderna, sem sacrificar o princípio da lei jurídica, vital para a liberdade constitucional. Por outro lado, desde o século XVIII a lei comum da terra atuava como preservadora do passado em face da legislação modernizadora. Os benthamitas, porém, acabaram conseguindo o seu intento e, entre 1830 e 1860, a liberdade de contrato foi estendida à terra. Essa poderosa tendência só se inverteu na década de 1870, quando a legislação alterou radicalmente o seu curso. Havia começado o período "coletivista".

A inércia da lei comum foi deliberadamente acentuada por estatutos expressamente votados para proteger as habitações e as ocupações das classes rurais contra os efeitos da liberdade de contrato. Desenvolveu-se um amplo esforço para assegurar algum grau de higiene e salubridade na moradia dos pobres, fornecer-lhes loteamentos, conceder-lhes a oportunidade de fugir das favelas e respirar o ar fresco da natureza, o "parque dos cavalheiros". Infelizes irlandeses e favelados londrinos eram salvos do guante das leis de mercado através de atos legislativos destinados a proteger suas habitações contra o monstro – o progresso. No continente, foi principalmente a lei estatutária e a ação administrativa que salvaram o rendeiro, o camponês, o trabalhador agrícola dos efeitos mais violentos da urbanização. Prussianos conservadores, como Rodbertus, cujo socialismo Junker influenciou Marx, eram irmãos de sangue dos democratas Tory da Inglaterra.

Surgiu, assim, o problema da proteção para as populações agrícolas de países e continentes inteiros. O comércio livre internacional, sem barreiras, deveria necessariamente eliminar organismos cada vez mais

compactos de produtores agrícolas.[5] Esse processo inevitável de destruição se agravava ainda mais com a descontinuidade inerente ao desenvolvimento dos meios de transporte modernos, demasiado dispendiosos para se estenderem às novas regiões do planeta, a menos que a recompensa fosse bastante alta. Realizados os grandes investimentos na construção de navios a vapor e ferrovias, continentes inteiros se abriam e uma avalanche de cereais invadiu a infeliz Europa. Isto contrariava o prognóstico clássico: Ricardo transformara num axioma que a terra mais fértil se consolidaria primeiro. Numa ironia espetacular, as ferrovias encontraram terras mais férteis nas antípodas. A Europa Central, temendo a destruição total da sua sociedade rural, se viu forçada a proteger o seu campesinato introduzindo leis do trigo.

Entretanto, se os estados organizados da Europa podiam se proteger contra a repercussão do comércio livre internacional, o mesmo não ocorria com os povos coloniais, politicamente não organizados. A revolta contra o imperialismo foi principalmente uma tentativa dos povos exóticos de alcançar o status político necessário para protegê-los das distorções sociais causadas pelas políticas comerciais européias. A proteção de que o homem branco podia assegurar-se com facilidade, pelo status soberano de suas comunidades, estava fora do alcance do homem de cor enquanto lhe faltasse o pré-requisito – o governo político.

As classes comerciais patrocinavam a exigência de mobilização da terra. Cobden deixou estarrecidos os senhores rurais da Inglaterra com sua descoberta de que cultivar a terra era um "negócio" e aqueles que estavam falidos deveriam abandoná-la. As classes trabalhadoras foram conquistadas pelo livre comércio quando se tornou aparente que ele tornava o alimento mais barato. Os sindicatos profissionais se tornaram os bastiões do antiagrarianismo e o socialismo revolucionário estigmatizou o campesinato do mundo como massa indiscriminada de reacionários. A divisão internacional do trabalho foi um credo progressista, sem dúvida, e seus adversários eram recrutados, muitas vezes, entre aqueles cujo julgamento já estava viciado por interesses investidos ou por falta de inteligência natural. As poucas mentes independentes e desinteressadas que descobriram as falácias do comércio livre irrestrito eram em número demasiado pequeno para causar qualquer impacto.

[5] Borkenau, F., *The Totalitarian Enemy*, 1939, capítulo Towards Collectivism.

Todavia, as suas conseqüências não foram menos reais pelo fato de não terem sido reconhecidos conscientemente. Com efeito, a grande influência exercida pelos interesses fundiários na Europa Ocidental e a sobrevivência de formas de vida feudal na Europa Central e Oriental durante o século XIX têm uma explicação cabal na função protetora vital dessas forças ao retardarem a mobilização da terra. A questão surgia sempre: o que permitiu à aristocracia feudal do continente manter sua influência num estado de classe média, quando já havia perdido as funções militar, jurídica e administrativa às quais deviam a sua ascendência? A teoria das "sobrevivências" aparecia às vezes como explicação, mercê da qual instituições sem função ou certas características podem continuar a existir em virtude da inércia. Todavia, seria mais correto dizer que nenhuma instituição jamais sobrevive à sua função – quando parece fazê-lo, é porque ela atende a alguma outra função, ou funções que *não precisam incluir a original*. Assim, o feudalismo e o conservadorismo fundiário mantiveram a sua força enquanto serviram um propósito que, por acaso, foi o de restringir os efeitos desastrosos da mobilização da terra. Nessa ocasião, os adeptos do livre comércio já haviam esquecido que a terra era parte do território do país, e que o caráter territorial de soberania não era apenas um resultado de associações sentimentais porém de fatos concretos, inclusive fatos econômicos. "Em contraste com os povos nômades, o cultivador se incumbe de aperfeiçoamentos *determinados para um lugar particular*. Sem esses aperfeiçoamentos a vida humana continuaria a ser elementar e pouco diferente da dos animais. E quão grande foi o papel desempenhado por essas benfeitorias na história humana! São elas as terras limpas e cultivadas, as casas e outras construções, os meios de comunicação, a fábrica multiforme necessária à produção, inclusive a indústria e a mineração, todos os aperfeiçoamentos permanentes e irremovíveis que ligam uma comunidade humana à localidade em que se situa. Eles não podem ser improvisados, têm que ser construídos gradualmente, por gerações de esforço paciente, e a comunidade não pode se permitir sacrificá-los e começar novamente em outro lugar. Daí o caráter *territorial* da soberania que impregna nossas concepções políticas".[6] Durante um século essas verdades óbvias foram ridicularizadas.

O argumento econômico podia se ampliar facilmente, de forma a englobar as condições de segurança e estabilidade ligadas à integridade

[6] Hawtrey, R.G., *The Economic Problem*, 1933.

do solo e dos seus recursos – o vigor e a perseverança da população, a abundância de alimentos, a quantidade e o caráter dos materiais de defesa, até mesmo o clima do país, que podia sofrer com o desnudamento das florestas, as erosões e as dunas, tudo aquilo que, em última análise, depende do fator terra, embora nenhuma das quais responda ao mecanismo de oferta e procura do mercado. Dado um sistema inteiramente dependente das funções do mercado para a defesa das suas necessidades existenciais, a confiança voltar-se-á naturalmente para aquelas forças fora do sistema de mercado capazes de proteger os interesses comuns ameaçados por aquele sistema. Essa perspectiva combina com a apreciação que fazemos das verdadeiras fontes de influência da classe: ao invés de tentar explicar os acontecimentos que ocorrem, contrariamente à tendência geral da época, através da influência (inexplicável) das classes reacionárias, preferimos explicar a influência de tais classes pelo fato de que elas, embora casualmente, apóiam os acontecimentos só aparentemente contrários ao interesse geral da comunidade. O fato dos seus próprios interesses serem quase sempre bem atendidos por uma tal política apenas oferece mais uma ilustração da verdade do fato de que as classes conseguem se aproveitar, desproporcionalmente, daqueles mesmos serviços que parecem prestar à comunidade como um todo.

A Speenhamland aparece como exemplo. O proprietário rural que dominava a aldeia descobriu uma forma de diminuir a alta dos salários rurais e a distorção que ameaçava a estrutura tradicional da vida aldeã. A longo prazo, o método escolhido estava fadado a produzir os resultados mais nefastos. Os proprietários rurais, porém, não poderiam manter os seus métodos a não ser que, ao fazê-lo, eles tenham ajudado o país como um todo a enfrentar o vagalhão da Revolução Industrial.

No continente da Europa o protecionismo agrário também foi uma necessidade. As forças intelectuais mais ativas da época, porém, estavam engajadas numa aventura que modificou seu ângulo de visão, de forma a lhes ocultar o verdadeiro significado da condição agrária. Sob as circunstâncias, um grupo capaz de representar os interesses rurais ameaçados poderia adquirir uma influência fora de proporção com o seu número. O contramovimento protecionista na verdade conseguiu estabilizar o campo europeu e enfraquecer o fluxo em direção às cidades, que era o tormento da época. A reação foi a beneficiária de uma função socialmente útil que lhe coube executar. A mesma função que permitiu às classes reacionárias da Europa jogar com os sentimentos tradicionais em sua luta por tarifas agrárias foi responsável, na América do Norte, cerca de meio século mais

tarde, pelo sucesso da TVA e outras técnicas sociais progressistas. As mesmas necessidades da sociedade que beneficiaram a democracia no Novo Mundo fortaleceram a influência da aristocracia no Velho Mundo.

A oposição à mobilização da terra foi o pano de fundo sociológico na luta entre o liberalismo e a reação que constituiu a história política da Europa continental no século XIX. Nessa luta, os militares e o clero mais elevado eram aliados das classes fundiárias, que haviam praticamente perdido suas funções mais imediatas na sociedade. Essas classes estavam prontas para qualquer solução reacionária do *impasse* ao qual ameaçava conduzir a economia de mercado e seu corolário, o governo constitucional, já que, por tradição e ideologia, elas não estavam ligadas às liberdades públicas e regras parlamentares.

Em resumo, o liberalismo econômico estava aferrado ao estado liberal, enquanto o mesmo não ocorria com os interesses fundiários – esta foi a fonte do seu significado político permanente no continente, que produziu as correntes cruzadas da política prussiana sob Bismarck, que alimentou a revanche clerical e militarista na França, que garantiu a influência da aristocracia feudal na corte do império dos Habsburgs, que fez da Igreja e do exército os guardiães dos tronos em derrocada. Uma vez que a ligação sobreviveu às duas gerações críticas que John Maynard Keynes uma vez indicou como a alternativa prática da eternidade, a terra e a propriedade fundiária recebiam agora a pecha de um preconceito congênito de reação. A Inglaterra do século XVIII, com o seu livre comércio Tory e seus pioneiros agrários, já estava tão esquecida quanto os açambarcadores Tudors e seus métodos revolucionários de ganhar dinheiro com a terra. Os senhores de terra fisiocratas, da França e da Alemanha, com seu entusiasmo pelo comércio livre, foram obliterados da mentalidade pública pelo preconceito moderno do atraso permanente do cenário rural. Herbert Spencer, para quem uma geração era suficiente como amostra de eternidade, identificava simplesmente o militarismo com a reação. A adaptabilidade social e tecnológica, recentemente demonstrada pelos exércitos japonês, russo e nazista, seria inconcebível para ele.

É claro que tais pensamentos eram limitados pela época. As estupendas realizações industriais da economia de mercado haviam sido atingidas ao preço de grande dano para a substância da sociedade. As classes feudais encontraram aí uma oportunidade para recuperar parte do prestígio perdido, transformando-se em defensoras das virtudes da terra e dos seus cultivadores. No romantismo literário, a natureza havia feito uma aliança com o passado; no movimento agrário do século XIX, o

feudalismo tentava, e às vezes com sucesso, recuperar seu passado apresentando-se como o guardião do *habitat* do homem, o solo. Se o perigo não fosse genuíno, o estratagema não surtiria efeito.

O exército e a Igreja também adquiriram prestígio por estarem aptos a "defender a lei e a ordem", agora mais vulneráveis, enquanto a classe média dominante não estava aparelhada para garantir essa exigência da nova economia. O sistema de mercado era mais alérgico a tumultos do que qualquer outro sistema econômico que conhecemos. Os governos Tudors dependiam dos tumultos para chamar a atenção para as reclamações locais; alguns líderes podiam ser enforcados, mas não havia outros danos. A ascensão do mercado financeiro significou uma ruptura total nessa atitude; após 1797, o tumulto deixou de ser um aspecto popular da vida londrina e seu lugar foi sendo ocupado, gradualmente, por reuniões nas quais, pelo menos no princípio, era escasso o número de participantes, pois do contrário elas seriam dissolvidas.[7] O rei prussiano que proclamou que manter a paz era o primeiro e mais importante dever do súdito ficou famoso por esse paradoxo que, no entanto, logo tornou-se um lugar-comum. No século XIX, os rompimentos da paz, se feitos por multidões armadas, eram considerados rebelião incipiente e um grande perigo para o estado: as ações entravam em colapso e não havia mais fundo para os preços. Uma desordem com tiroteio nas ruas da metrópole podia destruir parte substancial do capital nacional nominal. E, no entanto, as classes médias eram antimilitares; a democracia popular se orgulhava de dar voz às massas. No continente a burguesia ainda se apegava à lembrança da sua juventude revolucionária, quando ela própria enfrentara uma aristocracia tirânica nas barricadas. O campesinato, menos contaminado pelo vírus liberal, foi casualmente reconhecido como o único estrato que os apoiaria na manutenção "da lei e da ordem". Compreendeu-se que uma das funções da reação era manter as classes trabalhadoras em seu lugar, de forma a não ocorrer pânico nos mercados. Embora esse serviço fosse exigido com pouca freqüência, a disponibilidade do campesinato como defensor do direito de propriedade era um trunfo para a área agrária.

---

[7] Trevelyan, G.M., *History of England*, 1926, p. 533. "A Inglaterra, sob Walpole, ainda era uma aristocracia temperada por tumultos." A canção "The Riot", do "depósito" de Hannah More, foi escrita "em noventa e cinco, um ano de escassez e alarme" – foi o ano da Speenhamland. Cf. *The Repository Tracts*, vol I, Nova York, 1835. Também *The Library*, 1940, quarta série, vol. XX, p. 295 da "Cheap Repository Tracts (1795-1798)".

A história da década de 1920 não poderia ter outra explicação. Na Europa Central, quando a estrutura social ruiu sob a pressão da guerra e da derrota, só a classe trabalhadora estava apta para a tarefa de manter as coisas em andamento. Assim, em todos os lugares, atribuiu-se poder aos sindicatos profissionais e partidos social-democratas: a Áustria, a Hungria e até mesmo a Alemanha foram declaradas repúblicas, embora não se soubesse da existência de um partido republicano ativo em qualquer desses países. Entretanto, logo que passou o período mais agudo da dissolução e os serviços dos sindicatos profissionais se tornaram supérfluos, as classes médias tentaram excluir as classes trabalhadoras de toda influência na vida pública. Esta é conhecida como a fase contra-revolucionária do período pós-guerra. Na verdade, jamais existiu o perigo real de um regime comunista, pois os operários estavam organizados em partidos e sindicatos ativamente hostis aos comunistas. (Na Hungria o episódio bolchevista foi literalmente imposto ao país, quando a defesa contra a invasão francesa não deixou outra alternativa à nação.) O perigo não era o bolchevismo, mas o desprezo às regras da economia de mercado por parte dos sindicatos profissionais e partidos da classe trabalhadora, numa emergência. Sob uma economia de mercado, as interrupções às vezes inofensivas da ordem pública e das práticas comerciais podiam representar uma ameaça letal,[8] já que podiam acarretar a quebra do regime econômico do qual a sociedade dependia, para o seu pão cotidiano. Isto explica a mudança marcante ocorrida em alguns países, de uma supostamente iminente ditadura do operariado industrial para a verdadeira ditadura do campesinato. Durante a década de 1930 o campesinato determinou a política econômica de uma série de estados nos quais normalmente desempenharia um papel modesto. Mas ele era agora a única classe apta a manter a lei e a ordem, no sentido moderno muito revigorado do termo.

O agrarianismo feroz da Europa pós-guerra é apenas uma ilustração do tratamento preferencial dispensado à classe camponesa por razões políticas. Desde o movimento Lappo, na Finlândia, até o *Heimwehr* austríaco, os camponeses provaram ser os campeões da economia de mercado, o que os tornou politicamente indispensáveis. A escassez de alimentos nos primeiros anos do pós-guerra, à qual muitas vezes se credita a ascendência deles, na verdade pouco teve a ver com isto. A Áustria, por exemplo, para poder beneficiar financeiramente os camponeses, teve que baixar seus padrões alimentícios impondo taxações aos cereais, embora dependesse fortemente das importações para atender as suas exigências alimentares. O interesse camponês tinha que ser defendido a todo custo, ainda que o protecionismo agrário significasse miséria para os habitantes da cidade e um custo irracionalmente elevado da produção para as indústrias de exportação. A classe dos camponeses, anteriormente pouco influente, ganhou assim uma ascendência bastante desproporcional à sua importância econômica. O medo do bolchevismo era a força que tornava inexpugnável a sua posição política. Esse receio, porém, como vimos, não era o medo de uma ditadura da classe trabalhadora – não havia qualquer perspectiva de algo remotamente semelhante – mas o medo de uma paralisia na economia de mercado, a menos que fossem eliminadas do cenário político todas as forças que, sob coação, poderiam colocar de lado as regras do jogo de mercado. Enquanto os camponeses eram a única classe capaz de eliminar essas forças, seu prestígio permaneceu elevado e eles puderam exercer pressão sobre a classe média urbana. Entretanto, com a consolidação do poder do estado e – mesmo antes disso – com a arregimentação da classe média baixa urbana para a formação das tropas de choque fascistas, a burguesia se libertou da sua dependência ao campesinato e o prestígio desse último decaiu rapidamente. Uma vez neutralizado ou diminuído o "inimigo interno", nas cidades e fábricas, o campesinato foi relegado à sua modesta posição anterior na sociedade industrial.

A influência dos grandes proprietários rurais não partilhou porém desse eclipse. Um fator mais constante trabalhava a seu favor – a crescente importância militar da auto-suficiência agrícola. A Grande Guerra havia tornado públicos os fatos estratégicos básicos, e a dependência irrestrita ao mercado mundial cedeu lugar a uma acumulação pânica da capacidade de produzir alimentos. A "reagrarianização" da Europa Central, iniciada pelo medo bolchevique, foi completada sob o signo da autarquia. Além do argumento do "inimigo interno", havia agora o do "inimigo externo". Os economistas liberais, como sempre, viam apenas uma aberração romântica provocada por doutrinas econômicas pouco sólidas, quando, na realidade, os acontecimentos políticos despertavam até mesmo as mentes mais simples para a irrelevância das considerações econômicas em face da dissolução iminente do sistema internacional. Genebra prosseguia nas suas fúteis tentativas de convencer os povos de que se precaviam contra perigos imaginários e que, se todos agissem em uníssono, o livre comércio poderia ser restaurado e beneficiaria a todos. Na atmosfera curiosamente crédula da época, muitos consideravam que a solução do problema econômico (o que quer que isto significasse) não evitaria apenas a ameaça de

[8] Hayes, C., *A Generation of Materialism, 1870-1890,* observa que a maioria dos estados individuais, pelo menos na Europa Central e Ocidental, possuía agora uma estabilidade interna aparentemente exagerada.

guerra mas a afastaria para sempre. Uma paz de cem anos havia criado uma muralha intransponível de ilusões, que ocultava os fatos. Os autores desse período se excediam pela falta de realismo. O estado-nação era considerado um preconceito paroquial por A. J. Toynbee, a soberania, uma ilusão ridícula por Ludwig von Mises, a guerra, um cálculo errado dos negócios por Norman Angell. A percepção da natureza fundamental dos problemas da política caiu a um nível sem precedentes.

O livre comércio, que em 1846 havia sido combatido e fora vitorioso com as Corn Laws, oitenta anos mais tarde, foi combatido novamente e desta vez perdeu em relação ao mesmo assunto. Desde o seu início, o problema da autarquia assombrava a economia de mercado. Assim os liberais econômicos exorcizavam o espectro da guerra e baseavam ingenuamente seu caso no pressuposto de uma economia de mercado indestrutível. Passou despercebido que seus argumentos apenas demostravam quão grande era o perigo para a segurança de um povo depender de uma instituição tão frágil como um mercado autoregulável. O movimento autárquico da década de 1920 foi essencialmente profético: ele mostrou a necessidade de se ajustar ao desaparecimento de uma ordem. A guerra revelara o perigo e os homens agiram em conformidade com ele mas, como agiram dez anos mais tarde, a ligação entre causa e efeito foi descartada como irracional. "Por que proteger-se contra perigos ultrapassados?" Era o comentário de muitos contemporâneos. Essa lógica capenga não obscureceu apenas a compreensão da autarquia mas também do fascismo, muito mais importante. Na verdade, ambos eram explicados pelo fato de que, quando a mente comum recebe a impressão de um perigo, o medo permanece latente enquanto não se removem as suas causas.

Sustentamos que as nações da Europa jamais superaram o choque da experiência de guerra que confrontou-as, inesperadamente, com os perigos da interdependência. O comércio foi retomado em vão, e foi em vão que uma série de conferências internacionais exibiu idílios da paz e que dúzias de governos se declararam a favor do princípio da liberdade de comércio – nenhum povo podia esquecer que nem uma moeda sólida, nem um crédito ilimitado poderia salvá-lo do seu desamparo, a menos que ele tivesse a posse dos seus próprios alimentos e de fontes de matérias-primas ou a garantia do acesso militar a eles. Nada havia de mais lógico do que a solidez dessa consideração fundamental que modelou a política das comunidades. A fonte do perigo não fora removida, por que esperar então que o medo se dissipasse?

Uma falácia semelhante enganava aqueles críticos do fascismo – e eles eram a grande maioria – que o descreviam como uma extravagância isenta de qualquer *ratio* político. Mussolini alegava ter evitado o bolchevismo na Itália, dizia-se, mas as estatísticas comprovaram que a onda de greves já havia diminuído mais de um ano antes da Marcha sobre Roma. Trabalhadores armados haviam ocupado as fábricas em 1921, admitia-se, mas seria essa uma razão válida para desarmá-los em 1923, quando eles já haviam abandonado, há muito, os muros onde montavam guarda? Hitler sustentava ter salvo a Alemanha do bolchevismo. Mas não se podia demonstrar, então, que o fluxo de desemprego que precedera a sua ascensão a chanceler já havia diminuído antes mesmo da sua subida ao poder? Alegar que ele havia impedido aquilo que não mais existia quando ele apareceu, como se argumentava então, era contrário à lei de causa e efeito que também deve contar na política.

Na verdade, tanto na Alemanha quanto na Itália, a estória do período imediato pós-guerra provou que o bolchevismo não tinha mais a remota possibilidade de sucesso. Mas ele provou também, conclusivamente, que, numa emergência, a classe trabalhadora, seus sindicatos profissionais e partidos podiam abandonar as regras do mercado que estabeleciam a liberdade do contrato e a santidade da propriedade privada como algo absoluto – uma possibilidade que poderia ter os efeitos mais deletérios sobre a sociedade, desencorajando investimentos, impedindo a acumulação do capital, mantendo os salários em nível não-remunerativo, ameaçando a moeda, minando o crédito estrangeiro, enfraquecendo a confiança e paralisando o empreendimento. A fonte do medo latente que, numa conjuntura crucial, se transformou no pânico fascista, não foi o perigo ilusório de uma revolução comunista mas o fato inegável de que as classes trabalhadoras estavam em posição de forçar intervenções possivelmente ruinosas.

Os perigos que ameaçam o homem e a natureza não podem ser separados simplesmente. As reações da classe trabalhadora e do campesinato à economia de mercado levaram ao protecionismo, a primeira principalmente sob a forma de uma legislação social e leis fabris, a última sob a forma de tarifas agrárias e leis fundiárias. Todavia, havia essa importante diferença: numa emergência, os fazendeiros e os camponeses da Europa defenderam o sistema de mercado que a política das classes trabalhadoras ameaçava. Embora a crise do sistema inerentemente instável fosse acarretada por ambas as alas do movimento protecionista, os estratos sociais ligados à terra estavam inclinados a um compromisso com o sistema de mercado, enquanto a ampla classe do trabalho não se furtava a quebrar suas regras e desafiá-lo abertamente.

16

MERCADO E ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA

O próprio negócio capitalista também teve que ser protegido do funcionamento irrestrito do mecanismo de mercado Isto deveria dissipar a suspeita que os termos simples, "homem e natureza", às vezes despertam nas mentes sofisticadas, que procuram denunciar toda conversa sobre proteção ao trabalho e à terra como o produto de idéias antiquadas ou como simples camuflagem de interesses investidos.

Na verdade, no caso da empresa produtiva, o perigo era tão real e objetivo como no do homem e no da natureza. A necessidade de proteção surgiu em decorrência da maneira pela qual se organizou o fornecimento de dinheiro sob um sistema de mercado. O Banco Central moderno foi, de fato, um artifício desenvolvido basicamente com o propósito de oferecer proteção e sem ele o mercado teria destruído seus próprios filhos, as empresas comerciais de todos os tipos. Foi essa forma de proteção, porém, que contribuiu mais imediatamente para a queda do sistema internacional.

Enquanto são bastante óbvios os perigos que ameaçaram a terra e o trabalho com a voragem do mercado, os perigos para os negócios, inerentes a um sistema monetário, não são prontamente apreendidos. Se os lucros dependem dos preços, então os ajustes monetários dos quais os preços dependem têm que ser vitais para o funcionamento de qualquer sistema motivado pelo lucro. A longo prazo, as mudanças nos preços de venda não precisam afetar o lucro, pois os custos subirão ou descerão de forma correspondente; isto não ocorre, porém, a curto prazo, pois deve transcorrer num lapso de tempo antes que se

modifiquem os preços fixados contratualmente. Entre estes está o preço do trabalho que, como muitos outros preços, seria fixado por contrato, naturalmente. Assim, se o nível de preço baixasse durante um tempo considerável, por razões monetárias, o negócio correria o risco da liquidação, acompanhada pela dissolução da organização produtiva e a destruição maciça do capital. O perigo não era, portanto, os baixos preços mas a queda desses preços. Hume tornou-se fundador da teoria quantitativa do dinheiro com suas descobertas de que os negócios não são afetados se a quantidade de dinheiro diminuir pela metade, pois os preços simplesmente se ajustarão à metade do seu nível anterior. Mas ele se esqueceu de que o negócio poderia ser destruído durante o processo.

Esta é a razão, facilmente compreensível, por que um sistema de dinheiro como mercadoria, tal como o mecanismo do mercado tende a produzir sem interferência externa, é incompatível com a produção industrial. A mercadoria dinheiro é simplesmente uma mercadoria que pode funcionar como dinheiro e, portanto, em princípio, sua quantidade não pode ser aumentada de forma alguma, exceto diminuindo a quantidade das mercadorias que não funcionam como dinheiro. Na prática, a mercadoria dinheiro é geralmente o ouro ou a prata, cuja quantidade pode ser aumentada, mas pouco, a curto prazo. Entretanto, a expansão da produção e do comércio, desacompanhada de um aumento na quantidade de dinheiro, deve causar uma queda no nível dos preços – precisamente o tipo de deflação ruinosa que temos em mente. A escassez do dinheiro era uma queixa permanente e grave das comunidades mercadoras do século XVII. Em época primitiva já se desenvolvera um tipo de dinheiro convencional, para proteger o comércio contra as deflações forçadas que acompanhavam o uso das espécies, quando aumentava o volume dos negócios. Não era possível uma economia de mercado sem a mediação desse dinheiro artificial.

A dificuldade real surgiu com a necessidade de câmbios externos estáveis e a conseqüente introdução do padrão-ouro, aproximadamente à época das guerras napoleônicas. Os câmbios estáveis se tornaram fundamentais para a própria existência da economia inglesa; Londres se tornara o centro financeiro de um crescente comércio mundial. Entretanto, só a mercadoria dinheiro poderia servir a essa finalidade, pela razão óbvia de que um dinheiro convencional, seja bancário ou de curso forçado, não pode circular em solo estrangeiro. Daí entrar em evidência o padrão-ouro – o nome aceito para um sistema de mercadoria internacional, dinheiro.

Sabemos que a espécie é um dinheiro inadequado para propósitos domésticos, justamente porque ela é uma mercadoria e sua quantidade não pode ser aumentada a bel-prazer. A quantidade de ouro disponível pode ser aumentada de alguns por cento durante um ano, porém não por muitas dezenas em poucas semanas, como pode ocorrer numa expansão súbita de transações. Na falta de um dinheiro convencional, os negócios teriam que ser cerceados ou levados a efeito a preços muito mais baixos, provocando um colapso e criando o desemprego.

Na sua forma mais simples, o problema era o seguinte: a mercadoria dinheiro era vital para a existência do comércio exterior, e o dinheiro convencional, para a existência do comércio doméstico. Até que ponto eles concordavam um com o outro?

Nas condições do século XIX, o comércio exterior e o padrão-ouro tiveram uma prioridade indiscutível sobre as necessidades dos negócios domésticos. O funcionamento do padrão-ouro exigia o rebaixamento dos preços domésticos sempre que o câmbio era ameaçado de depreciação. Uma vez que a deflação surge através das restrições do crédito, segue-se que o funcionamento da mercadoria dinheiro interferia com o funcionamento do sistema de crédito. Este era um perigo permanente para os negócios. Todavia, estava inteiramente fora de questão abandonar completamente o dinheiro convencional e restringir o meio circulante à mercadoria dinheiro, pois esse remédio seria pior que a doença.

O Banco Central abrandou muito esse defeito do dinheiro de crédito. Centralizando o fornecimento de crédito num país era possível impedir o deslocamento total dos negócios e do emprego, envolvidos na deflação, e organizar a deflação de modo a absorver o choque e distribuir sua carga sobre todo o país. Na sua função normal, o banco estava amortecendo os efeitos imediatos das retiradas de ouro sobre a circulação de notas, bem como sobre a circulação diminuída de papéis de negócios.

O banco podia usar vários métodos. Os empréstimos a curto prazo podiam cobrir a brecha provocada pela perdas de ouro a curto prazo e evitar a necessidade de restringir o crédito. Mesmo quando as restrições de crédito eram inevitáveis, como acontecia muitas vezes, a atuação do banco tinha um efeito amortecedor: a elevação da taxa bancária, assim como as operações de mercado aberto distribuíam os efeitos das restrições por toda a comunidade, enquanto o encargo das restrições era transferido para os ombros mais fortes.

Observemos o caso crucial da transferência de pagamentos unilaterais de um país para outro, como os que podiam ser provocados por

uma mudança na demanda de tipo de alimentos, de domésticos para estrangeiros. O ouro que precisa ser remetido para o exterior, agora, em pagamento dos alimentos importados, teria sido usado para pagamentos dentro do país e sua falta deve causar uma queda nas vendas domésticas e uma conseqüente baixa nos preços. Chamaremos de "transacional" a esse tipo de deflação, pois ela se espalha de uma firma individual para outra, de acordo com suas transações comerciais fortuitas. A difusão da deflação alcançará, por fim, as firmas de exportação, atingindo assim o excedente exportável que representa a transferência "real". O prejuízo e dano causado à comunidade em geral serão muito maiores do que os estritamente necessários para atingir esse excedente exportável. Sempre existem firmas a ponto de poderem exportar, que precisam apenas do incentivo de uma pequena redução nos custos para "lançar-se ao ataque", e essa redução pode ser alcançada na forma mais econômica, distribuindo a deflação levemente sobre toda a comunidade de negócios.

Esta foi, precisamente, uma das funções do Banco Central. A grande pressão da sua política de descontos e mercado aberto forçou a baixa mais ou menos eqüitativa dos preços domésticos, e permitiu às firmas "a ponto de exportar" retomarem ou aumentarem as exportações, enquanto apenas as firmas menos eficientes eram obrigadas a liquidar. A transferência "real" seria obtida, assim, à custa de um deslocamento em quantidade muito menor do que o necessário para atingir o mesmo excedente exportável através do método irracional dos choques, acidentais e muitas vezes catastróficos, transmitidos pelos estreitos canais da "deflação transacional".

O fato de que, apesar da utilização desses mecanismos para minorar os efeitos da deflação, o resultado ser, cada vez mais, uma completa desorganização dos negócios e o conseqüente desemprego em massa, representa a mais poderosa de todas as acusações ao padrão-ouro.

O caso do dinheiro revelou uma analogia muito real à do trabalho e da terra. A aplicação da ficção da mercadoria a cada um deles levou à sua inclusão efetiva no sistema de mercado, enquanto se desenvolveram, ao mesmo tempo, graves riscos para a sociedade. No caso do dinheiro, a ameaça era à empresa produtiva, cuja existência era arriscada por qualquer queda no nível de preços provocada pelo uso da mercadoria dinheiro. Aqui também medidas de proteção tiveram que ser tomadas e o resultado foi colocar fora de ação o mecanismo autodiretivo do mercado.

O Banco Central reduziu o automatismo do padrão-ouro a uma simples pretensão. Ele significava uma direção central para o meio cir-

culante e a substituição da manipulação pelo mecanismo auto-regulador do fornecimento de crédito, ainda que esse artifício nem sempre tenha sido deliberado e consciente. Reconhecia-se, cada vez mais, que o padrão-ouro internacional só poderia tornar-se auto-regulador se os países abandonassem a instituição bancária central. Um dos adeptos mais sólidos do padrão-ouro, e que defendia essa medida desesperada, era Ludwig von Mises; seu conselho, se seguido, teria transformado as economias nacionais num monte de ruínas.

A maior parte da confusão existente na teoria monetária se devia à separação entre política e economia, esta característica marcante de uma sociedade de mercado. Durante mais de um século o dinheiro foi visto como uma categoria puramente econômica, uma mercadoria usada com a finalidade da troca indireta. Se o ouro era a mercadoria preferida, então existia o padrão-ouro. (O atributo "internacional" em relação a esse padrão não tinha qualquer significado pois, para o economista, as nações não existiam; as transações não eram efetuadas entre nações mas entre indivíduos, cuja lealdade política era tão irrelevante como a cor dos seus cabelos.) Ricardo doutrinou a Inglaterra do século XIX com a convicção de que o termo "dinheiro" significava um meio de troca, que as notas bancárias eram um simples caso de conveniência, pois sua utilidade consistia em serem mais fáceis de lidar do que o ouro, mas que o seu valor derivava da certeza em que a sua posse nos fornecia os meios de adquirir, a qualquer tempo, a própria mercadoria, ou ouro. Segue-se daí que o caráter nacional das moedas não tinha qualquer conseqüência, uma vez que elas eram apenas símbolos que representavam a mesma mercadoria. Se era imprudente um governo desenvolver qualquer esforço para se apossar do ouro – uma vez que a distribuição dessa mercadoria se regulava no mercado mundial exatamente como qualquer outra –, era ainda mais imprudente imaginar que os símbolos nacionalmente diferentes tinham qualquer relevância para o bem-estar e a prosperidade dos países em questão.

Ora, a separação institucional das esferas política e econômica nunca foi completada, e foi precisamente em relação ao meio circulante que ela se tornou necessariamente incompleta. O estado, cuja Casa da Moeda parecia apenas certificar o peso das moedas, era de fato o fiador do valor do dinheiro convencional, que ele aceitava em pagamento de impostos e outros. Esse dinheiro *não* era um meio de troca, era um meio de pagamento; não era uma mercadoria, era o poder de compra; longe de ter utilidade em si mesmo, ele era apenas um signo que incorporava um dado quantificado em relação às coisas que

podiam ser compradas. É claro que uma sociedade, na qual a distribuição dependia da posse de tais símbolos do poder de compra, era uma construção inteiramente diferente de uma economia de mercado.

Não estamos lidando aqui, sem dúvida, com quadros da atualidade, mas com padrões conceituais utilizados com o fito de esclarecer. Não é possível uma economia de mercado separada da esfera política. Todavia, esta foi a construção subjacente à economia clássica desde David Ricardo e, afastados dela, os seus conceitos e pressupostos seriam incompreensíveis. Segundo esse "planejamento", a sociedade consistia em permutadores individuais que possuíam um conjunto de mercadorias – bens, terra, trabalho e seus compostos. O dinheiro era simplesmente uma das mercadorias, permutada com mais freqüência que outras e, portanto, adquirida com a finalidade de uso na troca. Uma "sociedade" como essa pode parecer irreal, mas ela contém o esqueleto da construção do qual partiram os economistas clássicos.

Um quadro ainda menos completo da atualidade se oferece com a economia do poder de compra.[1] Entretanto, alguns dos seus aspectos se assemelham mais à nossa atual sociedade do que o paradigma da economia de mercado. Tentemos imaginar uma "sociedade" na qual se atribui a cada indivíduo uma quantidade definida de poder de compra, permitindo-lhe considerar como bens cada item que tem uma etiqueta de preço. Numa economia como essa o dinheiro não é uma mercadoria, não tem utilidade em si mesmo, e sua única utilidade é comprar bens que dispõem de uma etiqueta de preços, como ocorre em nossas lojas hoje em dia.

Embora o teorema do dinheiro mercadoria fosse muito superior a seu rival do século XIX, quando as instituições se ajustaram aos padrões de mercado em muitas coisas essenciais, desde o início do século XX a concepção do poder de compra ganhou corpo. Com a desintegração do padrão-ouro, o dinheiro mercadoria praticamente deixou de existir, e foi apenas natural que o conceito de poder de compra do dinheiro o substituísse.

Passando dos mecanismos e conceitos para as forças sociais em jogo, é importante compreender que as próprias classes dominantes emprestaram seu apoio à direção do meio circulante através do Banco Central. Essa direção não era vista, naturalmente, como uma interferência na instituição do padrão-ouro; pelo contrário, era parte das

[1] A teoria subjacente foi elaborada por F. Schafer, Wellington, Nova Zelândia.

regras do jogo sob o qual deveria funcionar esse padrão. Uma vez que a manutenção do padrão-ouro era axiomática, não era permitido ao mecanismo do Banco Central agir de forma a deixar o país fora do ouro; ao contrário, a diretiva suprema do banco era sempre continuar com o ouro, sob quaisquer circunstâncias, e assim, portanto, não estava envolvida qualquer questão de princípio. Isto só perdurou, porém, enquanto os movimentos do nível de preço em questão eram, no máximo, os insignificantes 2-3% que separavam as chamadas cotações do ouro. Quando se ampliou o movimento do nível interno de preços necessário para manter os câmbios estáveis, quando ele pulou para 10 ou 30%, a situação mudou inteiramente. Esses movimentos descendentes do nível de preço disseminariam a miséria e a destruição. O fato de os meios circulantes serem dirigidos passou a ter importância primordial, pois significava que os métodos do Banco Central eram um caso de política, i.e., algo sobre o qual o organismo político teria que decidir. Com efeito, o grande significado do Banco Central está no fato de a política monetária ter sido introduzida por ele na esfera política. As conseqüências só poderiam ser de grande alcance.

Elas foram de duas ordens. Na área doméstica, a política monetária foi apenas uma outra forma de intervencionismo, e os choques das classes econômicas tendiam a cristalizar-se em torno desse assunto, tão intimamente ligado ao padrão-ouro e aos orçamentos equilibrados. Como veremos, os conflitos internos da década de 1930 se concentraram amiúde nesse tema, que desempenhou um papel importante no crescimento do movimento antidemocrático.

Na área externa, o papel das moedas nacionais foi de importância fundamental, embora esse fato tenha sido pouco reconhecido na época. A filosofia dominante no século XIX era pacifista e internacionalista; "em princípio" todas as pessoas educadas eram comerciantes livres e, com qualificações que nos parecem hoje ironicamente modestas, eles não o eram menos na prática. A fonte dessa perspectiva era econômica, sem dúvida; uma grande dose de genuíno idealismo derivava da esfera da permuta e do comércio – por um supremo paradoxo, os desejos do homem validavam os seus impulsos mais generosos. Desde a década de 1870, porém, observou-se uma mudança emocional, embora não houvesse uma ruptura correspondente nas idéias dominantes. O mundo continuava a acreditar no internacionalismo e na interdependência, enquanto agia sob os impulsos do nacionalismo e da auto-suficiência. O nacionalismo liberal se transformava num liberalismo nacional, com seus mercados se apoiando no protecionismo e no

imperialismo na área externa e no conservadorismo monopolista na área interna. A contradição jamais se revelou tão aguda e tão pouco consciente como no setor monetário. A crença dogmática no padrão-ouro internacional continuava a arregimentar a ilimitada lealdade dos homens, enquanto, ao mesmo tempo, estabeleciam-se moedas convencionais baseadas na soberania dos vários sistemas de bancos centrais. Sob a égide de princípios internacionais, erguiam-se, inconscientemente, bastiões impregnados de um novo nacionalismo, sob a forma de bancos centrais de emissão.

Na verdade, o novo nacionalismo foi o corolário do novo internacionalismo. O padrão-ouro internacional não podia ser sustentado pelas nações a quem ele supostamente servia, a menos que elas se sentissem seguras contra os perigos com que ele ameaçava as comunidades que a ele aderiram. As comunidades inteiramente monetarizadas não poderiam suportar os efeitos ruinosos das mudanças abruptas no nível dos preços, exigidos pela manutenção de câmbios estáveis, a menos que o choque fosse amortecido pela intermediação de uma política independente de bancos centrais. A moeda convencional nacional era a garantia certa dessa relativa segurança, pois ela permitia ao Banco Central agir como pára-choque entre a economia interna e a externa. Se a balança de pagamentos era ameaçada de insolvência, as reservas e os empréstimos estrangeiros venceriam as dificuldades; se tivesse que ser criado um novo equilíbrio econômico, abrangendo uma queda no nível doméstico dos preços, a restrição do crédito poderia ser distribuída de modo mais racional, eliminando o ineficiente e colocando o encargo sobre o eficiente. A falta desse mecanismo tornaria impossível a qualquer país desenvolvido ficar no ouro sem incorrer no risco de efeitos devastadores sobre o seu bem-estar, seja em termos de produção, renda ou emprego.

Se a classe comercial foi a protagonista da economia de mercado, o banqueiro foi o líder nato dessa classe. O emprego e os vencimentos dependiam da lucratividade dos negócios, mas a lucratividade dos negócios dependia de câmbios estáveis e condições sólidas de crédito, e ambos estavam sob os cuidados do banqueiro. Era parte do seu credo serem os dois inseparáveis. Um orçamento sólido e condições estáveis de crédito interno pressupunham câmbios externos estáveis; os câmbios não podiam ser estáveis a menos que o crédito doméstico fosse seguro e as finanças internas do estado estivessem equilibradas. Resumindo, a custódia gêmea do banqueiro compreendia uma sólida finança doméstica e a estabilidade externa do meio circulante. Foi por

isto que os banqueiros, como classe, foram os últimos a observar que ambas haviam perdido o seu significado. Na verdade, nada existe de surpreendente tanto na influência dominante dos banqueiros internacionais na década de 1920, como no seu eclipse na década de 1930. Na década de 1920, o padrão-ouro ainda era visto como *a* precondição de um retorno à estabilidade e à prosperidade e, em conseqüência, nenhuma exigência feita pelos seus guardiães profissionais, os banqueiros, era considerada demasiado pesada, desde que ela prometesse garantir taxas de câmbio estáveis. Quando, após 1929, isto se tornou impossível, a necessidade imperativa era a de um meio circulante interno estável, e ninguém estava tão pouco qualificado a fornecê-lo como o banqueiro.

Em nenhum outro setor foi tão abrupta a queda da economia de mercado como no do dinheiro. As tarifas agrárias, interferindo com a importação dos produtos de terras estrangeiras, destruiu o mercado livre; o estreitamento e a regulação do mercado de trabalho restringiu a barganha àquilo que a lei permitia às partes decidirem. Mas nem no caso do trabalho, nem no caso da terra houve uma divisão formal tão súbita e completa no mecanismo de mercado como a que aconteceu na área do dinheiro. Nos outros mercados nada aconteceu de comparável ao abandono do padrão-ouro feito pela Grã-Bretanha em 21 de setembro de 1931; nem mesmo ao acontecimento subsidiário, uma ação igual por parte da América do Norte em junho de 1933. Embora nessa época a Grande Depressão, que começara em 1929, já hovesse destruído a maior parte do comércio mundial, isto não significou qualquer mudança nos métodos, e nem afetou as idéias dominantes. Todavia, o fracasso final do padrão-ouro foi o fracasso final da economia de mercado.

O liberalismo econômico havia começado uma centena de anos antes, e fora enfrentado por um contramovimento protecionista que atingia, agora, o último bastião da economia de mercado. Um novo conjunto de idéias dominantes desbancava o mundo do mercado auto-regulável. Para estupefação da grande maioria dos contemporâneos, forças insuspeitadas de liderança carismática e de isolacionismo autárquico irromperam e uniram as sociedades sob novas formas.

17

AUTO-REGULAÇÃO IMPERFEITA

No meio do século que decorreu entre 1879 e 1929, as sociedades ocidentais se transformaram em unidades estreitamente ligadas, na qual estavam latentes tensões profundamente inquietantes. A fonte mais imediata dessa transformação foi a auto-regulação imperfeita da economia de mercado. Como a sociedade fora levada a se adaptar às necessidades do mecanismo de mercado, as imperfeições do funcionamento desse mecanismo criavam tensões cumulativas no organismo social.

A auto-regulação imperfeita foi um resultado do protecionismo, Num certo sentido, os mercados são sempre auto-reguláveis, já que eles tendem a produzir um preço que desanuvia o mercado; mas isto de aplica a todos os mercados, sejam livres ou não. Como já tivemos a oportunidade de mostrar, porém, um *sistema* de mercado auto-regulável implica algo muito diferente, isto é, mercados para os elementos da produção – trabalho, terra e dinheiro. Quando o funcionamento desses mercados ameaça destruir a sociedade, a ação autopreservativa da comunidade visa impedir o seu estabelecimento ou interferir com o seu livre funcionamento, quando já estabelecido.

Os liberais econômicos utilizaram o exemplo norte-americano como prova conclusiva da capacidade de funcionamento de uma economia de mercado. Durante um século, o trabalho, a terra, e o dinheiro foram comerciados nos Estados Unidos com total liberdade e, no entanto, aparentemente não foram necessárias medidas de proteção social; a não ser pelas tarifas aduaneiras, a vida industrial continuava a funcionar sem a interferência do governo.

A explicação é, sem dúvida, bastante simples: o trabalho, a terra, e o dinheiro eram livres. Até a década de 1890 a fronteira estava aberta e havia muita terra disponível; até a Primeira Guerra Mundial o abastecimento da mão-de-obra de baixo padrão fluía livremente[1] e até a virada do século não havia qualquer compromisso de manter os câmbios estrangeiros estáveis. A livre provisão de terra, trabalho e dinheiro continuava disponível, portanto não existia um mercado auto-regulável. Enquanto prevaleceram essas condições, nem o homem, nem a natureza, nem a organização dos negócios precisou de proteção do tipo que somente a intervenção governamental pode fornecer.

Logo que essas condições cessaram de existir, a proteção social começou a manifestar-se. Como as camadas mais baixas de mão-de-obra já não podiam mais ser substituídas, livremente, por uma reserva inesgotável de imigrantes, enquanto suas camadas mais altas eram incapazes de se estabelecer livremente na terra; como o solo e os recursos naturais se tornaram escassos e tinham que ser poupados; como o padrão-ouro foi introduzido a fim de tirar o meio circulante da política e ligar o comércio doméstico ao do mundo, os Estados Unidos logo alcançaram o desenvolvimento europeu de um século: proteção do solo e dos seus cultivadores, seguro social para a mão-de-obra através do sindicalismo e da legislação, e o Banco Central – tudo na escala mais ampla – fez a sua aparição. O protecionismo monetário chegou em primeiro lugar: a criação do Federal Reserve System pretendia harmonizar as necessidades do padrão-ouro e as exigências regionais. A ele se seguiu o protecionismo em relação ao trabalho e à terra. A prosperidade na década de 1920 foi suficiente para acarretar uma depressão tão violenta que, no seu curso, o New Deal começou a cavar um fosso em torno do trabalho e da terra, muito mais amplo do que jamais visto na Europa. Assim, a América do Norte também oferece uma prova cabal, tanto positiva como negativa, da nossa tese de que a proteção social foi o acompanhamento de um suposto mercado auto-regulável.

Nessa ocasião, o protecionismo construía em todos os lugares a couraça da unidade emergente da vida social. A nova entidade foi forjada num molde nacional, mas não teve qualquer outra semelhança com suas predecessoras, as despreocupadas nações do passado. O novo tipo crustáceo de nação expressava sua identidade através de meios circulantes convencionais, resguardados por um tipo jamais antes conhecido de soberania ciumenta e absoluta. Esses meios circulantes eram também focalizados do exterior, pois foi deles que se construiu o padrão-ouro internacional (o instrumento principal da economia mundial). Se o dinheiro dominava o mundo agora, reconhecidamente, esse dinheiro era estampado com a marca nacional.

[1] Penrose, E. F., *op. cit.* A lei malthusiana só é válida sob o pressuposto de que é limitado o fornecimento de terra.

Uma tal ênfase sobre nações e meios circulantes seria incompreensível para os liberais, cujas mentes, como de hábito, perdiam as verdadeiras características do mundo em que viviam. Se a nação era por eles considerada um anacronismo, os meios circulantes nacionais não eram sequer dignos de atenção. Nenhum economista da era liberal que se respeitasse duvidava da irrelevância do fato de diferentes pedaços de papel serem chamados de modo diferente, em diferentes lados das fronteiras políticas. Nada era mais simples do que mudar uma denominação pela outra através do uso do mercado cambial, uma instituição que não poderia deixar de funcionar, uma vez que, felizmente, ela não estava sob o controle do estado ou dos políticos. A Europa Ocidental passava por um novo Iluminismo e entre os seus fantasmas estava o conceito "tribal" da nação, cuja suposta soberania era, para os liberais, o resultado de um pensamento paroquial. Até a década de 1930, o Baedecker econômico incluía a informação certa de que o dinheiro era apenas um instrumento de troca e, portanto, não essencial por definição. O ponto cego da mentalidade de mercado era igualmente insensível aos fenômenos da nação *e* do dinheiro. O comerciante livre foi um nominalista a respeito de ambos.

Essa conexão foi muito significativa, mas passou despercebida na época. Aqui e ali surgiam críticos das doutrinas do livre comércio, assim como críticos das doutrinas monetárias ortodoxas, mas dificilmente alguém reconheceu que esses dois conjuntos de doutrinas estabeleciam o mesmo caso em termos diferentes e, se uma era falsa, a outra também deveria ser. William Cunningham ou Adolph Wagner mostraram as falácias do comércio livre cosmopolita, mas eles não as ligaram ao dinheiro; por outro lado, Macleod ou Gesell atacavam as teorias monetárias clássicas enquanto aderiam a um sistema comercial cosmopolita. A importância constitutiva do meio circulante ao estabelecer a nação como unidade decisiva da época, econômica e política, foi inteiramente menosprezada pelos autores do Iluminismo liberal, como já ocorrera com seus predecessores do século XVIII em relação à existência da história. Esta foi a posição mantida pelos pensadores econômicos mais brilhantes, de Ricardo a Wieser, de John Stuart Mill a

Marshall e Wicksell, enquanto o fluxo comum dos estudantes era educado para crer que a preocupação com o problema econômico da nação ou do meio circulante marcava uma pessoa com o estigma da inferioridade. Combinar essas falácias na monstruosa proposição de que os meios circulantes nacionais desempenhavam um papel vital no mecanismo institucional da nossa civilização seria julgado um paradoxo despropositado, sem qualquer sentido e significado.

Na verdade, a nova unidade nacional e o novo meio circulante nacional eram inseparáveis. Foi o meio circulante que dotou os sistemas nacional e internacional de seus mecanismos e introduziu no quadro aqueles aspectos que resultaram em derrocada abrupta. O sistema monetário, no qual o crédito se baseava, tornara-se a linha da vida da economia, tanto nacional quanto internacional.

O protecionismo foi um impulso de três gumes. A terra, o trabalho e o dinheiro, cada um deles desempenhou o seu papel, mas, enquanto o trabalho e a terra estavam ligados a estratos sociais definidos, embora amplos, tais como os trabalhadores ou o campesinato, o protecionismo monetário foi, numa extensão mais ampla, um fator nacional, fundindo às vezes interesses diversos em um todo coletivo. Embora a política monetária pudesse também ao mesmo tempo dividir e unir, o sistema monetário objetivamente era a mais forte entre as forças econômicas que integravam a nação.

O trabalho e a terra foram responsáveis, basicamente, pela legislação social e taxações do trigo, respectivamente. Os fazendeiros protestavam contra os encargos que beneficiavam o trabalhador e elevavam os salários, enquanto os trabalhadores objetavam contra qualquer aumento no preço dos alimentos. Todavia, quando as leis do trigo e as leis do trabalho foram postas em vigor – na Alemanha desde o início dos anos oitenta – tornou-se difícil remover uma sem remover a outra. A relação era ainda mais estreita entre as tarifas agrícolas e as industriais. Desde que a idéia de um protecionista total fora popularizada por Bismarck (1879), a aliança política dos proprietários de terra e dos industriais para a salvaguarda recíproca das tarifas havia sido um aspecto da política alemã; o pacto tarifário era tão comum como a organização de cartéis para garantir benefícios privados a partir das tarifas.

O protecionismo interno e externo, social e nacional, tendia a fundir-se.[2] A elevação do custo de vida provocada pelas leis do trigo induzia o fabricante a exigir tarifas protetoras, das quais se valia quase sempre para implementar a política de cartéis. Os sindicatos profissionais naturalmente insistiam em salários mais altos para compensar o elevado custo de vida, e não podiam discordar dessas tarifas aduaneiras que permitiam ao patrão atender a uma folha de pagamento inflacionada. Todavia, quando a contabilização da legislação social passou a se basear no nível salarial condicionado pelas tarifas, não se podia mais esperar que os patrões ficassem com o encargo dessa legislação, a menos que se lhes garantisse uma proteção continuada. A propósito, esta foi a tênue base factual da acusação de conspiração coletivista, supostamente responsável pelo movimento protecionista. Todavia, isto representa assumir o efeito como causa. As origens do movimento foram espontâneas e amplamente dispersas mas, uma vez iniciadas, não podiam deixar de criar interesses paralelos que se comprometiam com a sua continuidade.

Mais importante do que a similaridade de interesses foi a difusão uniforme das condições reais criadas pelos efeitos combinados de tais medidas. Embora a vida fosse diferente nos diferentes países, como sempre fora, a disparidade podia ser ligada a atos legislativos e administrativos definidos, de intenção protetora, uma vez que as condições de produção e de trabalho dependiam agora, principalmente, de tarifas, taxações e leis sociais. Antes mesmo que os Estados Unidos e os domínios britânicos restringissem a imigração, o número de emigrantes do Reino Unido já diminuíra, a despeito do severo desemprego, possivelmente em virtude do clima social muito avançado da pátria-mãe.

Se as tarifas aduaneiras e as leis sociais produziam um clima artificial, a política monetária criava condições meteorológicas verdadeiramente artificiais, que variavam dia a dia e afetavam cada membro da comunidade nos seus interesses imediatos. O poder integrador da política monetária superava em muito o dos outros tipos de protecionismo, com seu aparato lento e embaraçoso, pois a influência da proteção monetária era sempre ativa e mutável. Aquilo que o homem de negócios, o trabalhador organizado e a dona de casa ponderavam, aquilo que o fazendeiro que planejava a sua colheita, os pais que pesavam as oportunidades dos filhos, os amantes que esperavam casar-se resolviam em suas mentes, levando em conta a favorabilidade da época, era determinado mais diretamente pela política monetária do Banco Central do que por qualquer outro fator isolado. Se isso já era verdade com uma moeda estável, tornou-se incomparavelmente mais verdadeiro quando a moeda se tornou instável, e teve que ser tomada a decisão fatal de inflacionar ou deflacionar. Do ponto de vista político, a identi-

[2] Carr, E. H., *The Twenty Year's Crisis, 1919-1939,* 1940.

dade da nação era estabelecida pelo governo; do ponto de vista econômico, ela cabia, de direito, ao Banco Central.

Do ponto de vista internacional, o sistema monetário assumiu importância ainda maior, se possível. A liberdade do dinheiro foi o resultado das restrições ao comércio, por mais paradoxal que isto pareça. Quanto mais numerosos se tornaram os obstáculos à movimentação de bens e homens através das fronteiras, tanto mais efetivamente tinha que ser resguardada a liberdade dos pagamentos. Dinheiro a curto prazo era transferido de um ponto do globo para outro, com o aviso de horas; as modalidades de pagamentos internacionais, entre governos e entre corporações privadas ou indivíduos, eram uniformemente reguladas; o repúdio de dívidas externas, ou as tentativas de mexer nas garantias orçamentárias, mesmo por parte de governos atrasados, era considerado um ultraje e punido relegando-se aqueles que não mereciam crédito à total obscuridade. Em todos os assuntos relevantes para o sistema monetário mundial estabeleciam-se instituições similares, em todos os lugares, tais como organismos representativos, constituições escritas definindo a sua jurisdição e regulando a publicação de orçamentos, a promulgação de leis, a ratificação de tratados, os métodos para incorrer em obrigações financeiras, as regras de contabilidade pública, os direitos dos estrangeiros, a jurisdição das cortes de justiça, o domicílio das notas de câmbio, e assim, por implicação, a situação do banco de emissão, dos acionistas estrangeiros, dos credores de todos os tipos. Isto levou à concordância no uso de notas bancárias e espécies, de regulamentações postais, e quanto aos métodos das bolsas de valores e bancos. Nenhum governo, com exceção talvez dos mais poderosos, podia se permitir desprezar os tabus do dinheiro. Para propósitos internacionais, o meio circulante era a nação, e nenhuma poderia sobreviver fora do esquema internacional, em qualquer espaço de tempo.

Em contraste com os homens e os bens, o dinheiro estava livre de quaisquer medidas embaraçosas e continuava a desenvolver sua capacidade de transacionar negócios a qualquer distância e a qualquer tempo. Quanto mais difícil se tornava transferir objetos reais, mais fácil se tornava transmitir os direitos sobre eles. Enquanto diminuía o ritmo do comércio de mercadorias e serviços e seu equilíbrio oscilava precariamente, a balança de pagamentos se mantinha líquida quase que automàticamente, com a ajuda de empréstimos a curto prazo que perpassavam sobre todo o globo e de operações de capital que só de leve tomavam conhecimento do comércio visível. Pagamentos, débitos e reclamações continuavam insensíveis às crescentes barreiras rígidas contra a troca de bens. A ascendência rápida da elasticidade e da universalidade do mecanismo monetário internacional compensava, de certo modo, os canais cada vez mais estreitos do comércio mundial. No princípio da década de 1930, quando o comércio mundial se reduziu a um filete, o empréstimo internacional a curto prazo atingiu um grau de mobilidade sem precedentes. Enquanto funcionou o mecanismo dos movimentos do capital internacional e dos créditos a curto prazo, nenhum desequilíbrio do comércio real era demasiado grande para ser superado por métodos de contabilização. Evitava-se a distorção social com a ajuda dos movimentos de crédito e corrigia-se o desequilíbrio econômico através de meios financeiros.

Como último recurso, a auto-regulação imperfeita do mercado levou a uma intervenção política. Os governos tiveram que responder às pressões quando o ciclo comercial deixou de corresponder e restaurar o emprego, quando as importações deixaram de produzir exportações, quando as regulamentações da reserva bancária ameaçaram os negócios com o pânico, quando devedores estrangeiros recusaram-se a pagar. Numa emergência, a unidade da sociedade afirmou-se por intermédio da intervenção.

Em que medida o estado foi induzido a interferir dependeu da constituição da esfera política e do grau da perturbação econômica. Enquanto o voto era restrito e apenas alguns exerciam influência política, o intervencionismo era um problema muito menos urgente do que se tornou quando o sufrágio universal transformou o estado em órgão do milhão dominante – o mesmo milhão que, no setor econômico, tinha que suportar, muitas vezes com amargura, o encargo dos dominados. Enquanto o emprego era abundante, os rendimentos seguros, a produção contínua, o padrão de vida seguro e os preços estáveis, a pressão intervencionista era naturalmente menor do que se tornou quando as quedas adiadas transformaram a indústria num amontoado de ferramentas em desuso e esforços frustrados.

Também do ponto de vista internacional, os métodos políticos eram usados para suplementar a auto-regulação imperfeita do mercado. A teoria ricardiana do comércio e meio circulante ignorou em vão a diferença de status existente entre os vários países, segundo a sua diferente capacidade de produzir riquezas, capacidade de exportação, de comércio, de navegação e de experiência bancária. Pela teoria liberal, a Grã-Bretanha era apenas mais um átomo no universo do comércio e ocupava precisamente o mesmo lugar que a Dinamarca e a Gua-

temala. Na verdade, o mundo contava com um número limitado de países, dividido em países que emprestavam e países que pediam emprestado, países exportadores e países praticamente auto-suficientes, países com exportações variadas e países que dependiam de uma única mercadoria, como o trigo ou o café, para suas importações ou empréstimos estrangeiros. Tais diferenças podiam ser ignoradas pela teoria, mas suas conseqüências não podiam ser abandonadas da mesma forma na prática. Era freqüente os países ultramarinos estarem impossibilitados de atender às suas dívidas externas, ou verem suas moedas depreciadas, o que ameaçava sua solvência. Às vezes eles decidiam corrigir a balança através de meios políticos e interferiam na propriedade de investidores estrangeiros. Em nenhum desses casos podia se depender de processos econômicos autocurativos, embora, de acordo com a doutrina clássica, esses processos devessem infalivelmente reembolsar os credores, restaurar a moeda e resguardar o estrangeiro contra a repetição de perdas semelhantes. Isto exigiria que os países envolvidos fossem participantes mais ou menos igualitários num sistema de divisão internacional do trabalho, o que não era o caso, enfaticamente.

Seria ocioso esperar que, por um processo invariável, o país cuja moeda se desvalorizasse aumentaria automaticamente suas exportações, restaurando assim o seu balanço de pagamentos, ou que a sua necessidade de capital estrangeiro pudesse compeli-lo a compensar o estrangeiro e reassumir o montante da sua dívida. O aumento nas vendas de café ou de nitratos, por exemplo, poderia destruir o mercado, e repudiar uma dívida externa exorbitante poderia parecer preferível a depreciar a moeda nacional. O mecanismo do mercado mundial não podia se permitir correr tais riscos. Assim, enviavam-se navios de guerra para o local e o governo negligente, fraudulento ou não, se defrontava com a alternativa de um bombardeio ou um ajuste. Não havia outro método capaz de obrigar o pagamento, impedir grandes perdas e manter o sistema em funcionamento. Prática semelhante era utilizada para induzir os povos coloniais a reconhecerem as vantagens do comércio, quando o argumento teoricamente infalível da vantagem mútua não era prontamente reconhecido pelos nativos – e talvez jamais o fosse. A necessidade de métodos intervencionistas era ainda mais evidente se a região em questão fosse rica nas matérias-primas exigidas pelos fabricantes europeus, e nenhuma harmonia preestabelecida podia garantir a emergência de um anseio por manufaturas européias por parte dos nativos, cujas necessidades naturais já haviam tomado um rumo inteiramente diferente. É claro que nenhuma dessas dificuldades

deveria surgir sob um sistema supostamente auto-regulável. Todavia, enquanto cada vez mais os pagamentos só eram feitos sob a ameaça da intervenção armada, e as rotas comerciais se mantinham abertas apenas com a ajuda dos navios de guerra, isto é, o comércio seguia a bandeira, enquanto a bandeira seguia as necessidades dos governos invasores, mais patente se tornava o fato de que era preciso utilizar instrumentos políticos para manter o equilíbrio da economia mundial.

18

FORÇAS DE RUPTURA

Dessa uniformidade de ajustes institucionais subjacentes é que derivou a intrigante similaridade no padrão dos acontecimentos que se difundiram sobre uma enorme expansão da terra no meio século 1879-1929.

Uma variedade infinita de personalidades e ambientes, de mentalidades e antecedentes históricos, deu cor local e uma ênfase tópica às vicissitudes de muitos países e, no entanto, a tessitura era a mesma na maior parte da civilização mundial. Essa afinidade transcendia a dos traços culturais comuns a povos que usam ferramentas similares, que gozam dos mesmos prazeres, e que recompensam os esforços com os mesmos prêmios. Ao contrário, a semelhança compreendia a função dos acontecimentos concretos no contexto histórico da vida, o componente de tempo da existência coletiva. Uma análise dessas tensões e esforços típicos deveria revelar muito do mecanismo que produziu o padrão singularmente uniforme da história durante esse período.

As tensões podem ser simplesmente agrupadas de acordo com as esferas institucionais mais importantes. Na economia doméstica, os mais variados sintomas de desequilíbrio – declínio de produção, emprego e rendimentos – serão representados aqui pelo flagelo típico do *desemprego*. Na política doméstica, havia a luta e o impasse das forças sociais, que especificaremos como *tensão de classes*. As dificuldades no campo da economia internacional, que se agrupavam em torno do chamado balanço de pagamentos, e compreendia uma queda nas exportações, termos desfavoráveis de comércio, escassez de matérias-primas importadas e perdas nos investimentos estrangeiros, designaremos aqui como um grupo com uma forma característica de tensão, a saber, *pressão sobre o câmbio*. Finalmente, as tensões na política internacional serão resumidas como *rivalidades imperialistas*.

Consideremos agora um país que, no decurso de uma depressão de negócios, é atingido pelo desemprego. É fácil ver que todas as medidas de política econômica que os bancos possam tomar para criar empregos são limitadas pelas exigências de câmbios estáveis. Os bancos não poderão se expandir ou estender novos critérios à indústria sem apelar para o Banco Central que, de sua parte, se recusará a acompanhá-los, uma vez que a segurança da moeda exige um caminho oposto. Por outro lado, se a tensão se distribui da indústria para o estado – os sindicatos profissionais podem induzir os partidos políticos associados a abordar o tema no congresso – o alcance de qualquer política de assistência ou de obras públicas será limitado pelas exigências do equilíbrio orçamentário, outra precondição de câmbios estáveis. O padrão-ouro cerceará, assim, a ação do Tesouro tão efetivamente como do banco em questão, e o legislativo confrontar-se-á com as mesmas limitações que se aplicam à indústria.

No âmbito da nação, a tensão do desemprego pode recair alternadamente na zona industrial ou governamental. Se, num caso particular, a crise foi superada por uma pressão deflacionária dos salários, pode-se dizer então que a carga recaiu basicamente na esfera econômica. Se, porém, essa medida dolorosa foi evitada com a ajuda de obras públicas subsidiadas por impostos a fundo perdido, o choque de tensão recairá na esfera política (o mesmo ocorreria se a diminuição dos salários fosse imposta aos sindicatos profissionais por alguma medida governamental, em desafio aos direitos adquiridos). No primeiro caso – pressão deflacionária sobre salários – a tensão permanece dentro da zona de mercado, que se expressa numa mudança de rendimentos transmitida por uma mudança nos preços. No último caso – obras públicas ou restrições sindicais – ocorre uma mudança no status legal ou na taxação, que afeta basicamente a posição política do grupo envolvido.

Pode ocorrer que a tensão do desemprego tenha se espalhado fora dos limites da nação e afetado os câmbios estrangeiros. Isto pode acontecer, quer sejam usados métodos políticos ou econômicos no combate ao desemprego. Sob o padrão-ouro – que presumimos estar em vigor o tempo todo – qualquer medida governamental que cause um déficit orçamentário pode iniciar uma depreciação da moeda. Se, por outro lado, o desemprego está sendo atacado pela expansão do crédito bancário, a ascensão dos preços domésticos pode atingir as exportações e

afetar, dessa forma, a balança de pagamentos. Em qualquer caso, os câmbios diminuirão e o país sentirá a pressão na sua moeda.

De forma alternativa, a tensão que decorre do desemprego pode levar a uma tensão externa. No caso de um país fraco isto teve, algumas vezes, as conseqüências mais graves para a sua posição internacional. Deteriorado o seu status, desprezados os seus direitos, o controle estrangeiro é imposto a ele com a derrota das suas aspirações nacionais. No caso dos estados fortes, a pressão pode ser contrabalançada pela disputa de mercados estrangeiros, colônias, zonas de influência e outras formas de rivalidade imperialista.

As tensões que emanavam do mercado corriam assim para e contra o mercado e as outras zonas institucionais principais, afetando algumas vezes o funcionamento da área de governo, outras vezes a do padrão-ouro ou do sistema de equilíbrio-de-poder, conforme o caso. Cada área era comparativamente independente das outras e procurava um equilíbrio próprio; quando esse equilíbrio não era alcançado, o desequilíbrio se difundia sobre as outras esferas. Foi a relativa autonomia das esferas que causou o acúmulo de tensões e gerou pressões que eventualmente explodiram, sob as formas mais ou menos estereotipadas. Enquanto na imaginação o século XIX se ocupava em construir a utopia liberal, na realidade ela estava transferindo as coisas para um número definido de instituições concretas, cujos mecanismos dominavam a época.

A abordagem que mais se aproximou da compreensão da verdadeira situação foi talvez a dúvida retórica de um economista que, ainda em 1933, denunciava as políticas protecionistas da "*grande maioria dos governos*". Pode ser correta, indagava ele, uma política unanimemente condenada por todos os especialistas como completamente errônea, grosseiramente falaciosa e contrária a todos os princípios de teoria econômica? Sua resposta foi um "não" incondicional.[1] Todavia, em vão se procuraria na literatura liberal qualquer coisa que se aproximasse de uma explicação dos fatos patentes. A única resposta era a denúncia de uma corrente infindável de abusos por parte de governos, políticos e estadistas, cuja ignorância, ambição, ganância, e estreito preconceito eram supostamente responsáveis pelas políticas protecionistas seguidas pela "grande maioria" dos países. Era raro encontrar um argumento racional sobre o assunto. Desde o desafio dos filósofos aos fatos empíricos da ciência, jamais se viu um preconceito tão claro exibido em uma

[1] Haberler, G., *Der internationale Handel*, 1933, p. vi.

coleção tão assustadora. A única resposta intelectual era suplementar o mito da conspiração protecionista com o mito da loucura imperialista.

O argumento liberal, na medida em que se tornou articulado, afirmava que já no início da década de 1880 as paixões imperialistas começavam a surgir nos países ocidentais, destruindo o frutífero trabalho dos pensadores econômicos pelo seu apelo emocional ao preconceito tribal. Essas políticas sentimentais ganharam forças, gradualmente, e conduziram finalmente à Primeira Guerra Mundial. Após a Grande Guerra, as forças do Iluminismo tiveram uma outra oportunidade de restaurar o império da razão, mas um surto inesperado de imperialismo, principalmente por parte de pequenos países novos, e mais tarde também dos "não possuidores", como a Alemanha, a Itália e o Japão, derrubaram o vagão do progresso. "O animal astucioso", o político, havia derrotado os centros cerebrais da raça – Genebra, Wall Street e a City de Londres.

Nesta peça de teologia política popular, o imperialismo toma o lugar do velho Adão. Os estados e os impérios são considerados congenitamente imperialistas, eles devorarão seus vizinhos sem qualquer compulsão moral. A última metade da controvérsia é verdadeira, mas não a primeira. Embora o imperialismo, quando e onde aparece, não dependa de justificativa racional ou moral para a sua expansão, é contrário aos fatos que estados e impérios sejam sempre expansionistas. Nem sempre as associações territoriais estão preocupadas em ampliar suas fronteiras, nem as cidades, nem os estados, nem os impérios sofrem tal compulsão. Argumentar o oposto é transformar algumas situações típicas em lei geral. De fato, ao contrário dos pressupostos populares, o capitalismo moderno começou com um longo período de contração. Ele só se voltou para o imperialismo quando já bem adiantado na sua carreira.

O antiimperialismo foi iniciado por Adam Smith que, portanto, antecipou não apenas a revolução norte-americana mas também o movimento Little England, do século seguinte. Os motivos dessa ruptura foram econômicos: a rápida expansão dos mercados, iniciada pela Guerra dos Sete Anos, fez com que os impérios saíssem de moda. Enquanto as descobertas geográficas, combinadas com meios de transporte relativamente lentos, favoreciam as plantações de além-mar, as comunicações rápidas transformaram as colônias num luxo dispendioso. Um outro fator desfavorável às plantações foi o significado das exportações, que agora eclipsava o das importações. O ideal do mercado comprador cedeu lugar ao mercado vendedor, um objetivo atingido agora pelo simples meio de vender mais barato que os competidores,

inclusive os próprios colonialistas. Uma vez perdidas as colônias marítimas do Atlântico, o Canadá só conseguiu se manter no império com certa dificuldade (1837); até um Disraeli defendia a liquidação das possessões africanas ocidentais; o estado de Orange em vão se oferecia para fazer parte do império, e a algumas ilhas do Pacífico, hoje vistas como pontos importantes de estratégia mundial, eram constantemente recusadas à admissão ao império. Comerciantes livres e protecionistas, liberais e conservadores fanáticos, uniram-se na convicção popular de que as colônias eram um ativo pródigo, que se transformaria num passivo político e financeiro. Quem quer que falasse de colônias no século entre 1780 e 1880, era visto como partidário do *ancien régime*. A classe média denunciava a guerra e a conquista como maquinações dinásticas e servia de instrumento ao pacifismo (François Quesnay fora o primeiro a reclamar os lauréis da paz para o *laissez-faire*).

A França e a Alemanha seguiam na esteira da Inglaterra. A primeira diminuiu de forma apreciável a sua taxa de expansão e até mesmo o seu imperialismo era agora mais continental do que colonial. Bismarck desdenhosamente declinava pagar o preço de uma só vida pelos Bálcãs, e colocou toda a sua influência por trás da propaganda anticolonial. Essa era a atitude governamental na época em que as companhias capitalistas invadiam continentes inteiros, quando a Companhia das Índias Orientais já fora dissolvida por insistência de preocupados exportadores do Lancashire, e comerciantes varejistas anônimos substituíam, na Índia, as figuras resplandecentes de Warren Hastings e Clive. O governo se mantinha à parte. Cunning ridicularizava a noção da intervenção em favor de investidores de risco e especuladores de além-mar. A separação do político e do econômico atingia agora os assuntos internacionais. Enquanto a Rainha Elisabeth relutava em distinguir muito estritamente entre sua renda particular e a renda dos corsários, Gladstone teria considerado uma calúnia a alegação de que a política externa britânica estava a serviço dos investidores estrangeiros. Permitir que o poder do estado e os interesses comerciais se fundissem não era uma idéia do século XIX; pelo contrário, os primeiros estadistas vitorianos já haviam proclamado a independência do político e do econômico como uma máxima de comportamento internacional. As representações diplomáticas só podiam agir em favor dos interesses privados dos seus nacionais em casos muito definidos, e a ampliação clandestina dessas oportunidades era negada publicamente e, quando comprovada, repreendia da mesma maneira. O princípio da não-intervenção do estado nos casos de negócios privados era mantido não apenas internamente mas também no exterior. O governo nacional não devia intervir no comércio privado, e se esperava que os ministérios do exterior vissem os interesses privados externos apenas em amplas linhas nacionais. Os investimentos eram majoritariamente agrícolas e se localizavam internamente; os investimentos externos ainda eram considerados um jogo, e as freqüentes perdas totais incorridas pelos investidores eram consideradas como amplamente compensadas pelos escandalosos termos do empréstimo usurário.

A mudança ocorreu subitamente, e agora simultaneamente, em todos os países ocidentais. Enquanto a Alemanha só repetiu o desenvolvimento doméstico da Inglaterra após um lapso de meio século, os acontecimentos externos de âmbito mundial afetariam necessariamente todos os países comerciais da mesma forma. Esse evento foi o incremento no ritmo e no volume do comércio internacional, assim como a mobilização universal da terra, implícita no transporte em massa de cereais e matérias-primas agrícolas, de uma parte do planeta para outra, a um custo fracionário. Esse terremoto econômico transtornou a vida de dezenas de milhões na Europa rural. Em poucos anos o livre comércio era assunto do passado, e a expansão posterior da economia de mercado ocorreu sob condições inteiramente novas.

Essas mesmas condições foram determinadas pelo "duplo movimento". O padrão de comércio internacional, que se desenvolvia agora a uma taxa acelerada, foi interceptado pela introdução de instituições protecionistas destinadas a cercear a ação global do mercado. A crise agrária e a Grande Depressão de 1873-1886 haviam abalado a confiança na economia autocurativa. A partir de agora, as instituições típicas da economia de mercado só podiam ser introduzidas se acompanhadas de medidas protecionistas, tanto mais que, desde o final da década de 1870 e princípio de 1880, as nações se formavam em unidades organizadas, aptas a sofrerem dolorosamente as distorções envolvidas em qualquer ajuste súbito às necessidades do comércio exterior ou dos câmbios externos. O veículo supremo da expansão da economia de mercado, o padrão-ouro, era assim geralmente acompanhado pela introdução simultânea de políticas protecionistas típicas da época, como legislação social e tarifas aduaneiras.

Também neste ponto a tradicional versão liberal da conspiração coletivista não se ateve aos fatos. O comércio livre e o sistema do padrão-ouro não foram arruinados por capricho, por traficantes de tarifas egoístas, nem por ternas leis sociais. Pelo contrário, o próprio aparecimento do padrão-ouro, apressou a difusão dessas instituições prote-

cionistas, que eram tanto mais bem-vindas quanto mais pesado era o encargo dos câmbios estabelecidos. A partir de então as tarifas, as leis fabris, e uma ativa política colonial eram pré-requisitos de uma moeda externa estável (a Grã-Bretanha, com sua grande superioridade industrial, foi a exceção que confirmou a regra). Só quando esses pré-requisitos eram dados é que os métodos da economia de mercado podiam ser introduzidos com segurança. Quando esses métodos eram impostos a povos desamparados, sem medidas protetoras, como em regiões exóticas e semicoloniais, o sofrimento que ocorria era indescritível.

Temos aqui a chave do aparente paradoxo do imperialismo – a economicamente inexplicável e, portanto, supostamente irracional recusa dos países de comerciarem juntos, indiscriminadamente, e, em vez disso, colocarem como objetivo a aquisição de mercados exóticos e ultramarinos. O que fazia os países agirem dessa maneira era simplesmente o receio de conseqüências similares àquelas que os povos desprotegidos eram incapazes de evitar. A diferença, no entanto, estava no ponto de que, enquanto a população tropical da infeliz colônia se via atirada a uma miséria e degradação totais, a ponto até da extinção física, a recusa do país ocidental era induzida pelo receio de um perigo menor, mas suficientemente real para ser evitado a todo custo. Não fazia diferença que a ameaça não fosse essencialmente econômica, como no caso das colônias; à parte o preconceito, não havia razão para procurar a medida da distorção social nas magnitudes econômicas. De fato, seria propor-se um absurdo esperar que uma comunidade permanecesse indiferente ao aguilhão do desemprego, à mudança das indústrias e das ocupações e à tortura moral e psicológica que as acompanhava, apenas porque os efeitos econômicos podiam ser insignificantes a longo prazo.

A nação podia ser tanto o recipiente passivo como o indicador ativo da tensão. Se algum acontecimento externo pesasse fortemente sobre o país, seu mecanismo interno funcionava da maneira habitual, transferindo a pressão da zona econômica para a política ou vice-versa. Exemplos significativos ocorreram no período pós-guerra. Para alguns países da Europa Central, a derrota criou condições altamente artificiais que incluíam uma feroz pressão externa sob a forma de reparações. Durante mais de uma década o cenário doméstico alemão foi dominado por um deslocamento da carga externa entre a indústria e o estado – entre os salários e lucros de um lado, benefícios sociais e impostos de outro. A nação como um todo foi sustentáculo das reparações, e a situação interna mudava de acordo com o modo com que o país – governo e negócios combinados - abordava a tarefa. A solidariedade nacional estava

portanto fixada no padrão-ouro, e a obrigação mais importante era a manutenção do valor externo da moeda. O Plano Dawes foi expressamente projetado para resguardar o meio circulante alemão. O Plano Young tornou absoluta a mesma condição. Não fosse essa obrigação de manter o valor externo do *reichsmark* inalterado, o curso dos assuntos domésticos alemães durante esse período seria ininteligível. A responsabilidade coletiva pelo meio circulante criou o indestrutível arcabouço dentro do qual os negócios e os partidos, a indústria e o estado se ajustavam à tensão. No entanto, aquilo que a Alemanha derrotada teve que suportar como conseqüência de uma guerra perdida, todos os povos haviam suportado voluntariamente até a guerra, isto é, a integração artificial de seus países através da pressão de câmbios estáveis. Somente a resignação às leis inevitáveis do mercado poderia explicar a aquiescência orgulhosa com a qual a cruz era carregada.

Pode-se objetar que este esboço é o resultado de uma supersimplificação sustentada. A economia de mercado não começou num só dia, nem os três mercados correram como uma *troika*, nem o protecionismo teve efeitos paralelos em todos os mercados etc. Isto é verdade, sem dúvida, mas perde de vista o ponto em questão.

Admite-se que o liberalismo econômico apenas criou um mecanismo novo a partir de mercados mais ou menos desenvolvidos; ele unificou vários tipos de mercado já existentes e coordenou suas funções num único todo. A separação do trabalho e da terra já estava em andamento nessa ocasião, assim como o desenvolvimento de mercados para o dinheiro e o crédito. O presente estava ligado ao passado em toda a linha e não se encontrava uma brecha sequer.

A mudança institucional, porém, pela sua própria natureza, começou a operar abruptamente. O estágio crítico fora atingido com o estabelecimento de um mercado de trabalho na Inglaterra, no qual os trabalhadores ficavam ameaçados pela fome se deixassem de cumprir os ditames do trabalho assalariado. Logo que foi dado esse passo drástico, o mecanismo do mercado auto-regulável entrou em funcionamento. Seu impacto sobre a sociedade foi tão violento que, quase instantaneamente e sem qualquer mudança de opinião anterior, organizaram-se poderosas reações protetoras.

A despeito da grande diferença de natureza e origem, os mercados dos vários elementos da indústria revelavam agora um desenvolvimento paralelo. E não poderia ser de outra maneira. A proteção do homem, da natureza e da organização produtiva atingiu o nível de uma interferência nos mercados do trabalho e da terra, bem como na

mediação da troca – o dinheiro – e assim, *ipso facto*, prejudicaram a auto-regulação do sistema. Uma vez que o propósito da intervenção era reabilitar as vidas dos homens e do seu meio ambiente, e proporcionar-lhes alguma segurança de status, essa intervenção visava, naturalmente, reduzir a flexibilidade dos salários e a mobilidade da mão-de-obra, dando estabilidade aos rendimentos, continuidade à produção, introduzindo o controle público dos recursos nacionais e a administração do meio circulante a fim de impedir mudanças desordenadas no nível de preço.

A Depressão de 1873-1886 e a dificuldade agrária da década de 1870 aumentaram permanentemente a tensão. No início da depressão, a Europa estava no apogeu do livre comércio. O novo Reich alemão havia imposto à França a cláusula de nação mais favorecida no acordo entre ele e esta última, comprometera-se a abandonar as tarifas sobre o ferro-gusa e introduzira o padrão-ouro. No final da depressão, a Alemanha já se havia cercado de tarifas protetoras, estabelecera uma organização geral de cartéis, organizara um sistema de seguro social global e praticava uma política colonial de alta pressão. O Prussianismo, que havia sido pioneiro do livre comércio, foi evidentemente tão pouco responsável pela mudança para o protecionismo como pela introdução do "coletivismo". Os Estados Unidos tinham tarifas ainda mais altas que o Reich e eram tão "coletivistas" como este, à sua própria maneira; eles subsidiaram fortemente a construção de ferrovias de longo curso e desenvolveram a elefantina formação de trustes.

Todos os países ocidentais seguiram a mesma tendência, independente da mentalidade nacional e da história.[2] Com o padrão-ouro internacional foi posto em atividade o mais ambicioso esquema de mercado, implicando a independência absoluta dos mercados às autoridades nacionais. O comércio internacional significava agora a organização da vida no planeta sob um mercado auto-regulável, que compreendia o trabalho, a terra e o dinheiro, sendo o padrão-ouro o guardião desse gigantesco autômato. Nações e povos eram apenas bonecos num espetáculo inteiramente fora do seu controle. Eles se protegiam do desemprego e da instabilidade com a ajuda dos bancos centrais e das tarifas aduaneiras, suplementadas por leis de migração. Esses artifícios se destinavam a neutralizar os efeitos destrutivos do comércio livre mais moedas determinadas e, na medida em que alcançavam esse propósito, eles interferiam no desempenho desses mecanismos. Embora cada uma dessas restrições tivesse os seus beneficiários, cujos superlucros ou supersalários representavam uma taxação imposta a todos os outros cidadãos, muitas vezes era apenas o *montante* dessa taxação que era injustificado, não a proteção em si mesma. A longo prazo ocorreu uma queda global nos preços que beneficiou a todos.

Quer a proteção fosse justificada ou não, a debilidade do sistema mundial de mercado foi trazida à luz pelos efeitos das intervenções. As tarifas de importação de um país dificultavam as exportações de outro e forçavam-no a procurar mercados em regiões politicamente desprotegidas. O imperialismo econômico era principalmente uma luta entre potências pelo privilégio de estender seu comércio aos mercados politicamente desprotegidos. A pressão exportadora foi reforçada pela disputa de suprimentos de matérias-primas causada pela febre manufatureira. Os governos emprestavam apoio a seus nacionais engajados em negócios nos países atrasados. O comércio e a bandeira corriam na esteira um do outro. O imperialismo e a preparação semiconsciente para a autarquia eram a inclinação das potências que se encontravam mais e mais dependentes de um sistema crescentemente falível de economia mundial. E, no entanto, era imperativa a rígida manutenção da integridade do padrão-ouro internacional. Esta foi uma fonte institucional da ruptura.

Uma contradição similar operava dentro das fronteiras nacionais. O protecionismo ajudou a transformar os mercados competitivos em mercados monopolistas. Cada vez menos os mercados podiam ser descritos como autônomos e como mecanismos automáticos de átomos em competição. Cada vez mais os indivíduos eram substituídos por associações, homens e capital ligados a grupos não-competitivos. O ajuste econômico se tornou lento e difícil. A auto-regulação dos mercados fora gravemente atingida. Ocasionalmente, o desajuste dos preços e as estruturas de custo prolongavam as depressões, o equipamento desajustado retardava a liquidação de investimentos não-lucrativos, o desajuste dos preços e os níveis de renda causavam tensão social. Qualquer que fosse o mercado em questão – trabalho, terra, ou dinheiro – a tensão transcendia a zona econômica e o equilíbrio tinha que ser restaurado por meios políticos. Todavia, a separação institucional da esfera política e da esfera econômica era constitutiva da sociedade de mercado e tinha que ser mantida qualquer que fosse a tensão envolvida. Esta foi a outra fonte de tensão demolidora.

[2] G. D. H. Cole chama a década de 1870 "de longe o período mais ativo de legislação social de todo o século XIX".

Estamos nos aproximando da conclusão de nossa narrativa, mas parte considerável do nosso argumento precisa ser desdobrada. Mesmo que consigamos provar, fora de qualquer dúvida, que no cerne da transformação estava o fracasso da utopia do mercado, ainda temos a tarefa de mostrar de que maneira os acontecimentos reais foram determinados por essa causa.

Num certo sentido, esta é uma tarefa impossível, pois a história não é modelada por qualquer fator único. Entretanto, a despeito de toda a sua riqueza e variedade, o fluxo da história tem suas situações e alternativas periódicas, que respondem pela ampla similaridade na tessitura dos acontecimentos de uma época. Não precisamos nos preocupar com as fímbrias dos torvelinhos imprevisíveis, se podemos dar conta, até certo ponto, das regularidades que governam as correntes e contracorrentes sob condições típicas.

No século XIX, tais condições foram dadas pelo mecanismo do mercado auto-regulável, cujas exigências tiveram que ser cumpridas pela vida nacional e internacional. A partir desse mecanismo, seguiram-se duas peculiaridades da civilização: seu rígido determinismo e seu caráter econômico. A perspectiva contemporânea tendia a ligar os dois e presumir que o determinismo derivava da natureza da motivação econômica, pela qual se esperava que os indivíduos perseguissem seus interesses monetários. O fato é que não havia conexão entre os dois. O "determinismo", tão proeminente em tantos detalhes, foi simplesmente o resultado do mecanismo de uma sociedade de mercado com suas alternativas previsíveis, cuja rigidez foi erroneamente atribuída à força das motivações materialistas. O sistema oferta-procura-preço sempre equilibrar-se-á, quaisquer que sejam os motivos dos indivíduos, e as motivações econômicas *per se* são notoriamente muito menos efetivas para a maioria das pessoas do que as chamadas motivações emocionais.

A humanidade estava sob o guante, não de novas motivações, mas de novos mecanismos. Resumindo, a tensão surgiu da zona de mercado e daí se difundiu para a esfera política, compreendendo assim o todo da sociedade. Dentro das próprias nações, porém, a tensão continuava latente enquanto a economia mundial continuava a funcionar. Somente quando se dissolveu a última das suas instituições sobreviventes, o padrão-ouro, foi que a expressão existente dentro das nações finalmente se liberou. Diferentes como foram suas respostas à nova situação, em essência elas representaram os ajustes ao desaparecimento da economia mundial tradicional; quando esta se desintegrou, a própria civilização

de mercado foi engolfada. Isto explica o fato quase inacreditável de uma civilização estar se desmoronando pela atuação cega de instituições sem alma, cujo único propósito era o incremento automático do bem-estar material.

Mas como aconteceu realmente o inevitável? Como ele se traduziu nos eventos políticos que são o cerne da história? Foi nesta fase final da queda da economia de mercado que o conflito das forças de classe penetrou decisivamente.

TERCEIRA PARTE

TRANSFORMAÇÃO EM PROGRESSO

19

GOVERNO POPULAR E ECONOMIA DE MERCADO

Quando o sistema internacional fracassou, na década de 1920, reapareceram os temas quase esquecidos do capitalismo primitivo. O primeiro e mais importante entre eles foi o do governo popular.

O ataque fascista à democracia popular reviveu simplesmente o tema do intervencionismo político que assombrava a história da economia de mercado, já que este tema nada mais era que um outro nome para a separação entre as esferas econômica e política.

O tema do intervencionismo foi primeiro levantado, em relação ao trabalho, de um lado, pela Speenhamland e a New Poor Law e, de outro, pela reforma parlamentar e pelo movimento cartista. Quanto à terra e ao dinheiro, a importância do intervencionismo não foi menor, embora os choques tenham sido menos espetaculares. No continente, dificuldades semelhantes em relação ao trabalho, terra e dinheiro surgiram com um intervalo de tempo que levou os conflitos a recaírem num meio industrialmente mais moderno mas socialmente menos unificado. Em todos os lugares a separação entre a esfera econômica e a política foi o resultado do mesmo tipo de desenvolvimento. Tanto na Inglaterra como no continente, os pontos de partida foram a criação de um mercado de trabalho competitivo e a democratização do estado político.

A Speenhamland tem sido descrita, com muita propriedade, como um ato preventivo de intervenção que obstruiu a criação de um mercado de trabalho. A batalha por uma Inglaterra industrial foi travada, em primeiro lugar, e perdida na ocasião, pela Speenhamland. Nessa luta, o

lema do intervencionismo foi cunhado pelos economistas clássicos e a Speenhamland estigmatizada como uma interferência artificial numa ordem de mercado ainda não-existente. Townsend, Malthus e Ricardo erigiram o edifício da economia clássica sobre as fundações inconsistentes das condições da Poor Law, e ele foi o mais formidável instrumento conceitual de destruição jamais dirigido contra uma ordem desgastada. Todavia, durante mais uma geração o sistema de abonos protegeu os limites da aldeia contra o atrativo dos elevados salários urbanos. Em meados da década de 1820, Huskisson e Peel ampliavam os caminhos do comércio exterior, surgiu a permissão para a exportação de maquinaria, foi levantado o embargo sobre a exportação da lã, abolidas as restrições à navegação, a emigração foi facilitada e a revogação formal do Statute of Artificers sobre aprendizado e avaliações salariais foi seguida pela abolição das Anti-Combination Laws. Ainda assim, a desmoralizante Speenhamland Law se difundia de condado a condado, privando o operário do trabalho honesto e transformando em incongruência o próprio conceito de homem trabalhador independente. Embora já tivesse chegado a oportunidade para um mercado de trabalho, sua criação foi impedida pela "lei" dos proprietários rurais.

O parlamento da reforma atacou de imediato a abolição do sistema de abonos. A New Poor Law, que atingiu essa finalidade, foi considerada o ato mais importante de legislação social jamais votado pela Câmara dos Comuns. No entanto, o cerne desse decreto foi simplesmente a abolição da Speenhamland. Não existe prova mais decisiva do que o fato de que, nessa ocasião, a simples ausência de intervenção no mercado de trabalho era reconhecida como algo de importância constitutiva para toda a futura estrutura da sociedade. O mesmo se pode dizer em relação à fonte econômica da tensão.

Quanto à fonte política, a reforma parlamentar de 1832 realizou uma revolução pacífica. A estratificação social do país foi alterada pela Poor Law Amendment de 1834, e alguns dos fatos básicos da vida inglesa foram reinterpretados ao longo de linhas radicalmente novas. A New Poor Law aboliu a categoria geral dos *pobres*, o "pobre honesto" ou "pobre trabalhador" – termos contra os quais Burke já havia investido. Os *pobres* anteriores se dividiam agora em indigentes fisicamente desamparados, cujo lugar era nos albergues, e trabalhadores independentes que ganhavam sua vida com o trabalho assalariado. Isto criou uma categoria de pobres inteiramente nova, o desempregado, que fez sua aparição no cenário social. Enquanto o indigente deveria ser atendido por uma questão de humanidade, o desempregado não deveria

ser assistido, em favor da indústria. Não importava o fato de que o trabalhador desempregado não era responsável pela sua própria sorte. O ponto não era se ele podia ou não encontrar trabalho, caso tentasse, mas que o sistema salarial sofreria uma derrocada, atirando a sociedade na miséria e no caos, a não ser que ele se sentisse ameaçado pela fome, tendo como alternativa apenas o detestado albergue. Reconhecia-se que isto significava castigar um inocente, mas a perversão da crueldade consistia precisamente em emancipar o trabalhador com o objetivo concreto de fazer da fome uma ameaça efetiva de destruição. É justamente este procedimento que torna inteligível aquele melancólico sentimento de desolação que as obras dos economistas clássicos nos transmitem. Assim, fechando as portas aos excedentes que se encontravam agora aprisionados dentro dos limites do mercado de trabalho, o governo se colocou sob um estatuto que negava a si mesmo, pois – nas palavras de Harriet Martineau – fornecer qualquer assistência às vítimas inocentes passou a ser uma "violação dos direitos do povo" por parte do estado.

Quando o movimento cartista exigiu a entrada dos deserdados nos limites do estado, a separação do econômico e do político deixou de ser um tema acadêmico e passou a ser incontestável condição do sistema vigente na sociedade. Teria sido um ato de loucura entregar a administração da New Poor Law, com seus métodos científicos de tortura mental, aos representantes do mesmo povo a quem esse tratamento era dispensado. Lorde Macaulay estava apenas sendo coerente quando exigiu, na Câmara dos Lordes, num dos discursos mais eloqüentes jamais feitos por um grande liberal, a rejeição incondicional da petição cartista, em nome da instituição da propriedade sobre a qual repousava toda a civilização. Sir Robert Peel acusou a Carta de ser um ataque à Constituição. Quanto mais viciosamente o mercado de trabalho retorcia as vidas dos trabalhadores, mais insistentemente eles clamavam pelo voto. A exigência de um governo popular foi a fonte política da tensão.

Sob tais condições, o constitucionalismo adquiriu um significado inteiramente novo. Até então, as salvaguardas constitucionais contra a interferência ilegítima nos direitos de propriedade eram dirigidas apenas contra os atos arbitrários vindos de cima. A visão de Lock não transcendeu os limites da propriedade fundiária e comercial, e objetivava apenas excluir os decretos despóticos da Coroa, como as secularizações feitas sob Henrique VIII, o roubo da Casa da Moeda sob Carlos I ou a "parada" do Erário sob Carlos II. A separação entre governo e negócios, no sentido de John Locke, foi alcançada de forma exemplar

na carta de um banco independente da Inglaterra em 1694. O capital comercial havia ganho a sua luta contra a Coroa.

Cem anos mais tarde, era a propriedade industrial e não mais a comercial que devia ser protegida, e não mais contra a Coroa mas contra o povo. Só uma noção equivocada poderia levar à aplicação das acepções do século XVII às situações do século XIX. A separação de poderes, que Montesquieu (1748) havia inventado nesse intervalo, era usada agora para isolar o povo do poder sobre a sua própria vida económica. A constituição norte-americana, modelada num ambiente de fazendeiros e artífices por uma liderança já precavida pelo cenário industrial inglês, isolou completamente a esfera económica da jurisdição da constituição, colocando a propriedade privada sob a mais alta proteção concebível, e criou a única sociedade de mercado legalmente constituída no mundo. Apesar do sufrágio universal, os eleitores norte-americanos não tinham poder contra os proprietários.[1]

Na Inglaterra, tornou-se uma lei não escrita na Constituição que deveria ser negado o voto à classe trabalhadora. Os líderes cartistas foram presos; seus partidários, que atingiam milhões, foram ridicularizados por um legislativo que representava apenas uma pequena fração da população, e a simples exigência de eleição era tratada pelas autoridades como um ato criminal. Não havia qualquer indício do espírito de compromisso supostamente característico do sistema britânico – uma invenção posterior. Só depois que a classe trabalhadora atravessou os Hungry Forties (a fome dos anos quarenta) é que emergiu uma geração mais dócil para colher os benefícios da Idade de Ouro do capitalismo; só depois que uma camada superior de trabalhadores especializados criou os seus sindicatos e separou-se da negra massa de paupérrimos trabalhadores; só depois que os trabalhadores aquiesceram ao sistema que a New Poor Law impunha a eles é que se permitiu ao estrato mais bem remunerado de trabalhadores participar nas assembléias da nação. Os cartistas haviam lutado pelo direito de parar o moinho do mercado que triturava as vidas do povo, mas esses direitos só foram concedidos ao povo depois que o terrível ajuste fora concretizado. Dentro e fora da Inglaterra, de Macaulay a Mises, de Spencer a Sumner, não houve um único militante liberal que deixasse de expressar a sua convicção de que a democracia popular era um perigo para o capitalismo.

[1] Hadley, A.T., *Economics: An Account of the Relations between Private Property and Public Welfare*, 1896.

A experiência do tema trabalhista foi repetida no item moeda e também nele a década de 1920 foi prefigurada pela década de 1790, Bentham foi o primeiro a reconhecer que a inflação e a deflação eram intervenções no direito à propriedade: a primeira, um imposto sobre, a última uma interferência nos negócios.[2] Desde então o trabalho e o dinheiro, o desemprego e a inflação estiveram politicamente na mesma categoria. Cobbett denunciou o padrão-ouro juntamente com a New Poor Law; Ricardo apoiou ambos, e com argumentos bastante similares, sendo o trabalho e o dinheiro mercadorias e não tendo o governo o direito de interferir com qualquer dos dois. Banqueiros se opunham à introdução do padrão-ouro, como Atwood de Birmingham, encontravam-se do mesmo lado que os socialistas, como Owen. Um século mais tarde, Mises ainda reiterava que o trabalho e o dinheiro não eram uma preocupação maior do governo do que qualquer outra mercadoria do mercado. No século XVIII, na América do Norte pré-federativa, o dinheiro barato era o equivalente da Speenhamland, isto é, uma concessão economicamente desmoralizante feita pelo governo, para atender ao clamor popular. A Revolução Francesa e os seus *assignats** mostraram que o povo podia destruir a moeda, e a história dos estados americanos não ajudava a dissipar essa suspeita. Burke identificava a democracia norte-americana com problemas na moeda, e Hamilton receava não apenas as facções mas também a inflação. Todavia, enquanto na América do Norte do século XIX as escaramuças dos partidos populistas e *greenback* com os magnatas de Wall Street eram endêmicas, na Europa a acusação de inflacionismo só se tornou um argumento efetivo contra legislativos democráticos na década de 1920, com conseqüências políticas de longo alcance.

A proteção social e a interferência na moeda não eram simplesmente temas análogos, mas freqüentemente idênticos. Desde o estabelecimento do padrão-ouro, a moeda passou a ser ameaçada tanto pela elevação do nível salarial quanto pela inflação direta – ambas podiam diminuir as exportações e até depreciar os câmbios. Esta simples conexão entre as duas formas básicas de intervenção tornou-se o fulcro da política na década de 1920. Partidos preocupados com a segurança da

[2] Bentham, J., *Manual of Political Economy*, p. 44, sobre inflação como "frugalidade forçada"; p. 45 (pé-de-página) como "taxação indireta". Cf. também *Principles of Civil Code*, cap.15.

* Papel-moeda emitido pelo governo da Revolução Francesa (N. do R.)

moeda protestavam tanto contra os déficits orçamentários ameaçadores como contra as políticas do dinheiro barato, opondo-se, assim, tanto à "inflação do tesouro" quanto à "inflação do crédito" ou, em termos mais práticos, denunciando os encargos sociais *e* os altos salários, os sindicatos profissionais *e* os partidos trabalhistas. Não era a forma que importava, mas a essência, e quem poderia duvidar que os benefícios irrestritos ao desemprego poderiam ser tão efetivos na perturbação do equilíbrio do orçamento como uma taxa de juros demasiado baixa no inflacionamento dos preços – e com as mesmas conseqüências nefastas para os câmbios? Gladstone havia feito do orçamento a consciência da nação britânica. Para povos menos importantes, uma moeda estável poderia ocupar o lugar do orçamento. O resultado, porém, era bastante aproximado. Quer fossem os salários ou os serviços sociais que tivessem que ser cortados, as conseqüências de não cortá-los eram determinadas inexoravelmente pelo mecanismo do mercado. Do ponto de vista desta análise, o governo nacional de 1931 na Grã-Bretanha executou, de forma modesta, a mesma função que o New Deal norte-americano. Ambos foram movimentos de ajuste de países isolados à grande transformação. Mas o exemplo britânico teve a vantagem de estar livre de fatores complicadores, como lutas civis ou conversões ideológicas, revelando assim mais claramente os aspectos decisivos.

Desde 1925 que não era sólida a situação da moeda da Grã-Bretanha. O retorno ao ouro não se fez acompanhar de um ajuste correspondente ao nível de preços, que estava bastante acima da paridade mundial. Muito poucas pessoas tinham consciência do absurdo do curso que seguiam, conjuntamente, governo e banco, partidos e sindicatos profissionais. Snowden, Chanceler do Erário no primeiro governo trabalhista (1924), foi um adepto do padrão-ouro como jamais existiu outro e, no entanto, ele compreendeu que, assumindo a tarefa de restaurar a libra esterlina, ele havia comprometido seu partido a apoiar uma queda nos salários ou então levar a breca. Sete anos mais tarde o partido trabalhista foi forçado a ambas as coisas – pelo próprio Snowden. No outono de 1931, o contínuo vazamento da depressão já começava a se refletir sobre a libra esterlina. Foi em vão que o colapso da greve geral de 1926 procurou garantir a impossibilidade de um novo aumento no nível salarial – ele não impediu o aumento do encargo financeiro dos serviços sociais, especialmente através do benefício incondicional ao desemprego. Não era preciso que um banqueiro "esbravejasse" (embora ocorressem esses acessos) para impressionar a

nação com a alternativa da moeda sólida e orçamentos sólidos de um lado, e a melhoria dos serviços sociais e uma moeda desvalorizada do outro – não importava que a depreciação fosse causada pelos salários altos e quedas das exportações ou simplesmente por gastos deficitários. Em outras palavras, ou se fazia uma redução nos serviços sociais ou se agüentaria uma queda nos câmbios. Já que o partido trabalhista era incapaz de se decidir entre um e outro – a redução era contrária à política sindicalista e abandonar o ouro seria considerado um sacrilégio – ele teve que deixar o governo e os partidos tradicionais acabaram reduzindo os serviços sociais *e* abandonando o ouro, eventualmente. O benefício incondicional ao desemprego foi arrasado, sendo introduzidos recursos experimentais. Ao mesmo tempo, as tradições políticas do país sofreram uma mudança significativa. O sistema bipartidário foi suspenso e não se mostrou qualquer precipitação em restaurá-lo. Doze anos mais tarde ele ainda estava em eclipse e todos os indícios eram contra um próximo retorno. Sem qualquer perda trágica de bem-estar ou de liberdade, o país, suspendendo o padrão-ouro, dava um passo decisivo em direção à transformação. Durante a Segunda Guerra Mundial isto se fez acompanhar de mudanças nos métodos do capitalismo liberal. Todavia, esses últimos não mudaram em caráter permanente e, portanto, não tiraram o país da zona de perigo.

Em todos os países europeus importantes estava em atividade um mecanismo semelhante, e praticamente com os mesmos resultados. Na Áustria em 1923, na Bélgica e na França em 1926, na Alemanha em 1931, os partidos trabalhistas tiveram que abandonar seu posto para "salvar a moeda". Estadistas como Seipel, Francqui, Poincaré ou Brüning eliminaram os trabalhistas do governo, reduziram os serviços sociais e tentaram quebrar a resistência dos sindicatos nos ajustes salariais. Invariavelmente o perigo era em relação à moeda e, com igual regularidade, a responsabilidade era atribuída aos salários inflacionados e aos orçamentos desequilibrados. Uma tal simplificação não faz justiça à variedade dos problemas envolvidos, que compreendiam praticamente todas as questões de política econômica e financeira, inclusive as de comércio exterior, agricultura e indústria. Entretanto, quanto mais de perto considerarmos essas questões, mais claro se torna que, na verdade, a moeda e o orçamento focalizavam os temas pendentes entre empregadores e empregados, e o resto da população oscilava no apoio a um ou outro dos grupos principais.

A chamada experiência Blun (1936) oferece mais um exemplo. Os trabalhadores estavam no governo, mas sob a condição de não ser

imposto qualquer embargo às exportações de ouro. O New Deal francês não teve qualquer oportunidade de atuação, pois o governo estava preso à questão crucial da moeda. O caso é conclusivo já que na França, como na Inglaterra, uma vez tornado inócuo o trabalhismo, os partidos de classe média abandonavam a defesa do padrão-ouro sem mais explicações. Estes exemplos revelam como era frustrante o efeito do postulado da moeda sólida sobre a política popular.

A experiência norte-americana ensinou a mesma lição, de outra forma. O New Deal não poderia ter sido lançado sem que se abandonasse o ouro, embora o câmbio estrangeiro realmente importasse pouco. Sob o padrão-ouro, os líderes do mercado financeiro, pela própria natureza das coisas, são incumbidos de resguardar os câmbios estáveis e o crédito interno sólido, dos quais muito dependem as finanças governamentais. Assim a organização bancária está em situação de obstruir qualquer movimentação interna na esfera econômica que lhe desagrade, sejam as suas razões boas ou más. Em termos de política, os governos têm que acatar os conselhos dos banqueiros no que se refere à moeda e ao crédito, pois só eles sabem se uma determinada medida financeira ameaçará ou não o mercado de capital e os câmbios. O fato de o protecionismo social não resultar num impasse, neste caso, foi porque os Estados Unidos abandonaram o ouro a tempo. Embora as vantagens técnicas dessa medida tenham sido poucas (e os motivos apresentados pela administração foram falhos, como acontece quase sempre), o despojamento político de Wall Street foi conseqüência desse passo. O mercado financeiro governa através do pânico, mas o eclipse de Wall Street na década de 1930 salvou os Estados Unidos de uma catástrofe social do tipo continental.

Todavia, só nos Estados Unidos, com sua independência frente ao mercado mundial e sua posição monetária excessivamente forte, é que o padrão-ouro foi, primordialmente, assunto de política interna. Nos outros países, abandonar o ouro significava nada menos que retirar-se da economia mundial. A única exceção talvez seja a Grã-Bretanha, pois sua participação no comércio mundial era tão ampla que ela já havia conseguido estabelecer as modalidades sob as quais deveria funcionar o sistema monetário internacional, atirando a maior parte da carga do padrão-ouro sobre os outros. Nenhuma dessas condições subsistia em países como Alemanha, França, Bélgica e Áustria. Neles a destruição da moeda significava cortar os laços com o mundo exterior, sacrificando as indústrias dependentes de matérias-primas importadas, desorganizando o comércio exterior sobre o qual o emprego se firmava, e tudo

isto sem a possibilidade de impor a seus fornecedores um mesmo grau de depreciação para fugir às conseqüências internas de uma queda no valor de ouro da moeda, como fizera a Grã-Bretanha.

Os câmbios eram o braço mais atuante da alavanca que pressionava o nível salarial. Antes que os câmbios trouxessem o assunto à baila, era o tema salarial que aumentava a tensão sob a superfície. O que as leis do mercado freqüentemente não podiam impor aos relutantes assalariados, o mecanismo do câmbio externo conseguiu da forma mais efetiva. O indicador da moeda tornou visível a todos os efeitos desfavoráveis que a política intervencionista dos sindicatos profissionais impunha ao mecanismo de mercado (cujas fraquezas inerentes, inclusive o ciclo comercial, eram agora levadas em conta).

De fato, a natureza utópica de uma sociedade de mercado não pode ser mais bem ilustrada do que através dos absurdos com os quais a ficção mercadoria, em relação ao trabalho, envolve a comunidade. A greve, essa arma normal de barganha da ação industrial, era considerada, cada vez com mais freqüência, como uma interrupção injustificada do trabalho socialmente útil e que ao mesmo tempo diminuía o dividendo social do qual em última instância provinham os salários. As greves de apoio provocavam ressentimentos, as greves gerais eram vistas como ameaça à existência da comunidade. De fato, as greves nos serviços vitais e de utilidade pública mantinham os cidadãos presos, enquanto os envolviam nos problemas labirínticos das verdadeiras funções de um mercado de trabalho. Supõe-se que o trabalho encontre o seu preço no mercado, e qualquer preço além do estabelecido por ele é considerado antieconômico. Enquanto o trabalho corresponde a essa responsabilidade, ele comportar-se-á como um elemento na provisão daquilo que ele é, a mercadoria "trabalho", e recusar-se-á a vender abaixo do preço que o comprador pode se permitir pagar. Seguido esse raciocínio, isto significa que a principal obrigação do trabalho é estar em greve quase que continuamente. A proposição pode ser considerada um mero disparate, mas ela é a única inferência lógica a partir da teoria do trabalho como mercadoria. A fonte da incoerência entre teoria e prática é que o trabalho não é realmente uma mercadoria, e se o seu fornecimento fosse sustado para atingir um preço satisfatório (como acontece com o abastecimento de todas as outras mercadorias, em circustâncias similares), a sociedade logo teria que se dissolver por falta de sustento. É notável que tal consideração jamais tenha sido incluída pelos economistas liberais na discussão do tema da greve.

Voltando à realidade: o método grevista para a fixação salarial seria desastroso em qualquer tipo de sociedade, incluindo a nossa, que se orgulha da sua racionalidade utilitarista. Na verdade, o trabalhador não tem qualquer segurança no seu emprego sob um sistema de empresa privada, uma circunstância que envolve grave deterioração em seu status. Acrescentemos a isto a ameaça do desemprego em massa, e a função dos sindicatos profissionais se torna moral e culturalmente vital para a manutenção de padrões mínimos para a maioria do povo. Mas é claro que qualquer método de intervenção que ofereça proteção aos trabalhadores deve obstruir o mecanismo do mercado auto-regulável e até mesmo diminuir o fundo de bens de consumo que provê os salários dos trabalhadores.

Por necessidade inerente, ressurgiram os problemas cruciais da sociedade de mercado: intervencionismo e meio circulante. Eles se tornaram o centro da política da década de 1920. O liberalismo econômico e o intervencionismo socialista se voltaram para as diferentes respostas dadas a eles.

O liberalismo econômico fez um esforço supremo para restaurar a auto-regulação do sistema, eliminando todas as políticas intervencionistas que interferiam com a liberdade dos mercados de terra, trabalho e dinheiro. Ele se propôs nada menos que resolver, numa emergência, o problema secular envolvido nos três princípios fundamentais do livre-comércio, do mercado livre do trabalho e do livre funcionamento do padrão-ouro. Ele se tornou, de fato, a ponta-de-lança de uma heróica tentativa de restaurar o comércio mundial, de remover todos os empecilhos evitáveis para a mobilidade do trabalho, e de reconstruir câmbios estáveis. Este último objetivo tinha precedência sobre os demais. A menos que fosse restaurada a confiança nas moedas, o mecanismo de mercado não poderia funcionar e, nesse caso, seria ilusório esperar que os governos deixassem de proteger as vidas de seus povos por todos os meios ao seu alcance. Na natureza das coisas, esses meios eram, basicamente, tarifas e leis sociais destinadas a garantir alimentos e empregos, isto é, precisamente o tipo de intervenção que tornava impraticável um sistema auto-regulável.

Havia uma outra razão, mais imediata, para colocar em primeiro lugar a restauração do sistema monetário internacional: em face dos mercados desorganizados e dos câmbios instáveis, o crédito internacional desempenhava um papel cada vez mais vital. Antes da Primeira Guerra Mundial, os movimentos do capital internacional (além daqueles ligados aos investimentos de longo prazo) apenas ajudavam a con-

servar líquido o balanço de pagamentos, mas eram estritamente limitados até mesmo nessa posição, por considerações econômicas. O crédito só era concedido àqueles que mereciam confiança na área dos negócios. Agora a posição se invertia: surgiram as dívidas na área política, as reparações e os empréstimos concedidos numa base semipolítica, para tornar possível o pagamento das reparações. Mas os empréstimos eram concedidos, também, por razões de política econômica, para estabilizar os preços mundiais ou restaurar o padrão-ouro. O mecanismo do crédito passou a ser utilizado por aquela parte da economia mundial relativamente sólida para diminuir a diferença nas partes relativamente desorganizadas dessa economia, independente das condições de produção e de comércio. As balanças de pagamento, os orçamentos e os câmbios passaram a se equilibrar artificialmente, numa série de países, com a ajuda de um mecanismo de crédito internacional supostamente todo-poderoso. Esse mesmo mecanismo se baseava na expectativa de um retorno a câmbios estáveis que, mais uma vez, era sinônimo de um retorno ao ouro. Uma espécie de cinta elástica, de força descomunal, ajudava a manter uma aparência de unidade num sistema econômico em dissolução, mas essa cinta talvez só agüentasse a pressão se o retorno ao ouro fosse feito a tempo.

A realização de Genebra foi notável, à sua maneira. Não fora o fato do objetivo ser intrinsecamente impossível, ele teria sido certamente atingido, pois as tentativas nesse sentido foram suficientemente hábeis, constantes e coerentes. Conforme a situação, porém, nenhuma intervenção foi provavelmente mais desastrosa nos seus resultados do que a de Genebra. Como ela parecia estar sempre à beira do sucesso, ela agravou enormemente os efeitos do fracasso final. Entre 1923, quando o marco alemão foi pulverizado em poucos meses, e o começo de 1930, quando todas as moedas importantes do mundo estavam no ouro, Genebra utilizou o mecanismo de crédito internacional para aliviar a carga das economias incompletamente estabilizadas da Europa Oriental, primeiro em cima dos vitoriosos ocidentais, depois para os ombros ainda mais largos dos Estados Unidos.[3] O colapso ocorreu na América durante o ciclo normal de negócios mas, quando chegou, a rede financeira criada por Genebra e pelos bancos anglo-saxões enredou a economia do planeta numa confusão total e absoluta.

[3] Polanyi, K., "Der Mechanismus der Weltwirtschaftskrise". *Der Österreichische Volkswirt*, 1933 (suplemento).

Muito mais foi envolvido ainda. Durante a década de 1920, de acordo com Genebra, as questões de organização social tinham que ser inteiramente subordinadas às necessidades de restauração da moeda. A deflação era a necessidade básica e as instituições internas tinham que se ajustar da melhor maneira que pudessem. Enquanto isto era preciso adiar até mesmo a restauração dos mercados internos livres e do estado liberal. Nas palavras da Delegação do Ouro, a deflação falhara em "afetar certas classes de bens e serviços e, portanto, falhara também em atingir um novo equilíbrio estável". Os governos tinham que intervir para reduzir os preços dos artigos monopolizados, para reduzir as tabelas salariais já determinadas e cortar os aluguéis. O ideal deflacionista passou a ser uma "economia livre sob um governo forte". Entretanto, enquanto a frase tinha significado real quanto ao governo, isto é, poderes de emergência e suspensão das liberdades públicas, a "economia livre" significava, na prática, o oposto do que se dizia, isto é, os preços e os salários eram ajustados pelo governo (embora o ajuste fosse feito com o propósito expresso de restaurar a liberdade dos câmbios e libertar os mercados internos). A prioridade dos câmbios envolvia nada menos que o sacrifício dos mercados livres e dos governos livres – os dois pilares do capitalismo liberal. Genebra representou, portanto, uma mudança de objetivo, mas nenhuma mudança nos métodos: enquanto os governos inflacionários, condenados por Genebra, subordinavam a estabilidade da moeda à estabilidade das rendas e do emprego, os governos deflacionários, colocados no poder por Genebra, utilizavam as mesmas intervenções para subordinar a estabilidade das rendas e do emprego à estabilidade da moeda.

Em 1932, o relatório da Delegação do Ouro da Liga das Nações declarou que, com a volta da incerteza do câmbio, havia sido eliminada a principal realização monetária da última década. O que o relatório não disse foi que, no decurso desses vãos esforços deflacionários, os mercados livres *não* haviam sido restaurados, embora os governos livres *fossem* sacrificados. Embora se opusessem, em teoria, tanto ao intervencionismo como à inflação, os liberais econômicos haviam escolhido entre os dois e colocado o ideal da moeda sólida acima da não-intervenção. Ao fazê-lo, eles seguiram a lógica inerente a uma economia auto-regulável. Todavia, um curso de ação como esse tendia a difundir a crise, sobrecarregava a finança com a tensão insuportável dos deslocamentos econômicos maciços e acumulava os déficits de várias economias nacionais, a ponto de tornar inevitável a ruptura dos remanescentes da divisão internacional do trabalho. A teimosia dos

liberais econômicos em apoiar o intervencionismo autoritário durante uma década crítica, a serviço de políticas deflacionárias, resultou apenas no enfraquecimento decisivo das forças democráticas que talvez pudessem ter impedido a catástrofe fascista. A Grã-Bretanha e os Estados Unidos – senhores e não servos do meio circulante – abandonaram o ouro a tempo de escapar a esse perigo.

O socialismo é, na sua essência, a tendência inerente a uma civilização industrial de transcender o mercado auto-regulável, subordinando-o, conscientemente, a uma sociedade democrática. Ele é a solução natural para os trabalhadores industriais que não vêem qualquer motivo para que a produção não seja diretamente regulada e que os mercados sejam mais do que uma característica útil, mas subordinada, numa sociedade livre. Do ponto de vista da comunidade como um todo, o socialismo é apenas a continuidade do esforço de fazer da sociedade uma relação de pessoas nitidamente humana e que, na Europa Ociden-tal, sempre esteve associada às tradições cristãs. Do ponto de vista do sistema econômico, ele é, ao contrário, uma ruptura radical com o passado imediato, na medida em que ele rompe com a tentativa de fazer dos ganhos monetários privados o incentivo geral para as atividades produtivas, e não reconhece aos indivíduos particulares o direito de disporem dos principais instrumentos de produção. Em última instância, é isto que torna difícil a reforma da economia capitalista pelos partidos socialistas, mesmo quando estes estão dispostos a não interferir com o sistema de propriedade. A mera possibilidade de que eles decidam fazê-lo corrói aquele tipo de confiança que é vital na economia liberal, isto é, a confiança absoluta na continuidade dos títulos de propriedade. Embora o teor real dos direitos de propriedade possam sofrer uma redefinição por parte da legislação, a segurança da continuidade formal é essencial para o funcionamento do sistema de mercado.

Desde a Primeira Guerra Mundial, ocorreram duas mudanças que afetam a posição do socialismo. Primeiro, o sistema de mercado mostrou-se falível a ponto de um colapso quase total, uma deficiência não-esperada sequer pelos seus críticos. Segundo, criou-se na Rússia uma economia socialista representando um ponto de partida inteiramente novo. Embora as condições sob as quais esse empreendimento ocorreu o tornassem inaplicável aos países ocidentais, a simples existência da Rússia soviética provou ser uma influência incisiva. É verdade que ela se voltou para o socialismo por falta de indústrias, de uma população alfabetizada e de tradições democráticas – todas as três precondições do socialismo, de acordo com as idéias ocidentais. Essas diferenças tor-

naram seus métodos e soluções inaplicáveis em qualquer outro lugar, mas não impediram que o socialismo se tornasse um poder mundial. No continente, os partidos dos trabalhadores sempre foram socialistas em sua perspectiva e qualquer reforma que desejassem alcançar era, de imediato, suspeita de servir a objetivos socialistas. Em épocas mais tranqüilas essa suspeita seria injustificada, pois os partidos socialistas da classe trabalhadora como um todo estavam mais comprometidos com a reforma do capitalismo do que com a sua derrubada revolucionária. Numa emergência, porém, a situação se modificava. Se os métodos normais não eram válidos, então poderiam ser tentados outros métodos, anormais, e, em se tratando de um partido de trabalhadores, tais métodos poderiam incluir o desprezo aos direitos de propriedade. Sob a pressão de um perigo iminente, os partidos dos trabalhadores podiam apelar para medidas de caráter socialista ou que assim pareciam aos partidários militantes da empresa privada. Um simples indício nesse sentido seria suficiente para atirar os mercados numa confusão e começar um pânico universal.

Sob condições como essas, o rotineiro conflito de interesses entre patrões e empregados assumiu um caráter sinistro. Embora uma divergência de interesses econômicos terminasse sempre em compromisso, normalmente, a separação das esferas econômica e política na sociedade tendia a investir tais choques de graves conseqüências para a comunidade. Os patrões eram os proprietários das fábricas e das minas e, portanto, diretamente responsáveis pelo andamento da produção na sociedade (além do seu interesse pessoal nos lucros). Em princípio, eles teriam o apoio de todos na sua tentativa de manter a indústria em andamento. Por outro lado, os empregados representavam uma grande secção da sociedade; seus interesses também eram, e num grau importante, coincidentes com os da comunidade como um todo. Eles constituíam a única classe apta a proteger os interesses dos consumidores, dos cidadãos, dos seres humanos como tais e, com o sufrágio universal, a sua quantidade numérica lhes conferia uma preponderância na esfera política. Entretanto, o legislativo, como a indústria, desempenhava funções normais na sociedade. Seus membros tinham a seu cargo a formação da vontade comunal, a administração da política pública, a elaboração de programas a longo prazo, internos e externos. Nenhuma sociedade complexa podia passar sem órgãos legislativos atuantes e corpos executivos de tipo político. Um choque de interesses de grupo que resultasse na paralisação de órgãos da indústria ou do estado – um deles ou ambos – criava um perigo imediato para a sociedade.

E, no entanto, foi precisamente este o caso da década de 1920. O trabalho se entrincheirou no parlamento, onde o seu número lhe dava peso, os capitalistas fizeram da indústria uma fortaleza para dirigir o país. Os órgãos populares responderam com uma impiedosa intervenção nos negócios, desprezando as necessidades de uma dada forma de indústria. Os capitães de indústria subvertiam a lealdade da população para com os seus próprios dirigentes, livremente eleitos, enquanto órgãos democráticos entravam em luta contra o sistema industrial do qual dependia a subsistência de todos. É claro que chegaria o momento em que ambos, os sistemas econômico e político, se veriam ameaçados de uma paralisia total. O medo atingiria o povo e a liderança seria entregue àqueles que oferecessem uma saída fácil, a qualquer preço. A época estava madura para a solução fascista.

20

A HISTÓRIA NA ENGRENAGEM DA MUDANÇA SOCIAL

Se jamais existiu um movimento político que correspondeu às necessidades de uma situação objetiva, e que não foi resultado de causas fortuitas, ele foi o fascismo. Ao mesmo tempo, o caráter degenerativo da solução fascista era evidente. Ela oferecia um escape a um impasse institucional que era essencialmente semelhante em grande número de países e, no entanto, se esse remédio fosse aplicado em todo lugar ele teria produzido uma doença que levaria à morte. Esta é a maneira na qual perecem as civilizações.

A solução fascista do *impasse* atingido pelo capitalismo liberal pode ser descrita como uma reforma da economia de mercado, alcançada ao preço da extinção de todas as instituições democráticas, tanto no campo industrial como no político. O sistema econômico, ameaçado de ruptura, poderia ser revitalizado, mas os povos ficaram sujeitos a uma reeducação que se propunha a desnaturalizar o indivíduo e torná-lo incapaz de funcionar como unidade responsável do corpo político.[1] Essa reeducação, que abrangia o dogma de uma religião política que negava a idéia da fraternidade do homem em todas as suas formas, foi alcançada através de um ato de conversão de massa, imposta aos recalcitrantes por métodos científicos de tortura.

[1] Polanyi, K., "The Essence of Fascim". Em *Christianity and the Social Revolution*, 1935.

O aparecimento desse movimento nos países industrializados do globo, e até mesmo em alguns menos industrializados, jamais pode ser atribuído a causas locais, mentalidades nacionais ou formação histórica, como fizeram sistematicamente os contemporâneos. O fascismo teve tão pouco a ver com a Primeira Guerra Mundial como com o Tratado de Versalhes, com o militarismo Junker como com o temperamento italiano. O movimento surgiu em países derrotados, como a Bulgária, e em países vitoriosos, como a Iugoslávia; em países de temperamento nórdico, como a Finlândia e a Noruega, e de temperamento sulista, como a Itália e a Espanha; em países de raça ariana, como a Inglaterra, a Irlanda ou a Bélgica, e de raças não-arianas, como o Japão, a Hungria ou a Palestina; em países de tradição católica, como Portugal, e em países protestantes, como a Holanda; em comunidades militares, como a Prússia, e unidades civis, como a Áustria; em culturas antigas, como a França, e novas, como os Estados Unidos e os países latino-americanos. De fato, não houve qualquer tipo de formação – de tradição religiosa, cultural ou nacional – que tornasse um país imune ao fascismo, uma vez dadas as condições para a sua emergência.

Ademais, foi marcante a falta de relação entre a sua força material e numérica e a sua efetividade política. O próprio termo "movimento" era equivocado, uma vez que implicava uma espécie de alistamento ou participação pessoal de grandes massas. Se houve alguma coisa característica no fascismo foi a sua independência de tais manifestações populares. Embora seu objetivo fosse um cortejo de massas, sua força potencial era reconhecida não pelo número dos seus adeptos mas pelo fato de os líderes fascistas gozarem da boa vontade de pessoas em postos de relevância, cuja influência na comunidade podia defendê-los das conseqüências eventuais de uma revolta abortada, afastando assim os riscos da revolução.

Um país que se avizinhava da fase fascista revelava sintomas e entre eles não era necessária a existência de um movimento fascista propriamente dito. Entre esses indícios importantes estavam a difusão de filosofias irracionais, estéticas raciais, demagogia anticapitalista, opiniões heterodoxas sobre a moeda, crítica do sistema partidário, a depreciação amplamente difundida do "regime", ou qualquer que seja o nome dado ao conjunto democrático vigente. Na Áustria a chamada filosofia universalista de Othmar Spann, na Alemanha a poesia de Stephan George e o romantismo cosmogônico de Ludwig Klages, na Inglaterra a vitalidade erótica de D. H. Lawrence, na França o culto do mito político de Georges Sorel estavam entre os seus precursores

extremamente diversificados. Hitler foi colocado no poder, eventualmente, pela facção feudalista em torno do presidente Hindemburg, da mesma forma que Mussolini e Primo de Rivera foram elevados a seus cargos pelos seus respectivos soberanos. No entanto, Hitler tinha um vasto movimento a apoiá-lo; Mussolini tinha um movimento pequeno; Primo de Rivera não tinha nenhum. Em nenhum dos casos ocorreu uma verdadeira revolução contra a autoridade constituída. As táticas fascistas foram, invariavelmente, as de uma rebelião simulada, arranjada com a aprovação tácita das autoridades que fingiam ter sido superadas pela força.

Este é o esboço simples de um quadro complexo no qual ainda teria que se dar lugar a figuras tão diversas como o demagogo independente e católico da Detroit industrial, ou o "Kingfish" da atrasada Louisiana, os conspiradores militares japoneses e os sabotadores ucranianos anti-soviéticos. O fascismo era uma possibilidade política constante, uma reação emocional quase instantânea em cada comunidade industrial desde 1930. Pode-se chamá-lo um "passo", de preferência a um "movimento", para indicar a natureza impessoal da crise, cujos sintomas eram freqüentemente vagos e ambíguos. Muitas vezes as pessoas não estavam certas se um discurso político ou uma peça, um sermão ou uma parada pública, uma metafísica ou uma exposição artística, um poema ou um programa partidário, era fascista ou não. Não havia um critério aceito para o fascismo e nem ele possuía dogmas convencionais. Entretanto, um aspecto significativo de todas as suas formas organizadas foi a maneira abrupta na qual ele aparecia e desaparecia outra vez, apenas para irromper com mais violência após um período indefinido de latência. Tudo isso assenta no quadro de uma força social que aumenta e diminui de acordo com a situação objetiva.

O que intitulamos como "situação fascista", para resumir, nada mais foi do que a ocasião típica das vitórias fáceis e completas do fascismo. De repente, pareciam dissolver-se as tremendas organizações do trabalho industrial e político e outros devotados mantenedores da liberdade constitucional, e minúsculas forças fascistas punham de lado o que parecia até então a força irresistível de governos democráticos, partidos, sindicatos profissionais. Se uma "situação revolucionária" é caracterizada pela desintegração psicológica e moral de todas as forças de resistência, a ponto de um punhado de rebeldes mal armados ser capaz de assaltar as fortalezas aparentemente intransponíveis da *reação*, então a "situação fascista" é seu paralelo total, exceto pelo fato de que aqui os baluartes da *democracia e liberdades constitucionais* foram

assaltados e suas defesas ruíram da mesma forma espetacular. Na Prússia, em julho de 1932, o governo legal dos social-democratas, entrincheirado na sede do poder legítimo, capitulou diante da simples ameaça de uma violência inconstitucional por parte de Herr von Papen. Cerca de seis meses mais tarde, Hitler se apoderou pacificamente dos postos mais altos do poder, de onde lançou um ataque revolucionário de destruição total contra as instituições da República de Weimar e os partidos constitucionais. Imaginar que foi a força do movimento que criou situações como essas, e não ver que foi a situação que fez nascer o movimento, neste caso, é perder de vista a lição mais importante das últimas décadas.

O fascismo, como o socialismo, enraizava-se numa sociedade de mercado que se recusava a funcionar. Daí ser ele de caráter mundial, de alcance católico, universal na aplicação; os temas transcendiam a esfera econômica e geravam uma transformação geral de um tipo distintamente social. Ele se irradiou para quase todos os campos da atividade humana, seja político ou econômico, cultural, filosófico, artístico ou religioso. Até certo ponto, ele aglutinou-se às tendências locais e tópicas. Não é possível entender a história desse período, a menos que se distinga entre o movimento fascista subjacente e as tendências efêmeras com as quais esse movimento se fundiu em diferentes países.

Na Europa da década de 1920 duas dessas tendências assumem forma proeminente e encobrem o padrão do fascismo, mais débil, porém amplamente mais compreensível: contra-revolução e revisionismo nacionalista. Seu ponto de partida mais imediato foram os tratados e as revoluções pós-guerra. Embora estritamente condicionados e limitados a seus objetivos específicos, eles foram facilmente confundidos com o fascismo.

As contra-revoluções eram o retorno habitual do pêndulo político em direção a um estado de coisas que havia sido perturbado violentamente. Tais movimentos foram típicos da Europa, pelo menos desde o estabelecimento do Commonwealth inglês, e tinham apenas uma conexão limitada com os processos sociais da sua época. Na década de 1920 ocorreram numerosas situações do mesmo tipo, uma vez que os levantes que derrubaram mais de uma dúzia de tronos na Europa Central e Oriental deviam-se, em parte, à repercussão da derrota e não a um movimento em direção à democracia. A tarefa da contra-revolução era principalmente política e recaiu, naturalmente, sobre as classes destituídas e grupos tais como dinastias, aristocracias, igrejas, indústrias pesadas e partidos a eles filiados. As alianças e os choques de conserva-

dores e fascistas durante esse período estavam relacionados, basicamente, com a parte que caberia aos fascistas na intentona contra-revolucionária. Ora, o fascismo foi uma tendência revolucionária dirigida tanto contra o conservadorismo como contra as forças revolucionárias competidoras do socialismo. Isto não impediu aos fascistas de procurar o poder na área política, oferecendo seus serviços à contra-revolução. Pelo contrário, eles reclamaram a ascendência, principalmente pela suposta impotência do conservadorismo em cumprir a tarefa inevitável de impedir o socialismo. Os conservadores, naturalmente, tentaram monopolizar as honras da contra-revolução e, na verdade, fizeram-na sozinhos, como ocorreu na Alemanha. Eles privaram os partidos da classe trabalhadora da influência e do poder, sem porém transmiti-los aos nazistas. O mesmo ocorreu na Áustria, onde os socialistas cristãos – um partido conservador – desarmaram os trabalhadores em grande escala (1927) sem fazer qualquer concessão à "revolução da direita". Mesmo quando era inevitável a participação fascista na contra-revolução, os governos (fortes) estabelecidos relegaram o fascismo ao esquecimento. Isto aconteceu na Estônia em 1929, na Finlândia em 1932, na Lituânia em 1934. Regimes pseudoliberais enfraqueceram o poder do fascismo, pelo menos durante algum tempo, na Hungria em 1922 e na Bulgária em 1926. Só na Itália é que os conservadores foram incapazes de restaurar a disciplina do trabalho na indústria sem fornecer aos fascistas uma oportunidade de adquirir poder.

Nos países derrotados militarmente, mas também na Itália derrotada "psicologicamente", agigantava-se o problema nacional. Aqui havia uma tarefa cuja premência não podia ser negada. O desarmamento permanente dos países derrotados era o mais profundo dos temas. Num mundo no qual a única organização existente de lei internacional, de ordem internacional, e de paz internacional repousava no equilíbrio-de-poder, uma série de países se via impotente, sem poder imaginar que tipo de sistema substituiria o antigo. A Liga das Nações representava, quando muito, um sistema avançado de equilíbrio-de-poder, mas, na verdade, ela não se aproximava sequer do nível do antigo Concerto da Europa, pois faltava-lhe o pré-requisito de uma difusão geral de poder. O nascente movimento fascista se colocou, praticamente, em todos os lugares, a serviço do tema nacional; dificilmente ele teria sobrevivido sem assumir essa tarefa.

Entretanto, ele usou esse tema apenas como degrau; em outras ocasiões seu tom era pacifista e isolacionista. Na Inglaterra e nos Estados Unidos ele se aliou ao apaziguamento; na Áustria o *Heimwehr* cooperou com diferentes pacifistas católicos, e o fascismo católico era antinacionalista por princípio. Huey Long não precisou do conflito de fronteiras com o Mississippi ou o Texas para lançar seu movimento fascista em Baton Rouge. Movimentos similares na Holanda e na Noruega foram não-nacionalistas ao ponto da traição – Quisling pode ter sido um nome para um bom fascista, mas certamente não era o nome de um bom patriota.

Na sua luta pelo poder político, o fascismo está inteiramente livre para desprezar ou utilizar temas locais, à vontade. Seu objetivo transcende o arcabouço político e econômico: é social. Ele coloca uma religião política a serviço de um processo degenerativo. No seu processo de ascensão ele exclui apenas algumas emoções na sua orquestração; uma vez vitorioso, porém, ele afasta da sua banda todas as outras motivações, a não ser um pequeno grupo, um grupo extremamente característico. A menos que possamos distinguir perfeitamente entre esta pseudo-intolerância no caminho para o poder e a intolerância genuína quando no poder, dificilmente poderemos compreender a diferença, sutil mas decisiva, entre o suposto nacionalismo de alguns movimentos fascistas durante a revolução e o não-nacionalismo especificamente imperialista que eles desenvolveram depois da revolução.[2]

Embora os conservadores fossem bem-sucedidos, em regra, em conduzir as contra-revoluções internas, dificilmente eles conseguiam resolver o problema nacional-internacional dos seus países. Brüning afirmava, em 1940, que as reparações alemãs e o desarmamento haviam sido solucionados por ele antes que a "facção em torno de Hindemburg" decidisse afastá-lo do cargo e dar o poder aos nazistas, e alegou que a razão deste ato era não quererem dispensar-lhe as honras devidas.[3] Num sentido muito limitado, se isto aconteceu ou não parece imaterial, pois a questão da igualdade de status da Alemanha *não* se restringia ao desarmamento técnico, conforme alegava Brüning, mas incluía a questão igualmente vital da desmilitarização. Também não era realmente possível desprezar a força que a diplomacia alemã conseguiu através da existência das massas nazistas, devotadas a políticas nacionalistas radicais. Os eventos provaram conclusivamente que a igualdade de status da Alemanha não podia ter sido atingida sem uma partida

[2] Heymann, H., *Plan for Permanent Peace*, 1941. Cf. a carta de 8 de janeiro de 1940 de Brüning.

[3] Rauschning, H., *The Voice of Destruction*, 1940.

revolucionária, e é a essa luz que se tornou aparente a terrível responsabilidade do nazismo, que empenhou uma Alemanha livre e igualitária numa carreira de crimes. Tanto na Alemanha quanto na Itália, o fascismo só pôde assumir o poder porque foi capaz de usar como alavanca problemas nacionais insolúveis, enquanto na França ou na Grã-Bretanha o fascismo foi enfraquecido decisivamente pelo seu antipatriotismo. Somente em países pequenos, naturalmente dependentes, é que o espírito da subserviência a um poder estrangeiro provou ser um ativo para o fascismo. Foi apenas por acidente, como vemos, que o fascismo europeu na década de 1920 se ligou às tendências nacionais e contra-revolucionárias. Foi um caso de simbiose entre movimentos de origens independentes, que se reforçaram uns aos outros, e criaram a impressão de uma similaridade básica quando, na verdade, não estavam relacionados.

Na realidade, o papel desempenhado pelo fascismo foi determinado por um fator: a condição do sistema de mercado.

Durante o período 1917-1923 os governos procuraram ocasionalmente a ajuda fascista para restaurar a lei e a ordem: nada mais era preciso para que o sistema de mercado continuasse a funcionar. O fascismo continuou subdesenvolvido.

No período 1924-1929, quando parecia garantida a restauração do sistema de mercado, o fascismo desapareceu como força política.

Após 1930 a economia de mercado enfrentava uma crise geral. Em poucos anos o fascismo se tornou um poder mundial.

O primeiro período, 1917-1923, produziu pouco mais do que pretendia. Numa série de países europeus – Finlândia, Lituânia, Estônia, Letônia, Polônia, Rumânia, Bulgária, Grécia, Hungria – haviam ocorrido revoluções agrárias ou socialistas, enquanto em outros – entre eles Itália, Alemanha e Áustria – a classe trabalhadora industrial havia adquirido influência política. As contra-revoluções eventualmente restabeleceram o equilíbrio-de-poder interno. Na maioria dos países o campesinato voltou-se contra os trabalhadores urbanos; em alguns países os movimentos fascistas foram iniciados por oficiais e a pequena nobreza, que dirigia o campesinato; em outros, como na Itália, os desempregados e a pequena burguesia se constituíram em tropas fascistas. Em nenhum lugar foi debatido outro problema se não o da lei e da ordem e não se levantava qualquer questão de reforma radical; em outras palavras, não era aparente qualquer indício de uma revolução fascista. Esses movimentos só eram fascistas na forma, isto é, na medida em que bandos de civis, chamados elementos irresponsáveis, faziam

uso da força e da violência, com a conivência de pessoas em posição de autoridade. A filosofia antidemocrática do fascismo já havia nascido, mas não era ainda um fator político. Trotski fez um volumoso relatório sobre a situação da Itália, às vésperas do segundo congresso do Comintern, em 1920, mas nem sequer mencionou o fascismo, embora o *fasci* já existisse há muito tempo. Levou ainda dez anos, ou mais, antes que o fascismo italiano, há muito estabelecido no governo do país, desenvolvesse algo da natureza de um sistema social distinto.

Em 1924, e depois, a Europa e os Estados Unidos foram o cenário de um surto impetuoso que afogou todas as preocupações quanto à solidez do sistema de mercado. Considerava-se restabelecido o capitalismo. Tanto o bolchevismo como o fascismo estavam liquidados, exceto nas regiões periféricas. O Comintern declarou a consolidação do capitalismo um fato consumado; Mussolini elogiava o capitalismo liberal; todos os países importantes, exceto a Grã-Bretanha, estavam em ascensão. Os Estados Unidos gozavam de uma prosperidade legendária e o continente saía-se quase tão bem. O *putsch* havia sido sufocado, a França evacuara o Ruhr, o *Reichsmark* se restabelecia como por milagre, o Plano Dawes havia retirado a política das reparações, Locarno estava distante e a Alemanha estava iniciando os sete anos gordos. Antes do final de 1926, o padrão-ouro dominava novamente, de Moscou até Lisboa.

Foi no terceiro período – após 1929 – que se tornou aparente o verdadeiro significado do fascismo. O impasse do sistema de mercado era evidente. Até então o fascismo havia sido apenas um traço do governo autoritário da Itália que, porém, pouco se diferenciava daqueles de um tipo mais tradicional. Ele emergia, agora, como uma solução alternativa para o problema de uma sociedade industrial. A Alemanha tomou a iniciativa, numa revolução de âmbito europeu, e o alinhamento fascista deu à sua luta pelo poder uma dinâmica que logo abarcou os cinco continentes. A história estava na engrenagem de uma mudança social.

Um acontecimento fortuito, mas de forma alguma acidental, iniciou a destruição do sistema internacional. A queda de Wall Street atingiu dimensões imensas e foi seguida pela decisão da Grã-Bretanha de se afastar do ouro e, dois anos mais tarde, por um passo semelhante por parte dos Estados Unidos. Simultaneamente, a Conferência do Desarmamento deixou de se reunir e, em 1934, a Alemanha abandonou a Liga das Nações.

Esses eventos simbólicos introduziram uma época de mudança espetacular na organização do mundo. Três potências, Japão, Alemanha e

Itália, rebelaram-se contra o *status quo* e sabotaram a minguada instituição da paz. Ao mesmo tempo, a organização factual da economia mundial se recusava a funcionar. O padrão-ouro foi posto fora de ação, temporariamente, pelos seus criadores anglo-saxões; sob o disfarce de uma insolvência, as dívidas externas eram repudiadas; os mercados de capital e o comércio mundial minguaram. O sistema político *e* o sistema econômico do planeta se desintegraram conjuntamente.

Dentro das próprias nações, a mudança não era menos completa. Os sistemas bipartidários eram substituídos por governos unipartidários e, às vezes, por governos nacionais. Todavia, as similaridades externas entre países ditatoriais, e países que conservavam uma opinião pública democrática apenas serviam para enfatizar a importância superlativa das instituições livres de discussão e decisão. A Rússia se voltou para o socialismo sob formas ditatoriais. O capitalismo liberal desapareceu nos países que se preparavam para a guerra, como a Alemanha, o Japão e a Itália e, em menor extensão, também nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. Mas os regimes emergentes do fascismo, socialismo, e do New Deal eram semelhantes apenas no abandono dos princípios do *laissez-faire*.

Enquanto a história iniciou seu curso por um acontecimento externo a todos, as nações individuais reagiam ao desafio segundo podiam fazê-lo. Algumas se opunham à mudança; algumas percorreram um grande caminho para encontrá-la, quando ela surgiu; algumas ficaram indiferentes. As soluções também foram buscadas em várias direções. Do ponto de vista da economia de mercado, essas soluções, às vezes radicalmente diferentes, representavam apenas alternativas dadas.

Entre aqueles determinados a fazer uso de uma desarticulação geral para incrementar seus próprios interesses, estava o grupo de potências insatisfeitas, para as quais o sistema de equilíbrio-de-poder, mesmo em sua forma enfraquecida, impingido pela Liga, parecia oferecer uma oportunidade rara. A Alemanha estava agora ansiosa para apressar a queda da economia mundial tradicional, que ainda dava apoio à ordem internacional, e ela procurava antecipar-se a esse colapso de forma a começar antes de seus oponentes. Ela se separou deliberadamente do sistema internacional de capital, mercadoria e moeda, de forma a diminuir a autoridade do mundo exterior sobre si mesma quando achasse conveniente repudiar suas obrigações políticas. Patrocinou a autarquia econômica para garantir a liberdade necessária a seus planos a longo termo. Malbaratou suas reservas de ouro, destruiu seu crédito exterior pelo repúdio gratuito de suas obrigações e, durante algum tempo, até

mesmo aniquilou sua balança comercial externa favorável. Conseguiu camuflar facilmente suas verdadeiras intenções, uma vez que nem Wall Street, nem a City de Londres, nem Genebra suspeitavam que os nazistas estavam realmente operando a dissolução final da economia do século XIX. Sir John Simon e Montagu Norman acreditavam firmemente que, no devido tempo, Schacht restauraria a economia ortodoxa na Alemanha, ainda sob pressão, e que ela retornaria à congregação se fosse ajudada financeiramente. Ilusões como essas sobreviveram em Downing Street até a época de Munich, e mesmo depois. Enquanto a Alemanha era ajudada desta forma em seus planos conspiratórios pela sua habilidade de ajustar-se à dissolução do sistema tradicional, a Grã-Bretanha se encontrava severamente prejudicada por aderir a esse sistema.

Embora a Inglaterra tivesse abandonado o outro temporariamente, sua economia e suas finanças continuavam a se basear nos princípios de câmbios estáveis e moeda sólida. Daí as limitações sob as quais se encontrou em relação ao rearmamento. Assim como a autarquia alemã foi um resultado de considerações militares e políticas que decorreram da sua intenção de antecipar uma transformação geral, a estratégia e a política externa britânicas foram reprimidas pela sua perspectiva financeira conservadora. A estratégia de uma guerra limitada refletia a visão de um empório ilhado, que se vê seguro enquanto a sua marinha é forte o bastante para garantir o abastecimento que seu dinheiro sólido pode comprar nos Sete Mares. Hitler já estava no poder quando, em 1933, Duff Cooper, um conservador ferrenho, defendia os cortes no orçamento militar de 1932 como feitos "em face da bancarrota nacional, considerada então um perigo ainda maior do que um serviço militar eficiente". Mais de três anos mais tarde, Lorde Halifax assegurava que se poderia conseguir a paz com ajustes econômicos e que não deveria ocorrer qualquer interferência no comércio, já que isto dificultaria os ajustes. No mesmo ano de Munich, Halifax e Chamberlain ainda formulavam a política britânica em termos de "balas de prata" e dos tradicionais empréstimos americanos à Alemanha. De fato, mesmo depois que Hitler cruzara o Rubicão e já havia ocupado Praga, Lorde Simon aprovava na Câmara dos Comuns a proposta de Montagu Norman de entregar as reservas de ouro tchecas a Hitler. Simon estava convicto de que a integridade do padrão-ouro, a cuja restauração ele dedicava a sua função de estadista, superava todas as outras considerações. Os contemporâneos acreditavam que a ação de Simon era o resultado de uma política determinada de apaziguamento. Na verdade,

ela foi uma homenagem ao espírito do padrão-ouro, que continuava a governar a perspectiva dos líderes da City de Londres em relação a assuntos estratégicos e políticos. Na mesma semana em que irrompeu a guerra, o Foreign Office, em resposta a uma comunicação verbal de Hitler a Chamberlain, formulava a política britânica em termos dos tradicionais empréstimos americanos à Alemanha.[4] O despreparo militar da Inglaterra foi principalmente o resultado da sua adesão à economia do padrão-ouro.

A Alemanha, em princípio, colheu as vantagens daqueles que matam aquilo que está destinado a morrer. Sua vantagem durou enquanto a liquidação do desgastado sistema do século XIX permitiu-lhe manter-se na liderança. A destruição do capitalismo liberal, do padrão-ouro e das soberanias absolutas foi o resultado incidental das suas incursões de pilhagem. Ajustando-se a um isolamento procurado por ela mesma e, mais tarde, no decurso das suas expedições escravagistas, ela desenvolveu tentativas de solução para alguns dos problemas da transformação.

Seu maior acervo político, porém, foi sua habilidade em compelir os países do mundo a se alinharem contra o bolchevismo. Ela se transformou na principal beneficiária da transformação, assumindo a liderança para a solução do problema da economia de mercado que, durante muito tempo, pareceu congregar a aliança incondicional das classes proprietárias e, na verdade, não só dessas classes. Sob o pressuposto liberal e marxista do primado dos interesses econômicos de classe, Hitler destinava-se a vencer. Mas, a longo prazo, a unidade social da nação provou ser ainda mais relevante do que a unidade econômica de classe.

A ascensão da Rússia também estava ligada ao seu papel na transformação. De 1917 a 1929 o medo do bolchevismo não era mais do que o medo da desordem que poderia prejudicar fatalmente a restauração de uma economia de mercado e esta não poderia funcionar exceto numa atmosfera de confiança irrestrita. Na década seguinte, o socialismo se tornou uma realidade na Rússia. A coletivização das fazendas significava a superação da economia de mercado por métodos cooperativos em relação ao fator decisivo da terra. A Rússia, que havia sido apenas um local de agitação revolucionária dirigida para o mundo capitalista, emergia como representante de um novo sistema que podia substituir a economia de mercado.

[4] *British Blue Book*, nº 74, Cmd. 6106, 1939.

Não é geralmente apreendido o fato de que os bolcheviques, embora eles mesmos ardentes socialistas, se recusavam teimosamente a "estabelecer o socialismo na Rússia". As suas próprias convicções marxistas impediam tal tentativa num país agrário atrasado. Entretanto, à parte o episódio inteiramente excepcional do chamado "comunismo de guerra", em 1920, os líderes aderiam à posição de que a revolução mundial deveria começar na Europa Ocidental industrializada. O socialismo em um único país parecia a eles uma contradição, em termos, e, quando ele se tornou uma realidade, os velhos bolcheviques rejeitaram-no quase que em uníssono. E, no entanto, foi precisamente esse ponto de partida que provou ser um sucesso extraordinário.

Retornando à história russa de um quarto de século, parece que aquilo que chamamos Revolução Russa consistiu realmente em duas revoluções separadas, a primeira das quais incorporava ideais europeus ocidentais tradicionais, enquanto a segunda foi parte de um desenvolvimento inteiramente novo da década de 1930. A Revolução de 1917-1924 foi de fato o *último* dos levantes políticos da Europa que seguiram o padrão do Commonwealth inglês e da Revolução Francesa. A revolução que começou com a coletivização das fazendas, por volta de 1930, foi a *primeira* das grandes mudanças sociais que transformaram o nosso mundo na década de 1930. Com a primeira revolução, os russos conseguiram a destruição do absolutismo, do domínio feudal da terra e da opressão racial – uma verdadeira herança dos ideais de 1789. A segunda revolução estabeleceu uma economia socialista. Dito isso, a primeira foi apenas um acontecimento russo – ela cumpriu um longo processo de desenvolvimento ocidental em solo russo – enquanto a segunda fez parte de uma transformação universal simultânea.

Aparentemente, na década de 1920 a Rússia estava afastada da Europa e trabalhava pela sua própria salvação. Uma análise mais apurada poderia desaprovar essa aparência. O fracasso do sistema internacional foi um dos fatores que levaram-na a uma decisão nos anos que decorreram entre as duas revoluções. Em 1924, o "Comunismo de Guerra" era um incidente esquecido e a Rússia havia restabelecido um mercado interno livre de cereais, enquanto mantinha o controle estatal do comércio exterior e das indústrias básicas. Ela procurava agora aumentar seu comércio exterior, que dependia principalmente da exportação de cereais, madeira, peles, e algumas outras matérias-primas orgânicas cujos preços caíram sistematicamente no decurso da depressão agrária que precedeu a ruptura geral do comércio. A incapacidade da Rússia de desenvolver um comércio de exportação em ter-

mos favoráveis restringiu suas importações de maquinaria e, portanto, o estabelecimento de uma indústria nacional. Isto, mais uma vez, afetou desfavoravelmente os termos da permuta entre cidade e campo – a chamada "tesouras" – aumentando assim o antagonismo do campesinato à dominação dos trabalhadores urbanos. Dessa forma, a desintegração da economia mundial aumentou a pressão sobre as soluções improvisadas para a questão agrária na Rússia e apressou o surgimento do Kolkhoz. O fracasso do sistema político tradicional da Europa em fornecer apoio e segurança atuou no mesmo sentido, uma vez que ele levou à necessidade de armamentos, aumentando a carga de uma industrialização de alta pressão. A ausência do sistema de equilíbrio-de-poder do século XIX, bem como a incapacidade de um mercado mundial em absorver a produção agrícola da Rússia, forçou-a a seguir, relutantemente, os caminhos da auto-suficiência. O socialismo em um único país foi originado pela incapacidade da economia de mercado em estabelecer uma ligação entre todos os países; o que parecia uma autarquia russa era apenas a morte do internacionalismo capitalista.

O fracasso do sistema internacional desprendeu as energias da história – os trilhos foram fixados pelas tendências inerentes numa sociedade de mercado.

21

A LIBERDADE NUMA SOCIEDADE COMPLEXA

A civilização do século XIX não foi destruída por ataques de bárbaros externos ou internos; sua vitalidade não foi solapada pelas devastações da Primeira Guerra Mundial, nem pela revolta de um proletariado socialista ou de uma classe média baixa fascista. Seu fracasso não foi conseqüência de alguma suposta lei de economia, como a taxa de lucros decrescentes, a do subconsumo ou a da superprodução. Ela se desintegrou como resultado de um conjunto de causas inteiramente diferentes: as medidas que a sociedade adotou para não ser aniquilada, por sua vez, pela ação do mercado auto-regulável. À parte as circunstâncias excepcionais que existiram na América do Norte, na época da fronteira aberta, o conflito entre o mercado e as exigências elementares de uma vida social organizada tanto proporcionou ao século a sua dinâmica como produziu as tensões e pressões típicas que, em última instância, destruíram aquela sociedade. As guerras externas apenas apressaram essa destruição.

Após um século de "desenvolvimento" cego, o homem está restaurando o seu *habitat*. Se a industrialização não deve extinguir a raça, ela precisa se subordinar às exigências da natureza do homem. A verdadeira crítica à sociedade de mercado não é pelo fato de ela se basear na economia – num certo sentido, toda e qualquer sociedade tem que se basear nela – mas que a sua economia se baseava no auto-interesse. Uma tal organização de vida econômica é inteiramente antinatural, no sentido estritamente empírico de *excepcional*. Os pensadores do século

XIX supunham que o homem só visava ao lucro em sua atividade econômica, que suas propensões materialistas induzi-lo-iam a escolher o menor, em vez do maior esforço, na expectativa do pagamento pelo seu trabalho. Em resumo, que na sua atividade econômica ele tenderia a guiar-se por aquilo que eles descreviam como racionalidade econômica, e que todo comportamento em contrário seria o resultado de uma interferência externa. Decorria daí que os mercados eram instituições naturais, que surgiriam espontaneamente se apenas se deixassem os homens em paz. Nada era mais natural, portanto, do que um sistema econômico que consistia em mercados sob o controle único dos preços de mercado, e uma sociedade humana baseada em tais mercados seria, assim, o objetivo de todo o progresso. Qualquer que fosse a desejabilidade ou indesejabilidade de uma tal sociedade, sob o ponto de vista moral, sua praticabilidade – isto era axiomático – se fundamentava nas características imutáveis da raça.

Na verdade, como sabemos agora, o comportamento do homem, tanto em seu estado primitivo como através do curso da história, foi praticamente o oposto do comportamento implícito nessa perspectiva. A frase de Frank H. Knight, "nenhum motivo especificamente humano é econômico", aplica-se não apenas à vida social em geral, mas também à própria vida econômica. A tendência à permuta, da qual Adam Smith tão confiantemente se valeu ao retratar o homem primitivo, não é uma tendência comum ao ser humano nas suas atividades econômicas, mas uma tendência bastante infreqüente. Não é apenas a antropologia moderna que comprova a mentira desses construtos racionalistas, mas a história do comércio e dos mercados também foi completamente diferente daquela assumida pelos harmoniosos ensinamentos dos sociólogos do século XIX. A história econômica mostra que a emergência de mercados nacionais não foi, de forma alguma, o resultado da emancipação gradual e espontânea da esfera econômica do controle governamental. Pelo contrário, o mercado foi a conseqüência de uma intervenção consciente, e às vezes violenta, por parte do governo que impôs à sociedade a organização do mercado, por finalidades não-econômicas. Examinado mais de perto, o mercado auto-regulável do século XIX se revela radicalmente diferente até mesmo do seu predecessor imediato, pois ele dependia do auto-interesse econômico para a sua regulação. *A fraqueza congênita da sociedade do século XIX não foi o fato de ser uma sociedade industrial e sim uma sociedade de mercado.* A civilização industrial continuará a existir mesmo quando a experiência utópica de um mercado auto-regulável não for mais que uma lembrança.

Todavia, a mudança de uma civilização industrial para uma nova base, de negação do mercado, parece a muitos uma tarefa demasiado árdua. Eles receiam um vácuo institucional ou, o que é pior, a perda da liberdade. Será que esses perigos precisam realmente prevalecer?

Grande parte do maciço sofrimento de um período de transição já está bem para trás. Já experimentamos o pior com a desarticulação social e econômica da nossa era, com as trágicas vicissitudes da depressão, de flutuações da moeda, do desemprego em massa, de mudanças de status social, da destruição espetacular de estados históricos. Mesmo a contragosto, vimos pagando o preço dessa mudança. Embora a humanidade ainda esteja longe de se adaptar ao uso da máquina, e apesar das mudanças pendentes ainda serem imensas, a restauração do passado é tão impossível como transferir nossos problemas para outro planeta. Ao invés de eliminar as forças demoníacas da agressão e da conquista, uma tentativa fútil como essa apenas garantiria a sobrevivência dessas forças, mesmo após a sua total derrota militar. A causa do mal se revestiria da vantagem, decisiva na política, de representar o possível, em oposição àquilo que é impossível atingir, por melhor que seja a situação.

O colapso do sistema tradicional não nos deixará num vazio. Não seria a primeira vez na história em que as improvisações conteriam os germes de grandes e permanentes instituições.

Dentro das nações testemunhamos agora um desenvolvimento em que o sistema econômico deixa de organizar a lei da sociedade e se garante o primado da sociedade sobre esse sistema. Isto pode acontecer numa grande variedade de formas – democrática e aristocrática, constitucionalista e autoritária – talvez até de uma forma ainda não prevista. O futuro de alguns países já pode ser o presente em outros, enquanto alguns ainda podem incorporar o passado dos demais. Mas o resultado é comum a todos eles: o sistema de mercado não será mais auto-regulável, mesmo em princípio, uma vez que ele não incluirá o trabalho, a terra e o dinheiro.

Retirar o trabalho do mercado significa uma transformação tão radical como foi a criação de um mercado de trabalho competitivo. O contrato salarial deixa de ser um contrato privado, exceto em pontos subordinados e acessórios. Não apenas as condições fabris, as horas de trabalho e as modalidades do contrato, mas o próprio salário básico passa a ser determinado fora do mercado. O papel que será atribuído aos sindicatos profissionais, ao estado e a outros órgãos públicos dependerá não apenas do caráter dessas instituições, mas também da

organização real da administração da produção. Embora seja da natureza das coisas que os diferenciais salariais possam (e devam) continuar a desempenhar um papel essencial no sistema econômico, outras motivações, além daquelas diretamente envolvidas nos rendimentos monetários, podem compensar em muito o aspecto financeiro do trabalho.

Retirar a terra do mercado é o mesmo que incorporá-la a instituições definidas, como o ambiente doméstico, a cooperativa, a fábrica, o distrito, a escola, a igreja, os parques, as reservas de vida selvagem e assim por diante. Todavia, continuará a existir, em caráter amplo, a propriedade individual das fazendas, mas os contratos de arrendamento da terra só precisarão lidar com os aspectos acessórios, pois os essenciais serão retirados da jurisdição do mercado. O mesmo se aplica aos alimentos principais e às matérias-primas orgânicas, já que a fixação de preços em relação a elas não é mais função do mercado. O fato de os mercados competitivos para uma infinita variedade de produtos continuarem a funcionar não precisa interferir com a constituição da sociedade, da mesma forma que a fixação de preços, fora do mercado, para o trabalho, a terra e o dinheiro não interfere com a função de custo dos preços de vários produtos. É claro que a natureza da propriedade sofre uma mudança profunda em conseqüência de tais medidas, já que não se faz necessário que as rendas dos títulos de propriedade cresçam sem limites, simplesmente para garantir emprego, produção, e a utilização dos recursos da sociedade.

A retirada do controle do dinheiro do mercado já está sendo feita em todos os países, hoje em dia. Inconscientemente, foi a criação dos depósitos que levou a isto, em grande parte, mas a crise do padrão-ouro na década de 1920 provou que ainda não havia sido cortado o elo entre o dinheiro-mercadoria e o dinheiro convencional. Desde a introdução da "finança funcional" em todos os estados importantes, a administração dos investimentos e a regulamentação da taxa de poupança passaram a ser tarefas governamentais.

Retirar do mercado os elementos da produção – terra, trabalho e dinheiro – é, portanto, um ato uniforme apenas do ponto de vista do mercado, que lidava com eles como se fossem mercadorias. Do ponto de vista da realidade humana, aquilo que é restaurado pelo desmantelamento da ficção mercadoria está em todas as direções do compasso social. Com efeito, a desintegração de uma economia uniforme já está dando origem a uma variedade de sociedades novas. O fim da sociedade de mercado não significa, de forma alguma, a ausência de mercados. Estes continuam, de várias maneiras, a garantir a liberdade do consumidor, a indicar a mudança da demanda, a influenciar a renda dos produtores e a servir como instrumento de contabilização, embora deixe de ser, totalmente, um órgão de auto-regulação econômica.

Tanto nos seus métodos internacionais, como nos seus métodos internos, a sociedade do século XIX se viu limitada pela economia. O setor dos câmbios estrangeiros fixados coincidia com a civilização. Enquanto o padrão-ouro e – o que se tornou quase o seu corolário – os regimes constitucionais estavam em funcionamento, o equilíbrio-de-poder era um veículo de paz. O sistema funcionou através da instrumentalização daquelas grandes potências, em primeiro lugar a Grã-Bretanha, que eram o centro da finança mundial e que pressionavam pelo estabelecimento de governos representativos em países menos desenvolvidos. Isto era exigido como garantia das finanças e moedas de países devedores, com a conseqüente necessidade de orçamentos controlados, que somente organismos responsáveis podiam oferecer. Como regra, tais considerações não estavam conscientemente presentes na mente dos estadistas e isto ocorria apenas porque as exigências do padrão-ouro eram consideradas axiomáticas. O padrão mundial uniforme de instituições monetárias e representativas foi o resultado da rígida economia do período.

Dois princípios da vida internacional do século XIX conseguiram sua relevância a partir dessa situação: soberania anarquista e intervenção (justificada) nos assuntos de outros países. Embora aparentemente contraditórios, os dois se inter-relacionavam. A soberania era um termo puramente político, sem dúvida, pois, sob a circunstância de um comércio exterior não-regulável e o padrão-ouro, os governos não possuíam qualquer poder em relação à economia internacional. Eles não podiam, nem iriam, atrelar seus países em relação a assuntos monetários – esta era a posição legal. Na verdade, só eram reconhecidos como estados soberanos aqueles países que possuíam um sistema monetário controlado por bancos centrais. Nos poderosos países ocidentais essa soberania monetária nacional, ilimitada e irrestrita se combinava com o seu oposto total, uma pressão inflexível para ampliar a tessitura da economia de mercado e da sociedade de mercados a todos os lugares. Em conseqüência, no final do século XIX, os povos do mundo estavam padronizados institucionalmente, num grau jamais conhecido.

Esse sistema prejudicava a ambos, em virtude da sua meticulosidade *e* sua universalidade. A soberania anarquista era um empecilho a todas as formas efetivas de cooperação internacional, como a história da Liga das Nações provou de forma marcante. A uniformidade obri-

gatória dos sistemas internos rondava, como ameaça permanente, sobre a liberdade do desenvolvimento nacional, principalmente nos países atrasados e às vezes até nos países desenvolvidos, mas financeiramente fracos. A cooperação econômica era limitada às instituições privadas, tão caprichosas e inefetivas como o livre comércio, enquanto a colaboração real entre os povos, isto é, entre governos, não podia ser sequer visualizada.

A situação parecia fazer duas exigências à política externa, aparentemente incompatíveis: ela exigia uma cooperação mais estreita entre países amigos, a um nível jamais imaginado na soberania do século XIX, enquanto, ao mesmo tempo, a existência de mercados regulados fazia os governos nacionais mais zelosos da interferência externa do que antes. Todavia, com o desaparecimento do mecanismo automático do padrão-ouro, os governos acharam possível abandonar o aspecto mais importuno da soberania absoluta, a recusa de colaborar na economia internacional. Ao mesmo tempo, seria possível tolerar de boa vontade que outras nações modelassem suas instituições internas de acordo com suas inclinações transcendendo assim o pernicioso dogma do século XIX, da uniformidade necessária dos regimes internos, dentro da órbita da economia mundial. Já se pode ver, assim, a emergência de pedras fundamentais de um Novo Mundo, a partir das ruínas do Velho: colaboração econômica dos governos *e* a liberdade de organizar à vontade a vida nacional. Sob o sistema restritivo do livre comércio não se poderia conceber qualquer dessas possibilidades, excluindo, assim, uma variedade de métodos de cooperação entre nações. Enquanto sob uma economia de mercado e do padrão-ouro a idéia da federação era considerada um pesadelo de centralização e unidade, o fim da economia de mercado pode muito bem significar uma cooperação efetiva com liberdade interna.

O problema da liberdade surge em dois níveis diferentes: o institucional e o moral ou religioso. No nível institucional, é o caso de equilibrar o aumento e a diminuição das liberdades; não se apresentam quaisquer questões radicalmente novas. No nível mais fundamental, a mera possibilidade de liberdade ainda é duvidosa. Parece que os próprios meios de manter a liberdade adulteram-na e a destroem. A chave para o problema da liberdade em nossa era deve ser procurada nesse último plano. As instituições são materializações do significado e do propósito humano. Não podemos atingir a liberdade que procuramos, a menos que compreendamos o verdadeiro significado da liberdade numa sociedade complexa.

Em nível institucional, a regulação tanto amplia como restringe a liberdade; só é significativo o equilíbrio das liberdades perdidas e recuperadas. Isto é verdade tanto em relação às liberdades jurídicas como às liberdades reais. As classes abastadas gozam da liberdade que lhes oferece o ócio em segurança; elas estão naturalmente menos propensas a ampliar a liberdade na sociedade do que aquelas que, por falta de rendas, têm que se contentar com um mínimo de liberdade. Isto é perfeitamente visível quando surge uma compulsão no sentido de uma distribuição mais justa da renda, do lazer e da segurança. Embora as restrições se apliquem a todos, os privilegiados tendem a ressentir-se, como se elas fossem dirigidas apenas contra eles. Eles falam em escravidão quando de fato se pretende apenas distribuir entre outros a liberdade de que eles mesmos gozam. É verdade que pode ocorrer inicialmente uma diminuição do seu lazer e da sua segurança e, portanto, da sua liberdade, para que seja elevado o nível de liberdade para todos. Todavia, uma tal mudança, a remodelação e a ampliação das liberdades, não deve servir de motivo para que se afirme que a nova situação é, necessariamente, menos livre do que a anterior.

Existem, porém, certas liberdades cuja manutenção é de importância primordial. Como a paz, elas foram um subproduto da economia do século XIX, e nos acostumamos a prezá-las por elas mesmas. A separação institucional do político e do econômico, que se revelou um perigo mortal para a substância da sociedade, quase automaticamente produziu a liberdade à custa da justiça e da segurança. As liberdades civis, a empresa privada e o sistema salarial se mesclaram num padrão de vida que favoreceu a liberdade moral e a independência de pensamento. Mais uma vez, as liberdades jurídica e real se diluíram num fundo comum, cujos elementos não podem ser devidamente separados. Algumas foram o corolário de males como o desemprego e os lucros do especulador; algumas pertenciam às tradições mais preciosas da Renascença e da Reforma. Devemos tentar manter, por todos os meios ao nosso alcance, esses elevados valores herdados de uma economia de mercado em derrocada. Esta é uma grande tarefa, sem dúvida. Nem a liberdade, nem a paz puderam ser institucionalizadas sob aquela economia, pois seu propósito era criar lucros e bem-estar e não a paz e a liberdade. Teremos que lutar por elas no futuro, conscientemente, se quisermos possuí-las; elas devem tornar-se os alvos escolhidos das sociedades em cuja direção caminhamos. Este pode bem ser o propósito real do esforço mundial que se faz agora para garantir a paz e a liberdade. Até onde poderá levar esse desejo de paz, quando o interesse

nela, decorrente da economia do século XIX deixar de existir, dependerá do nosso sucesso em estabelecer uma ordem internacional.

Quanto à liberdade pessoal, ela existirá na medida em que criarmos deliberadamente salvaguardas para a sua manutenção, e até para a sua ampliação. Numa sociedade estabelecida, o direito à não-conformidade deve ser protegido institucionalmente. O indivíduo deve ser livre para seguir a sua consciência, sem recear os poderes incumbidos das tarefas administrativas em algumas áreas da vida social. A ciência e as artes deverão permanecer sempre sob a guarda da "república das letras". A compulsão jamais será absoluta; ao "contestador" deverá ser oferecido um refúgio no qual poderá se abrigar, o direito de escolher um "segundo melhor" conforme lhe agrade. Assim o direito à não-conformidade, como marco de uma sociedade livre, ficará garantido.

Cada passo em direção à integração na sociedade será acompanhado, portanto, de um aumento de liberdade; os passos em direção ao planejamento incluirão o fortalecimento dos direitos do indivíduo na sociedade. Seus direitos inalienáveis serão validados pela lei, até mesmo contra os poderes supremos, sejam eles pessoais ou anônimos. A verdadeira resposta à ameaça da burocracia como fonte de abuso do poder é criar esferas de liberdades arbitrárias, protegidas por regras inquebrantáveis. Por mais generosa que seja a prática da devolução do poder, sempre haverá um fortalecimento do poder no centro e, portanto, ameaça à liberdade individual. Isto é verdadeiro até mesmo em relação aos órgãos das próprias comunidades democráticas, como os sindicatos profissionais e comerciais, cuja função é proteger os direitos de cada membro individual. A própria dimensão que eles atingem faz com que esse indivíduo se sinta desamparado, mesmo que não tenha motivo para suspeitar de qualquer má vontade. Isto ocorre ainda mais se suas opiniões ou ações forem de molde a ofender as suscetibilidades daqueles que mantêm o poder. Nenhuma simples declaração de direitos é suficiente: as instituições são necessárias para efetivar esses direitos. O habeas-corpus não precisa ser o último artifício constitucional através do qual a liberdade pessoal se apóia na lei. É preciso acrescentar à Declaração dos Direitos Humanos direitos do cidadão até agora não reconhecidos. Eles devem prevalecer contra todas as autoridades, seja estatal, municipal ou profissional. A lista deve ser encabeçada pelo direito do indivíduo a um emprego, sob condições aprovadas, independente da sua opinião política ou religiosa, de cor ou raça. Isto implica garantias contra a vitimização, por mais sutil que ela seja. Os tribunais industriais têm sido reconhecidos na sua atuação de proteger membros

públicos individuais até mesmo contra as aglomerações de poder arbitrário como, por exemplo, as representadas pelas primeiras companhias ferroviárias. Um outro exemplo de possível abuso de poder, enfrentado diretamente pelos tribunais, foi o Essential Works Order, na Inglaterra, ou o "congelamento do trabalho" nos Estados Unidos, durante a emergência, com suas oportunidades quase ilimitadas de discriminação. Sempre que a opinião pública se manteve coesa na defesa das liberdades cívicas, os tribunais ou cortes também foram capazes de reinvindicar a liberdade pessoal. Ela deve ser mantida a todo custo – mesmo à custa da eficiência na produção, da economia de consumo ou da racionalidade na administração. Uma sociedade industrial pode-se permitir ser livre.

O fim da economia de mercado pode se tornar o início de uma era de liberdade sem precedentes. A liberdade jurídica e real pode se tornar mais ampla e mais geral do que em qualquer tempo; a regulação e o controle podem atingir a liberdade, mas para todos e não apenas para alguns. Liberdade não como complemento do privilégio, contaminada em sua fonte, mas como um direito consagrado, que se estende muito além dos estreitos limites da esfera política e atinge a organização íntima da própria sociedade. Assim, as antigas liberdades e direitos civis serão acrescentados ao fundo da nova liberdade gerada pelo lazer e pela segurança que a sociedade oferece a todos. Uma tal sociedade pode-se permitir ser ao mesmo tempo justa e livre.

Entretanto, encontramos o caminho bloqueado por um obstáculo moral. O planejamento e o controle vêm sendo atacados como negação da liberdade. A empresa livre e a propriedade privada são consideradas elementos essenciais à liberdade. Não é digna de ser chamada livre qualquer sociedade construída sobre outros fundamentos. A liberdade que a regulação cria é denunciada como não-liberdade; a justiça, a liberdade e o bem-estar que ela oferece são descritos como camuflagem da escravidão. Foi em vão que os socialistas prometeram um reino de liberdade, pois os meios determinam os fins: a URSS, que usou o planejamento, a regulação e o controle como seus instrumentos, ainda não pôs em prática as liberdades prometidas na sua constituição e, provavelmente, jamais o fará, dizem os críticos... Voltar-se, porém, contra a regulação, significa voltar-se contra a reforma. Para o liberal a idéia da liberdade degenera, assim, na simples defesa da livre empresa – hoje reduzida a uma ficção pela dura realidade de trustes gigantescos e monopólios principescos. Isto significa uma liberdade total para aqueles cuja renda, lazer e segurança não precisam ser enfatizados, e um

mínimo de liberdade para o povo, que pode tentar em vão valer-se dos seus direitos democráticos para se proteger do poder dos donos da propriedade. E isto não é tudo. Os liberais jamais conseguiram restabelecer de fato a livre empresa, já destinada ao fracasso por razões intrínsecas. Seus esforços apenas resultaram na instalação de grandes negócios em diversos países europeus e, incidentalmente, de vários tipos de fascismo, como na Áustria. O planejamento, a regulação e o controle, que eles queriam ver banidos como riscos à liberdade, foram empregados pelos inimigos confessos da liberdade para aboli-la totalmente. Entretanto, a vitória do fascismo tornou-se praticamente inevitável pela obstrução dos liberais a qualquer reforma que envolvesse o planejamento, a regulação e o controle.

A total frustração da liberdade no fascismo é, com efeito, o resultado inevitável da filosofia liberal. Esta alega que o poder e a compulsão são males que não devem existir na comunidade humana para que haja liberdade. Ora, tal coisa é impossível e se torna perfeitamente aparente numa sociedade complexa. Não resta, portanto, qualquer alternativa a não ser permanecer fiel a uma idéia ilusória de liberdade e negar a realidade da sociedade, ou aceitar essa realidade e rejeitar a idéia da liberdade. A primeira é a conclusão do liberal; a última, do fascista. Nenhuma outra parece possível.

Chegamos assim à conclusão inexorável de que está em questão a própria possibilidade de liberdade. Se a regulação é o único meio de difundir e fortalecer a liberdade numa sociedade complexa e, no entanto, utilizar esse meio é se opor à liberdade *per se*, então uma tal sociedade não pode ser livre.

É claro que na raiz do dilema está o próprio significado da liberdade. A economia liberal encaminhou os nossos ideais numa falsa direção, embora parecesse próxima a atingir expectativas intrinsecamente utópicas. Não existe uma sociedade sem o poder e a compulsão, nem um mundo em que a força não tenha qualquer função. Era uma ilusão admitir uma sociedade que fosse modelada apenas pelo desejo e a vontade do homem. Ela foi, porém, a resultante de uma visão de mercado da sociedade, que igualava a economia a relações contratuais, e as relações contratuais com a liberdade. Essa ilusão radical sustentava que na sociedade humana não existe nada que não se origine da vontade dos indivíduos e que não possa, portanto, ser removida também pela vontade deles. A visão era limitada pelo mercado: este "fragmentava" a vida no setor dos produtores, que terminava quando seu produto chegava ao mercado, e no setor do consumidor, para quem todos os bens

surgiam do mercado. Um tinha a sua renda provida "livremente" pelo mercado, o outro gastava-a "livremente" nesse mercado. A sociedade como um todo permanecia invisível. O poder do estado não era levado em conta, pois quanto menor ele fosse mais facilmente funcionaria o mecanismo de mercado. Nem os eleitores, nem os proprietários, nem os produtores, nem os consumidores podiam ser responsabilizados por essas brutais restrições à liberdade que resultaram na ocorrência do desemprego e da destituição. Qualquer indivíduo decente podia se considerar isento de qualquer responsabilidade por atos de compulsão por parte de um estado que ele, pessoalmente, rejeitava; ou pelo sofrimento econômico inflingido à sociedade e que não o beneficiava pessoalmente. Ele "pagava as suas contas", "não devia a ninguém", e não se envolvia nos males do poder e do valor econômico. Ele se sentia tão isento dessa responsabilidade que negava a sua realidade em nome da própria liberdade.

Mas o poder e o valor econômico são um paradigma da realidade social. Eles não surgem da vontade humana; é impossível a não-cooperação em relação a eles. A função do poder é assegurar aquela medida de conformidade necessária à sobrevivência do grupo; sua fonte última é a opinião – e quem não teria algumas opiniões a oferecer? O valor econômico garante a utilidade dos bens produzidos; ele deve ser anterior à decisão de produzi-los; ele é um selo aposto à divisão do trabalho. Sua fonte são os desejos humanos e a escassez – e como se pode esperar que não desejemos uma coisa mais do que outra? Qualquer opinião ou desejo far-nos-á participantes na criação do poder e na constituição do valor econômico. Não é concebível uma liberdade que atue de outra maneira.

Chegamos ao estágio final da nossa argumentação.

O abandono da utopia do mercado coloca-nos face a face com a realidade da sociedade. Ela é a linha divisória entre o liberalismo de um lado, o fascismo e o socialismo de outro. A diferença entre esses dois não é basicamente econômica, é moral e religiosa. Mesmo quando professam economias idênticas, eles não são apenas diferentes mas são, também, manifestações de princípios opostos. E a liberdade é, mais uma vez, o ponto extremo no qual eles se separam. A realidade da sociedade é aceita tanto por fascistas como por socialistas, com a mesma finalidade com que o conhecimento da morte moldou a consciência humana. O poder e a compulsão fazem parte dessa realidade e não seria válido qualquer ideal que os banisse da sociedade. Se a idéia da liberdade pode ser mantida ou não, em face desse conhecimento, é

o tema sobre o qual eles divergem. É a liberdade uma palavra vazia, uma tentação, destinada a arruinar o homem e suas obras, ou o homem pode reafirmar a sua liberdade em face desse conhecimento e lutar para que a sociedade a atinja sem cair num ilusionismo moral?

Esta questão aflitiva resume a condição do homem. O espírito e o conteúdo deste estudo devem indicar uma resposta.

Invocamos aqueles que acreditávamos ser os três fatos constitutivos da consciência do homem ocidental: o conhecimento da morte, o conhecimento da liberdade, o conhecimento da sociedade. O primeiro, segundo a lenda judaica, foi revelado pela história do Velho Testamento. O segundo se revelou com a descoberta da singularidade da pessoa nos ensinamentos de Jesus, conforme registrados no Novo Testamento. A terceira revelação chegou-nos com a vivência numa sociedade industrial. Não existe nenhum grande nome ligado a ela; talvez Robert Owen seja o que mais se aproxima de ser seu porta-voz. Ele é o elemento constitutivo da consciência do homem moderno.

A resposta fascista ao reconhecimento da realidade da sociedade é a rejeição do postulado de liberdade. A descoberta cristã da singularidade do indivíduo e unicidade da humanidade é negada pelo fascismo. Aqui está a raiz da sua inclinação degenerativa.

Robert Owen foi o primeiro a reconhecer que os Evangelhos ignoravam a realidade da sociedade. Ele chamava a isto a "individualização" do homem por parte do Cristianismo e parecia acreditar que "tudo aquilo que é realmente valioso no Cristianismo" só seria incorporado ao homem numa comunidade cooperativa. Owen reconhecia que a liberdade adquirida através dos ensinamentos de Jesus não se aplicava a uma sociedade complexa. Seu socialismo sustentava a exigência de liberdade do homem *numa sociedade como essa.* A era pós-cristã da civilização ocidental havia começado e os Evangelhos não eram mais suficientes, embora continuassem a ser a base da nossa civilização.

A descoberta da sociedade é, portanto, o final ou o renascimento da liberdade. Enquanto o fascista se resigna a abandonar a liberdade e glorifica o poder que é a liberdade da sociedade, o socialista se resigna a essa realidade e mantém a exigência da liberdade, a despeito dessa realidade. O homem amadurece e é capaz de existir como ser humano numa sociedade complexa. Para citar mais uma vez as inspiradas palavras de Robert Owen: "Se quaisquer causas do mal são irremovíveis pelos novos poderes que os homens estão a ponto de adquirir, eles saberão que esses males são necessários e inevitáveis, e deixarão de fazer reclamações infantis e desnecessárias".

A resignação sempre foi a fonte da força do homem e de suas esperanças renovadas. O homem aceitou a realidade da morte e construiu o sentido da sua vida física baseando-se nela. Ele se resignou à realidade de possuir uma alma que podia perder e que havia coisas piores que a morte. Sobre isto fundamentou a sua liberdade. Em nossa época, ele se resigna à realidade da sociedade que significa o fim dessa liberdade. Mais uma vez, a vida ressurge da resignação final. A aceitação, sem queixas, da realidade da sociedade dá ao homem uma coragem indômita e forças para afastar todas as injustiças e a falta de liberdade que podem ser eliminadas. Enquanto ele se conservar fiel à sua tarefa de criar uma liberdade mais ampla para todos, ele não precisa temer que o poder ou o planejamento se voltem contra ele e que destruam, através da sua instrumentalidade, a liberdade que ele está construindo. Este é o significado da liberdade numa sociedade complexa e ele nos dá toda a certeza de que precisamos.

APÊNDICE
NOTAS SOBRE AS FONTES

Ao capítulo 1

1. O equilíbrio-de-poder como política, lei histórica, princípio e sistema

1. *Política de equilíbrio-de-poder.* A *política* de equilíbrio-de-poder é uma instituição nacional inglesa. Ela é puramente pragmática e factual, e não deve ser confundida com o *princípio* do equilíbrio-de-poder ou com o *sistema* de equilíbrio-de-poder. Essa política foi o resultado da sua posição de ilha fora de um litoral continental ocupado por comunidades politicamente organizadas. "Sua ascendente escola de diplomacia, de Wolsey a Cecil, perseguia o *Equilíbrio-de-Poder* como a única possibilidade de segurança da Inglaterra em face dos grandes estados continentais que se formavam", diz Trevelyan. Essa política foi estabelecida definitivamente sob os Tudors, e foi praticada por Sir William Temple, por Canning, Palmerston ou Sir Edward Grey. Ela antecipou em quase dois séculos a emergência de um sistema de equilíbrio-de-poder no continente, e seu desenvolvimento foi totalmente independente das fontes continentais da doutrina do equilíbrio-de-poder como princípio, conforme apresentada por Fénélon ou Vattel. Entretanto, a política nacional da Inglaterra foi bastante apoiada pelo crescimento desse sistema, pois lhe facilitou a organização de alianças contra qualquer poder dominante no continente. Em conseqüência, os estadistas britânicos tendiam a patrocinar a idéia de que a política de equilíbrio-de-poder da Inglaterra era, na verdade, uma expressão do princípio de equilíbrio-de-poder, e que, seguindo tal política, a Inglaterra estava apenas desempenhando seu papel num sistema com base nesse princípio. Todavia, a diferença entre a sua própria política de autodefesa e qualquer princípio que ajudasse a sua implementação não foi propositadamente obscurecida por seus estadistas. Sir Edward Grey escreveu o seguinte em seu *Twenty-five Years*: "Em teoria, a Grã-Bretanha não se opunha à predominância de um grupo forte na Euro-pa, desde que ele representasse a estabilidade e a paz. É uma escolha voluntária apoiar tal combinação. Quando o poder dominante se torna agressivo, porém, e ela sente seus interesses ameaçados é que, por instinto de autodefesa, ou então por uma política deliberada, ela se dirige para algo que pode ser descrito como um Equilíbrio-de-Poder".

Assim, foi pelos seus legítimos interesses que a Inglaterra apoiou o crescimento de um sistema de equilíbrio-de-poder no continente e manteve os seus princípios. Fazê-lo era parte da sua política. A confusão provocada por esse ajuste de duas referências essencialmente diferentes do equilíbrio-de-poder é indicada por estas citações: Fox, em 1787, perguntou ao governo, com indignação, "se a Inglaterra não estava mais em posição de manter o equilíbrio-de-poder na Europa e ser vista como a protetora das suas liberdades?". Ele reclamava como direito da Inglaterra ser aceita como avalista do sistema de equilíbrio-de-poder na Europa. Quatro anos mais tarde, Burke descrevia esse sistema como a "lei pública da Europa", supostamente vigente durante dois séculos. Tais identificações retóricas da política nacional da Inglaterra com o sistema europeu de equilíbrio-de-poder tornaram mais difícil para os norte-americanos distinguir entre duas concepções igualmente odiosas a eles.

2. *Equilíbrio-de-poder como lei histórica.* Um outro significado do equilíbrio-de-poder se baseia diretamente na natureza das unidades de poder. Ele foi introduzido por Hume, pela primeira vez, no pensamento moderno. Seu alcance se perdeu novamente durante o eclipse quase total do pensamento político que se seguiu à Revolução Industrial. Hume reconheceu a natureza política do fenômeno e ressaltou a sua independência dos fatos psicológicos e morais. Ele atuava independentemente das motivações dos atores, enquanto estes se comportassem como manifestações de poder. A experiência demonstrou, escreveu Hume, que qualquer que fosse a sua motivação, "a emulação ciumenta ou a política cautelosa", "os efeitos eram semelhantes". F. Schuman diz: "Se se postula um Sistema Estatal composto de três unidades, A, B e C, é óbvio que qualquer aumento no poder de um deles envolve um decréscimo no poder dos outros dois". Ele infere que o equilíbrio-de-poder "em sua forma elementar se destina a manter a independência de cada unidade do Sistema Estatal". Ele poderia ter generalizado o postulado de forma a torná-lo aplicável a todos os tipos de unidades de poder, seja em sistemas políticos organizados ou não. Com efeito, esta é a forma como o equilíbrio-de-poder aparece na sociologia da história. Toynbee, em seu *Study of History*, menciona o fato de que as unidades de poder estão aptas a se expandir na periferia dos grupos de poder, ao invés de no centro, onde a pressão é maior. Os Estados Unidos, a Rússia e o Japão, assim como os Domínios Britânicos, se expandiram prodigiosamente numa época em que era praticamente impossível atingir mesmo as menores mudanças territoriais na Europa Ocidental e Central. Uma lei histórica de tipo similar é mencionada ainda por Pirenne. Ele observa que em comunidades comparativamente desorganizadas forma-se habitualmente um núcleo de resistência à pressão externa nas regiões mais afastadas do vizinho poderoso. São exemplos a formação do reinado franco por Pipin de Heristal, no distante norte, ou a emergência da Prússia Oriental como centro organizador dos germânicos. Outro exemplo desse tipo pode ser visto na lei belga de De Greef, do estado-tampão, que parece ter influenciado a escola de Frederick Turner e levou ao conceito do oeste americano como "uma Bélgica errante". Estes conceitos de equilíbrio e desequilíbrio-de-poder são independentes de noções morais, legais ou psicológicas. Sua única referência é quanto ao poder e isto revela a sua natureza política.

3. *Equilíbrio-de-poder como princípio e sistema.* Quando um interesse humano é reconhecido como legítimo, dele se origina um princípio de conduta. Desde 1648, foi

reconhecido o interesse dos estados europeus no *status quo*, conforme estabelecido pelos Tratados de Münster e Westphalia, e reconhecida a solidariedade dos signatários nesse sentido. O Tratado de 1648 foi assinado por praticamente todas as potências européias: elas se declararam os seus avalistas. Os Países Baixos e a Suíça assumem a sua posição internacional como estados soberanos a partir desse tratado. Desde então, os estados podiam considerar qualquer mudança maior no *status quo* como de interesse para todos os demais. Esta é a forma rudimentar do equilíbrio-de-poder como um princípio da família de nações. Baseado nesse princípio, não se podia considerar hostil o comportamento de qualquer estado para com uma potência suspeita, correta ou erroneamente, da intenção de modificar o *status quo*. Um tal estado de coisas decerto facilitaria enormemente a formação de coalizões em oposição a tal mudança. Entretanto, somente após setenta e cinco anos é que o princípio foi expressamente reconhecido no Tratado de Utrecht, quando *ad conservandum in Europa equilibrium* os domínios espanhóis foram divididos entre os Bourbons e os Habsburgs. Com esse reconhecimento formal do princípio, a Europa se organizou gradualmente num *sistema* baseado nesse princípio. Como a absorção (ou dominação) das pequenas potências pelas potências maiores afetaria o equilíbrio-de-poder, a independência das pequenas potências era indiretamente resguardada pelo sistema. Embora fosse difusa a organização da Europa após 1648, e mesmo após 1713, a manutenção de todos os estados, grandes e pequenos, por um período de cerca de duzentos anos, deve ser creditada ao sistema de equilíbrio-de-poder. Guerras inumeráveis foram travadas em seu nome e, embora elas possam ser vistas, sem exceção, como inspiradas por considerações de poder, o resultado era quase sempre como se os países agissem segundo o princípio da garantia coletiva contra atos de agressão não-provocados. Não existe outra explicação para a sobrevivência continuada de entidades políticas inexpressivas, como a Dinamarca, a Holanda, a Bélgica e a Suíça, a despeito das grandes forças que ameaçavam as suas fronteiras. Logicamente, a distinção entre um princípio e uma organização nele baseado, i.e., um sistema, parece definida. Entretanto, não devemos subestimar a efetividade dos princípios, mesmo em sua condição suborganizada, isto é, quando não alcançaram ainda o estágio institucional, mas fornecem apenas uma diretiva a hábitos ou costumes convencionais. Mesmo sem um centro estabelecido, encontros regulares, funcionários comuns ou um código de comportamento compulsório, a Europa se transformara num sistema simplesmente através do contato estreito e contínuo entre as várias chancelarias e membros dos corpos diplomáticos. A tradição estrita que regulava as investigações, as *démarches*, os *ai-de-mémoirs* – entregues em conjunto ou separado, em termos idênticos ou não idênticos – eram tantos outros meios de expressar as situações de poder sem levá-las a uma decisão, enquanto abriam novos caminhos para o compromisso ou, eventualmente, para a ação conjunta, no caso de falharem as negociações. Na verdade, o direito de uma intervenção conjunta nos negócios dos pequenos estados, se ameaçados os interesses legítimos das potências, correspondia à existência de um diretório europeu numa forma suborganizada.

O pilar mais forte desse sistema formal era a quantidade imensa de negócios privados internacionais, freqüentemente transacionados em termos de uma espécie de tratado comercial ou outro instrumento internacional tornado efetivo pelo costume e pela tradição. Os governos e seus cidadãos mais influentes se enredavam, nas formas mais diversas, nas dificuldades financeiras, econômicas e jurídicas dos tipos mais variados de tais transações internacionais. Uma guerra local significava apenas uma breve interrupção dessas transações, enquanto os interesses investidos em outras, não afetadas permanente ou temporariamente, constituíam um peso maior se comparadas àquelas solucionadas com desvantagem para o inimigo, através da guerra. Essa pressão silenciosa do interesse privado, que permeava toda a vida das comunidades civilizadas e transcendia as fronteiras nacionais, era o baluarte invisível da reciprocidade internacional e concedia ao princípio de equilíbrio-de-poder o direito de sanções efetivas, mesmo quando ele não assumira ainda a forma organizada de um Concerto da Europa ou de uma Liga das Nações.

EQUILÍBRIO-DE-PODER COMO LEI HISTÓRICA

Hume, D., "On the Balance of Power", *Works*, vol. III (1854), p. 364. Schuman, F., *International Politics* (1933), p. 55. Toynbee, A. J., *Study of History*, vol. III, p.302. Pirenne, H., *Outline of the His-tory of Europe from the Fall of the Roman Empire to 1600* (Ingl. 1939). Barnes-Becker-Becker, sobre De Greef, vol. II, p. 871. Hof-mann, A., *Das deutsche Land and die deutsche Geschichte* (1920). Também a "Geopolitical School" de Haushofer. No outro extremo, *Power*, de B. Russel; *Psychopathology and Politics*, de Lasswell; *World Politics and Personal Insecurity*, e outras obras. Cf. também *Social and Economic History of the Hellenistic World*, de Rostovtzeff, cap. 4, parte I.

EQUILÍBRIO-DE-PODER COMO PRINCÍPIO E SISTEMA

Mayer, J. P., *Political Thought* (1939), p. 464. Vattel, *Le droit des gens* (1758). Hershey, A. S., *Essentials of International Public Law and Organization* (1927), pp. 567-69. Oppenheim, L., *International Law*. Heatley, D. P., *Diplomacy and the Study of International Relations* (1919).

A PAZ DOS CEM ANOS

Leathes, "Modern Europe", *Cambridge Modern History*, vol. XII, cap. 1. Toynbee, A. J., *Study of History*, vol. IV (C), pp. 142-53. Schuman, F., *International Politics*, liv. I, cap. 2. Clapham, J. H., *Economic Development of France and Germany, 1815-1914*, p. 3. Robbins, L., *The Great Depression* (1934), p. 1. Lipmann, W., *The Good Society*. Cunningham, W., *Growth of English Industry and Commerce in Modern Times*, L. C. A., *Industrial and Commercial Revolutions in Great Britain during the 19th Century* (1927). Carr, E. H., *The 20 Years' Crisis 1919-1939* (1940). Crossman, R. H. S., *Government and the Governed* (1939), p. 225. Hawtrey, R. G., *The Economic Problem* (1925), p. 265.

FERROVIA DE BAGDÁ

Visão do conflito como solucionado pelo acordo anglo-germânico de 15 de junho de 1914: Buell, R. L., *International Relations* (1929). Hawtrey, R. G., *The Economic Problem* (1925). Mowat, R. B., *The Concert of Europe* (1930), p. 313. Stolper, G., *This Age of Fable* (1942). Visão oposta: Fay, S. B., *Origins of the World War*, p. 312. Feis, H., *Europe, The World's Banker, 1870-1914* (1930), pp. 335 e segs.

CONCERTO DA EUROPA

Langer, W. L., *European Alliances and Alignments (1871-1890)* (1931). Sontag, R. J., *European Diplomatic History (1871-1932)* (1933). Onken, H., "The German Empire", *Cambridge Modern History*, vol. XII. Mayer, J. P., *Political Thought* (1939), p. 464. Mowat, R. B., *The Concert of Europe* (1930), p. 23. Phillips, W. A., *The Confederation of Europe 1914* (2ª ed., 1920). Lasswell, H. D., *Politics*, p. 53. Muir,

R., *Nationalism and Internationalism* (1917), p. 176. Buell, R. L., *International Relation* (1929), p. 512.

Ao capítulo 1

2. Cem anos de paz

1. *Os fatos.* As grandes potências da Europa estiveram em guerra umas com as outras durante o século 1815 a 1914, mas somente durante três curtos períodos: durante seis meses em 1859, seis semanas em 1866 e nove meses em 1870-1871. A Guerra da Criméia, que durou exatamente dois anos, teve um caráter periférico e semicolonial, como concordam os historiadores, inclusive Clapham, Trevelyan, Toynbee e Binkley. A propósito, as ações russas em poder de investidores britânicos continuaram a ser negociadas em Londres durante aquela guerra. A diferença básica entre o século XIX e os anteriores é justamente a que existe entre guerras generalizadas ocasionais e a ausência completa de guerras generalizadas. Parece irrelevante, assim, a afirmativa do Major-General Fuller, de que não se passara sequer um ano livre de guerras no século XIX. A comparação feita por Quincy Wright do número de anos de guerra nos vários séculos, independente da diferença entre guerras generalizadas e locais, parece ignorar este ponto significativo.

2. *O problema.* A cessação das guerras comerciais quase constantes entre a Inglaterra e a França, uma fértil fonte de guerras generalizadas, está precisando de uma explicação básica. Ela se liga a dois fatos na esfera da política econômica (a) o fim do velho império colonial, e (b) a era do livre comércio que se transformou na do padrão-ouro internacional. Enquanto decaía rapidamente o interesse nas guerras, com as novas formas de comércio, emergia um novo e positivo interesse na paz em conseqüência da nova moeda internacional e da estrutura de crédito associada ao padrão-ouro. O interesse de todas as economias nacionais se fixava agora na manutenção de moedas estáveis e no funcionamento de mercados mundiais, dos quais dependiam as rendas e o emprego. O expansionismo tradicional foi substituído por uma tendência antiimperialista quase geral das grandes potências até 1880. (Tratamos disto no capítulo dezoito.)

Parece ter ocorrido, porém, um hiato de mais de meio século (1815-1880) entre o período das guerras comerciais, quando se pressupunha, naturalmente, que a política externa se preocupava com o incremento dos negócios lucrativos, e o período seguinte, no qual os interesses dos acionistas estrangeiros e dos investidores diretos eram vistos como preocupação legítima das secretarias do exterior. Durante esse meio século é que se estabeleceu a doutrina de excluir a influência dos interesses comerciais privados na conduta dos assuntos externos. Somente no final desse período é que as chancelarias passaram a admitir novamente essas reivindicações, assim mesmo com rígidas restrições, em deferência à nova tendência da opinião pública. Imaginamos que essa mudança possa ser imputada ao caráter do comércio que, sob as condições vigentes no século XIX, já não dependia mais tão diretamente do poder político para atingir seu objetivo e seu sucesso.

O retorno gradual da influência dos negócios na política externa se deveu ao fato de a moeda internacional e o sistema de crédito terem criado um novo tipo de interesses nos negócios que já transcendia as fronteiras nacionais. Todavia, enquanto esse interesse

era apenas o dos acionistas estrangeiros, os governos se mostravam extremamente relutantes em lhes conceder voz. Durante muito tempo os empréstimos externos foram considerados puramente especulativos, no sentido mais estrito do termo; as rendas eram regularmente investidas em títulos do governo interno. Nenhum governo julgava conveniente apoiar os seus nacionais engajados na tarefa muito arriscada de emprestar dinheiro a governos ultramarinos de reputação duvidosa. Canning rejeitou peremptoriamente a insistência dos investidores, que contavam com o interesse do governo britânico nos seus prejuízos no exterior, e se recusou categoricamente a condicionar o reconhecimento das repúblicas latino-americanas ao fato delas aceitarem as suas dívidas externas. A famosa circular de Palmerston, de 1848, é o primeiro indício de uma mudança nessa atitude, mas essa mudança não chegou muito longe. Os interesses de negócios da comunidade comercial eram de caráter tão amplo que o governo não podia permitir que interesses investidos, de pequena monta, complicassem a administração dos assuntos de um império mundial. A retomada de interesse da política externa nos empreendimentos de negócios no exterior resultou principalmente do fim do livre comércio e do conseqüente retorno aos métodos do século XVIII. Como o comércio tinha agora uma ligação estreita com os investidores externos, já não mais de caráter especulativo mas inteiramente normal, a política externa reverteu às suas linhas tradicionais de se colocar a serviço dos interessses comerciais da comunidade. Não é este último fato que precisava de explicação, mas justamente a falta desse interesse durante o hiato.

Ao capítulo 2

3. Parte-se o fio dourado

A queda do padrão-ouro foi precipitada pela estabilização forçada das moedas. Genebra foi a ponta-de-lança do movimento de estabilização, ao transmitir aos estados financeiramente fracos as pressões exercidas pela City de Londres e pela Wall Street.

O *primeiro* grupo de estados a se estabilizar foi o dos países derrotados, cujas moedas entraram em colapso após a Primeira Guerra Mundial. O *segundo* grupo consistiu nos estados europeus vitoriosos, que só estabilizaram suas próprias moedas depois do primeiro grupo. O terceiro grupo foi o principal beneficiário do interesse no padrão-ouro, os Estados Unidos.

I. PAÍSES DERROTADOS		II. PAÍSES EUROPEUS VITORIOSOS		III. EMPRESTADOR UNIVERSAL	
	Estabilização		*Estabilização*	*Abandono do ouro*	*Abandono do ouro*
Rússia	1923	Grã-Bretanha	1925	1931	EUA 1933
Áustria	1923	França	1926	1936	
Hungria	1924	Bélgica	1926	1936	
Alemanha	1924	Itália	1926	1933	
Bulgária	1925				
Finlândia	1925				
Estônia	1926				
Grécia	1926				
Polônia	1926				

O desequilíbrio do *primeiro* grupo foi sustentado pelo segundo, durante algum tempo. Logo que esse *segundo* grupo também estabilizou sua moeda, foi sua vez de precisar de apoio, e este foi suprido pelo terceiro. Em última instância, foi esse *terceiro* grupo, o dos Estados Unidos, o mais atingido pelo desequilíbrio cumulativo da estabilização européia.

Ao capítulo 2

4. Os balanços do pêndulo após a Primeira Guerra Mundial

O balanço do pêndulo após a Primeira Guerra Mundial foi generalizado e rápido, mas sua amplitude foi pequena. Na grande maioria dos países da Europa Central e Oriental, o período 1918-1923 apenas resultou numa restauração conservadora em seguida a uma república democrática (ou socialista) – a conseqüência da derrota. Alguns anos mais tarde foram estabelecidos governos unipartidários, de modo quase universal, e novamente o movimento foi bastante generalizado.

País	*Revolução*	*Contra-revolução*	*Governo Unipartidário*
Alemanha	Nov. 1918 república social-democrata	1920 república classe média	1933
Áustria	Out. 1918 república social-democrata	1920 república classe média	1934
Bulgária	Out. 1918 reforma agrária radical	1923 contra-revolução fascista	1934
Estônia	1917 república socialista	1918 república classe média	1926
Finlândia	Fev. 1917 república socialista	1918 república classe média	-
Hungria	Out. 1918 república democrática	1919 contra-revolução	-
Iugoslávia	Mar. 1919 soviéticos 1918 federação democrática	1926 estado militar autoritário	1929
Letônia	1917 república socialista	1918 república classe média	1934
Lituânia	1917 república socialista	1918 república classe média	1926
Polônia	1919 república social-democrata	1926 estado autoritário	-
Rumânia	1918 reforma agrária	1926 regime autoritário	-

Ao capítulo 2

5. Finanças e paz

Existe muito pouco material disponível em relação ao papel político da finança internacional no último meio século. O livro de Corti sobre os Rothschilds cobre apenas o período anterior ao Concerto da Europa. Nele não estão incluídas a sua participação nas ações relativas a Suez, a oferta dos Bleichroeders de financiar a indenização da Guerra Francesa de 1871, através da emissão de um empréstimo internacional, as grandes transações ocorridas no período da Ferrovia Oriental. Obras históricas como as de Langer e Sontag dedicam pouca atenção à finança internacional (o último omite a finança na sua enumeração dos fatores de paz). As observações de Leathes na *Cambridge Modern History* constituem quase uma exceção. A crítica liberal independente ora se propunha mostrar a falta de patriotismo dos financistas, ora a sua propensão de apoiar as tendências protecionistas e imperialistas em detrimento do comércio livre, como no caso de escritores tais como Lysis, na França, ou J. A. Hobson, na Inglaterra. As obras marxistas, como os estudos de Hilferding ou Lenin, enfatizavam as forças imperialistas que emanavam dos bancos nacionais e sua ligação orgânica com as indústrias pesadas. Esse argumento, além de se restringir principalmente à Alemanha, deixou necessariamente de abordar os interesses bancários internacionais.

A influência de Wall Street no desenvolvimento da década de 1920 ainda é muito recente para um estudo objetivo. Parece não haver dúvida porém de que, no seu todo, sua influência pesou na balança no lado da moderação e mediação internacional, desde a época dos tratados de paz até o Plano Dawes, o Plano Young e a liquidação das reparações em e depois de Lausanne. A literatura recente tende a isolar o problema dos investimentos privados, como na obra de Staley, que exclui expressamente os empréstimos aos governos, quer feitos por outros governos, quer por investidores privados, uma restrição que praticamente exclui do seu interessante estudo qualquer avaliação mais ampla da finança internacional. O excelente relato de Feis, do qual nos valemos profusamente, cobre mais aproximadamente o assunto como um todo, mas sofre a falta de material autêntico, já que os arquivos da *haute finance* não são acessíveis. A obra valiosa de Earle, Remer e Viner também está sujeita à mesma inevitável limitação.

Ao capítulo 4

6. Referências selecionadas a "sociedades e sistemas econômicos"

O século XIX tentou estabelecer um sistema econômico auto-regulável com a motivação do ganho individual. Constatamos que tal empreendimento era impossível pela própria natureza das coisas. Preocupamo-nos aqui apenas com a visão distorcida da vida e da sociedade implícita numa abordagem como essa. Os pensadores do século XIX presumiam, por exemplo, que era "natural" comportar-se como um comerciante no mercado, e qualquer outro tipo de comportamento seria um comportamento econômico artificial – o resultado de uma interferência nos instintos humanos; que os mercados surgiriam espontaneamente, se se deixassem os homens por sua conta; que qualquer que fosse a desejabilidade de uma tal sociedade, em termos morais, pelo menos a sua praticabilidade se fundamentava nas características imutáveis da raça, e assim por diante. O oposto dessas afirmativas está praticamente implícito no testemunho da pesquisa moderna em várias áreas da ciência social, como a antropologia social, a economia primitiva, a história das primeiras civilizações e a história econômica geral. De fato, não existe qualquer pressuposto antropológico ou sociológico –

explícito ou implícito – contido na filosofia do liberalismo econômico que não tenha sido refutado. Seguem-se algumas citações.

(a) *A motivação do ganho não é "natural" no homem.*

"O aspecto característico da economia primitiva é a ausência de qualquer desejo de obter lucros com a produção ou a troca (Thurn-wald, *Economics in Primitive Communities*; 1932, p. xiii). "Uma outra noção que deve ser abolida de alguns textos didáticos atuais de economia, uma vez por todas, é a do Homem Econômico Primitivo" (Malinowski, *Argonauts of the Western Pacific*, 1930, p. 60). "Temos que rejeitar os *Idealtypen* do liberalismo de Manchester, que não são apenas equivocados teórica mas historicamente" (Brinkmann, "Das soziale System des Kapitalismus", em *Grundriss der Sozialökonomik*, vol. IV, p. 11).

(b) *Contar com o pagamento do trabalho não é "natural" no homem.*

"O ganho, que é muitas vezes o estímulo para o trabalho nas comunidades mais civilizadas, jamais atua como impulso para o trabalho sob as condições nativas originais" (Malinowski, *op. cit.*, p.156). "Não encontramos o trabalho associado à idéia do pagamento em qualquer local de uma sociedade primitiva não-influenciada" (Lowie, "Social Organization", *Encyclopedia of the Social Sciences*, vol. XIV. p. 14). "*Em nenhum lugar* o trabalho é alugado ou vendido" (Thurnwald, *Die menschliche Gesellschaft*, liv. III, 1932, p.169). "O tratamento do trabalho como uma obrigação que não exige compensação..." é geral (Firth, *Primitive Economics of the New Zealand Maori*, 1929). "Mesmo na Idade Média não se ouvia falar em pagamento pelo trabalho dos estranhos." "O estranho não tem qualquer laço de dever *pessoal* e, portanto, ele deve trabalhar pela honra e pelo reconhecimento." Os menestréis, embora fossem estranhos, "aceitavam pagamento e eram desprezados por isto" (Lowie, *op. cit.*).

(c) *Restringir o trabalho ao mínimo inevitável não é "natural" no homem.*

"Não podemos deixar de observar que o trabalho jamais se limita ao mínimo indispensável mas excede a quantidade absolutamente necessária, em virtude de uma necessidade funcional de atividade, natural ou adquirida" (Thurnwald, *Economics*, p. 209). "O trabalho é sempre feito além do estritamente necessário" (Thurnwald, *Die menschliche Gesellschaft*, p. 163).

(d) *Os incentivos habituais do trabalho não são o ganho mas a reciprocidade, a competição, o prazer do trabalho e a aprovação social.*

Reciprocidade: "A maioria, senão todos os atos econômicos pertencem a alguma cadeia de presentes e contrapresentes recíprocos que, a longo prazo, chegam a um equilíbrio e beneficiam igualmente ambos os lados... O homem que desobedecesse persistentemente às regras da lei nas suas transações econômicas logo se veria à margem da ordem social e econômica – e ele está perfeitamente consciente disso" (Malinowski, *Crime and Custom in Savage Society*, 1926, pp. 40-41).

Competição: "A competição é acirrada, a execução, embora uniforme no seu objetivo, é variada por excelência... Uma disputa na excelência da reprodução dos padrões" (Goldenweiser, "Loose Ends of Theory on the Individual, Pattern, and Involution in Primitive Society", em *Essays in Anthropology*, 1936, p. 99). "Os homens se rivalizam

uns com os outros na velocidade, na eficiência e nos pesos que podem levantar quando trazem grandes estacas para o jardim ou quando transportam os inhames colhidos" (Malinowski, *Argonauts*, p. 61).

Prazer do trabalho: "O trabalho por ele mesmo é uma característica constante da indústria Maori" (Firth, "Some Features of Primitive Industry", *E. J.*, vol. I, p. 17). "Dedica-se muito tempo e trabalho para fins estáticos, para arrumar, limpar e retirar todo o entulho dos jardins, para construir cercas refinadas e sólidas, para conseguir estacas de inhame grandes e fortes. É claro que todas essas coisas são importantes para o crescimento da planta, mas não há dúvida também de que os nativos levam sua escrupulosidade além dos limites do puramente necessário" (Malinowski, *op. cit.*, p. 59).

Aprovação social: "A perfeição na jardinagem é o índice geral do valor social da pessoa" (Malinowski, *Coral Gardens and Their Magic*, vol. II, 1935, p.124). "Espera-se que cada pessoa da comunidade mostre uma medida normal de aplicação" (Firth, *Primitive Polynesian Economy*, 1939, p.161). "Os ilhéus Andaman vêem a preguiça como um comportamento anti-social" (Ratcliffe-Brown, *The Andaman Islanders*). "Colocar o trabalho de alguém sob o comando de outro é um serviço social e não apenas um serviço econômico" (Firth, *op. cit.*, p. 303).

(e) *O homem, sempre o mesmo em todas as épocas.*

Linton, em seu *Study of Man*, aconselha cautela contra as teorias psicológicas da determinação da personalidade e afirma que "as observações gerais levam à conclusão de que o gama total desses tipos é bastante semelhante em todas as sociedades... Em outras palavras, logo que ele (o observador) penetra o crivo da diferença cultural, ele descobre que esses povos são basicamente iguais a nós" (p. 484). Thurnwald enfatiza a similaridade dos homens em todos os estágios do seu desenvolvimento: "A economia primitiva, conforme estudada nas páginas precedentes, não se distingue de qualquer outra forma de economia, no que concerne às relações humanas, e se firma nos mesmos princípios gerais da vida social" (*Economics*, p. 288). "Algumas emoções coletivas de natureza elementar são essencialmente as mesmas em todos os seres humanos e respondem pela recorrência de configurações semelhantes em sua existência social" (Sozialpsychische Abläufe im Völkerleben", em *Essays in Anthropology*, p. 383). O livro de Ruth Benedict, *Patterns of Culture*, se baseia, em última instância, num pressuposto similar: "Falei como se o temperamento humano fosse bastante constante no mundo, como se em cada sociedade existisse um potencial disponível para uma distribuição praticamente igual e como se a cultura selecionada a partir daí, segundo seus padrões tradicionais, houvesse moldado a vasta maioria dos indivíduos numa só harmonia. A experiência do transe, por exemplo, de acordo com esta interpretação, é uma potencialidade de certo número de indivíduos em qualquer população. Quando se lhe atribuem honrarias e recompensas, uma proporção considerável alcançá-lo-á ou estimulá-lo-á..." (p. 233). Malinowski assumiu, conseqüentemente, posição semelhante em suas obras.

(f) *Os sistemas econômicos, em regra, estão inseridos nas relações sociais; a distribuição dos bens materiais é assegurada por motivos não-econômicos.*

A economia primitiva é "um assunto social que lida com uma série de pessoas como partes de um todo entrelaçado" (Thurnwald, *Economics*, p. xii). Isto é igualmen-

te verdadeiro no que se refere à riqueza, ao trabalho e à permuta. "A riqueza primitiva não é de natureza econômica mas social" (*ibid.*). A mão-de-obra é capaz de um "trabalho efetivo", porque ela está "*integrada pelas forças sociais num esforço organizado*" (Malinowski, *Argonauts*, p. 157). "A permuta de bens e serviços é levada a efeito dentro de uma parceria constante, ou associada a laços sociais definidos, ou ligada a uma mutualidade em assuntos não-econômicos" (Malinowski, *Crime and Custom*, p. 39).

Os dois princípios mais importantes que governam o comportamento econômico parecem ser a reciprocidade e a *acumulação-com-redistribuição*.

"*Toda a vida tribal é permeada por um constante dar e tomar*" (Malinowski, *Argonauts*, p. 167). "A dádiva de hoje será recompensada pela retomada de amanhã. Esta é a conseqüência do princípio da reciprocidade, que permeia todas as relações da vida primitiva..." (Thurnwald, *Economics*, p. 106). A fim de tornar possível tal reciprocidade, em todas as sociedades selvagens será encontrada uma certa "dualidade" de instituições ou "simetria de estrutura, como base indispensável de obrigações recíprocas" (Malinowski, *Crime and Custom*, p. 25). "Entre os Banaros, a partilha simétrica das suas câmaras de espíritos se baseia na estrutura da sua sociedade, que é igualmente simétrica" (Thurnwald, *Die Gemeinde der Bánaro*, 1921, p. 378).

Thurnwald descobriu que, além desse comportamento recíproco, e às vezes combinado com ele, a prática da acumulação e da redistribuição era a aplicação mais generalizada, desde a tribo caçadora primitiva até os maiores impérios. Os bens eram coletados de forma centralizada e depois distribuídos entre os membros da comunidade, numa grande variedade de formas. Entre os povos micronésios e polinésios, por exemplo, "os reis, como representantes do primeiro clã, recebiam o imposto e redistribuíam-no mais tarde, sob a forma de dádiva, entre a população" (Thurnwald, *Economics*, p. xii). Esta função distributiva é a fonte primordial do poder político dos órgãos centrais (*ibid.*, p. 107).

(g) *A coleta individual de alimentos para uso da própria pessoa e da família não é parte da vida do homem primitivo.*

Os clássicos pressupunham que o homem pré-econômico tinha que tomar conta de si mesmo e da sua família. Esse pressuposto foi revivido por Carl Buecher em sua obra pioneira na virada do século e adquiriu grande notoriedade. A pesquisa recente, porém, unanimemente corrigiu Buecher neste ponto (Firth, *Primitive Economics of the New Zealand Maori*, pp. 12, 206-350; Thurnwald, *Economics*, pp. 170, 268, e *Die menschliche Gesellschaft*, vol. III, p. 146; Herskovits, *The Economic Life of Primitive Peoples*, 1940, p. 34; Malinowski, *Argonauts*, p. 167, pé-de-página).

(h) *A reciprocidade e a redistribuição são princípios de comportamento econômico que se aplicam não apenas a pequenas comunidades primitivas mas também a grandes e poderosos impérios.*

"A distribuição tem a sua própria história particular, a começar da vida mais primitiva das tribos caçadoras" "... O caso é diferente nas sociedades que têm uma estratificação mais recente e mais pronunciada..." "O exemplo mais impressionante é oferecido pelo contato dos pastores com os povos agrícolas." "... As condições nessas sociedades diferem consideravelmente, mas a função distributiva aumenta com o crescente poder político de algumas famílias e a ascensão de déspotas. O chefe recebe os presentes do camponês, que

se tornam agora ' impostos', e os distribui entre seus oficiais, especialmente aqueles ligados à sua corte."

"Esse desenvolvimento implicava sistemas mais complicados de distribuição... Todos os estados arcaicos – a China antiga, o Império dos Incas, os Reinos Indianos, Egito, Babilônia – fizeram uso de moeda metálica para impostos e salários, mas dependiam principalmente dos pagamentos em espécie acumulados em celeiros e depósitos... e distribuídos entre autoridades, guerreiros e classes ociosas, isto é, a parte não-produtiva da população. Neste caso, a distribuição exerce uma função essencialmente econômica" (Thurnwald, *Economics*, pp. 106-8).

"Quando falamos no feudalismo pensamos sempre na Idade Média da Europa... Entretanto, ele é uma instituição que logo fez sua aparição em comunidades estratificadas. O fato de a maioria das transações ser em espécie e dos estratos superiores exigirem toda a terra e o gado, são as causas econômicas do feudalismo..." (*ibid.*, p. 195).

Ao capítulo 5

7. Referências selecionadas à "evolução do padrão de mercado"

O liberalismo econômico funcionou sob a ilusão de que a sua prática e seus métodos representavam o crescimento natural de uma lei geral de progresso. Para fazê-los se acomodar ao padrão, os princípios subjacentes a um mercado auto-regulável foram projetados, em retrospecto, a toda a história da civilização humana. Resultou daí que a verdadeira natureza e origem do comércio, dos mercados e do dinheiro, da vida urbana e dos estados nacionais, foram distorcidas além de todo reconhecimento.

(a) *Os atos individuais de "barganha, permuta, e troca" só são praticados excepcionalmente na sociedade primitiva.*

"A permuta, originalmente, é inteiramente desconhecida. Longe de estar possuído de uma ânsia de permuta, o homem primitivo tem aversão a ela" (Buecher, *Die Entstenhung der Volkswirtschaft*, 1904, p. 109). "É impossível, por exemplo, expressar o valor de um anzol de bonito em termos de quantidade de alimentos, uma vez que tal troca jamais é feita e seria vista como fantástica pelos Tikopia... Cada tipo de objeto é apropriado a um tipo particular de situação social" (Firth, *op. cit.*, p. 340).

(b) *O comércio não surge dentro de uma comunidade; é assunto externo que envolve diferentes comunidades.*

"No seu início, o comércio é uma transação entre grupos étnicos; ele não ocorre entre membros da mesma tribo ou da mesma comunidade, mas é, nas comunidades sociais mais antigas, um fenômeno externo que se dirige apenas às tribos estrangeiras" (M.Weber, *General Economic History*, p. 195). "Embora pareça estranho, o comércio medieval se desenvolveu, desde o princípio, sob a influência do comércio de exportação e não do comércio local" (Pirenne, *Economic and Social History of Medieval Europe*, p. 142). "O comércio a longa distância foi responsável pelo renascimento econômico da Idade Média" (Pirenne, *Medieval Cities*, p. 125).

(c) *O comércio não depende de mercados; ele surge de empreendimentos unilaterais, pacíficos ou não.*

Thurnwald estabeleceu o fato de que as formas mais antigas de comércio consistiam simplesmente em procurar e transportar objetos a distância. Trata-se, na sua essência, de uma expedição de caça. Se a expedição é guerreira, como na caça ao escravo ou na pirataria, depende principalmente da resistência encontrada (*op.cit.*, pp. 145, 146). "A pirataria foi a iniciadora do comércio marítimo entre os gregos da era homérica, como entre os Vickings nórdicos; durante muito tempo as duas vocações se desenvolveram em consonância" (Pirenne, *Economic and Social History*, p. 109).

(d) *A presença ou ausência de mercados não é uma característica essencial; os mercados locais não têm tendência a crescer.*

"Os sistemas econômicos que não possuem mercados não precisam ter quaisquer outras características em comum, nesse sentido" (Thurn-wald, *Die menschliche Gesellschaft*, vol. III, p. 137). Nos mercados primitivos "somente quantidades definidas de objetos definidos podiam ser permutadas umas pelas outras" (*ibid.*, p. 137). "Thurnwald merece um apreço especial pela sua observação de que o dinheiro e o comércio primitivos são essencialmente de significado social ao invés de econômico" (Loeb, "The Distribution and Function of Money in Early Society", em *Essays in Anthropology*, p. 153). Os mercados locais não se desenvolveram a partir do "comércio armado" ou da "permuta silenciosa", ou outras formas de comércio externo, mas a partir da "paz" mantida num local de reunião, com o propósito limitado da troca entre vizinhos. "O objetivo do mercado local era oferecer as provisões necessárias à vida diária da população estabelecida no distrito. Isto explica o fato de elas ocorrerem semanalmente, o círculo muito limitado da sua atração, e a restrição da sua atividade a pequenas operações a varejo" (Pirenne, *op. cit.*, cap. 4, "Commerce to the End of the Twentieth Century", p. 97). Mesmo em época posterior os mercados locais não revelaram qualquer tendência ao crescimento, em contraste com as feiras: "O mercado supria as necessidades da localidade e a ele compareciam apenas os habitantes das vizinhanças; suas mercadorias eram produtos do campo e utensílios da vida cotidiana" (Lipson, *The Economic History of England*, 1935, vol. I, p. 221). O comércio local "começou a se desenvolver como uma ocupação auxiliar dos camponeses e pessoas empenhadas na indústria doméstica e em ocupações gerais ou sazonais..." (Weber, *op. cit.*, p. 195). "Seria natural supor, à primeira vista, que uma classe de mercadores crescesse pouco a pouco no seio da população agrícola. Nada, porém, dá credibilidade a essa teoria" (Pirenne, *Medieval Cities*, p. 111).

(e) *A divisão do trabalho não se origina do comércio ou da troca mas de fatos geográficos, biológicos e outros, não econômicos.*

"A divisão do trabalho não resulta, definitivamente, de uma economia complicada, como afirmam as teorias racionalistas. Ela se deve principalmente às diferenças fisiológicas de sexo e idade" (Thurnwald, *Economics*, p. 212). "Praticamente a única divisão de trabalho que existe é entre homens e mulheres" (Herskovits, *op. cit.*, p. 13). Uma outra forma na qual a divisão do trabalho pode surgir de fatos biológicos é no caso da simbiose de diferentes grupos étnicos. "Os grupos étnicos se transformam em grupos profissionais-sociais" através da formação de "uma camada superior" na sociedade. "Cria-se, assim, uma organização baseada, de um lado, nas contribuições e serviços da classe dependente e, de outro, no poder de distribuição que possuem os chefes de famílias do estrato dominante" (Thurnwald, *Economics*, p. 86). Encontramos aqui uma das origens do estado (Thurnwald, *Sozial-psyschische Abläufe*, p. 387).

(f) *O dinheiro não é uma invenção decisiva; sua presença ou ausência não precisa fazer qualquer diferença essencial no tipo de economia.*

"O simples fato de uma tribo usar dinheiro diferencia-se muito pouco, economicamente, de outras tribos que não o utilizam" (Loeb, *op. cit.*, p. 154). "Se o dinheiro é usado, sua função é muito diferente daquela que exerce em nossa civilização. Ele nunca deixa de ser um material concreto e jamais se transforma numa representação de valor inteiramente abstrata" (Thurnwald, *Economics*, p. 107). As dificuldades da permuta não desempenharam qualquer papel na "invenção" do dinheiro. "Esta visão antiquada dos economistas clássicos é totalmente contrária às investigações etnológicas" (Loeb, *op. cit.*, p. 167, pé-de-página 6). Em razão da utilidade específica das mercadorias que funcionam como dinheiro, assim como seu significado simbólico como atributos de poder, não é possível ver "a posse econômica de um ponto de vista racionalista unilateral" (Thurnwald, *Economics*). O dinheiro pode ser usado, por exemplo, apenas para o pagamento de salários e impostos (*ibid.*, p. 108), ou ele pode ser usado para comprar uma mulher, como dinheiro de sangue, ou como multa. "Podemos ver, assim, que, nestes exemplos de condições pré-estatais, a avaliação dos objetos de valor resulta da quantidade das contribuições costumeiras, da posição ocupada pelos personagens mais importantes e da relação concreta que eles assumem com referência às pessoas comuns das diversas comunidades" (Thurnwald, *Economics*, p. 263).

O dinheiro, como os mercados, é principalmente um fenômeno externo e seu significado para a comunidade é determinado basicamente pelas relações comerciais. "A idéia do dinheiro (é) introduzida, habitualmente, do exterior" (Loeb, *op. cit.*, p. 156). "A função do dinheiro como meio geral de troca se originou no comércio exterior (Weber, *op. cit.*, p. 238).

(g) *O comércio externo não foi originalmente um comércio entre indivíduos mas entre coletividades.*

O comércio é um "empreendimento grupal"; ele se refere a "artigos obtidos coletivamente". Sua origem está nas "viagens comerciais coletivas". "O princípio da coletividade faz sua aparição nos preparativos dessas expedições que têm, muitas vezes, o caráter de comércio exterior" (Thurnwald, *Economics*, p. 145). "De qualquer forma, o comércio mais antigo é uma relação de troca entre tribos estranhas" (Weber, *op. cit.*, p. 195). O comércio medieval não foi, enfaticamente, um comércio intercomunal ou intermunicipal" (Ashley, *An Introduction to English Economic History and Theory*, Parte I, "The Middle Ages", p. 102).

(h) *O campo foi isolado do comércio na Idade Média.*

"Até e durante o decurso do século XV as cidades foram os únicos centros de comércio e indústria, numa extensão tal que não lhes permitia escapar para o campo aberto" (Pirenne, *Economic and Social History*, p. 169). "A luta contra o comércio rural e contra o artesanato rural durou pelo menos setecentos ou oitocentos anos" (Heckscher, *Mercantilism*, 1935, vol. I, p. 129). "A severidade dessas medidas aumentou com a ampliação do 'governo democrático'..." "Durante todo o século XIV eram

enviadas expedições armadas contra todas as aldeias da vizinhança e todos os teares e tinas eram quebrados ou levados embora"(Pirenne, *op. cit.*, p. 211).

(i) *Não havia comércio indiscriminado entre uma e outra cidade na Idade Média.*

O comércio intermunicipal implicava relações preferenciais entre cidades particulares ou grupos de cidades, como por exemplo a Hansa de Londres e a Hansa teutônica. A reciprocidade e a retaliação eram os princípios que governavam as relações entre essas cidades. No caso do não-pagamento de dívidas, por exemplo, os magistrados da cidade credora podiam se dirigir aos da devedora e exigir que a justiça fosse feita da mesma maneira como desejariam que seu povo fosse tratado "e ameaçando fazer represálias contra o povo daquela cidade, se o débito não fosse pago" (Ashley, *op. cit.*, Parte I, p. 109).

(j) *O protecionismo nacional era desconhecido.*

"Para propósitos econômicos, é quase desnecessário distinguir países diferentes uns dos outros no século XIII, pois havia muito menos barreiras ao intercâmbio social nos limites da Cristandade, do que as que encontramos hoje em dia" (Cunningham, *Western Civilization in Its Economic Aspects*, vol. I, p. 3). Até o século XV não havia tarifas entre fronteiras políticas. "Antes dessa época não há qualquer prova do mínimo desejo de favorecer o comércio nacional protegendo-o da competição estrangeira" (Pirenne, *Economic and Social History*, p. 92). O comércio "internacional" era livre em todas as transações (Power e Postan, *Studies in English Trade in the Fifteenth Century*).

(k) *O mercantilismo impôs um comércio mais livre às cidades e províncias dentro das fronteiras nacionais.*

O primeiro volume do *Mercantilism* de Heckscher (1935) tem o título *Mercantilismo como Sistema Unificador*. Assim, o mercantilismo "opôs-se a tudo que limitava a vida econômica a um local particular e obstruía o comércio dentro das fronteiras do estado" (Heckscher, *op. cit.*, vol II, p. 273). "Ambos os aspectos da política municipal, a supressão do campo rural e a luta contra a competição das cidades estrangeiras, estavam em conflito com os objetivos econômicos do estado" (*ibid.*, vol. I, p. 131). "O mercantilismo 'nacionalizou' os países através da ação do comércio, que estendeu as práticas locais a todo o território do estado" (Pantlen, "Handel", em *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*, vol. VI, p. 281). "A competição foi freqüentemente patrocinada pelo mercantilismo, de forma artificial, a fim de organizar mercados com a regulação automática da oferta e da procura" (Heckscher). O primeiro autor moderno a reconhecer a tendência liberalizante do sistema mercantil foi Schmoller (1884).

(l) *A regulação medieval teve muito sucesso.*

"A política das cidades na Idade Média foi, provavelmente, a primeira tentativa na Europa Ocidental, após o declínio do Velho Mundo, de regular a sociedade no seu setor econômico, de acordo com princípios sólidos. A tentativa foi coroada de um sucesso incomum... O liberalismo econômico ou o *laissez-faire*, na época da sua supremacia incontestável, talvez seja um tal exemplo mas, quanto à sua duração, o liberalismo foi um episódio pequeno, evanescente, em comparação com a tenacidade persistente da política das cidades" (Heckscher, *op. cit.*, p. 139)." Eles a atingiram através de um sistema de regulações, tão maravilhosamente adaptado a seu propósito que pode ser considerado uma obra-prima da sua espécie... A economia da cidade era digna da arquitetura gótica que foi sua contemporânea" (Pirenne, *Medieval Cities*, p. 217).

(m) *O mercantilismo estendeu as práticas municipais ao território nacional.*

"O resultado seria uma política de cidade ampliada para uma área maior – uma espécie de política municipal, superimposta numa base estatal" (Heckscher, *op. cit.*, vol. I, p. 131).

(n) *Mercantilismo, uma política muito bem-sucedida.*

"O mercantilismo criou um sistema magistral de desejo-satisfação, complexo e elaborado" (Buecher, *op. cit.*, p. 159). Foi "tremendo" o alcance dos *Reglements*, de Colbert, que exigia uma alta qualidade na produção como um fim em si mesmo (Heckscher, *op. cit.*, vol. I, p. 166). "A vida econômica em escala nacional foi principalmente o resultado da centralização política" (Buecher, *op. cit.*, p. 157). O sistema regulador do mercantilismo tem a seu crédito "a criação de um código de trabalho e uma disciplina de trabalho muito mais estritos do que aqueles produzidos pelo estreito particularismo dos governos das cidades medievais, com suas limitações morais e tecnológicas" (Brink-mann, "Das soziale System des Kapitalismus", em *Grundriss der Sozia-lökonomik*, vol. IV).

Ao capítulo 7

8. Literatura sobre Speenhamland

Somente no princípio e no final da era do capitalismo liberal encontramos uma conscientização da importância decisiva da Speenhamland, Tanto antes como depois de 1834 existiam, naturalmente, referências constantes ao "sistema de abonos" e à "má administração da Poor Law", as quais, porém não datavam da Speenhamland de 1795, mas do Gilbert's Act, de 1782, e as verdadeiras características do sistema Speenhamland não estavam claramente definidas na mentalidade pública.

E nem hoje elas estão. Ainda se considera que ela significou simplesmente uma assistência indiscriminada ao povo. Na verdade, ela foi algo inteiramente diferente, isto é, um abono salarial sistemático. Os contemporâneos só reconheceram parcialmente que tal prática colidia frontalmente com os princípios da Lei Tudor, e não compreenderam, de forma alguma, que ela era inteiramente incompatível com o sistema salarial emergente. Quanto aos efeitos práticos, não se observou até muito tarde que, em conjunção com as Anti-Combination Laws, 1799-1800 – ela tendia a rebaixar os salários e tornar-se um subsídio para os patrões.

Os economistas clássicos jamais pararam para investigar os detalhes do "sistema de abonos", como fizeram no caso do aluguel e da moeda. Eles juntaram todas as formas de abono e assistência externa com as Poor Laws, e fizeram pressão para a sua revogação total. Nem Townsend, Malthus, ou Ricardo defenderam a reforma da Poor Law; eles apenas exigiram a sua revogação. Só Bentham, que havia feito um estudo sobre o assunto, foi, nesse sentido, menos dogmático do que os outros. Burke e ele

compreenderam aquilo que Pitt não havia visto: que o princípio verdadeiramente vicioso era o do abono salarial.

Engels e Marx não fizeram qualquer estudo sobte a Poor Law. Poder-se-ia imaginar que nada lhes seria mais conveniente do que demonstrar o pseudo-humanitarismo de um sistema reputado como a serviço da fantasia dos pobres, enquanto de fato reduzia seus salários abaixo do nível de subsistência (ajudado poderosamente, nesse sentido, por uma lei especial anti-sindicalista) e manejava o dinheiro público entregando-o aos ricos para que pudessem ganhar mais dinheiro com os pobres. Na época deles, a New Poor Law era o inimigo, e tanto Cobbett como os cartistas tendiam a idealizar a antiga Poor Law. Além disso, Engels e Marx estavam justamente convencidos de que, se o capitalismo estava se implantando, era inevitável a reforma da Poor Law. Assim, eles deixaram de lado não apenas alguns pontos de debate de primeira classe, mas também o argumento com o qual a Speenhamland reforçaria o seu sistema teórico, a saber, de que o capitalismo não poderia funcionar sem um mercado livre de trabalho.

Harriet Martineau utilizou profusamente as clássicas passagens do Poor Law Report (1834) nas suas sombrias descrições das conseqüências da Speenhamland. Os Goulds e os Barings, que financiaram os pequenos e suntuosos volumes nos quais ela se propôs a esclarecer os pobres sobre a inevitabilidade da sua miséria – ela estava profundamente convencida de que ela era inevitável e que só o conhecimento das leis da economia política faria com que tolerassem melhor a sua sorte – não poderiam ter encontrado um defensor mais sincero do seu credo e mais bem informado no seu todo. (*Illustrations to Political Economy*, 1831, vol III; também *The Parish* e *The Hamlet* em *Poor Law and Paupers*, 1834). Seu *Thirty Years' Peace, 1816-1846* foi composto num ambiente refinado e revelou mais simpatia pelos cartistas do que pela memória do seu mestre. Bentham (vol. III, p. 489, e vol. IV, p. 453). Ela concluiu a sua crônica com esta significativa passagem: "Temos agora os melhores cérebros e corações ocupados com a grave questão dos direitos do trabalho, com alertas impressionantes que nos surgem do exterior de que eles não podem ser negligenciados sob o risco da penalidade mínima de arruinar a todos. Será possível que a solução não possa ser encontrada? Esta solução pode até ser o fato central do próximo período da história britânica e então, melhor do que agora, pode parecer que na sua preparação se firma o principal interesse da Paz dos Trinta Anos precedente". Esta foi uma profecia de ação retardada. A questão do trabalho deixou de existir no período seguinte da história britânica, mas retornou na década de 1970 e, meio século mais tarde, ela significou "ruína para todos". Obviamente, era mais fácil discernir na década de 1840 do que na década de 1940 que as origens daquela questão repousavam nos princípios que governavam a Poor Law Reform Act.

Durante todo o período vitoriano, e mesmo depois, nenhum filósofo ou historiador se ocupou da insignificante economia da Speenhamland. Entre os três historiadores do benthamismo, Sir Leslie Stephen não se preocupou em pesquisar os detalhes; Elie Halevy, o primeiro a reconhecer o papel fundamental da Poor Law na história do radicalismo filosófico, tinha apenas as noções mais nebulosas sobre o assunto. No terceiro relato, de Dicey, a omissão é ainda mais marcante. Sua incomparável análise das relações entre a lei e a opinião pública trataram o *laissez-faire* e o "coletivismo" como a trama e a urdidura do tecido. Ele acreditava que o próprio padrão se originava das tendências industriais e de negócios da época, isto é, das instituições que modelavam a vida econômica. Ninguém poderia ter enfatizado mais fortemente do que Dicey o

dominante papel desempenhado pelo pauperismo na opinião pública, nem a importância da Poor Law Reform no sistema total da legislação benthamita. No entanto, ele estava perplexo com a importância central atribuída à Poor Law Reform pelos benthamitas em seu esquema legislativo e acreditava, de fato, que o encargo dos impostos sobre a indústria era o ponto em questão. Historiadores do pensamento econômico, do porte de um Schumpeter ou Mitchell, analisaram os conceitos dos economistas clássicos sem fazer qualquer referência às condições da Speenhamland.

Com as conferências de A. Toynbee (1881), a Revolução Industrial se tornou um tema da história econômica; Toynbee fez o socialismo Tory responsável pela Speenhamland e seu "princípio de proteção aos pobres pelos ricos". Nessa época, William Cunningham voltou-se para o mesmo assunto e ele reviveu como por milagre; mas foi apenas uma voz ressoando na selva. Embora Mantoux (1907) recebesse o benefício da obra-prima de Cunningham (1881), ele se referiu à Speenhamland como apenas "uma outra reforma" e, curiosamente, creditou-a com o efeito de "caçar os pobres para o mercado de trabalho" (*The Industrial Revolution in the Eighteenth Century*, p. 438). Beer, cuja obra foi um monumento ao primitivo socialismo inglês, quase não mencionou a Poor Law.

A Speenhamland só foi redescoberta quando os Hammonds (1911) conceberam a visão de uma nova civilização prenunciada pela Revolução Industrial. Para eles ela constituía uma parte da história social, não da econômica. Os Webbs (1927) prosseguiram esse trabalho levantando a questão das precondições política e econômica da Speenhamland, conscientes do fato de que estavam lidando com as origens dos problemas sociais da nossa própria época.

J. H. Clapham tentou construir um caso contra o que pode ser chamado de abordagem institucionalista da história econômica, representada por Engels, Marx, Toynbee, Cunningham, Mantoux e, mais recentemente, pelos Hammonds. Ele se recusava a considerar o sistema Speenhamland como uma instituição e discutia-o simplesmente como um traço da "organização agrária" do país (vol. I, cap. 4). Isto não era suficiente, já que foi precisamente o fato de ela se estender às cidades que derrubou o sistema. Ele também isolou o tema salarial dos efeitos da Speenhamland sobre os impostos e discutiu este último como "Atividades Econômicas do Estado". Isto foi artificial e omitiu a economia da Speenhamland do ponto de vista da classe dos patrões, que se beneficiou com os salários baixos tanto ou mais do que perdia com os impostos. O respeito consciencioso de Clapham pelos fatos porém compensou seu maltrato à instituição. O efeito decisivo dos "cercamentos de guerra", na área em que foi introduzido o sistema Speenhamland, assim, como o grau verdadeiro a que os salários reais foram reduzidos por esse sistema foram revelados pela primeira vez por ele.

A total incompatibilidade da Speenhamland com o sistema salarial só era relembrada permanentemente na tradição dos liberais econômicos. Só eles compreenderam que, num sentido amplo, cada forma de proteção do trabalho implicava algo do princípio de intervencionismo da Speenhamland. Spencer fez a acusação de "salários feitos" (como era chamado o sistema de abonos na sua parte do país) contra qualquer prática coletivista, termo esse que ele não encontrou dificuldade em aplicar à educação pública, à habitação, à provisão de terrenos para recreação, e assim por diante. Dicey, em 1913, resumiu a sua crítica ao Old Age Pensions Act (Lei da Aposentadoria dos Velhos) (1908) nas palavras: "Em essência, isto nada

mais é que uma nova forma de assistência externa aos pobres." Ele duvidava que os liberais econômicos jamais tivessem uma possibilidade de atingir sucesso com a sua política. "Algumas de suas propostas jamais foram levadas a efeito; a assistência externa, por exemplo, jamais foi revogada." Se esta era a opinião de Dicey, era apenas natural que Mises sustentasse "que, enquanto se pagar o benefício-desemprego, o desemprego deve existir" (*Liberalisms*, 1927, p. 74); e que "a assistência aos desempregados provara ser uma das armas mais efetivas de destruição" (*Socialism*, 1927, p. 484; *Nationalökonomie*, 1940, p. 720). Walter Lippmann, em seu *Good Society* (1937), tentou dissociar-se de Spencer, mas apenas para invocar Mises. Ele e Lippmann espelhavam a reação liberal ao novo protecionismo das décadas de 1920 e 1930. É fora de dúvida que muitos aspectos da situação relembravam agora a Speenhamland. Na Áustria, o benefício-desemprego vinha sendo subsidiado por um Tesouro falido; na Grã-Bretanha, o "benefício-desemprego ampliado" não se distinguia do "donativo"; na América do Norte haviam sido lançados os WPA e PWA. Foi em vão que Sir Alfred Mond, presidente da Imperial Chemical Industries, defendeu, em 1926, a idéia de que os empregadores britânicos deviam receber subsídios do fundo de desemprego para "compor" os salários e assim ajudar o incremento do emprego. Tanto no que se refere ao tema do desemprego, quanto ao tema da moeda, o capitalismo liberal, em seus estertores mortais, enfrentava os mesmos problemas ainda não solucionados, a herança que arrastava desde os seus primórdios.

Literatura contemporânea sobre pauperismo e a Old Poor Law

Acland, *Compulsory Saving Plans* (1786).

Anônimo, *Considerations on Several Proposals Lately Made for the Better Maintenance of the Poor*. Com um apêndice (2ª ed., 1752).

Anônimo, *A New Plan for the Better Maintenance of the Poor of England* (1784).

An Address to the Public da Philanthropic Society, instituída em 1788 para a Prevenção de Crimes e Reformas dos Criminosos Pobres (1788).

Applegarth, Rob., *A Plea for the Poor* (1790).

Belsham, Will, *Remarks on the Bill for the Better Support and Maintenance of the Poor* (1797).

Bentham, J., *Pauper Management Improved* (1802).

—. *Observation on the Restrictive and Prohibitory Commercial System* (1821).

—. *Observations on the Poor Bill, introduced by the Right Honorable William Pitt*; escrito em fevereiro de 1797.

Burke, E., *Thoughts and Details on Scarcity* (1795).

Cowe, James, *Religious and Philanthropic Trusts* (1797).

Crumple, Samuel, M. D., *An Essay on the Best Means of Prividing Employment for the People* (1793).

Defoe, Daniel, *Giving Alms No Charity, and Employing the Poor a Grievance to the Nation* (1704).

Dyer, George, *A Dissertation on the Theory and Practice of Benevo-lence* (1795).

—. *The Complaints of the Poor People of England* (1792).

Eden, *On the Poor* (1797), 3 vols.

Gilbert, Thomas, *A Plan for the Better Relief and Employment of the Poor* (1781).

Godwin, William, *Thoughts Occasioned by the Perusal of Dr. Parr's Spiritual Sermon, Preached at Christ Church April 15, 1800* (Londres, 1801).

Hampshire, *State of the Poor* (1795).

Hampshire Magistrate (E. Poulter), *Comments on the Poor Bill* (1797).

Howlett, Rev. J., *Examination of Mr. Pitt's Speech* (1796).

James, Isaac, *Providence Displayed* (Londres, 1800) p. 20.

Jones, Edw., *The Prevention of Poverty* (1796).

Luson, Hewling, *Inferior Politics: or Considerations on the Wretched-ness and Profligacy of the Poor* (1786).

M'Farlane, John, D. D., *Enquiries Concerning the Poor* (1782).

Martineau, H., *The Parish* (1833).

—. *The Hamlet* (1833).

—. *The History of the Thirty Years' Peace* (1849), 3 vols.

—. *Illustrations of Political Economy* (1832-34), 9 vols.

Massie, J., *A Plan...Penitent Prostitutes. Foundling Hospital, Poor and Poor Laws* (1758).

Nasmith, James, D. D., *A Charge, Isle of Ely* (1799).

Owen, Robert, *Report to the Comitteee of the Association for the Relief of the Manufacturing and Labouring Poor* (1818).

Paine, Th., *Angrarian Justice* (1797).

Pew, Rich., *Observations* (1783).

Pitt, Wm. Morton, *An Address to the Landed Interest of the defic. of Habitation and Fuel for the Use of the Poor* (1797).

Plan of a Public Charity, A (1790), "On Starving", um *sketch*.

First Report da Sociedade para a Melhoria das Condições e Aumento do Conforto dos Pobres.

Second Report da Sociedade para a Melhoria das Condições e Au-mento do Conforto dos Pobres (1797).

Ruggles, Tho., *The History of the Poor* (1793), 2 vols.

Sabatier, Wm., Esq., *A Treatise on Poverty* (1797).

Saunders, Robert, *Observations*.

Sherer, Rev. J. G., *Present State of the Poor* (1796).

Spitalfields Institution, *Good Meat Soup* (1799).

St. Giles in the Field, Vestry of the United Parishes of, *Criticism of "Bill for the Better Support and Maintenance of the Poor"* (1797).

Suffolk, Gentlemann, *A Letter on the Poor Rates and the High Price of Provisions* (1795).

[Townsend, Wm.], *Dissertation on the Poor Laws 1786 by A Well-Wisher of Mankind.*

Vancouver, John, *Causes and Production of Poverty* (1796).

Wilson, Rev. Edw., *Observations on the Present State of the Poor* (1795).

Wood, J., *Letter to Sir William Pulteney* (on Pitt's Bill) (1797).

Young, Sir W., *Poor Houses and Work-houses* (1796).

ALGUMAS OBRAS MODERNAS

Ashley, Sir W. J., *An Introduction to English Economic History and Theory* (1931).

Belasco, Ph. S., "John Bellers 1654-1725", *Economics*, junho, 1925.

—. "The Labour Exchange Idea in the 17th Century", *Ec. J.*, vol. I, p. 275.
Blackmore, J. S. e Mellonie, F. C., *Family Endowment and the Birthrate in the Early 19th Century*, vol. I.
Clapham, J. H., *Economic History of Modern Britain*, vol. I, 1926.
Marshall, Dorothy, "The Old Poor Law, 1662-1795", *The Ec. Hist. Rev.*, vol VIII, 1937-38, p. 38.
Palgrave's *Dictionary of Political Economy*, Art. "Poor Law", 1925.
Webb, S. e B., *English Local Government*, vols. 7-9, "Poor Law History", 1927-29.
Webb, Sidney, " Social Movements", *C. M. H.*, vol. XII, pp. 730-65.

Ao capítulo 7

9. Speenhamland e Viena

O que primeiro chamou a atenção do autor para o estudo da Speenhamland e seus efeitos sobre os economistas clássicos foi a situação social e econômica, muito sugestiva, que se desenvolveu na Áustria após a Grande Guerra.

Aqui, num ambiente puramente capitalista, uma municipalidade socialista estabelecera um regime intransigentemente atacado pelos liberais econômicos. Não há dúvida de que algumas das políticas intervencionistas postas em prática pela municipalidade eram incompatíveis com o mecanismo de uma economia de mercado. Todavia, os argumentos puramente econômicos não exauriam um tema que era primordialmente social e não econômico.

Foram os seguintes os fatos mais importantes em relação a Viena. Durante a maior parte dos quinze anos que se seguiram à Primeira Grande Mundial, 1914-1918, o seguro-desemprego na Áustria era fortemente subsidiado pelos fundos públicos, ampliando, assim, indefinidamente, a assistência externa. Os aluguéis eram fixados numa fração mínima do seu nível anterior e a municipalidade de Viena construiu grandes conjuntos habitacionais, em base não-lucrativa, levantando o capital exigido através de impostos. Embora não fossem concedidos abonos salariais, as amplas provisões de serviços sociais, apesar de modestas, poderiam fazer baixar acentuadamente os salários, não fosse o desenvolvimento de um movimento sindical que encontrou apoio, naturalmente, na ampliação do benefício-desemprego. Do ponto de vista econômico, um sistema como esse era anormal, certamente. Os aluguéis, restritos a um nível não-remunerador, eram incompatíveis com o sistema vigente de empresa privada, principalmente a construção civil. Durante os primeiros anos, ainda, a proteção social no país empobrecido interferiu com a estabilidade da moeda – as políticas inflacionária e intervencionista caminhavam lado a lado.

Como a Speenhamland, Viena eventualmente sucumbiu sob o ataque de forças políticas poderosamente sustentadas por argumentos puramente econômicos. Os levantes políticos de 1832 na Inglaterra e 1934 na Áustria se destinavam a liberar o mercado de trabalho da intervenção protecionista. Nem a aldeia do proprietário fundiário, nem a classe trabalhadora de Viena podiam se isolar indefinidamente do seu meio ambiente.

E, no entanto, havia uma grande diferença entre os dois períodos intervencionistas. A aldeia inglesa, em 1795, tinha que ser abrigada contra uma desarticulação provocada pelo progresso econômico – o tremendo avanço das manufaturas urbanas. A classe trabalhadora industrial de Viena, em 1918, tinha que ser protegida contra os efeitos do retrocesso econômico resultante da guerra, da derrota, e do caos industrial. A Speenhamland levou, eventualmente, a uma crise da organização do trabalho que abriu caminho para uma nova era de prosperidade, enquanto a vitória de *Heimwehr* na Áustria foi parte de uma catástrofe total do sistema nacional e social.

O que queremos enfatizar aqui é a enorme diferença no efeito cultural e moral dos dois tipos de intervenção: a tentativa da Speenhamland de impedir a chegada de uma economia de mercado, e a experiência de Viena, tentando transcender totalmente tal economia. Enquanto a Speenhamland causou um verdadeiro desastre ao povo comum, Viena alcançou um dos mais espetaculares triunfos culturais da história ocidental. O ano de 1795 levou a uma degradação sem precedentes das classes trabalhadoras, que foram impedidas de atingir o novo status de operários industriais. Em 1918 teve início uma ascensão moral e intelectual, igualmente sem precedentes, na situação de uma classe operária industrial altamente desenvolvida que, protegida pelo sistema de Viena, suportou os efeitos degradantes de uma grave distorção econômica e atingiu um nível jamais superado pela massa popular em qualquer sociedade industrial.

É claro que isto se deveu aos aspectos sociais do assunto, distintos do econômico. Mas será que os economistas ortodoxos apreenderam devidamente a economia do intervencionismo? Os liberais econômicos argumentavam que o regime de Viena era uma nova "má administração da Poor Law", um outro "sistema de abonos", que precisava de uma boa vassourada dos economistas clássicos. Mas será que esses mesmos pensadores não se equivocavam com as condições comparativamente duradouras criadas pela Speenhamland? Eles estavam certos, muitas vezes, em relação ao futuro que sua profunda perspicácia ajudara a moldar, mas estavam completamente errados em relação à sua própria época. A pesquisa moderna comprovou que eles não mereceram sua reputação de um sólido julgamento prático. Malthus se enganou redondamente em relação às necessidades do seu tempo; se seus alertas tendenciosos sobre superpopulação tivessem dando resultado com as noivas às quais ele se dirigia pessoalmente, isto "poderia ter abatido o progresso econômico na sua trilha" diz T. H. Marshall. Ricardo desvirtuou os fatos da controvérsia monetária, assim como o papel do Banco da Inglaterra, e deixou de apreender as verdadeiras causas da depreciação da moeda que, como sabemos hoje, consistiam basicamente em pagamentos políticos e dificuldades de transferência. Se fosse seguido o seu conselho sobre o Bullion Report, a Grã-Bretanha teria perdido a guerra napoleônica e "o Império não existiria hoje".

Assim, a experiência de Viena e suas semelhanças com a Speenham-land, que fez alguns se voltarem para os economistas clássicos, levou muitos outros a duvidar deles.

Ao capítulo 8

10. Por que não o Whitbread's Bill?

A única alternativa à política Speenhamland parece ter sido o Whitbread's Bill apresentado no inverno de 1795. Ele exigia a extensão do Statute of Artificers de

1563, de forma a incluir a fixação de salários mínimos com avaliações anuais. Tal medida, argumentava seu autor, manteria a regra elisabetana da avaliação salarial, ampliando-a dos salários máximos para os mínimos, e impedindo a fome no campo. Isto sem dúvida atenderia às necessidades de uma emergência, e vale a pena observar que os membros representantes de Suffolk, por exemplo, apoiaram o Whitbread's Bill, da mesma forma como seus magistrados já haviam endossado o princípio da Speenhamland numa reunião a qual o próprio Arthur Young esteve presente. Para os leigos não parecia existir uma grande diferença entre as duas medidas, o que não é de se surpreender. Cento e trinta anos mais tarde, quando o Plano Mond (1926) propôs a utilização do fundo de desemprego para suplementar os salários na indústria, o público ainda achava difícil compreender a decisiva diferença econômica entre a ajuda ao desempregado e o abono salarial para o empregado.

Em 1795, porém, a escolha era entre salários mínimos e abonos salariais. A diferença entre as duas políticas pode ser mais bem aquilatada relacionando-as à abolição simultânea do Act of Settlement de 1662. A revogação desse decreto criou a possibilidade de um mercado de trabalho nacional, cujo principal propósito era permitir que os salários "encontrassem seu próprio nível". A tendência do Whitbread's Minimum Wage era contrária à abolição do Act of Settlement, enquanto a tendência da Speenhamland Law não era. Ampliando a aplicação da Poor Law de 1601, em vez de o Statute of Artificers de 1563 (conforme sugerira Whitbread), os proprietários rurais reverteram ao paternalismo basicamente apenas em relação à aldeia, e de forma tal que envolvesse um mínimo de interferência com o jogo do mercado, *enquanto tornava inoperante o mecanismo de fixação salarial*. Jamais se admitiu abertamente que esta assim chamada aplicação da Poor Law era, na realidade, a destruição total do princípio elisabetano do trabalho obrigatório.

Para os patrocinadores da Speenhamland Law, as considerações pragmáticas eram primordiais. O Rev. Edward Wilson, cônego de Windsor e juiz de paz por Berkshire, e que talvez tenha sido o proponente da lei, deu sua opinião num panfleto no qual se declarava categoricamente a favor do *laissez-faire*. "O trabalho, como qualquer coisa que se leva ao mercado, encontrou seu nível em todas as épocas sem a interferência da lei", disse ele. Teria sido mais apropriado para um magistrado inglês dizer que, ao contrário, em nenhuma época o trabalho encontrou seu nível sem a intervenção da lei. Entretanto, prosseguia o cônego Wilson, as cifras mostraram que os salários não aumentavam tão depressa quanto o preço do trigo e, portanto, ele respeitosamente submetia à consideração da magistratura "uma medida para o *quantum* de assistência a ser dispensado aos pobres". A assistência chegava a cinco shillings por semana para uma família de marido, mulher e filho. Um "anúncio" do seu prospecto dizia: "o conteúdo do tratado a seguir foi apresentado na reunião do condado em Newbury, em 6 de maio último". A magistratura, como sabemos, foi além do cônego: ela concedeu, unanimemente, uma tabela de cinco shillings e seis pences.

Ao capítulo 13

11. As "duas nações" de Disraeli e o problema das raças de cor

Diversos autores insistiram na semelhança entre os problemas coloniais e os do capitalismo primitivo. Entretanto, eles não acompanharam a analogia na sua outra

forma, isto é, não aclararam as condições das classes mais pobres da Inglaterra de há um século, para retratá-las como realmente eram – os destribalizados e degradados nativos da sua época.

O motivo por que essa semelhança óbvia passou despercebida é a nossa crença ao preconceito liberalista, que deu proeminência indevida aos aspectos econômicos daqueles processos que eram basicamente não-econômicos. De fato, nem a degradação racial em algumas áreas coloniais de hoje, nem a desumanização análoga do povo trabalhador de um século atrás eram econômicas na sua essência.

(a) *O contato cultural destrutivo não é basicamente um fenômeno econômico.*

A maioria das sociedades nativas sofre agora um processo de transformação rápido e forçado, só comparável às mudanças violentas de uma revolução, diz L. P. Mair. Embora as motivações dos invasores sejam definitivamente econômicas e o colapso da sociedade primitiva seja causado, certamente, pela destruição das suas instituições econômicas, o fato mais saliente é que as *novas instituições econômicas deixam de ser assimiladas pela cultura nativa* e esta se desintegra, conseqüentemente, e não é substituída por qualquer outro sistema de valores coerente.

A primeira entre as tendências destrutivas inerentes às instituições ocidentais é a "paz numa vasta área", que abala "a vida do clã, a autoridade patriarcal, o treinamento militar da juventude; ela é praticamente proibitiva para a migração de clãs ou tribos" (Thurnwald, *Black and White in East Africa; The Fabric of a New Civilization*, 1935, p. 394)."A guerra devia dar um entusiasmo à vida nativa do qual ela muito carece nestes tempos de paz..." A proibição da luta diminui a população, já que a guerra fazia muito poucas baixas, e sua ausência significa a perda de costumes e cerimônias vitalizantes, com a conseqüente monotonia e apatia perniciosas à vida da aldeia (F. E. Williams, *Depopulation of the Suan District*, 1933, "Anthropology" Report, nº 13, p. 43). Comparemos com isto a "existência saudável, animada, excitada" do nativo em seu ambiente cultural tradicional (Goldenweiser, *Loose Ends*, p. 99).

Nas palavras de Goldenweiser, o perigo real está num "intermédio cultural" (Goldenweiser, *Anthropology*, 1937, p. 429). Neste ponto existe praticamente uma unanimidade. "As antigas barreiras se desintegram e não se oferecem quaisquer outras novas linhas de direção" (Thurnwald, *Black and White*, p. 111). "Manter uma comunidade na qual a acumulação de bens é vista como anti-social e integrar a mesma com a cultura branca contemporânea é tentar harmonizar dois sistemas institucionais incompatíveis" (Wissel em Introdução a M. Mead, *The Changing Culture of an Indian Tribe*, 1932). "Os imigrantes portadores de cultura podem conseguir extinguir uma cultura aborígine, e no entanto podem falhar tanto em extinguir quanto em assimilar seus portadores" (Pitt-Rivers, "The Effect on Native Races of Contact with European Civilization", em *Man*, vol. XXVII, 1927). Ou, na frase pungente de Lesser sobre mais uma vítima da civilização industrial: "De uma maturidade cultural como Pawnee eles foram reduzidos à infância cultural como homens brancos" (*The Pawnee Ghost Dance Hand Game*, p. 44).

Esta condição de morto-vivo não é devida à exploração econômica, no sentido aceito de que a exploração significa uma vantagem econômica de uma das partes à custa da outra, embora ela esteja com certeza intimamente ligada às mudanças nas condições econômicas referentes ao cultivo da terra, guerra, casamento, e assim por diante, cada uma das quais afeta um grande número de hábitos sociais, costumes e tra-

dições de todos os tipos. Quando uma economia monetária é introduzida à força em regiões esparsamente habitadas da África Ocidental, não é a insuficiência dos salários que resulta no fato de os nativos "não poderem comprar alimentos para substituir aqueles que não foram plantados, pois ninguém dispõe de um excedente de alimentos para lhes vender" (Mair, *An African People in the Twentieth Century*, 1934, p. 5). Suas instituições envolvem uma escala de valores diferentes; eles são ao mesmo tempo parcimoniosos e não têm mentalidade de mercado. "Eles pedirão o mesmo preço quando o mercado está provido e quando há grande escassez e, no entanto, eles viajarão grandes distâncias, com considerável perda de tempo e energia, para economizar uma pequena soma em suas compras" (Mary H. Kingsley, *West African Studies*, p. 339). Uma elevação de salários leva ao absenteísmo, muitas vezes. Fala-se que os índios Zapotec, em Tehuantepec, trabalhavam praticamente a metade quando recebiam 50 centavos ou 25 centavos por dia. Este paradoxo foi bastante generalizado durante os dias iniciais da Revolução Industrial na Inglaterra.

O índice econômico das taxas populacionais não nos é de mais utilidade do que os salários. Goldenweiser confirma a famosa observação feita por Rivers, na Melanésia, de que os nativos culturalmente destituídos podem estar "morrendo de tédio". F. E. Williams, ele mesmo um missionário que trabalhava naquela região, escreve que a "influência do fator psicológico na taxa de mortalidade" é inteiramente compreensível. "Muitos observadores chamaram a atenção para a notável facilidade e presteza com que o nativo pode morrer." "A restrição aos interesses e atividades anteriores parece fatal a seu espírito. O resultado é que o poder de resistência do nativo é destruído e ele é facilmente atacado por qualquer tipo de doença" (*op. cit.*, p. 43). Isto nada tem a ver com a pressão do desejo econômico. "Assim, uma taxa extremamente alta de crescimento natural tanto pode ser um sintoma de vitalidade cultural como de degradação cultural" (Frank Lorimer, *Observations on the Trend of Indian Population in the United States*, p. 11).

A degradação cultural só pode ser interrompida por medidas sociais desproporcionais aos padrões econômicos de vida, como a restauração da posse da terra tribal ou o isolamento da comunidade da influência dos métodos capitalistas do mercado. "Separar o índio da sua terra foi o ÚNICO *golpe mortal*", escreve John Collier em 1942. O General Allotment Act (Lei do Loteamento Geral), de 1887, "individualizou" a terra dos índios; a desintegração da sua cultura que daí resultou representou a perda de cerca de 3/4, ou noventa milhões de acres, dessa terra. O Indian Reorganization Act (Lei de Reorganização Índia), de 1934, reintegrou as possessões tribais e salvou a comunidade índia, *revitalizando a sua cultura.*

A mesma estória nos vem da África. Formas de posse da terra constituem o centro de interesse, porque é delas que depende mais diretamente a organização social. O que aparece como conflitos econômicos – impostos e aluguéis elevados, baixos salários – são quase que exclusivamente formas veladas de pressão para induzir os nativos a abandonar sua cultura tradicional e compeli-los a se ajustarem aos métodos da economia de mercado, i.e., a trabalhar por salários e comprar seus bens no mercado. Foi no decorrer de um processo semelhante que algumas tribos nativas, como os cafres e aqueles que haviam migrado para a cidade, perderam suas virtudes ancestrais e tornaram-se uma turba inepta, "animais semidomesticados", entre eles vagabundos, ladrões e prostitutas – uma instituição antes desconhecida por eles – assemelhando-se à massa da população pauperizada da Inglaterra nas décadas 1795-1834.

(b) *A degradação humana das classes trabalhadoras sob o capitalismo primitivo foi o resultado de uma catástrofe social não-mensurável em termos econômicos.*

Já em 1816 Robert Owen observava, a respeito dos seus próprios trabalhadores, que "qualquer que fosse o salário que recebiam, como massa eles devem ser infelizes..." (*To the British Master Manufacturers*, p. 146). É preciso lembrar que Adam Smith já esperava que os trabalhadores afastados da terra perdessem todo o interesse intelectual. M'Farlane também estava certo de "que o conhecimento da escrita e das contas tornar-se-á cada dia menos freqüente entre o povo comum" (*Enquiries Concerning the Poor*, 1782, pp. 249-50). Uma geração mais tarde, Owen atribuiu a degradação dos trabalhadores à "negligência na infância" e ao "excesso de trabalho", o que os tornava "incompetentes, por ignorância, a fazer bom uso dos salários elevados, quando conseguiam obtê-los". Ele próprio pagava-lhes salários baixos mas elevava seu status criando para eles, artificialmente, um ambiente cultural inteiramente novo. Os vícios que se desenvolveram na massa do povo foram, em geral, os mesmos que caracterizaram as populações de cor rebaixadas pelo contato cultural desintegrador: dissipação, prostituição, roubo, falta de parcimônia e previdência, preguiça, baixa produtividade do trabalho, falta de auto-respeito e de perseverança. A difusão da economia de mercado destruía o tecido tradicional da sociedade rural, a comunidade aldeã, a família, as antigas formas de posse da terra, os costumes e os padrões que sustentavam a vida dentro de um arcabouço cultural. A proteção dispensada pela Speenhamland apenas piorou as coisas. Na década de 1830 a catástrofe social do povo comum era tão completa como a dos cafres hoje em dia. Único e sozinho, um eminente sociólogo negro, Charles S. Johnson, inverteu a analogia entre o rebaixamento racial e a degradação de classe, aplicando-a desta vez à última: "Na Inglaterra, onde, incidentalmente, a Revolução Industrial era mais adiantada do que no resto da Europa, o caos social, que se seguiu à drástica reorganização econômica, converteu as crianças empobrecidas naquelas 'peças' que os escravos africanos se tornaram, mais tarde... As desculpas para o sistema de servidão infantil foram quase idênticas àquelas do comércio escravagista" ("Race Relations and Social Change", em E. Thompson, *Race Relations and the Race Problem*, 1939, p. 274).

Nota adicional

12. Poor Law e a organização do trabalho

Nenhuma pesquisa foi feita, ainda, em relação às implicações mais amplas do sistema Speenhamland, suas origens, seus efeitos e as razões que levaram à sua descontinuidade abrupta. Eis aqui alguns dos pontos envolvidos.

1. *Em que extensão a Speenhamland foi uma medida de guerra?*

Do ponto de vista estritamente econômico, a Speenhamland não pode ser considerada verdadeiramente uma medida de guerra, como se afirma muitas vezes. Dificilmente os contemporâneos associavam a condição dos salários a uma emergência de guerra. Na medida em que houve um aumento notório nos salários, *o movimento já começara antes da guerra.* A *Carta Circular* de Arthur Young, de 1795, desti-

nada a apurar os efeitos do fracasso das colheitas nos preços do trigo, continha (ponto IV) esta questão: "Qual foi o aumento (se é que houve) no pagamento dos trabalhadores agrícolas, em comparação com o período anterior?" Caracteristicamente, seus correspondentes não atribuíram qualquer significado definido à frase "período anterior". As referências alcançavam um período de três a cinqüenta anos. Elas incluíam os seguintes períodos de tempo:

3 anos	J. Boys, p. 97
3-4 anos	J. Boys, p. 90
10 anos	Relatórios de Shropshire, Middlesex, Cambridgeshire
10-15 anos	Sussex e Hampshire
10-15 anos	E. Harris.
20 anos	J. Boys, p. 86.
30-40 anos	William Pitt
50 anos	Rev. J. Howlett

Ninguém estabeleceu o período em dois anos, duração da Guerra Francesa, que havia começado em fevereiro de 1793. Com efeito, nenhum correspondente mencionou sequer a guerra.

Incidentalmente, a forma habitual de tratar do aumento do pauperismo causado por uma colheita má e condições adversas de clima, e que resultavam em desemprego, consistia em (1) subscrições locais de donativos e distribuição gratuita ou a preços reduzidos de alimentos e combustível; (2) arranjar empregos. Os salários não eram normalmente afetados; durante uma emergência similar, em 1788-1789, conseguiu-se arranjar mais empregos locais, mas com salários *mais baixos* do que as taxas normais. (Cf. J. Harvey, "Worcestershire", em *Ann. of Agr.*, vol. XII, p. 132, 1789. Também E. Holmes, "Cruckton", *l.c.*, p.196.)

Presumiu-se, não obstante, com uma certa boa vontade, que a guerra exerceu pelo menos uma influência indireta na adoção do recurso da Speenhamland. De fato, duas fraquezas do sistema de mercado, que se difundia rapidamente, vinham sendo agravadas pela guerra e contribuíam para a situação a partir da qual surgiu a Speenhamland: (1) a tendência dos preços do trigo que flutuarem, (2) os efeitos deletérios que os tumultos acarretavam nessas flutuações. O mercado do trigo, só recentemente liberado, não podia suportar a tensão da guerra e as ameaças de bloqueio. E nem o mercado do trigo estava à prova do pânico causado pelo hábito dos tumultos que assumiam, agora, uma importância sinistra. Sob o chamado sistema regulativo, "o tumulto ordenado" era visto pelas autoridades centrais mais ou menos como um *indicador* de escassez local que deveria ser tratado com brandura; agora ele era denunciado como uma *causa* da escassez e como um perigo econômico para toda a comunidade, não apenas para os pobres. Arthur Young publicou um alerta no seu "Conse-qüências dos tumultos devidos aos altos preços dos produtos alimentícios" e Hannah More ajudou a divulgar opiniões semelhantes em um dos seus poemas didáticos, intitulado "The Riot, or, Half a loaf is better than no bread"("O tumulto, ou metade de um pão é melhor que nenhum") (para ser cantado com a melodia de "A Cobbler there was"). Sua resposta às donas de casa apenas colocou em rima aquilo que Young expressara como diálogo fictício: "Ficaremos quietos até morrer de fome? Certamente que não – vocês devem reclamar; mas reclamar e agir de maneira

tal a não agravar o próprio mal." Ele insistia que não havia o menor perigo de inanição "*desde que fiquemos livres dos tumultos*". Havia bons motivos de preocupação, pois o abastecimento do trigo era muito sensível ao pânico. Além disso, a Revolução Francesa dava uma conotação ameaçadora até mesmo aos tumultos ordenados. Embora o receio de um aumento de salários fosse, sem dúvida, a causa econômica da Speenhamland, pode-se dizer que, no que concerne à guerra, as implicações da situação eram muito mais sociais e políticas do que econômicas.

2. *Sir William Young e o relaxamento do Act of Settlement.*

Duas medidas incisivas da Poor Law datam de 1795: a Speenhamland e o relaxamento da "servidão paroquial". É difícil acreditar que houve aqui uma simples coincidência. No que diz respeito à mobilidade do trabalho, o resultado dessas medidas foi contraditório, até certo ponto. Enquanto a última tornou mais atrativo para o trabalhador sair em busca de emprego, a primeira fez disso um imperativo menos premente. Nos termos convenientes de "empurrar" e "puxar", às vezes utilizados nos estudos da migração, enquanto o "puxar" do local de destino aumentava, o "empurrar" da aldeia natal diminuía. O perigo de um deslocamento da mão-de-obra rural em grande escala, como resultado da revisão da lei de 1662, foi sem dúvida mitigado pela Speenhamland. Do ângulo da administração da Poor Law, as duas medidas eram francamente complementares. O relaxamento da lei de 1662 envolvia um risco que essa lei se destinava a evitar, isto é, a inundação das paróquias "melhores" pelos pobres. Isto teria realmente acontecido se não fosse a Speenhamland. Os contemporâneos fizeram poucas referências a respeito, o que não é de surpreender quando se recorda que a própria lei de 1662 foi promulgada praticamente sem discussão pública. Todavia, a convicção devia estar presente na mente de Sir William Young quando patrocinou, por duas vezes, as duas medidas em conjunto. Em 1795, ele defendeu a emenda do Act of Settlement e foi também o impulsionador do projeto de 1796, através do qual o princípio da Speenhamland foi incorporado à lei. Numa ocasião anterior, em 1788, ele já havia pedido a decretação das duas medidas, mas sem sucesso. Ele adiara a revogação do Act of Settlement praticamente nos mesmos termos que em 1795, mas patrocinou, ao mesmo tempo, uma medida de assistência aos pobres que propunha estabelecer um salário compatível com o nível de vida: dois terços desse salário seriam custeados pelo empregador e um terço pelos impostos (Nicholson, *History of the Poor Laws*, vol. II). Todavia, foi preciso ocorrer mais um fracasso nas colheitas, além da Guerra Francesa, antes que esses princípios prevalecessem.

3. *Efeitos dos salários urbanos elevados sobre a comunidade rural.*

O "puxar" da cidade provocou uma elevação nos salários rurais e, ao mesmo tempo, tendeu a esvaziar o campo da sua reserva de mão-de-obra agrícola. Dessas duas calamidades estreitamente ligadas, a última era a mais significativa. A existência de uma reserva de mão-de-obra adequada era vital para a indústria agrícola, que precisava de mais braços na primavera e em outubro do que durante os meses fracos do inverno. Ora, numa sociedade tradicional, de estrutura orgânica, a disponibilidade dessa reserva de mão-de-obra não é simplesmente um caso de nível salarial, mas sim da estrutura institucional que determina o status da parte mais pobre da população. Em quase todas as sociedades conhecidas encontramos disposições legais ou costumeiras que mantêm os trabalhadores rurais à disposição do proprietário de terra para emprego no auge da demanda.

Eis aqui o ponto crítico da situação criada na comunidade rural pela elevação dos salários urbanos, quando o status cedeu lugar ao *contractus*. Antes da Revolução Industrial havia importantes reservas de mão-de-obra no campo: a indústria doméstica mantinha o homem ocupado no inverno e disponível para os trabalhos nos campos, ao lado de sua mulher, durante a primavera e o outono. O Act of Settle-ment praticamente impunha ao pobre a servidão paroquial, tornando-o dependente, portanto, dos fazendeiros locais. Havia ainda diversas outras formas pelas quais a Poor Law transformava a mão-de-obra residente em trabalhador maleável, como o imposto do trabalho, o recrutamento ou o sistema de rodízio. Pelos regulamentos das várias Houses of Industry, um indigente podia ser castigado não só pelo arbítrio dos dirigentes mas até em segredo. Às vezes, as pessoas que procuravam assistência podiam ser detidas e encaminhadas ao albergue se as autoridades que tinham o direito de entrar no local de recolhimento durante o dia achassem que ele "passava necessidades e devia ser assistido" (31 Geo. III, *c.*, 78). A taxa de mortalidade desses albergues era assustadora. Acrescentemos a isto as condições do campônio da fronteira norte, que era pago em espécie, e obrigado a ajudar no campo em qualquer ocasião, assim como as múltiplas dependências implícitas na situação do agregado e as formas precárias da posse da terra por parte dos pobres, e aí então se pode avaliar em que medida um exército de reserva latente de mão-de-obra dócil estava à disposição dos empregadores rurais. Assim, à parte o tema salarial, havia o tema da manutenção de uma mão-de-obra agrícola de reserva satisfatória. A importância relativa desses dois termos pode ter variado em diferentes períodos. Enquanto a introdução da Speenhamland estava intimamente ligada ao receio dos fazendeiros em relação aos aumentos salariais, e enquanto a rápida difusão do sistema de abonos durante os anos posteriores à depressão agrícola (depois de 1815) foi determinada, provavelmente, pela mesma causa, a insistência quase unânime da comunidade agrícola, no início da década de 1930, sobre a necessidade de manter o sistema de abonos se deveu não ao medo dos aumentos salariais mas à preocupação quanto a um abastecimento satisfatório da mão-de-obra em disponibilidade. Todavia, essa última consideração não devia estar afastada da mentalidade desses fazendeiros em qualquer época, principalmente durante o longo período de prosperidade excepcional (1792-1813), quando o preço médio do trigo estava em ascensão e superava em muito o aumento do preço do trabalho. A preocupação permanente subjacente à Speenhamland não era quanto aos salários e sim quanto ao suprimento de mão-de-obra.

Pode parecer um tanto artificial tentar distinguir entre esses dois conjuntos de motivações, uma vez que um aumento nos salários deveria atrair um maior fornecimento de mão-de-obra. Em alguns casos, porém, existe prova positiva a respeito de qual das duas preocupações era mais importante para os fazendeiros.

Primeiro, existe ampla evidência de que, mesmo no caso do pobres residentes, os fazendeiros se mostravam hostis a qualquer forma de emprego extra que diminuísse a disponibilidade do trabalhador para um emprego agrícola ocasional. Uma das testemunhas do Relatório de 1834 acusava os residentes pobres de "pescarem arenques e cavalas e ganharem uma libra por semana enquanto suas famílias ficam aos cuidados da paróquia. Quando regressam, são geralmente enviados à prisão, mas eles não se importam enquanto podem sair outra vez para fazer esse trabalho bem pago..." (p. 33). É por isto, reclama a mesma testemunha, que "os fazendeiros muitas vezes não

conseguem um número suficiente de trabalhadores para o trabalho da primavera e de outubro" (Relatório de Henry Stuart, Apêndice A, Parte I, p. 334a).

Em segundo lugar, havia a questão crucial dos loteamentos. Os fazendeiros eram unânimes em afirmar que somente um pedaço de terra próprio manteria um homem e sua família afastado dos impostos assistenciais. Entretanto, nem mesmo o encargo desses impostos induzi-los-ia a concordar com qualquer forma de loteamento que tornasse os pobres residentes menos dependentes do trabalho agrícola ocasional.

Este ponto merece atenção. Em 1833, a comunidade agrícola se colocou solidamente a favor da manutenção da Speenhamland. Citamos alguns trechos do relatório dos Poor Law Commissioners: O sistema de abonos significava "mão-de-obra barata, colheitas mais expeditas"(Power). "Sem o sistema de abonos os fazendeiros talvez não pudessem continuar a cultivar o solo" (Cowell). "Os fazendeiros gostam que seus homens sejam pagos através do livro de pobres" (J. Mann). "Não acredito que os grandes fazendeiros em particular queiram vê-los (os impostos) reduzidos. Enquanto os impostos estão aí, eles podem conseguir quantos braços extras queiram e, quando começa a chover, eles os devolvem novamente à paróquia..." (testemunho de um fazendeiro). Os membros do conselho paroquial são "avessos a qualquer medida que torne o trabalhador independente da assitência paroquial, pois esta, mantendo-se dentro dos seus limites, o tem sempre sob as suas ordens quando um trabalho urgente o exige". Eles declaram que "salários altos *e* trabalhadores livres iriam esmagá-los" (Pringle). Opunham-se obstinadamente a todas as propostas de conceder loteamentos aos pobres, o que redundaria na independência deles. Estes lotes, que poderiam salvá-los da miséria e mantê-los com decência e auto-respeito, dar-lhes-ia também a independência, retirando-os das fileiras do exército de reserva exigido pela indústria agrícola. Majendie, um defensor dos loteamentos, recomendava lotes de 1/4 de acre, pois qualquer coisa acima disso deixaria "os ocupantes da terra temerosos de tornar os trabalhadores independentes". Power, outro partidário dos loteamentos, confirma esta opinião. "De uma forma geral, os fazendeiros objetam contra a introdução dos loteamentos" disse ele. "Eles se ressentem de partilhar o que possuem; têm que ir muito mais longe para conseguir adubo e objetam contra a crescente independência dos seus trabalhadores". Okeden propôs loteamentos de 1/16 de acre pois, diz ele, "isto preencheria exatamente o tempo disponível da mesma forma que a roca e o fuso, o tear e as agulhas de tricô" usadas na atividade plena da indústria doméstica familiar!

Tudo isto deixa pouca margem de dúvida a respeito da verdadeira função do sistema de abonos, do ponto de vista da comunidade agrícola, que era assegurar uma reserva agrícola de pobres residentes, disponível em qualquer oportunidade. A propósito, foi assim que a Speenhamland criou uma aparência de população rural excedente quando, na realidade, não havia nenhuma.

4. *O sistema de abonos nas cidades industriais.*

A Speenhamland foi uma medida destinada basicamente a aliviar as dificuldades rurais. Isto não implicava uma restrição às aldeias, pois as cidades-mercado também pertenciam ao campo. No início da década de 1930, na área típica da Speenhamland, a maioria das cidades introduzira o sistema de abonos propriamente dito. O condado de Hereford, por exemplo, classificado como "bom" do ponto de vista de excedente populacional, revelou que seis entre oito cidades seguiam o método da Speenhamland

(quatro "definitivamente", quatro "provavelmente"), enquanto o Sussex "mau" mostrava que das doze cidades relacionadas três não seguiam o método Speenhamland e nove o seguiam no sentido estrito do termo.

A situação era muito diferente nas cidades industriais do norte e do nordeste. Até 1834 o número de pobres dependentes era consideravelmente menor nas cidades industriais do que no campo, onde, mesmo antes de 1795, a proximidade das manufaturas tendia a aumentar muito o número de indigentes. Em 1789, o Rev. John Howlett argumentava convincentemente contra o "erro popular de considerar a proporção de pobres nas cidades grandes e nas cidades manufatureiras populosas maior do que nas simples paróquias, pois o caso é exatamente o oposto" (*Annals of Agriculture*, vol. XI, p. 6, 1789).

Não se conhece, infelizmente, a situação exata das novas cidades industriais. A Poor Law Commissioners parecia perturbada pelo perigo supostamente iminente da difusão dos métodos Speenhamland às cidades manufatureiras. Reconhecia-se que os "condados nortistas estão menos infectados por ele", mas afirmava-se ainda "que mesmo nas cidades ele era utilizado em grau acentuado". Os fatos não o comprovam. É verdade que em Manchester ou Oldham se concedia assistência ocasional a pessoas em boa saúde e pleno emprego. Em Preston, numa reunião de pagadores de impostos, assim escreveu Henderson, um indigente foi citado como "tendo seu salário reduzido de uma libra para dezoito shillings semanais depois que ingressou na paróquia". Os distritos de Salford, Padiham e Ulverston também foram classificados como praticantes "regulares" do método do abono salarial. O mesmo se refere a Wigan, no que concerne aos tecelões e fiandeiros. Em Nottingham, as meias eram vendidas abaixo do preço de custo "com lucro" para o fabricante, obviamente em função dos subsídios salariais pagos pelos impostos. Henderson, reportando-se a Preston, já previa que esse sistema nefasto "se insinuaria e aliciaria os interesses privados em sua defesa". Segundo o relatório da Poor Law Commissioners, o sistema prevalecia menos nas cidades apenas "porque os capitalistas manufatureiros constituem uma pequena proporção dos pagadores de impostos e, conseqüentemente, têm menos influência nos conselhos paroquiais do que os fazendeiros no campo".

Todavia, isto parece ter ocorrido a curto prazo; a longo prazo é provável que outros motivos passaram a prevalecer contra a aceitação geral do sistema de abono por parte dos empregadores industriais.

Um deles foi a ineficiência da mão-de-obra indigente. A indústria de algodão funcionava principalmente à base do trabalho por peças ou trabalho-tarefa, como era chamado. Ora, mesmo na agricultura "os pensionistas e os ineficientes da paróquia" trabalhavam tão mal que "4 ou 5 deles correspondiam a um na tarefa-trabalho" (Select Committee on Laborers' Wages, H. of C. 4, VI, 1824, p. 4). O relatório da Poor Law Commissioners observava que o trabalho por peça podia permitir a utilização do método Speenhamland, sem destruir, necessariamente, "a eficiência do trabalhador manufatureiro"; o fabricante podia "obter mão-de-obra realmente barata". O fato, porém, é que os baixos salários do trabalhador agrícola não implicavam necessariamente em mão-de-obra barata, pois a ineficiência do trabalhador podia pesar mais para o patrão do que o baixo preço da sua mão-de-obra.

Um outro fator que fazia o *entrepreneur* se voltar contra o sistema Speenhamland era o perigo dos competidores, que podiam produzir a um custo-salário consideravelmente mais baixo em função do abono salarial. Esta ameaça não perturbava o fazendeiro que vendia para um mercado irrestrito, mas podia perturbar muito o proprietário da fábrica urbana. O relatório da P. L. C. argumentava que "um fabricante Macclesfield pode se encontrar em situação de insolvência e arruinar-se em conseqüência da má administração da Poor Law em Essex". William Cunningham viu a importância do decreto de 1834, principalmente no seu efeito "nacionalizante" sobre a administração da Poor Law, removendo um sério obstáculo no caminho do desenvolvimento dos mercados nacionais.

Uma terceira objeção à Speenhamland, a que talvez tivesse maior peso nos círculos capitalistas, foi a sua tendência de afastar a "massa vasta e inerte da mão-de-obra redundante"(Redford) do mercado de trabalho urbano. No final da década de 1920, era grande a demanda de mão-de-obra por parte dos fabricantes urbanos. Os sindicatos profissionais de Doherty deram origem a uma inquietação em grande escala; este foi o início do movimento owenita que levou às maiores greves e *lock-outs* que a Inglaterra já havia experimentado.

Do ângulo dos empregadores, portanto, três fortes argumentos atuaram contra a Speenhamland, em última instância: seu efeito deletério sobre a produtividade do trabalho; sua tendência a criar custos diferenciais entre várias partes do país; seu estímulo dos "poços estagnados de mão-de-obra" (Webb) no campo, sustentando o monopólio da mão-de-obra dos pequenos trabalhadores urbanos. Nenhuma dessas condições importaria muito ao empregador individual, ou até mesmo a um grupo local de empregadores. Elas podiam ser superadas facilmente pelas vantagens do baixo custo da mão-de-obra, não apenas para garantir lucros como também para ajudá-los a competir com os fabricantes de outras cidades. Todavia, os *entrepreneurs* como classe teriam opinião muito diferente no decorrer do tempo, quando compreenderam que aquilo que beneficiava o empregador isolado ou grupos de empregadores constituía um perigo para eles coletivamente. De fato, foi a ampliação do sistema de abono às cidades industriais nortistas, no início da década de 1930, embora de forma atenuada, que consolidou as opiniões contra a Speenhamland e levou a uma reforma em escala nacional.

A evidência aponta para uma política urbana dirigida, mais ou menos conscientemente, para a formação de um exército industrial de reserva nas cidades, principalmente para poder fazer face às agudas flutuações da atividade econômica. Nesse sentido, não havia muita diferença entre cidade e campo. Assim como as autoridades da aldeia preferiam os impostos altos a salários altos; as autoridades urbanas não estavam dispostas a devolver o indigente não-residente a seu local de origem. Havia uma espécie de competição entre empregadores rurais e urbanos pela partilha do exército de reserva. Foi somente durante a severa e prolongada depressão, em meados da década de 1940, que se tornou impraticável favorecer a reserva de mão-de-obra à custa dos impostos. Mesmo assim, os empregadores rurais e urbanos se comportaram de modo semelhante: a ampla remoção dos pobres das cidades industriais teve seu paralelo no "esvaziamento da aldeia" por parte dos proprietários de terra, com o objetivo, em ambos os casos, de diminuir o número de pobres residentes (cf. Redford, p. 111).

5. O primado da cidade contra o campo

De acordo com nosso pressuposto, a Speenhamland foi um movimento de proteção da comunidade rural em face da ameaça representada por um ascendente nível salarial urbano. Isto envolve o primado da cidade contra o campo, no que diz respeito

ao ciclo comercial. Este pode ter sido o caso em pelo menos um exemplo – o da depressão de 1837-1845. Uma investigação estatística cuidadosa, feita em 1847, revelou que a depressão começou nas cidades industriais do noroeste, depois se espalhou para os condados agrícolas, mas a recuperação destes só ocorreu depois das cidades industriais. As cifras revelaram que "a pressão, que caiu primeiro sobre os distritos manufatureiros, só foi retirada dos distritos agrícolas por último". Os distritos manufatureiros eram representados, na investigação, pelo Lancashire e o West Riding de Yorkshire, com uma população de 201.000 (em 584 Poor Law Unions), enquanto os distritos agrícolas eram formados por Northum-berland, Norfolk, Suffolk, Cambridgeshire, Bucks, Herts, Berks, Wilts e Devon, com uma população de 208.000 (igualmente distribuída em 584 Poor Law Unions). Nos distritos manufatureiros a reação começou em 1842, com uma diminuição no ritmo de aumento do pauperismo de 29,37% para 16,72% seguido por um decréscimo positivo, em 1843, de 29,80% em 1844 de 15,26% e em 1845 de mais 12,24%. Num contraste marcante com esta situação, a reação nos distritos agrícolas só começou em 1845, com um decréscimo de 9,08%. Em cada um dos casos foi calculada a proporção de despesa *per capita* da Poor Law, e computada para cada condado e ano separadamente (J.T. Danson, "Condition of the People of the U.K., 1839-1847", *Journ. of Stat. Soc.*, vol XI, p. 101, 1848).

6. *Despovoamento e superpopulação do campo*

A Inglaterra foi o único país da Europa com uma administração uniforme do trabalho na cidade e no campo. Os estatutos de 1563 ou de 1662 eram obrigatórios tanto nas paróquias rurais como urbanas, e os juízes de paz administravam a lei, da mesma forma, em todo o país. Isto se deveu tanto à industrialização prematura do campo como à subseqüente industrialização dos sítios urbanos. Em conseqüência, não houve uma ruptura administrativa entre a organização do trabalho na cidade e no campo, como ocorreu no continente. Isto explica também a peculiar facilidade com que a mão-de-obra parecia fluir da aldeia para a cidade e vice-versa. Evitaram-se assim dois dos aspectos mais calamitosos da demografia continental – isto é, o súbito despovoamento do campo pela migração da aldeia para a cidade e a irreversibilidade desse processo de migração que acarretou o desenraizamento daquelas pessoas que foram trabalhar na cidade. Landflucht foi o nome dado a esse esvaziamento cataclísmico do campo, terror da comunidade agrícola na Europa Central desde a segunda metade do século XIX. Na Inglaterra, ao contrário, encontramos algo parecido com uma oscilação da população entre o emprego urbano e rural. Era como se grande parte da população estivesse em estado de suspensão, uma circunstância que tornava muito difícil, se não impossível, o movimento de migração interna. Devemos relembrar, ainda, a configuração do país, com seus portos ubíquos, que tornava a migração a longa distância praticamente desnecessária, e então se torna perfeitamente compreensível o fácil ajustamento da Poor Law às exigências da organização do trabalho. Muitas vezes a paróquia rural pagava assistência externa a indigentes não-residentes que se empregavam numa cidade não muito distante, enviando o dinheiro da assistência a seu local de domicílio. Por outro lado, as cidades manufatureiras também pagavam com freqüência a assistência aos pobres residentes, não estabelecidos na cidade. Remoções em massa, como as efetuadas pelas autoridades urbanas em 1841-1843, foram muito excepcionais. Das 12.628 pessoas pobres removidas nessa ocasião, de 19 cidades manufatureiras do norte, somente 1% tinha sua localização em nove distritos agrícolas, de acordo com Redford. (Se os nove "distritos agrícolas típicos", selecionados por Danson em 1848, são substituídos pelos condados de Redford, o resultado varia só ligeiramente, i.e., de 1% para 1,3%). Como Redford demonstrou, ocorreu muito pouca migração a longa distância, e grande parte do exército de reserva do trabalho foi conservada à disposição dos empregadores através dos métodos assistenciais liberais na aldeia e na cidade manufatureira. Não é de admirar, que ocorresse uma "superpopulação" simultânea, tanto na cidade como no campo, enquanto houve de fato ocasiões em que os fabricantes do Lancashire, no auge da demanda, tinham que importar trabalhadores irlandeses em grande número, e os fazendeiros diziam, enfaticamente, que seriam incapazes de fazer suas colheitas em tempo se os indigentes da aldeia fossem induzidos a emigrar.

O Autor

Karl Polanyi nasceu em Viena, a 21 de outubro de 1886, de pais húngaros. Estudou nas universidades de Budapeste e Viena, formando-se em filosofia e em direito. Começou a praticar nos tribunais de Budapeste em 1912, mas, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, foi servir como capitão no exército austro-húngara. Terminado o conflito, estabeleceu-se em Viena, onde logo se tornou conhecido como escritor e jornalista. De 1924 até 1933 fez parte do corpo editorial do *Oesterreichische Volkswirt*, o mais importante semanário financeiro de Viena, onde escrevia sobre assuntos ligados à economia e à política internacional.

Com a ascensão do fascismo, Polanyi teve de demitir-se do jornal, e, em 1933, emigrou com sua família para Londres. Tornou-se cidadão britânico e lecionou em cursos de extensão oferecidos pelas universidades de Oxford e de Londres a alunos pertencentes à classe operária. Durante esse período viajou freqüentemente para os Estados Unidos, fazendo pesquisas e dando conferências, até que foi convidado, em 1947, a ensinar História Econômica Geral na Universidade de Colúmbia. Lá permaneceu até 1953, quando se aposentou. A aposentadoria, entretanto, não o levou a abdicar das suas atividades de pesquisa, desenvolvidas com entusiasmo até quase o momento de sua morte, em 23 de abril de 1964, numa casa de campo nos arredores de Toronto, Canadá.

Entre os principais trabalhos de Karl Polanyi, incluem-se:

Trade and Market in the Early Empires: Economies in History and Theory, trabalho que reúne contribuições de diversos autores, organizado por Polanyi juntamente com Conrad Arensberg e Harry Pearson, Chicago, Free Press, 1957.

Dahomey and the Slave Trade: An Analysis of an Archaic Economy, com Abraham Rotstein, Seattle, University of Washington Press, 1966.

Primitive, Archaic and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi organizado por G. Dalton, Nova York, Doubleday, 1968.

The Livelihood of Man, organizado por Harry Pearson, Nova York, Academic Press, 1977.

ÍNDICE

A

Abono de aluguel, 122
Abono salarial, 104, 112, 117, 119, 126, 234
Acland, John, 328
Act of Settlement, 100, 109, 112, 119, 129-130, 168, 333
África, 20, 34, 72, 79
  colônias, 250
  condições dos nativos, 200
  efeito do homem branco na cultura nativa, 191-192
  exploração, 193
Agrária, sociedade, 59
Agrarianismo, 224
Agricultura, 65, 88
Alemanha, 20, 34, 39, 46, 224, 240, 250-251, 283-286
  e bolchevismo, 227
  cartéis, 254
  política colonial, 254
  e o Concerto da Europa, 24
  moeda, 253, 269
  tarifas aduaneiras, 254
  e desarmamento, 281
  e Inglaterra, 28
  legislação fabril, 180
  fascismo, 41, 47, 278, 282
  e França, 27, 254
  política de investimentos externos, 28
  a "have not", 249
  revolução industrial, 211
  inflação, 41
  trabalho, 283
  abandona a Liga das Nações, 283
  revolução nacional-socialista, 39
  interesse na paz, 34
  preparativos para a guerra, 284, prosperidade, 283
  seguro social, 254
  compensação do trabalhador, 179
Alimentos, 222, 227
Alimentos, abastecimento, 85
Alimentos, preços, 113
América Latina e Fascismo, 277
Alumínio, indústria, 175
Anarquista, soberania, 293
Andaman, ilhéus, 315
Angell, Norman, 226
Angouléme, Duque de, 29
Anti-Combination Laws, 104, 150, 262, 324
Anti-Corn Law Bill, 170, 201
Antuérpia, 84
Applegarth, Robert, 328
Aprendizado, 110-111
Argélia, 20, 27
Arnold, Thurman, 180
Ashley, Sir William James, 321, 329
Ásia, 34
Assistência externa, 119
Associação Educacional dos Trabalhadores, 7
Australianos (aborígenes), 80
Áustria, 19, 22, 27, 34, 39, 47, 179, 224, 331
  e moeda, 40, 268
  e fascismo, 277, 280
  e trabalho, 282
Áustro-Húngaro, 211
Autárquicos, Impérios, 39

B

Babilônia, 71, 317
Bagdá, ferrovia de, 31, bibilografia, 307
Bálcãs, 34, 250
Bálticos, Estados, 39
Bancária, organização internacional, 24
  nacional, 26, 28
  nos Estados Unidos, 319 (*ver também* organização bancária central)
Banco da Inglaterra, 25, 42, 264
Bank of Exchange, 134
Barnes-Becker-Becker, 306
Basra, 28
Bauer, Otto, 41
Beer, Max, 326
Belasco, P.S., 329
Bélgica, 20, 23
  moeda, 268
Bellers, John, 130, 136
Belsham, Will, 328
Benedict, Ruth, 315
Bentham, Jeremy, 106, 132, 144-145, 171, 204, 216, 265, 324-325, 328
Bentham, Sir Samuel, 132
Bergdama (agrupamento tribal), 70
Berkshire, magistrados, 100, 103, 106
Berlim, 39, 209
Berlim, Congresso de (*ver* Congresso de Berlim)
Birmingham, 179
Bismarck-Schönhausen, von, Otto, Eduard Leopold, Prince, 34, 41, 211, 250, e
  Áustria, 22
  o Concerto da Europa, 22
  protecionismo, 240
Blackmore, J.S., 330
Blake, William, 122
Blanc, Louis, 134
Bleichroeders, 311
Bolchevismo, 225, 227, 283, 286 (*ver também* Rússia)
Bolsa de Paris (*ver* Paris, Bolsa)
Borkenau, Franz, 219n
Bourbons, 305
Brinkmann, C. 201n-5, 313, 323
Bristol Corporation for the Poor, 131
British Blue Book, 286n
Britânicos, Domínios, 304
Brüning, John, 281
Bücher, K., 217n-4
Budapeste, 39, 209
Buecher, Carl, 316-318, 323
Bueel, R.L., 307
Bulgária, 39, 282
  moeda, 42
  fascismo, 277, 280
Bullion Report, 332
Burgueses, 85, 86
Burke, Edmond, 106, 116, 142, 262, 303, 324, 328

C

Cádiz, 19
Cafres, 192, 198, 336-337
Calvin, John, 137
Câmbios, 230, 247, 269, 272
Campesinato, 85, 209, 219, 225
  fascismo, 283
Canadá, 250
Cannan, E., 151n
Canning, Charles, John, 117, 250, 302, 309
Capital, 31, 41, 54, 85, 162
Capitalismo, 31, 45, 102, 122, 193, 196, 202, 249, 261, 264, 276, 283
  na Inglaterra, 215
  na França, 215
Carlos I, Rei da Inglaterra, 263
Carlos II, Rei da Inglaterra, 263
Cartismo, 203, 264
Cartista, Movimento, 208, 263
Cary, John, 131
Carlyle, Thomas, 122
Carr, E.H., 240, 307
Cartéis, 21, 241
  Cercamentos, Lei dos, 216
Chaddar, 194
Chaga, 83
Chamberlain, Joseph, 179
Chamberlain, Neville, 285
Chimney-Sweeper's Act, 178
China, 20, 71, 317
Chrestomathic Day School, 148
Cristianismo, 155, 205, 207, 297
Churchill, Winston, 42
Cidades-Estado, 42
City de Londres, 43, 249, 285, 309
Civilização, 17-18, 36, 47, 276, 289, 292, 297
Clapham, J.H., 60n, 117, 121, 307, 326, 330
Classe, interesse de, 185
Classes, 125, 141, 164, 186, 210 (*ver também* Classe Média)
Classe Média, 32, 42, 125, 164, 208-209, 222-224

  Áustria, 224(*ver também* classes)
Classe trabalhadora (*ver* trabalho)
Ciclo comercial, 117, 243
Clero, 222
Clive, Robert, Barão, 250
Cobbett, William, 265
Cobden, Richard, 219
Code Napoléon, 216
Cole, G.D.H., 204n, 254n
Coletivismo, 178, 181, 187, 196, 321, 325
Coletivista, Conspiração, 182-183, 190, 241, 251
Coletivização das fazendas, 287
Colleges of industry, 131
Collier, John, 195, 336
Colônias, 249, 252
Comércio entre beligerantes, 32
Comércio, 115, 129, 308, 318
  cerimonial, 81
  flutuação, 115
  externo, 244, 321
  local, 79, 84-85
  longa distância, 78, 84
  paz, 30, 37
  nacional, 78, 81
  marítimo, 59
  silencioso (ou mudo), 80
  mundial, 245, (*ver também* comércio livre)
Comércio livre, 34, 39, 43, 54, 164, 166-169, 196, 218-219, 226, 239, 251
  Índia, 195
  origem, 47 (*ver também* Comércio)
Comercialização do solo, 215
Companhia das Índias Orientais, 195, 250
Commonwealth (inglês), 57, 119
Comunismo (*ver* Bolchevismo)
Concerto da Europa, 23, 24, 32
  bibliografia, 316
Condorcet, Marie Jean, Marquês de, 139
Congresso de Berlim, 22
Congresso do Comintern, 283
Conhecimento dos fatos constitutivos, 296
Conselho da Liga, 38
Constituição, 263
Constitucionalismo, 30, 263
Contagious Diseases Act, 178
Cooperativa de consumidores, 206
Cooke, Edward, 139n
Coolidge, Calvin, 41
Cooper, Alfred Duff, 285
Copyhold Acts, 216
Corn Laws, 226
Corti, Egon Ceasar, 311
Contra-revolução, 279, 280
Cowe, James, 328
Crédito, 38, 226, 230, 271, 308
Crossman, R.H.S., 307
Crumple, Samuel, 328
Cunningham, William, 239, 307, 322, 326

D

Dança do Espectro, 195
Dardanelos, 24
Darwin, Charles, 106, 139
Davies, David, 116
Decreto de Muharrem, 30
Deflação, 229-230, 272
Defoe, Daniel, 134, 328
Delos (ilha), 76
Democracia, 149, 265
Desarmamento, 38
Desarmamento, Conferência do, 283
Desnudamento de florestas, 222
Despovoamento, 53
Depressões; Grande Depressão, 1873-1886, 251, 254
  pós-guerra, 1929 et. seq., 236
Detroit, 278
Dette Ottomane, 30
Dicey, A.V., 171n-3, 179, 201n, 216n-2, 325, 327
Dickens, Charles, 122
Diderot, Denis, 106
Dinamarca, 20, 23
Dieri (da Austrália Central), 79
Diplomacia, 25
Disraeli, Benjamin, Primeiro Earl de Beaconsfield, 201, 250
Dívida, Comissão de, 30
Doméstico, ambiente, 74
Drucker, Peter F., 207n
Duas Nações, 145
Desemprego, 110, 117, 247, 262
  invisível, 114
Dunas de areia, 221
Dyer, George, 328
Dinheiro, 41, 73, 78, 90, 100, 231, 236, 239, 320-321
  mercadoria, 154, 230, 233, 292
  Egito, 71
  livre, 242
  convencional, 230, 232, 234, 293
  Estados Unidos, 265 (*ver também* Moeda Riqueza)
"Direito de viver", 100, 112, 126

E

Earle, Edward Mead, 312
Eden, Sir Frederick Morton, 328
Egito, 20, 34, 71
  meio circulante, 317
Economia de mercado, 47, 93, 125, 161, 214, 222, 252, 262, 294, 336
  Grécia Antiga, 74
  definição, 59-60, 89
  Inglaterra, 25-26
  sucessor da Speenhamland, 125
Eldon Lorde, 125
Elisabeth, Rainha da Inglaterra, 250
Engels, Friedrich, 114, 122, 324
Equilíbrio-de-poder, 19, 21, 32, 46, 280
  bibliografia, 306
  e Bismarck, 34
  e desarmamento, 37
  e paz, 32
  sistema, 22, 39, 248, 303
Erosão, 221
Espanha, 19, 45, 52
Escravos, 142
Empréstimo à Silésia, 31
Estado Centralizado, 86
Estônia, 40, 280, 282
Eulenburg, F., 34n
Europa, 219, 251
  terra, 220
  alimentos, 226
  governos após a Primeira Guerra Mundial, quadro, 311
Europa Central. 39, 220, 224, 252
Europa Ocidental, 40
Europa Oriental, 39
Estradas de ferro, 29
Estado liberal, 17, 44, 46, 198
Estados Unidos, 45-46, 254
  equilíbrio-de-poder, 319
  tarifas aduaneiras, 254
  expansão, 20
  Fascismo, 277, 280
  laissez-faire, 175
  prosperidade, 283
  abandono do padrão-ouro, 43, 174, 236, 284
Exploração, 194
Expansão, 30
Exportações, 249, 255

F

Fábrica, inspeção, 179
Fábrica, leis fabris, 251
Fábrica, sistema fabril, 96
Farmacopéia, 178
Fascismo, 46, 276
  e Cristianismo, 297
  e a Igreja Católica Romana, 279
Fay, S.B., 307
Federal Reserve Board, 42
Federal Reserve System, 238
Feis, H., 26n, 307, 312
Fénélon, 302
Fernandez, Juan, 139, 141
Feudalismo, 21, 33, 72, 109, 215, 229, 232, 317
  abolição, 92
  fomes, 194
Finanças, 25 (*ver também haute finance*)
Fines and Recoveries Act, 216
Finlândia, 40, 224
  moeda, 42
  e fascismo, 277, 280-282
Firth, R., 82n, 313-314, 318
Fisiocratas, 141, 166, 222
Fome dos Anos Quarenta, 209, 264
Fourier, François, Marie Charles, 131, 133
Fox, Charles James, 303
França, 20, 34, 45, 179, 250, 267
  e Bismarck, 34
  e moeda, 38
  e fascismo, 277, 282
  e Alemanha, 26, 254
  e governo liberal, 40
  abandono do padrão-ouro, 174
  e o Ruhr, 283
  e guerras comerciais, 308
Francqui, Emile, 267
Frederico O Grande, 31
"Fuga de capital", 40
Fuller, Maj. General, 308
Funnell, William, 139

G

Gairdner, J., 54
Genebra, 38, 40, 43, 225, 249, 271, 272, 285, 309
General Allotment Act, 336
Gentz, Friedrich, von, 21
George Henry, 41
George, Stephan, 277
Gibbins, H. de B., 54
Gilbert, Thomas, 328
Gilbert's Act, 119, 132, 324
Gladstone, William Ewatt, 250
Godwin William, 106, 108, 148, 155, 328
Goldenweiser, A., 192n, 314, 335-336
Governo (*ver* Governo popular)
Governo popular, 261
Grã-Bretanha, 34, 46, 285, 332
  equilíbrio-de-poder, 302
  e Bismarck, 34
  moeda, 266, 272
  expansão, 20
  e fascismo, 282
  política exterior, 250
  credo geral, 266
  e *laissez-faire,* 175
  governo nacional, 266
  abandono do padrão-ouro, 39, 43, 174, 236, 284
  comércio, 244, 268
  benefício-desemprego, 327
  finança mundial, 293
Grande Guerra (*ver* Primeira Grande Guerra)
Grant, Irene, 7
Grécia, 20, 40, 282
  moeda, 42
Guerra, 30, 185, 203 (*ver também* guerras individuais)
Guerra da Criméia, 19, 32
Guerra Franco-Prussiana, 19
Guerra Hispano-Americana, 32
Guerra dos Sete Anos, 249

H

Habeas Corpus Act, 171
Haberler, G., 248
Habitação *versus* Progresso, 29
Habsburgs, 305
Hadley, A.T., 264n
Halevy, Elie, 325
Halifax, Lorde, 285
Hamburgo, 84
Hamilton, Alexander, 265
Hammond, Barbara, 326
Hammond, J.L., 326
Hammurábi (na Babilônia), 71
Hampshire, 117, 328
Hansa, 84
Hartley, David, 140
Hastings, Warren, 250
Haushofer, Karl, 306
Haute finance, 24, 28, 33-35, 40, 44
  Inglaterra, 26
  França, 26
  função, 24
  organização, 25
Hawtrey, G.R., 76n-2, 93n, 220n, 307
Hayes, C.A ., 224n
Hazlitt, W., 153
Heatley, D.P., 306
Heckscher, E.F., 56n-5, 200n, 321-322
Hegel, Georg Wilhelm, 137
Heimwehr, 280
Helvetius, Claude Adrien, 140
Henderson, H.D., 90n
Henrique VIII, Rei da Inglaterra, 263
Herriot, Edouard, 179-180
Hershey, A.S., 31, 306
Herskovits, M.J., 199n-3, 317, 320
Heymann, H., 281n
Hilferding, Rudolf, 41, 312
Hindemburg, von Beneckendorff und von, Paul, 39, 278, 281
Hitler, Adolf, 227, 278-279, 285-286
Hobbes, Thomas, 140, 199
Hobson, J.A., 312
Hofmann, A., 306
Holanda, 45, 305
  e fascismo, 277, 281
Hoover, Herbert, 42
Homem Primitivo, 63-64
Howlett, Rev.J., 328
Humanidade (*ver* Sociedade)
Hume, David, 140, 229, 303, 306
Hungria, 20, 27, 29, 282
  e Bolchevismo, 224
  e moeda, 42
  e fascismo, 277, 280
Huskisson, William, 262

I

Igreja Católica Romana, 21, 23, 180
Imigração, 241
Imperialismo, 30, 184, 219, 247-248, 252, 255
Império xerifado, 20
Importação, tarifas de (*ver* Tarifas aduaneiras)
Importações, 249
Incas, 71, 317
Índia, 71, 194-195, 200
  e moeda, 317
Indian Reorganization Act, 336
Índios Americanos, 195, 336
Índios Zapotec, 336

Indochina, 20
Indústria, 30
Indústria do algodão, 115, 142, 167, 170
Indústria da lã, 52, 55, 96
Industry-Houses, 132, 144, 148
Inflação, 41-42, 173, 265
Inglaterra, 19, 28, 45, 47, 179
  equilíbrio-de-poder, 302-303
  governo de classe, 56
  classes, 110
  constitucionalismo, 57
  fascismo, 40, 277, 280
  imigração de artesãos, 57
  revolução industrial, 52
  mercado de trabalho, 99
  Ministério da Saúde, 148
  "Poor Law", 91-92
  pauperismo, 100
  sufrágio popular, 208
  população, 117, 136
  legislação social, 178-179
  condições sociais, 122, 123, 336
  guerras comerciais, 308
Inglaterra, Banco da (*ver* Banco da Inglaterra)
Inheritance Act, 216
Innes, A.D., 54n-3
Instituições Internacionais, 19 (*ver também* equilíbrio-de-poder, padrão-ouro, Estado Liberal, mercados, auto-regulável)
"Interesse na Paz", 22, 26, 29, 307-209
Internacionalismo, 25, 235
Intervenção internacional, 20
Intervencionismo, 55, 86, 181, 188, 234, 243-244, 254, 261, 270
Investimentos externos, 26, 29
Irlanda, 277
Itália, 20, 39, 47, 249, 282
  Bolchevismo, 227
  moeda, 41
  Fascismo, 277, 280-281
  revolução industrial, 212
  preparativos para a guerra, 284
Iugoslávia, 277

J
James, Isaac, 139n, 328
Japão, 249, 283, 304
  Fascismo, 277
Johnson, Charles S., 337
Jones, Edward, 328
Jowett, Benjamin, 74

K
Keynes, John Maynard, 222
Kingfish (*ver* Long, Huey)
Kingsley, Charles, 122, 192
Kingsley, Mary, H., 335
Klages, Ludwig, 277
Knight, Frank H., 290
Knowles, L.C.A., 212n
Kouwenhoven, John A., 7
Kpelle, 79
Kraal, sistema de terra, 198
Kula, anel, 79
Kula, comércio , 68, 69
Kwakiutl (homem da tribo), 71, 199

L
Labour exchange, 130, 134, 204
Laissez-faire, 143, 146, 164, 169, 172, 180, 325
Langer, W.L., 307, 311
Lassalle, Ferdinand, 41, 131, 134
Lasswell, H.D., 306, 307
Laud, William, Arcebispo, 54
Lawrence, D.H., 277
Lawson, 130
Leathes, Sir Stanley Mordaunt, 307, 311
Legislação trabalhista, Inglaterra, 91
Lei Comum, 217
Leigh, Robert D., 7
Lenin, Nikolay, 31, 39, 42
Lesser, Alexander, 335
Letônia, 40, 282
Libel Act, 171
Liberdade, 289, 297
Liberdade de contrato, 180, 218
Liga das Nações, 43
  equilíbrio-de-poder, 37, 280
  colapso, 39
  delegação do ouro, 272
Linton, Ralph, 315
Lippmann, Walter, 63, 173, 180, 307, 327
Lipson, Ephraim, 319
Lituânia, 40, 280, 282
Lloyd George, David, 180
Locke, John, 132, 138, 151, 263
Loeb, E.M., 201n-2, 319-320
Londres, 209, 223, 229
Long, Huey, 281
Lorimer, Frank, 336
Lowie, Robert Harry, 313
Lucros, 60
Ludismo, 103, 202
Lueger, Karl, 179
Luson, Hewling, 328
Luther, Martin, 137
Luxemburgo, neutralização, 23
Lyon (França), 200
Lysis (Michael Le Tellier), 312

M
Machiavelli, Niccolo, 137
MacIver, Robert M., 12
Madagáscar, 20
Mair, L.P., 198n, 334
Malinowski, Bronislav, 67n, 314
Malthus, Thomas Robert, 106, 108, 122, 129, 139, 142, 150, 152, 262, 324, 332
Manchester, 167
Mandeville, Doutor, 134
Mantoux, P.L., 149, 326
Manufaturas, 117
Mão-de-obra infantil, 144, 189, 206, 337
Máquinas, 96, 146
Marrocos, 27, 34
Marshall, Dorothy, 330
Marshall, T.H., 332
Martineau, Harriet, 114n, 122, 124, 263, 325, 329
Marx, Karl, 41, 94, 106, 134, 153, 184, 201, 324
Massie, J., 329
Matérias-Primas, 227
Materialismo, 46, 59
Mayer, J.P., 306-307
Mead, Margaret, 192, 335
Meeting of Sufferings, 131
Melanésios, 336
Mellonie, F.C., 330
Menestréis, 313
Mendershausen, Horst, 7
Mercados, 44, 62-63, 74, 197, 214, 228, 255, 290, 312, 318
  costumes e cerimônias, 82
  definição, 76
  feiras, 81
  livre, 172
  Índia, 194
  trabalho, 90, 93, 99-101, 112, 144, 154, 166-168, 196, 214, 253, 269, 291
  local, 79, 81-82, 85
  dinheiro, 33, 94, 196, 270, 291
  nacional, 81, 86-87, 141
  um grande mercado, 93, 214
  origem, 84
  portos, 81
  propriedade imobiliária, 214
  auto-regulável, 18, 56, 61, 77, 88, 106, 154, 163, 170, 173, 226, 245, 253, 318
  Estados Unidos, 237
  mundo, 98
Mercadoria-dinheiro, (*ver* Dinheiro, mercadoria)
Mercadoria, ficção, 94, 163, 231, 292
Mercadoria, preços de, 33
Mercantilismo, 54, 88, 91, 95, 109, 322
Meredith, H.O., 102n
Metternich, von, Klemens Wenzel Nepomuk Lothar, Príncipe, 21
M'Farlane, John, 128, 329, 337
Micronésios, 316
Mill, John Stuart, 41, 106, 239
Millin, Mrs.S.G., 191n
Mines Act, 178
Mises, von, Ludwig, 41, 63, 173, 213, 232, 264, 327
Mitchell, W.C., 326
Moeda, 33, 41, 169, 231, 233, 238, 244, 248, 251, 254, 266, 269-270
  depreciação, 41
  na Europa, 227
  na Grã-Bretanha, 266, 272
  internacional, 308
  restauração, 37
  estabilização, 174
  tabela de estabilização, 310
  Estados Unidos, 272 (*ver também* Dinheiro)
Moinhos Satânicos, 51
Montesquieu, de, Charles de Secondat, 87n, 264
More, Hannah, 206-207, 223n
More, T., 137
Morgan, John Pierpont, 38
Morgans, 44
Mowat, R.B., 307
Mudança, 51, 55-56, 184
  para um sistema unipartidário, 284
Muir, Ramsay, 307
Munich, 285
Mussolini, Benito, 42, 227, 278, 283

N

Nacionalismo, 31, 235
Nasmith, James, 329
National Charity Company, 133
Nazismo, 282, 285
Neutralização, 23
New Deal, 39, 238, 266, 268, 284
New Lanark, 206
New Poor Law, 262
Norman, Montagu, 285
Noruega, 23, 277, 281

O

Oastler, Richard, 201
Ohlin, B., 217n-3
Old Age Pensions Act, 327
Onken, H., 307
Operative Builder's Union, 204
Oppenheim, L., 306
Orange, estado de, 250
Organização bancária central, 228, 247
Organização Internacional do Trabalho, 43
Organização produtiva, 161-167, 229
Organização do trabalho, 109
Ortes, Giammaria, 128
Otomano, Império, 20, 22
Ouro, 163, 229
Ovelhas, criação de, 52
Owen, Robert, 106, 108, 131, 133, 136, 147, 156, 191-192, 204, 205, 265, 329, 337
Owenismo, 203
Owenita, movimento, 202
Owenitas, Sociedades, 204

P

Pacífico, Ilhas do, 250
Pacifismo, 20, 25
Padrão-ouro, 17, 42, 46, 98, 166, 169, 196, 229, 238, 251, 254, 265-266, 283, 294
  colapso, 36
  moeda, 253
  fracasso, 45
  origem, 46
  fator de paz, 30
  restauração, 174
  quadro de países que o abandonaram, 310
  nos Estados Unidos, 238
Paine, Thomas, 117, 329
Países Baixos (*ver* Holanda)
Palestina, 277
Palgrave, Robert Harry Inglis, Sir, 330
Palmerston, Henry John Temple, 3o. Visconde, 302, 309
Panopticon, 148, 171-172
Pantlem, Herman, 322
Papen, von Herr, 279
Paris, 208
Paris, Bolsa, 27
Parliamentary Reform Act, 125, 145, 202
Partido Trabalhista, 176, 267, 274
Paternalismo, 100, 112
Pauperismo, 100, 128, 145, 151, 262, 328
  bibliografia, 328
  primeira aparição na Inglaterra, 130
  rural, 113 (*ver também* Speenhamland e Poor Law)
Pawnee, Hand Game, 195
Pax Britânica, 29
Paz, 22, 32, 34, 37, 312
  africanos, 334
  "Paz armada", 29
  equilíbrio-de-poder, 293
  padrão-ouro, 292
Paz dos Cem Anos, 19, 226, 307-309
  bibliografia, 307
Paz, Tratados (*ver* Tratados e, em particular, Tratados de Paz)
Peel, Robert, 168, 212, 262, 263
Pelikan Inn, 100
Pengwe, da África Ocidental, 79
Penrose, E.F., 238n
Permuta, 89 (*ver também* Troca, Comércio, Mercados)
Pérsia, 35
Petróleo, Indústria de, 175
Pew, Richard, 329
Phillips, W.A., 307
Pirataria, 309
Pirenne, Henri, 81n, 304, 306, 318-319
Pitt, William, 132, 144, 168, 212, 324
Pitt, William Morton, 329
Pitt-Rivers, 335
Plano Dawes, 253, 283
Plano Mond, 333
Plano Young, 253
Poder financeiro *versus* diplomacia do dólar, 25, 28-29
Pobreza, (*ver* Pauperismo)
Polônia, 20, 39-40
Polanyi, Karl, 271n, 276n
Política colonial, 252
Política econômica, 138
Polinésios, 316
Poor Law, 91, 101, 144, 168, 324, 335
  bibliografia, 330
  New Poor Law, 172
  e a paróquia, 111
  taxas, 121
  versus revolução, 117
Poor Law, Emenda, 102, 262
  Bill, 168
Poor Law Bill, 144
Poor Law Reform, 106, 126, 132, 190
  Act, 104, 202, 209
  Commissioners, 125
População, 57, 153, 194, 337
Portugal, 45
Postan, M.M., 322
Postlethwayt, Malachy, 128n
Power, Wileen Edna, 322
Praga, 285
Preços, 90, 141, 150, 229
Preços (*ver também* Preços dos Alimentos)
Prescription Acts, 216
Price, Dr., 149
Primeira Guerra Mundial, 37, 225, 249
Primeira e Segunda Guerra Mundial comparadas, 45
"Progresso" *versus* "Habitação", 52
Propriedade Inimiga , 32
"Proletário", 195
Protecionismo, 167, 173, 176, 184, 195, 212, 240, 249, 253, 255, 322
  Europa, 228
  Estados Unidos, 238 (*ver* também Tarifas aduaneiras)
Proudhon, Pierre Joseph, 41, 131, 134
Prússia, 19, 279
  fascismo, 277
Prussianismo, 254
Public Libraries Act, 178
Puritanos, 133
PWA, 327

Q

Quacres, 130
Quesnay, François, 106, 140, 167, 250

R

Raças de cor, 334
Ratcliffe-Brown, 315
Rauchning, H., 283n-3
Real Property Act, 216
Rebelião de Kett, 53
Reciprocidade, 68, 75, 81, 314
  centralização, 67-68, 75
  comércio Kula, 68
  simetria, 68, 75, 316
Redistribuição, 21, 54, 75, 76, 317
Reform Bill, 102
Regeneration Societies, 205
Reichsmark, 253, 283
Remer, Charles Frederick, 312
Reservas de ouro tchecas, 285
Revolução Comercial, 45, 84
Revolução Francesa, 31, 106, 216, 265
Revolução Industrial, 52, 55, 99, 111, 113, 146, 157, 195, 201
  causas, 59
  efeito cultural, 190, 191
  definição, 59
  Inglaterra, 47, 209
  Europa, 208
  origem 47
  condições sociais, 58, 209
Revolução Nacional-Socialista, 39
Revolução Russa, 287
Revoluções do pós-guerra, 39, 279
Ricardo, David, 41, 106, 108, 122, 129, 133, 137, 142, 154, 168, 219, 233, 239, 262, 265, 324, 332
Rivera, Primo de, 278
Robbins. L., 307
Robinson, Henry, 130
Rockfeller, Fundação, 7
Rodbertus, Johann, Karl, 218
Rhodes (ilha), 74
Rogers, Wood, 139n
Roosevelt, Theodore, 180
Rostovtzeff, M.I., 306
Rothschlid, Nathan Meyer, 38
Rothschild (família), 25, 32, 44
Rousseau, Jean Jacques, 21, 63, 106
Ruggles, Theodore, 329
Rumânia, 20, 40, 282
  moeda, 42
Russel, Bertrand, 306
Rússia, 19, 22, 34, 286, 288
  equilíbrio-de-poder, 304
  moeda, 41
  Plano quinquenal, 40
  socialismo, 273, 284, 287

S

Sabatier, William, 329
Sadler, Michael Thomas, 201

St. Giles in the Field, 329
Saint-Simon, Claude Henri, Conde de , 205
Salários, 58, 101, 115, 118, 120, 123, 141, 200
  avaliação, 109
Santa Aliança , 20, 32
Saunders, Robert, 329
Schacht, Hjalmar, 285
Schafer, Felix, 233
Schmoller, Gustav Friedrich von, 322
Schuman, F, 304, 306
Schumpeter, Joseph Alois, 326
Seguro Social, 212
Seipel, Ignaz, 267
Selvagens (*ver* Homem Primitivo)
Sérvia, 20
Shafresbury, Anthony Ashley Cooper, 7o. Earl, 201
Sherer, J.G., 329
Sião, 20
Simbiose, 45, 73, 282, 320
Simon Sir John, 285
Simon. Lorde, 285
Síria, 20
Sistemas econômicos, 33, 59, 75
"Sistema ideal" (economia), 10
Sistema Internacional, 18, 30, 36
  fracasso, 44, 284
  monetário, 30
Smith, Adam, 62, 63, 111, 116, 128, 135, 137, 140, 151, 172, 200, 249, 290, 337
Snowden, Phillip, 41, 266
Social-democratas, 180, 224, 279
Socialismo, 44, 273
Socialistas-Cristãos, 280
Sociedade, 18, 41, 46, 58, 65, 75, 92-94, 106, 108, 138, 185, 222, 233, 253, 323
  liberdade, 289, 297
  revolução industrial, 58
  primitivo, 65, 78
  pesquisa, 312
  autoproteção, 161
Sociedade comercial, 59, 140
Sociedade Econômica (*ver* Sociedade)
Sociedades correspondentes, 148
Sokolnikoff, G.Y., 41
Somerset, Lorde Protetor, 53
Sontag, R.J., 22, 307, 311
Sorel, Georges, 277
Southey, Robert, 201
Spann, Othmar, 277
Speenhamland, 99, 150, 201, 261, 332, 338
  abolição, 125
  indústria do algodão, 167
  lei, 100, 118, 126
  literatura, 323-327
  pagamento de taxas, 115
Spencer, Herbert, 63, 106, 173, 177, 222, 264, 327
Spitalfields, instituição, 329
Staley, Eugene, 312
Stalin, Joseph, 131
Statute of Artificers, 92, 109-110, 202, 262, 333
Stephen, Sir Leslie, 132, 148, 325
Stolper, G., 307
Sociedades Primitivas (armazenagem), 68, 71
Sttafford, Thomas Wentworth 1o. Earl, 54
Suíça, 20, 305
Sufrágio universal, 243
Stuarts, política, 54, 97
Sumner, William Graham, 173, 264

T

Taxa dos Pobres (*ver* Taxas)
Taxas, 120, 149
Tarifas aduaneiras, 188, 241, 251, 254, (*ver também* Protecionismo)
Tawney, R.H., 53n
Tecidos, comércio, 85
Telford, Thomas, 117, 146
Temple, Sir William, 302
Ten Hours Bill, 202
Tensões, 246
Teoria Econômica, 152
Terra, 52, 55, 89, 100, 215
  colônias, 214
Thurnwald, R.C., 72, 78, 83n, 193, 199n-4, 313, 319, 335
Tikopia, 318
Tocqueville, Charles Henri de , 212
Totalitarismo, 44
Townsend, A.J., 116, 137, 144, 154, 168, 262, 324, 329
Toynbee, A.J., 199n-6, 226, 304, 306, 326
Trabalho, 58, 89, 99, 198, 263
  código, 110
  divisão, 320
  obrigatório, 110, 112, 119
  independente, 125
  nacionalização, 91
  nômade, 199
  obrigações, 141
Trabalho, mercado de (*ver* Mercados, Trabalho)
Trabalhadores, Compensação, 179
Trades Union, 134
  no continente, 212
  na Inglaterra, 212
  leis, 181
  owenismo, 204
Tratado de Berlim, 1878, 30
Tratado de 1648, 304
Tratado de Münster e Westfalia, 21, 304
Tratado de Utrecht, 21, 305
Trevelyan, G.M., 223n, 302
Trobriand, ilhéus, 67-69
Troca, 43, 75, 81, (*ver também* Permuta)
Tropas de choque, 225
Trotski, Leon, 39, 41, 283
Tudor, período, 52
Tudors, 97, 223, 324
Túnis, 20
Turquia, 22, 30
Turner, Frederick, 304
Tutoriais, classes, 7
TVA, 222

U

Ucrânia, 278
Ulloa, Antonio de , 139n
Union Shops, 204
Utopia, 18, 128, 248, 294
Utilidades públicas, 30
Utrecht, Tratado (*ver* Tratado de Utrecht), Utu, 82

V

Vacinação, 179
Vancouver, John, 329
Vattel, Emmeriche de, 302
Veneza, 20, 84
Viena, 39, 43, 179, 209, 330-331
Villages of Cooperation, 205
Villages of Union, 133
Viner, Charles, 312
Vives, Juan Luis, 199
Voltaire, François Marie de, 106

W

Wagner, Adolph, 239
Wall Street, 43, 249, 285, 309, 312
Webb, Sidney e Beatrice, 143n-2, 168n, 326, 330
Weber, Max, 65, 318-319
Weimar, República de, 279
Westfalia, Tratado (*ver* Tratado de Münster e Westfalia)
Whately, Bispo, 213
Whitbread's Bill, 332
Whitbread, proposta de salário mínimo, 132
Wicksell, Knut, 240
Wieser, Friedrich, Freiherr, von, 239
Williams, F.E., 336
Wilson, Rev. Edward, 329, 333
Wilson, Woodrow, 38-39
Wissel, Clark, 335
Wood, J., 329
Workmen's Compensation Act, 178-179
WPA, 327
Wright, Quincy, 308

Y

Young, Arthur, 132
Young, Sir W. , 329

Z

Zeisel, Hans, 7